



MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

2018

Copyright © 2018 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.planalto.gov.br).

Publicação em formato digital.

Produzido no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidente (2016 - : Michel Temer)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2018 [recurso eletrônico] : 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. – Brasília : Presidência da República, 2018. – (Documentos da Presidência da República)

Modo de acesso: World Wide Web.
<<https://www2.planalto.gov.br/accompanhe-planalto/mensagem-ao-congresso/mensagem-ao-congresso>>

1. Mensagem Presidencial – Brasil, 2018. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil. 3. Infraestrutura – Brasil. 4. Cidadania – Brasil. 5. Relações exteriores – Brasil. 6. Segurança – Brasil. 7. Modernização do Estado – Brasil. 8. Combate à corrupção – Brasil. I. Temer, Michel, 1940- . II. Título. III. Série.

CDD 352.2380981



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Michel Temer

Casa Civil

Eliseu Padilha

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Torquato Jardim

Ministério da Defesa

Raul Jungmann

Ministério das Relações Exteriores

Aloysio Nunes

Ministério da Fazenda

Henrique Meirelles

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Maurício Quintella

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Blairo Maggi

Ministério da Educação

Mendonça Filho

Ministério da Cultura

Sérgio Sá Leitão

Ministério do Trabalho

Helton Yomura (interino)

Ministério do Desenvolvimento Social

Osmar Terra

Ministério da Saúde

Ricardo Barros

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Marcos Jorge de Lima (interino)

Ministério de Minas e Energia

Fernando Coelho Filho

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Dyogo Oliveira

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Gilberto Kassab

Ministério do Meio Ambiente

Sarney Filho

Ministério do Esporte

Leonardo Picciani

Ministério do Turismo

Marx Beltrão

Ministério da Integração Nacional

Helder Barbalho

Ministério das Cidades

Alexandre Baldy

Ministério da Transparéncia e Controladoria-Geral da União

Wagner Rosário (interino)

Ministério dos Direitos Humanos

Luislinda Valois

Secretaria-Geral da Presidência da República

Wellington Moreira Franco

Secretaria de Governo da Presidência da República

Carlos Marun

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Sergio Etchegoyen

Advocacia-Geral da União

Grace Maria Mendonça

Banco Central do Brasil

Ilan Goldfajn

EIXO ECONÔMICO.....	15
1 PANORAMA ECONÔMICO	16
2 REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS	23
3 MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	24
4 SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA.....	32
5 REFORMAS ESTRUTURANTES.....	34
6 MUDANÇA DO CLIMA E POLÍTICA AMBIENTAL.....	56
7 REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES NATURAIS.....	69
8 PLANO SAFRA 2017/2018 E POLÍTICA AGRÍCOLA.....	75
9 PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE E PRODUTIVIDADE.....	81
10 INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E PATENTES	86
11 SERVIÇOS TURÍSTICOS BRASILEIROS	89
EIXO INFRAESTRUTURA.....	91
1 PARCERIAS PARA MAIS INVESTIMENTOS.....	92
2 PROGRAMA AVANÇAR	110
3 ENERGIA ELÉTRICA	113
4 ENERGIA RENOVÁVEL E BIOCOMBUSTÍVEIS.....	118
5 INVESTIMENTOS NOS SETORES PORTUÁRIO, RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AEROPORTUÁRIO	120
6 AVANÇAR CIDADES: MOBILIDADE URBANA	130
7 HABITAÇÃO	134
8 SANEAMENTO	136
9 PROGRAMA INTEGRAÇÃO DE BACIAS	137
10 COMUNICAÇÕES E INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES.....	141
EIXO SOCIAL E CIDADANIA	143
1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA	144
2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	148
3 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL	150
4 PRIMEIRA INFÂNCIA	152
5 EDUCAÇÃO	153
6 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - MELHORIA DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO	168
7 PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	181
8 POVOS INDÍGENAS	195
9 JUVENTUDE.....	200

SUMÁRIO

10 ESPORTE	202
11 CULTURA	204
12 AGRICULTURA FAMILIAR E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	206
13 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	210
14 PROGRAMA NACIONAL DE VOLUNTARIADO.....	211
EIXO O BRASIL E O MUNDO	213
1 UNIVERSALISMO.....	214
2 FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL	224
3 COMÉRCIO EXTERIOR E DIPLOMACIA ECONÔMICA.....	230
4 COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR E TEMAS MIGRATÓRIOS	241
5 COOPERAÇÃO.....	243
6 SEGURANÇA, DEFESA E INTELIGÊNCIA	245
EIXO GESTÃO PÚBLICA	253
1 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	254
2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO	257
3 GOVERNANÇA PÚBLICA.....	261
4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO	263
5 DESESTATIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E DESINVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS	266
6 BRASIL EFICIENTE	270
7 COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA E DE DIFUSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SOCIEDADE	287
8 TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	288
9 PROGRAMA DE INTEGRIDADE	293
10 PROGRAMA NACIONAL ANTICORRUPÇÃO	296
11 COMBATE À IMPUNIDADE.....	300
12 COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	301
13 SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	305
14 GESTÃO INTEGRADA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	307
15 AÇÕES DE SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO.....	309
16 SISTEMA PRISIONAL E EXECUÇÃO PENAL	310
ANEXO	313
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSELHO E A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS (ART. 130-A, § 2º, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL).....	314

LISTA DE QUADROS | BOX DESTAQUES

EMPREGO	21
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	35
FGTS: SAQUE DAS CONTAS INATIVAS E DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO	40
LIBERAÇÃO DAS COTAS DO PIS/PASEP	41
FISCALIZAÇÃO E CONVERSÃO DE MULTAS AMBIENTAIS	63
BARRAGEM DE FUNDÃO	74
PROGRAMA STARTUP BRASIL	85
INTEGRAÇÃO DA LOGÍSTICA NACIONAL	96
LEILÕES DE AEROPORTOS	97
TERMINAIS PORTUÁRIOS	98
RODOVIAS	99
FERROVIAS	102
ENERGIA	104
ÓLEO E GÁS	105
MINERAÇÃO	106
PROGRAMA AVANÇAR: ORÇAMENTO TOTAL DE R\$ 130,97 BILHÕES ATÉ O FINAL DE 2018	110
EXPANSÃO DA FONTE EÓLICA E FOTOVOLTAICA	114
RETOMADA DO MINHA CASA MINHA VIDA	134
CADASTRO ÚNICO	146
PRONATEC OFERTA VOLUNTÁRIA	160
NOVO FIES	162
NOVIDADES ENEM 2017	167
AVANÇO DAS PESQUISAS CONTRA DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA VÍRUS	178
RECORDE DE TÍTULOS ENTREGUES A ASSENTADOS	208
DIPLOMACIA BRASILEIRA PELA PAZ	215
NOVA LEI DE MIGRAÇÃO	216
CANDIDATURAS VITORIOSAS DO BRASIL NO EXTERIOR	218
DIPLOMACIA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	219

LISTA DE QUADROS | BOX DESTAQUES

UM MERCOSUL DE RESULTADOS	225
INTEGRAÇÃO FÍSICA COM PAÍSES VIZINHOS.....	229
SIMPLIFICANDO O COMÉRCIO EXTERIOR.....	232
PROMOÇÃO COMERCIAL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	236
ACESSÃO À OCDE.....	238
PROTEÇÃO DA MULHER BRASILEIRA NO EXTERIOR.....	242
APOIO AO EMPREENDEDORISMO DO BRASILEIRO NO EXTERIOR.....	242
EXEMPLOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA NA CPLP	244
NOVAS RESTRIÇÕES AO AUXÍLIO-MORADIA NO EXECUTIVO.....	255
ESTATAIS: LUCRO E GOVERNANÇA	266
PETROBRAS ARRECADADA BILHÕES COM PARCERIAS E VENDA DE ATIVOS	269
eSOCIAL	276
FACILIDADES PARA O TRABALHADOR	277
CAI PARA CINCO DIAS E MEIO O PRAZO PARA ABERTURA DE EMPRESAS EM SÃO PAULO.....	280
e-SAÚDE.....	281
PORTAL CONSUMIDOR.GOV	284
RECUPERANDO BILHÕES PARA OS COFRES PÚBLICOS.....	298

APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Membros do Congresso Nacional,

Trago-lhes palavra de confiança no Brasil.

Há um ano, ao apresentar a mensagem presidencial na abertura da sessão legislativa de 2017, afirmei a este Plenário que a situação que herdáramos não comportava meias palavras: o Brasil atravessava, então, uma crise econômica sem precedentes.

Pois, passados doze meses, tenho a grata satisfação de constatar: unidos, superamos a crise.

Devolvemos rumo ao Brasil. Com base em muito diálogo, colocamos o País de volta nos trilhos do desenvolvimento.

A inflação, que chegara à casa de 10%, caiu para menos de 3%. A taxa básica de juros, que passava de 14%, está em seu menor patamar histórico: 7%. O desemprego, que atingiu níveis alarmantes, começou a ceder. O risco-Brasil, que havia disparado, recuou significativamente – dos mais de 500 pontos negativos, verificados no início de 2016, caiu consistentemente, atingindo 162 pontos-base em dezembro de 2017.

Nossa economia voltou a crescer. A produção industrial, que retrocedia, agora apresenta crescimento. A safra de grãos bate recordes. O comércio exterior em 2017 registrou superávit de 67 bilhões de dólares.

Nossas empresas estatais, antes dilapidadas, são novamente orgulho para os brasileiros. Se, no terceiro trimestre de 2016, amargaram prejuízo de 5,6 bilhões de reais, no mesmo período de 2017 acumularam lucro de mais de 8 bilhões.

Para ajudar os brasileiros a enfrentar os efeitos da crise, liberamos as contas inativas do FGTS. Foram 44 bilhões de reais que introduzimos na economia, em benefício de 26 milhões de

APRESENTAÇÃO

trabalhadores. Antecipamos, da mesma forma, os saques do Fundo PIS/PASEP – as estimativas mostram potencial de liberar mais de 21 bilhões de reais para mais de 10 milhões de beneficiários em 2018.

Avançamos, também, na infraestrutura. Temos, hoje, modelo de concessões e privatizações com regras claras e estáveis. Em 18 meses, foram 70 projetos, que correspondem a 142 bilhões de reais em investimentos – e, em 2018, serão 75 outros projetos. São mais e melhores aeroportos, portos, rodovias, ferrovias, linhas de transmissão. É um Brasil de mais produtividade, de mais empregos.

Uma economia que vai bem cria os espaços orçamentários para políticas sociais indispensáveis em um país como o Brasil. Uma economia que vai bem é decisiva para resultados efetivos na área social.

E foram muitos esses resultados. Em 2017, zeramos, pela primeira vez, a fila do Bolsa Família – antes, já aumentáramos o valor do benefício, depois de dois anos sem qualquer reajuste. O Minha Casa, Minha Vida, que em maio de 2016 tinha cerca de 70 mil unidades paralisadas, foi revitalizado. Simplificamos a regularização de terras e moradias, no campo e na cidade – medidas que trazem mais dignidade para milhares e milhares de famílias.

Em matéria ambiental, também retomamos o caminho da sustentabilidade. O desmatamento na Amazônia, que vinha crescendo desde 2012, voltou a cair – segundo dados oficiais, obtivemos, de agosto de 2016 a julho de 2017, queda de 16%, contra o aumento de 27% que se verificara entre 2015 e 2016. Expandimos a área total das unidades de conservação federais e as áreas de floresta nacional concedidas.

Nada disso é fruto do acaso. São todos avanços que têm exigido disciplina, trabalho, clareza de ideias. Que têm exigido, reitero, muito diálogo.

APRESENTAÇÃO

Com o fundamental apoio deste Congresso Nacional, temos levado adiante a mais ambiciosa agenda de reformas em décadas. Demos início a novo ciclo de modernização do Brasil. Estamos trazendo o País para o século XXI – em nome do crescimento, em nome do bem-estar dos brasileiros.

Atualizamos leis trabalhistas concebidas na década de 1940. Novas modalidades de trabalho, próprias da economia contemporânea, ganharam proteção legal. Os acordos coletivos foram valorizados. A nova lei de terceirização dá mais liberdade para a criação de postos de trabalho, garante mais segurança jurídica a trabalhadores e empregadores. Tudo isso sem tocar em direitos.

A modernização trabalhista é parte de nosso abrangente esforço pela competitividade – esforço que dá mais dinamismo, mais eficiência à economia, para gerar mais empregos e renda.

Estamos destravando a economia, eliminando procedimentos desnecessários, informatizando processos. Estamos facilitando a vida de quem quer trabalhar, de quem quer investir. É um ímpeto de desburocratização que tem mobilizado todo o Governo. Torna-se mais fácil abrir uma empresa, torna-se mais fácil importar e exportar.

Senhoras e Senhores,

Nesta obra coletiva que é a construção de um Brasil mais próspero e mais justo, é imprescindível cuidar da educação de nossas crianças e de nossos jovens. Atuamos – e continuaremos a atuar – no aprimoramento dos diferentes níveis do nosso sistema educacional. Na educação infantil e no ensino fundamental, a Base Nacional Comum Curricular que instituímos assegura a todos os alunos, de escolas públicas e particulares, acesso ao mesmo conjunto de conhecimentos. No ensino médio, a reforma que aprovamos dá escolhas a nossos jovens para perseguirem sua vocação. No ensino superior, salvamos o Financiamento Estudantil, o FIES, que vinha ameaçado pelo descontrole das contas; agora, os estudantes carentes voltam a poder contar com esse

APRESENTAÇÃO

programa essencial. Já começamos a ampliação do ensino médio em tempo integral e nosso objetivo é, gradualmente, oferecer um total de 500 mil vagas a nossos alunos.

Igualmente imprescindível é garantir saúde de qualidade aos brasileiros. Melhoramos a gestão, economizando em atividades-meio para investir no que mais importa: a prestação de serviços ao cidadão. Aumentamos o número de médicos, de agentes comunitários de saúde, de equipes de saúde da família. Ampliamos a quantidade de Unidades de Pronto Atendimento 24 horas.

Finalmente, é também imprescindível, para o Brasil que queremos, prover segurança para nossos cidadãos. Muitos são os brasileiros que têm a sensação de viver sitiados. O nível a que chegou a violência em nosso País é intolerável. Quero reafirmar que o combate firme e consistente ao crime organizado é prioridade de nosso Governo.

Em 2017, logo que demandados, enviamos forças federais para, em situações de crise, fortalecer a capacidade dos órgãos de segurança de Estados federados. Ao longo de todo o ano, as Forças Armadas, as Polícias Federal e Rodoviária Federal e os serviços de inteligência atuaram, de forma crescentemente coordenada, para coibir a entrada e a circulação de armas e drogas no território nacional.

A realidade do crime organizado impõe, mais do que nunca, o dever de cooperar. O combate ao crime é desafio para todo o Estado brasileiro. Demanda engajamento integral do Poder Público – e nisso continuaremos empenhados.

Senhoras e Senhores,

Temos promovido, ainda, uma política externa universalista, avessa a dogmatismos. Uma política externa que reflete os reais valores e os interesses da sociedade brasileira.

Na América do Sul, tivemos, em 2017, um Mercosul de resultados. Resgatamos a vocação do bloco para a democracia, para o livre mercado. Revitalizamos sua agenda de negociações externas. Aproximamo-nos dos países da Aliança do Pacífico, abrimos novas frentes e, pela primeira vez em vinte anos, temos perspectiva realista de concluir o acordo Mercosul-União Europeia.

Junto a importantes mercados mundo afora, fomos bem-sucedidos na defesa de nossos produtos agropecuários, quando suscitadas dúvidas sobre aspectos pontuais do sistema brasileiro de controle sanitário.

Em paralelo, o Brasil permaneceu ativo nos grandes debates internacionais, do meio ambiente às questões de paz e segurança. Nas Nações Unidas, tive a honra de ser o primeiro signatário de tratado global que proíbe o uso de armas nucleares – ameaça à paz que, infelizmente, está longe de ter ficado no passado.

Senhoras e Senhores,

As conquistas de 2017 nos animam a fazer ainda mais. É nosso dever concluir a agenda de modernização de que o Brasil tanto precisa.

Na sessão legislativa que ora se inaugura, nossas atenções estão voltadas para a tarefa urgente de consertar a Previdência. O atual sistema é socialmente injusto e financeiramente insustentável. É socialmente injusto porque transfere recursos de quem menos tem para quem menos precisa, concentrando renda. É financeiramente insustentável porque as contas simplesmente não fecham, pondo em risco as aposentadorias de hoje e de amanhã. Em 2017, a Previdência Social registrou déficit recorde de R\$ 268,7 bilhões – 18,47% maior que em 2016.

A sociedade brasileira mostra-se cada vez mais consciente de que a reforma é questão-chave para o futuro do Brasil. A reforma combate desigualdades, protege os mais pobres. Responde à nova realidade demográfica de nosso País e dá sustentabilidade ao sistema previdenciário.

O texto que apresentamos ao Congresso foi amplamente discutido ao longo do ano que passou. Também aqui, o diálogo tem sido nosso método. Fizemos ajustes para atender a preocupações legítimas, para criar regras de transição mais suaves. Chegou a hora de tomar uma decisão.

Passo importante, também para esta sessão legislativa, será a simplificação tributária. Precisamos desfazer o cipoal de regras que complica a vida dos empreendedores e aumenta o custo de produzir e de gerar empregos no Brasil.

Senhoras e Senhores Membros do Congresso Nacional,

Todos sabemos que o Brasil atravessa momento de desafios históricos. Mas o que juntos já conquistamos reforça esta certeza: somos capazes de vencer cada um deles.

Mais do que nunca, a hora é de olhar para a frente, com confiança e sentido de direção. É nosso dever levar a bom termo a travessia que iniciamos.

Muito obrigado.

Michel Temer
Presidente da República

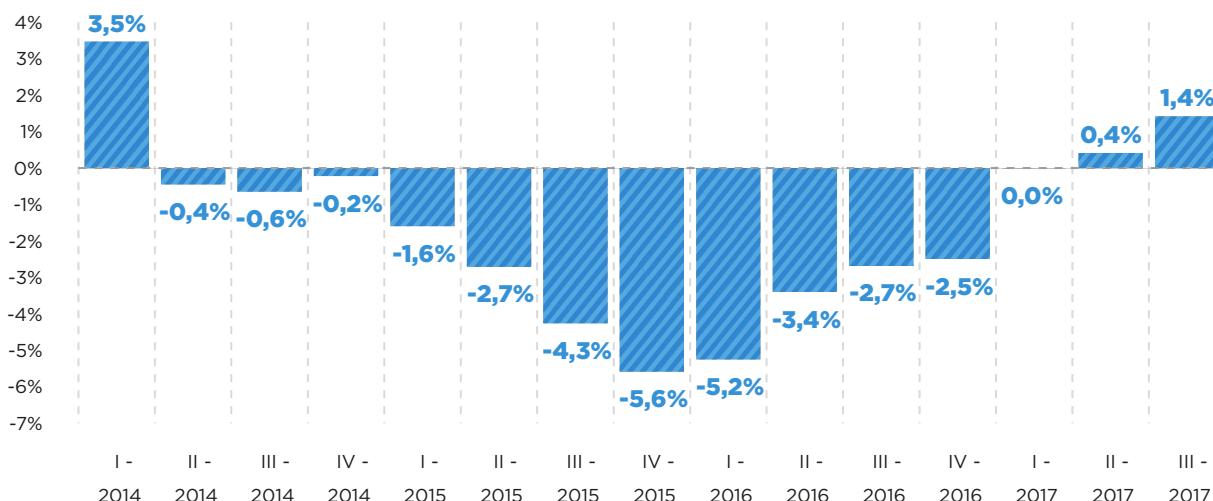
EIXO ECONÔMICO

1 PANORAMA ECONÔMICO

O ano de 2017 marcou o fim da mais longa recessão já registrada na história brasileira. O Produto Interno Bruto (PIB) encontra-se em elevação, ao passo que a inflação desacelerou e o desemprego e os juros registraram queda. O ano fechou com a inflação de 2,95% a.a (IPCA) e com taxa de juros básica da economia de 7% a.a (Meta Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic), os patamares mais baixos de juros verificados desde 2012. As condições de sustentabilidade externa continuam fortes, com superávits recordes da balança comercial e atratividade do País ao investimento estrangeiro.

Os números de 2017 registraram clara recuperação. Os três primeiros trimestres do ano cresceram 0,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação interanual (ou seja, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior), 2017 representou a quebra de uma sequência de 11 trimestres de retração, com registro de resultados progressivamente melhores no decorrer do ano.

Produto Interno Bruto (variação % contra mesmo trimestre do ano anterior)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O terceiro trimestre de 2017 também representou o primeiro em quatro anos em que houve crescimento real simultâneo dos dois principais componentes da demanda – investimento e consumo das famílias, observado no mesmo trimestre (em relação ao anterior, com ajuste sazonal). O consumo cresceu pelo terceiro trimestre consecutivo. O investimento registrou crescimento de 1,2%, após 15 trimestres consecutivos de números negativos.

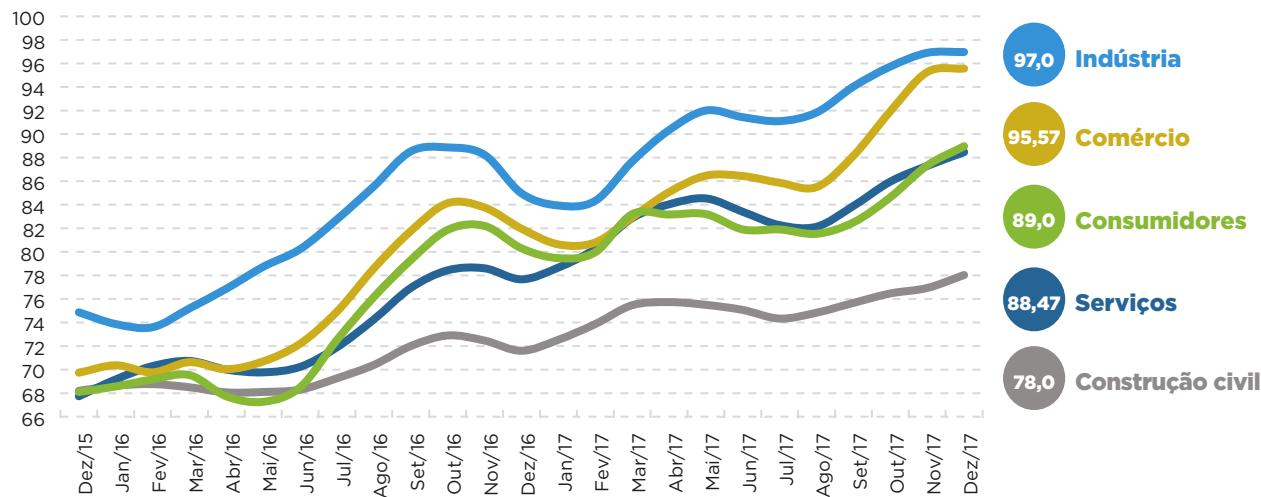
Os resultados positivos auferidos pela economia decorrem diretamente das mudanças na diretriz da política econômica iniciadas em maio de 2016. O novo Governo apresentou agenda abrangente para restaurar a confiança na economia brasileira, fornecendo as bases necessárias para seu crescimento e permitindo que o País aproveite ao máximo suas potencialidades. A agenda inclui propostas de reformas estruturais, visando o equilíbrio fiscal; as medidas administrativas que permitam ganhos de eficiência e modernização do Estado; e as políticas públicas e as mudanças nos quadros legais regulatórios e de infraestrutura. Estas iniciativas decorrem da visão de que a recuperação efetiva e sustentável da economia do País depende de reformas estruturais que ampliem a produtividade e reduzam a dependência das medidas estatais de estímulo.

A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, responsável por criar o Novo Regime Fiscal limitando o crescimento para o gasto público na Constituição Federal, modificou o arcabouço da política fiscal e, junto às demais proposições relativas às contas públicas, reduziu as incertezas quanto à condução da política fiscal.

A agenda de reformas resgatou a confiança das famílias, dos empresários e dos investidores internacionais.

EIXO ECONÔMICO

Indicadores de confiança - Sondagens IBRE (média móvel trimestral)



Fonte: Instituto Brasileiro de Economia – Fundação Getúlio Vargas (IBRE – FGV).

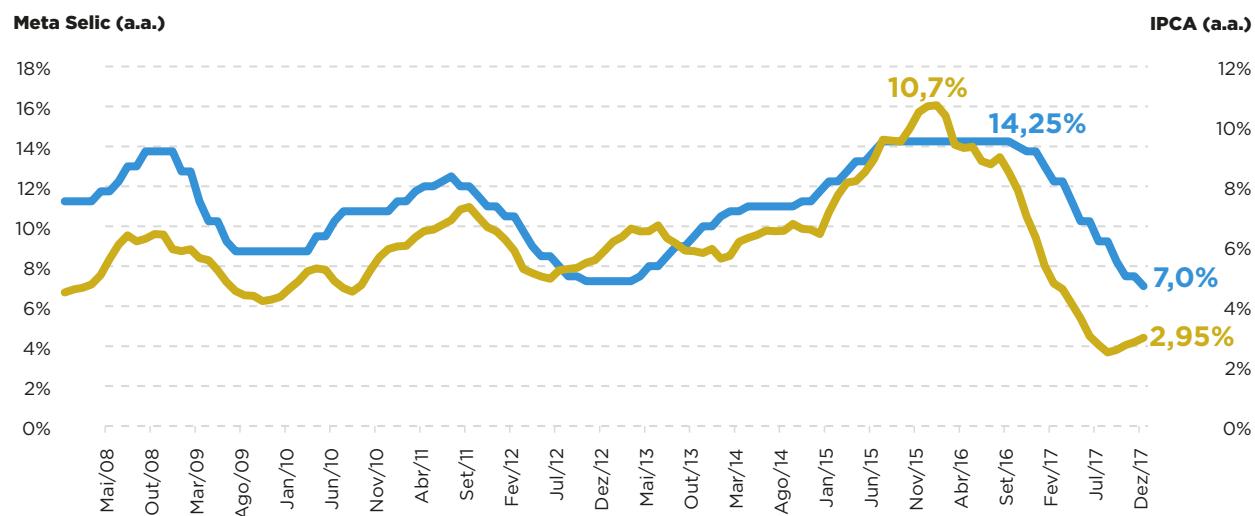
A melhora na percepção externa fica clara no comportamento do indicador de risco Brasil, conforme medido pelo *Credit Default Swap* (CDS) de cinco anos, que recuou dos 507 pontos registrados em janeiro de 2016 para 162 pontos-base em dezembro de 2017, já estando em patamar comparável aos registrados no período em que a economia obteve a avaliação de grau de investimento (entre abril de 2008 e setembro de 2015), em torno dos 170 pontos. Na mesma direção, a taxa de câmbio média, que alcançou R\$/US\$ 4,05, em janeiro de 2016, registrou, em dezembro de 2017, R\$/US\$ 3,29.

Uma reforma estrutural fundamental foi a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), que substitui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como referência das operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A TLP variará de acordo com o índice de preços ao consumidor e o rendimento da NTN-B de cinco anos (títulos indexados ao índice de inflação). Essa medida fará com que as taxas cobradas sobre os empréstimos do BNDES sejam mais próximas das taxas de juros do mercado. Além disso, a nova taxa permitirá maior previsibilidade das operações financeiras de longo prazo, dado que irá afetar positivamente o planejamento do investimento; proporcionar alocação mais eficiente de recursos; promover concessões de crédito de longo prazo; aumentar a eficácia da política monetária; e reduzir o gasto público com a equalização de taxas de juros.

O Novo Regime Fiscal e a redução das distorções no mercado de crédito abrem espaço para redução estrutural e permanente da taxa de juros no Brasil. A queda na inflação ao consumidor e a retomada da confiança na nova condução da política monetária viabilizaram a redução drástica da taxa de juros (Meta Selic), de 14,25% a.a. para 7% a.a., o menor patamar da história.

Nesse sentido, é importante destacar que a condução da política monetária, aliada à mudança na direção da política econômica, foram fatores decisivos para ancorar as expectativas de inflação, levando à sua queda. A taxa de inflação medida pela variação em 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou queda substancial, recuando de 10,67%, em dezembro de 2015, para 2,95%, em dezembro de 2017. As expectativas de inflação, apuradas pela pesquisa Focus do Banco Central do Brasil (BCB), encontram-se em 3,95% para 2018, 4,25% para 2019 e 4% para 2020 (BCB/Focus de 5 de janeiro de 2018). Não por acaso, esses valores são condizentes com as metas de inflação para esses anos, confirmando a confiança na eficácia da nova política econômica.

Além das mudanças na condução da política econômica, outro elemento relevante para explicar a queda da inflação foi o choque dos preços de alimentos. Em 2017, o custo da alimentação no domicílio medido pelo IPCA acumulou queda de 4,85%, em contraste com o aumento de 9,36% em 2016.



Fonte: IBGE e BCB.

EIXO ECONÔMICO

A rápida queda da inflação elevou o poder de compra da população e ajudou a explicar essa recuperação por meio da retomada do consumo. Esse movimento está calcado em bases mais sólidas do que no passado, que são o aumento permanente de renda e a redução do endividamento das famílias, ocorrido nos últimos dois anos.

Esse endividamento passou por processo de ajuste, interrompendo o ritmo constante de elevação registrado até 2014. As condições de crédito para pessoa física melhoraram significativamente. Em novembro de 2017, as concessões de crédito cresceram 5,1% em termos reais em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto os *spreads* de empréstimos caíram 3,6 p.p., juntamente com taxas de empréstimos, que recuaram 6,4 p.p. no mesmo período.

Houve crescimento real de 2,2% no estoque de crédito a pessoas físicas com recursos livres em 2017, considerando os dados até novembro. Nesse mesmo segmento, a taxa média de juros recuou quase 15 pontos percentuais no ano, acompanhada por uma redução de cerca de 11 pontos percentuais no *spread*.

Dentre as medidas que contribuíram para a redução do endividamento e da ampliação do consumo das famílias, está a facilitação do acesso a recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que injetou R\$ 44 bilhões na economia e atendeu a 26 milhões de beneficiários em 2017. Outra medida foi a antecipação do saque do Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) para cotistas idosos, detalhada mais à frente neste documento, que liberou cerca de R\$ 2,2 bilhões e beneficiou 1,6 milhão de pessoas em 2017 e tem potencial para liberar mais R\$ 21,4 bilhões para 10,9 milhões de beneficiários em 2018.

Os juros baixos e a confiança em alta também são perceptíveis na retomada do investimento em máquinas e equipamentos, e no consumo de bens duráveis. Segundo dados do IBGE, de janeiro a novembro, a produção de bens de capital acumula crescimento de 6%, e a produção de bens de consumo durável, 12,42%. Exemplo dessa retomada, a produção industrial do setor automobilístico acumula crescimento de 49,6% desde o pior momento da crise, em dezembro de 2015, até o final de 2017.

No setor externo, igualmente, há melhora, com o déficit em transações correntes passando de 4,2% do PIB, em 2014, para 0,56% do PIB no acumulado em 12 meses até novembro de 2017, com ênfase

no superávit da balança comercial. Ao mesmo tempo, o investimento estrangeiro no País permanece estável em 3,6% do PIB, nível muito superior ao necessário para o financiamento do déficit atual. Finalmente, as reservas internacionais em níveis elevados, da ordem de US\$ 380 bilhões, garantem a sustentabilidade das contas externas, e o Brasil se mantém credor líquido, com estoque de reservas que supera sua dívida externa total.

O ritmo de retomada tende a se intensificar no decorrer de 2018 e isso fica claro não apenas nas projeções de analistas, mas também nos indicadores de confiança e na Bolsa de Valores. Após atingir 37.500 pontos, em janeiro de 2016, o índice Bovespa registrou recuperação, com acelerado crescimento, encerrando 2017 com índice acima dos 76 mil pontos.

Além da perspectiva de crescimento, essa forte valorização da Bolsa reflete a nova política de gestão das empresas estatais, cujo objetivo principal passou a ser a maximização de seus próprios resultados. Após registrarem prejuízo de R\$ 5,6 bilhões no terceiro trimestre de 2016, as empresas tiveram lucro de R\$ 8,1 bilhões no terceiro trimestre de 2017, e as perspectivas são de continuidade dos resultados positivos.

Diante de todo esse quadro e das medidas sinalizadas pelo Governo, as perspectivas para 2018, tanto de agentes de mercado quanto de organismos internacionais e de agências de risco, são de continuidade do processo de recuperação e crescimento econômico.

EMPREGO

A retomada econômica se faz sentir também no emprego. O ano de 2017 marcou o início da recuperação do mercado de trabalho. Entre janeiro e novembro, foram criados 299.635 empregos formais (Caged/MTb), em contraste com a perda de emprego no mesmo período dos dois anos anteriores. Vale dizer que o dado esperado para dezembro é negativo devido à própria característica sazonal do mês na série. Em 2010, por exemplo, quando a criação líquida de postos atingiu seu valor máximo no ano, o mês de dezembro registrou -419.873 postos. A taxa de desemprego está caindo continuamente após o pico de 13,7%, em março de 2017, reduzindo-

EIXO ECONÔMICO

se para 12% da população economicamente ativa no País, segundo dados de novembro de 2017 (PNAD Contínua/IBGE).

A população ocupada cresceu 1,9% em 2017, chegando a 91,9 milhões. Destaque para o aumento da importância do empreendedorismo em 2017, com alta de 6,2% no pessoal ocupado como empregados e de 4,1% dos que trabalham por conta própria, categorias que já representavam mais de 39% da população ocupada em novembro de 2017.

A combinação de crescimento de empregos e de salário fez com que a massa salarial crescesse 4,5 pontos percentuais acima da inflação nos últimos 12 meses até novembro de 2017. Isso corresponde a um crescimento real anual de R\$ 98,5 bilhões na renda mensal das famílias (cerca de 1,6% do PIB).

O mercado de trabalho terá uma nova dinâmica com a modernização das leis trabalhistas. A nova legislação, detalhada nesta Mensagem, reduz drasticamente as incertezas e confere maior autonomia para trabalhadores e empresas firmarem acordos. Com isso, haverá redução da informalidade, aumento de postos de trabalho e de salários.

Não obstante a recomposição do poder de compra e a recuperação do consumo, a retomada dos investimentos é o próximo passo esperado para se gerar crescimento sustentável a médio e longo prazos. Os esforços do Governo na área de infraestrutura e na privatização são alicerces importantes para esse crescimento sustentável, que resulta na melhoria do mercado de trabalho, com maiores oportunidades de geração de emprego e renda. Outro fator relevante para a retomada do investimento reside na queda sustentável das taxas de juros reais, resultante de esforços de redução da taxa de juros estrutural.

Nesse sentido, a continuidade dos ajustes e reformas, em particular a da Reforma da Previdência, trará consequências favoráveis para a inflação, a queda da taxa de juros estrutural e a recuperação sustentável da economia brasileira.

2 REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS

Em fevereiro de 2017, foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e busca viabilizar a recuperação da solvência de Estados que vivenciam crises financeiras graves. Esse projeto foi convertido na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017.

Em linhas gerais, ao adotar o RRF, Estado e União reconhecem a situação de desequilíbrio financeiro do primeiro e especificam, no Plano de Recuperação Fiscal, as medidas de ajuste fiscal, com os respectivos impactos e prazos, assim como as fontes de financiamento que serão utilizadas no período de duração do Regime.

O diagnóstico da situação fiscal delicada do Estado é feito a partir da verificação de requisitos de elegibilidade previstos na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, quais sejam: i) dívida consolidada maior que a receita corrente líquida; ii) soma das despesas com pessoal, juros e amortizações consomem mais de 70% da receita corrente líquida; e iii) volume de obrigações contraídas é maior que as disponibilidades de caixa dos recursos não vinculados. Assim, o ente precisa comprovar que possui uma situação patrimonial delicada, pouco espaço para cortes significativos de despesas e problemas de liquidez imediata.

A outra parte essencial para a adesão ao Regime é a avaliação da capacidade financeira do Plano de Recuperação Fiscal apresentado pelo Estado proponente. O Plano de Recuperação Fiscal deve implementar, no mínimo, o conjunto de medidas de ajuste fiscal que estão previstas no § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

O Regime só pode ser homologado se houver a demonstração de que o Estado conseguirá, a partir da implementação das medidas de ajuste propostas, apresentar resultados nominais capazes de estabilizar sua dívida líquida durante a vigência do Regime. Assim, o volume financeiro das medidas de ajuste é proporcional ao tamanho do desequilíbrio fiscal do Estado. Após a homologação do Regime, cabe ao Conselho Supervisor monitorar a implementação das medidas de ajuste e, se necessário, solicitar a adoção de medidas de ajuste adicionais.

EIXO ECONÔMICO

O primeiro Estado a aderir ao RRF foi o Rio de Janeiro, cujo Regime foi homologado dia 4 de setembro de 2017.

De acordo com as estimativas encaminhadas pelo Rio, caso não aderisse ao RRF, o Estado acumularia um volume de aproximadamente R\$ 104 bilhões de despesas não pagas até 2023 – ou seja, o conjunto de obrigações inadimplidas ultrapassaria o total previsto de receitas para este ano. Para fazer frente a esse quadro, o referido ente federado se comprometeu a adotar medidas de ajuste fiscal que devem gerar impactos positivos de cerca de R\$ 74 bilhões no caixa do Estado, além do alívio de R\$ 19,7 bilhões advindo da suspensão das dívidas com a União.

3 MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Em 21 de dezembro de 2016, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.787, para modernização da legislação trabalhista, medida estruturante e imprescindível para a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos no Brasil.

Na Comissão Especial na Câmara dos Deputados, houve extenso diálogo com representantes de vasta gama de setores, tendo sido realizadas 17 audiências públicas, sete seminários e 40 outras reuniões (mesas redondas, reuniões de trabalho, reuniões técnicas) na Câmara dos Deputados, bem como em diversas unidades da Federação.

No Senado Federal, o PLC 38/2017 (PL 6.787/2016 na Câmara dos Deputados) também foi alvo de ampla discussão sendo, por fim, aprovado pelo Plenário.

O resultado foi a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que atualiza vários dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e coloca a legislação trabalhista do Brasil em sintonia com as principais legislações do mundo. A nova lei promove a modernização da legislação trabalhista do Brasil, adequando-a à dinâmica social e à realidade das relações laborais entre trabalhadores e empregadores, com a manutenção de todos os direitos constitucionais conferidos aos trabalhadores, com segurança jurídica, maior liberdade contratual e menor interferência do Estado nessas relações.

A Lei objetiva, também, promover a pacificação das relações de trabalho, a partir do fortalecimento das negociações coletivas e de soluções extrajudiciais na composição de conflitos, prestigiando o respeito à autonomia coletiva da vontade. Busca a formalização das relações de trabalho no País, hoje com aproximadamente 45% da sua força de trabalho em caráter informal. O novo marco legal cria condições para promoção e geração de novos empregos formais, por meio da regulamentação de novas modalidades de contratação, em consonância com a dinâmica das novas profissões e atividades econômicas.

Em novembro de 2017, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 808, de 14 de novembro de 2017, com o intuito de aperfeiçoar ainda mais a legislação trabalhista. referida MP apresentou algumas alterações em relação ao trabalho autônomo, trabalho intermitente e ao exercício de atividades por gestantes em locais insalubres, possibilitando maior garantia de direitos para os trabalhadores.

As principais inovações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017 e pela MP nº 808/2017 nas relações de trabalho do Brasil estão dispostas a seguir.

- **Valorização da negociação coletiva**

A valorização da negociação coletiva era demanda antiga de várias entidades sindicais laborais, inconformadas com as anulações pela Justiça do Trabalho de cláusulas pactuadas em convenção ou acordo coletivo de trabalho, assumindo postura restritiva da autonomia sindical e não reconhecendo o sindicato como agente capaz de defender os interesses dos trabalhadores da categoria. Caso o sindicato laboral firmasse razoável acordo com a empresa, conforme a conjuntura econômica vigente, compensando ganhos e concessões em cláusulas distintas do acordo, corriam-se sérios riscos de que o acordado fosse desfeito por decisão judicial, em clara inobservância da autonomia coletiva da vontade, manifestada por trabalhadores e empregadores no pacto laboral coletivo.

A partir da vigência da Lei nº 13.467/2017, a negociação coletiva adquiriu segurança jurídica e as convenções e os acordos coletivos de trabalho passaram a ter prevalência em relação à lei, com os trabalhadores e os empregadores podendo negociar uma gama de direitos trabalhistas desde que não signifique supressão ou redução de direitos.

EIXO ECONÔMICO

A nova lei trabalhista está em sintonia com a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF), consolidada no julgamento do Recurso Extraordinário nº 590.415. O instrumento reconhece que, diferentemente do que ocorre com o direito individual do trabalho, no direito coletivo não se verifica a mesma assimetria de poder presente nas relações individuais de trabalho. Na negociação coletiva, o empregador, ente coletivo provido de poder econômico, contrapõe-se à categoria dos empregados, ente também coletivo, representado pelo respectivo sindicato e munido de considerável poder de barganha, assegurado pelas prerrogativas de atuação sindical, pelo direito de mobilização e pelo poder social de pressão e de greve.

- **Representantes dos empregados**

Outra medida de modernização importante é a regulamentação do art. 11 da Constituição Federal. Demanda histórica do movimento sindical laboral brasileiro, esse dispositivo constitucional assegura a eleição de representante dos trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados. Sua missão é promover o entendimento direto com a direção da empresa, atuando na conciliação de conflitos trabalhistas, antes que eventualmente cheguem à Justiça.

A nova lei resguarda as competências constitucionais das entidades sindicais, ao enfatizar que esse representante não tem atribuições no que se refere às negociações coletivas, atividade que é constitucionalmente delegada aos sindicatos. Assim, a atuação do representante se dará no âmbito da empresa, nas questões que envolvam o aprimoramento das relações internas e na busca de soluções para os conflitos eventualmente surgidos entre empregados e empregadores.

- **Contribuição sindical**

Quanto ao financiamento das organizações sindicais, o Congresso Nacional entendeu que o caráter obrigatório da contribuição sindical contradiz o princípio da liberdade sindical, consagrado na Constituição. A contribuição prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) continua a existir,

mas de forma facultativa. A sua cobrança poderá ocorrer desde que autorizada pelo trabalhador (no caso de contribuição sindical laboral) ou pela empresa (no caso de contribuição sindical patronal).

Registre-se que outras fontes de financiamento da organização sindical não foram alteradas, como: i) a contribuição associativa, devida por todos os trabalhadores e empresas que livremente se associam à entidade sindical; ii) a contribuição assistencial, prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho; e iii) a contribuição para o custeio do sistema confederativo, fixada por assembleia geral da categoria, conforme disposto no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal.

- **Trabalho em regime de tempo parcial**

O trabalho em regime de tempo parcial regulado na CLT trazia limitações à sua aplicação e restringia direitos desses trabalhadores. A jornada de trabalho contratual era limitada a 25 horas semanais, sem permissão da realização de trabalho extraordinário. Além disso, o trabalhador a tempo parcial tinha suas férias anuais limitadas a 18 dias e ele não podia transformar em pecúnia um terço de suas férias, como podem fazer os demais trabalhadores celetistas.

A nova Lei nº 13.467/2017 veio atualizar esse instituto, ampliando a possibilidade de utilização do trabalho em regime de tempo parcial para contratação de até 26 horas semanais, com a permissão de realização de até seis horas extras ou a contratação por 30 horas semanais, sem permissão de realização de horas extras. Para o trabalhador, foi ampliado o período de férias, tornando-o igual ao dos demais trabalhadores celetistas, 30 dias por ano, com a possibilidade da conversão de um terço do período de férias em pecúnia.

- **Trabalho intermitente**

O contrato de trabalho intermitente existe em vários países do mundo há vários anos, como Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, Portugal, Itália e França. De acordo com a nova lei

EIXO ECONÔMICO

trabalhista, o contrato de trabalho intermitente garante ao trabalhador a percepção dos mesmos direitos trabalhistas previstos na legislação brasileira, como salário mínimo/hora legal, férias, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, adicionais legais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a garantia de que a sua remuneração não será inferior à dos demais empregados não contratados na modalidade intermitente e que exerçam a mesma função.

Segundo a MP 808/2017, caso o trabalhador com contrato de trabalho intermitente seja demitido sem justa causa, ele terá direito à metade do aviso prévio indenizado e da indenização sobre o saldo do FGTS. Receberá ainda integralmente as demais verbas trabalhistas e ainda poderá movimentar 80% de sua conta do FGTS.

Essa nova modalidade de contratação irá retirar da informalidade empregos em empresas que apresentam demanda de mão de obra sazonal ou com picos concentrados, como em bares, restaurantes e empresas ligadas ao setor de turismo. Esses trabalhadores, até então informais, passarão a compor o mercado de trabalho formal do País. Serão, portanto, contribuintes da Previdência Social e titulares da mesma proteção previdenciária garantida aos demais trabalhadores. Além do impacto direto na geração de empregos, há de se considerar o efeito social da implantação do contrato intermitente em situações como a obtenção do primeiro emprego, especialmente para os estudantes, os quais poderão adequar as respectivas jornadas de trabalho e de estudo às suas necessidades, da forma que lhes for mais favorável.

- **Combate à informalidade da mão de obra**

A informalidade da mão de obra é um dos principais problemas enfrentados pelo País, afetando a produtividade e a eficiência da economia. Além disso, a não formalização do vínculo empregatício resulta em perda de receitas para o Estado. As empresas que não registram seus empregados deixam de recolher, em média, 24,5% de contribuição previdenciária, sobre as remunerações integrais de seus trabalhadores, além de não recolherem 8% para o FGTS. Então, em média, essas empresas deixam de recolher encargos de aproximadamente um terço do valor da remuneração do trabalhador.

Para tornar efetiva a atuação da fiscalização do Ministério do Trabalho no combate ao trabalho sem registro, a Lei nº 13.467/2017 corrigiu as distorções que existiam desde o ano 2000 no valor da multa, estabelecendo a quantia de R\$ 3 mil (mais de sete vezes maior) por trabalhador sem registro na empresa, reajustada anualmente pela Taxa Referencial (TR) divulgada pelo Banco Central. Para as micro e pequenas empresas, a multa foi fixada em R\$ 800 por empregado sem registro.

- **Jornada de trabalho 12x36**

A jornada de 12 horas de trabalho seguidas por 36 horas de descanso é muito comum nos setores de saúde e segurança. Neste tipo de jornada, ao invés de seis dias, o empregado trabalha três em uma semana e quatro na outra, alternadamente. A nova lei abre esta possibilidade de jornada para qualquer trabalhador. Além de menor carga horária, isto significa para o trabalhador menos tempo gasto no transporte coletivo e menos gastos com transporte e alimentação. Conforme a MP 808/2017, esse tipo de jornada deve ser negociada por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho, sendo que as entidades do setor de saúde podem fazer essa negociação por meio de acordo individual escrito.

- **Teletrabalho**

O teletrabalho, que é a prestação de serviços realizada fora das dependências do empregador com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, não contava com regulamentação adequada. A nova lei trabalhista regulamentou e detalhou essa modalidade de prestação de serviços, realidade em inúmeros países, proporcionando redução de custos e maior produtividade nas empresas. O empregado passa a ter maior flexibilidade para gerenciar o seu tempo, que deixa de ser gasto com seu deslocamento.

A nova lei também estabelece que poderá ser realizada a alteração entre o regime presencial e de teletrabalho, desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual. O retorno do regime de teletrabalho para o presencial pode ser determinado pelo empregador, mas fica garantido o prazo de transição mínimo de 15 dias, também com correspondente registro em aditivo contratual.

EIXO ECONÔMICO

- **Gestantes e lactantes**

A nova lei trabalhista determina que as trabalhadoras gestantes devam ser afastadas de atividades insalubres durante a gestação, mas permite que atuem em locais com insalubridade em grau médio ou mínimo quando, voluntariamente, apresentarem atestado de saúde para este fim emitido por médico de sua confiança. No caso das trabalhadoras lactantes, elas serão afastadas de suas atividades e operações consideradas insalubres em qualquer grau quando apresentarem atestado de saúde emitido por médico de sua confiança.

A Lei nº 13.467/2017, ao dar nova redação ao artigo 394-A da CLT, objetiva evitar situações de discriminação da mulher que trabalha em locais insalubres, tanto na contratação quanto para a manutenção do emprego. Isso ocorre com frequência em setores como o hospitalar, onde todas as atividades são consideradas insalubres, desestimulando a contratação de mulheres. Essa mudança na legislação foi um pedido das mulheres, sobretudo empregadas do setor de saúde, encaminhado por meio da bancada feminina da Câmara dos Deputados.

Com o afastamento pela insalubridade, a empregada gestante sofre redução salarial, pois perde o respectivo adicional, que incide até sobre o valor da licença-maternidade a que terá direito.

Ressalte-se que o atestado médico que definirá se a trabalhadora gestante ou lactante pode ou não continuar trabalhando em local insalubre deverá ser fornecido pelo médico de confiança da trabalhadora.

- **Justiça do Trabalho**

O Relatório “Justiça em Números de 2016”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresenta cenário preocupante para o Brasil. Há crescente litigiosidade trabalhista, cujos números totalizaram, em 2015, nove milhões de ações trabalhistas. São quatro milhões de novas ações todos os anos, ou seja, 11 mil novas ações trabalhistas por dia.

A Lei nº 13.467/2017 garante o direito à Justiça gratuita àqueles que recebem até 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, bem como busca corrigir desvios, aproximando a Justiça do Trabalho dos demais ramos processuais, ao estabelecer o sistema de sucumbência, que se coaduna com o princípio da boa-fé processual. Ou seja, o pagamento das custas processuais e dos honorários periciais cabe a quem perde o processo. O limite fixado pela nova lei para ter direito à Justiça gratuita abrange cerca de 80% de todos os assalariados no Brasil. Para os que recebem salários superiores ao teto fixado, o benefício da Justiça gratuita também poderá ser concedido em caso de comprovação de insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.

Ao colocar mais responsabilidade para as partes que ajuízam ações trabalhistas, a nova lei busca preservar o acesso à Justiça, mas quer torná-la mais efetiva, garantindo a gratuidade para os que realmente necessitam. Coibir a litigância de má-fé garante maior celeridade nos casos em que efetivamente a intervenção do Judiciário se faz necessária, promovendo a redução de custos vinculados à Justiça do Trabalho.

- **Rescisão do contrato de trabalho**

Outra inovação trazida pela Lei nº 13.467/2017 é a possibilidade de o trabalhador e a empresa decidirem pelo encerramento do contrato de trabalho por mútuo acordo, de forma não litigiosa. A medida visa a coibir o costumeiro acordo informal, pelo qual é feita a demissão sem justa causa. A medida é para que o empregado possa receber o seguro-desemprego e o saldo depositado em sua conta vinculada ao FGTS, com a posterior devolução ao empregador do valor correspondente à multa do Fundo de Garantia.

A nova lei prevê que, havendo acordo entre o trabalhador e a empresa, o contrato será extinto e serão devidos pela metade o aviso prévio (se indenizado) e a indenização sobre o saldo do FGTS, com as demais verbas trabalhistas sendo pagas na sua integralidade. Feita a rescisão do contrato de trabalho nesses termos, o empregado poderá movimentar até 80% do valor depositado na sua conta vinculada do FGTS, mas ele não fará jus ao recebimento do seguro-desemprego.

EIXO ECONÔMICO

Com o fim da obrigatoriedade da homologação da rescisão do contrato de trabalho dos empregados que tenham mais de um ano de serviço na empresa, foram instituídos, pela nova lei, o processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial e o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, que passa a ter eficácia liberatória das parcelas nele especificadas, a ser firmado perante o sindicato da categoria do empregado.

- **Dano extrapatrimonial**

Antes da edição da Lei nº 13.467/2017, havia um vácuo nas leis de trabalho quanto ao tratamento dos pedidos de indenização por dano moral ou existencial. A nova lei estabeleceu critérios legais para definir o valor das indenizações decorrentes do chamado dano extrapatrimonial, facilitando assim a atuação dos magistrados trabalhistas em todo o País.

4 SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda dispõe de aproximadamente 2,1 mil postos de atendimento presencial ao trabalhador e ao empregador, sendo que desses, cerca de 1,4 mil unidades fazem parte do Sistema Nacional de Emprego (SINE), executado em parceria com Estados e Municípios.

Nas ações de intermediação de mão de obra, o SINE colaborou diretamente na inserção de aproximadamente 540 mil trabalhadores em uma oportunidade de emprego em 2017.

Cerca de 6,4 milhões de trabalhadores foram beneficiados com o seguro-desemprego (modalidades formal, doméstico e bolsa-qualificação) no ano de 2017 (dados preliminares de dezembro de 2017), representando um total de R\$ 33,5 bilhões pagos ao trabalhador. Cabe destacar o aumento de 57% na quantidade de segurados e 80% nos valores pagos na Modalidade Empregado Doméstico, comparando o ano de 2016 com 2017, em função da regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos a partir de 2015.

Uma significativa iniciativa do Governo foi a implantação de um sistema antifraude. Já em 2017 foi possível contabilizar uma economia de aproximadamente R\$ 265,1 milhões em parcelas fraudulentas que tiveram o pagamento bloqueado antes do saque e mais R\$ 444,1 milhões em fraudes que o sistema conseguiu identificar antes da liberação de pagamento indevido.

Os desempregados terão prioridade no acesso aos cursos de qualificação profissional e, no momento em que fizerem o primeiro encaminhamento para o seguro-desemprego, receberão informações sobre as disponibilidades de cursos do Programa Qualifica Brasil. Este, por sua vez, irá oferecer cursos de qualificação gratuitos, conforme a Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador nº 783, de 26 de abril de 2017. Também, a Escola do Trabalhador disponibilizará até 50 cursos gratuitos e 100% *online* até 2018. Todos os cursos foram definidos com base na análise de dados estatísticos sobre o mercado de trabalho e das necessidades de empregadores e trabalhadores, não havendo pré-requisitos para cursá-los ou escolaridade mínima exigida.

Para apoiar os pequenos e microempreendedores, o Programa de Geração de Emprego e Renda do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Proger) celebrou, no período de janeiro a outubro de 2017, mais de 156 mil contratos, num volume aproximado de R\$ 3,7 bilhões aplicados. Isso contribuiu para a geração/manutenção de 65,1 mil empregos diretos e indiretos.

Para os trabalhadores aprendizes, foram firmados, em 2017, 369 mil contratos de trabalho até o mês de novembro, sendo 53% dos aprendizes homens e 47%, mulheres. O setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas se destacou nas contratações representando 25%, seguido do setor de indústria de transformações, com 24%.

O Plano Nacional de Combate à Informalidade do Trabalhador Empregado (Plancite) tem contribuído para o aumento da formalização e a inclusão de trabalhadores no sistema de proteção social e no exercício da sua cidadania, aumentando-lhes a renda e dando-lhes acesso regular aos bens e serviços. Com a modernização da legislação trabalhista, já mencionada, o valor da multa administrativa prevista no art. 47, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo não registro de empregado foi reajustada.

EIXO ECONÔMICO

As ações de fiscalização para o combate à informalidade têm buscado se expandir para estar presente em todo território nacional, alcançando as regiões mais distantes dos centros urbanos. Durante o ano de 2017, foram alcançados pela fiscalização trabalhista mais de 1,4 mil Municípios.

5 REFORMAS ESTRUTURANTES

Em maio de 2017, o Brasil solicitou acesso à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como parte de uma estratégia mais ampla de Estado voltada a consolidar o caminho rumo à ampliação do diálogo internacional e ao crescimento econômico sustentável e inclusivo, bem como para impulsionar as reformas estruturantes que estão na pauta do País.

A OCDE é um organismo internacional que tem como objetivo promover “políticas melhores para vidas melhores” e cujo foco de atuação é a melhoria da governança global por meio da promoção do diálogo, da identificação de boas práticas internacionais e de solução para problemas comuns nas mais diversas áreas de políticas públicas.

A acesso formal do Brasil à OCDE ajudará o País na persecução de políticas públicas mais racionais e eficientes, baseadas nas melhores práticas internacionais, de forma a contribuir para o aprimoramento da qualidade dos gastos públicos e para a melhoria do ambiente de negócios. A inovação tecnológica e os ganhos de competitividade da indústria, consequências da maior inserção dinâmica na economia internacional, bem como a mitigação da perda do grau de investimento, também são resultados esperados de uma potencial entrada do Brasil na OCDE.

Nesse mesmo contexto de buscar maior eficiência e aprimorar o ambiente de negócios, o Governo tem implementado reformas microeconômicas, por meio da simplificação burocrática, promoção mais eficiente da competição, ampliação dos mecanismos existentes de financiamento, estímulo à inovação e difusão de novas tecnologias. A principal meta é a adoção de medidas que levem à

ampliação da produtividade econômica, de forma a aumentar a taxa de investimento da economia e garantir o crescimento de longo prazo.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) retomou suas atividades com a realização da 45^a Reunião Plenária em novembro de 2016, após a atualização das normas que o regem e com uma nova composição de conselheiros e conselheiras. Em 2017, os trabalhos do CDES dividiram-se em dois ciclos, com temas sugeridos pelo Presidente da República e pelos Conselheiros.

No primeiro ciclo, realizado nos meses de janeiro e fevereiro, houve reuniões de grupos de trabalho montados para discutir os temas de “ambiente de negócios”, “educação básica”, “agronegócio”, “produtividade e competitividade”, e “desburocratização e modernização do Estado”. Como resultado o Conselho apresentou ao Presidente da República, durante a 46^a Reunião Plenária do CDES, realizada em 7 de março de 2017, três recomendações sobre cada tema. Ao todo foram 15 recomendações, que originaram 26 medidas anunciadas pelo Presidente como compromissos de governo – as chamadas “determinações presidenciais”, que são pactuadas com os ministérios responsáveis, incluindo prazos e metas. Até novembro, 92% das referidas determinações presidenciais já haviam sido implementadas ou estavam sendo executadas dentro do prazo determinado. Até 2016, não havia um acompanhamento para aferir a efetividade do diálogo. O grande diferencial estabelecido pelo CDES nesta nova fase de suas atividades é justamente a efetiva transformação das recomendações em ações e políticas públicas, conectadas ao processo de desenvolvimento do País.

O segundo ciclo de grupos de trabalho, ocorrido em abril e maio de 2017, trouxe cinco novos temas para discussão: “relações internacionais e política comercial”, “segurança pública e desenvolvimento”, “investimento e intermediação financeira”, “empregabilidade no Brasil do

EIXO ECONÔMICO

“século XXI” e “saúde”. Esses grupos de trabalho produziram 15 novas recomendações, que serão apresentadas ao Presidente na próxima reunião plenária.

Ao todo, foram 30 recomendações durante o ano de 2017. Esses compromissos são monitorados pelos conselheiros junto aos órgãos e às entidades do Poder Executivo federal com o apoio da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes), parte integrante da Casa Civil da Presidência da República. O processo de acompanhamento envolve reuniões de monitoramento entre os conselheiros e as autoridades governamentais, como Ministros e Secretários nacionais.

Reforma da Previdência

A Reforma da Previdência é mais um componente essencial no conjunto de reformas para a recuperação do equilíbrio das contas públicas. Durante todo o ano de 2017, o tema foi debatido no Congresso Nacional, com objetivo de aprovar o texto final no início de 2018.

O motivo fundamental para promover a reforma é a busca da sustentabilidade financeira do próprio regime previdenciário. Em 2017, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) registrou um déficit de R\$ 182,4 bilhões - 21,8% maior do que em 2016. A despesa com pagamento de benefícios cresceu 9,7% e representou 8,4% do PIB brasileiro. A Previdência dos servidores civis e militares da União também teve o déficit elevado em 2017: R\$ 86,3 bilhões, um aumento de 11,9% em relação ao resultado de 2016.

A Previdência Social como um todo registrou, portanto, um déficit recorde de R\$ 268,7 bilhões em 2017, considerando os resultados do RGPS e do regime dos servidores públicos. Como se vê, postergar a reforma significa colocar em risco, num futuro próximo, o pagamento de aposentadorias e de outros benefícios que são direitos dos cidadãos. Nesse sentido, o Governo Federal tem convicção de que os ajustes propostos em nova redação do substitutivo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 são indispensáveis para garantir esses direitos.

A dinâmica demográfica impõe desafios aos formuladores de políticas públicas. No caso da Previdência, os impactos são diretos. O Brasil registra uma ampliação da expectativa de vida, aumentando, também, a quantidade e a duração do pagamento de benefícios da seguridade. Conjugado a esse quadro, tem-se a diminuição da fecundidade, o que altera a proporção de ativos e inativos no mercado de trabalho. Esse dado é relevante porque o sistema previdenciário brasileiro é solidário ou de repartição simples. Em outras palavras, os trabalhadores da ativa pagam os benefícios daqueles que se retiraram do mercado de trabalho.

Essa relação também está se alterando. Segundo o IBGE, o bônus demográfico termina em 2024. Assim, a população em idade ativa sustentará uma proporção cada vez maior de inativos. Em 1980, existiam 13 adultos para cada idoso. Hoje, existem nove adultos para cada idoso. Em 2060, existirão 2,3 adultos para cada idoso. No serviço público federal contabiliza-se 1,2 ativo por aposentado e pensionista. Nos Estados, essa razão é 1,4. Nos Municípios, quatro para um. Já não há mais bônus demográfico no serviço público.

Em termos fiscais, tal cenário se traduz num crescimento das despesas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) de cerca de 8% do PIB para 18% do PIB em 2060. Atualmente, metade do orçamento da União já é destinado ao pagamento de aposentadorias e pensões. A reforma introduz mudanças essenciais que desaceleram o comprometimento futuro do orçamento federal com a Previdência.

A Reforma da Previdência figura como pilar do ajuste fiscal em curso, sendo condição necessária para o cumprimento do teto de gastos estabelecido pelo Novo Regime Fiscal, instituído por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016. Assim, ao promover a redução da pressão imposta pelo envelhecimento populacional sobre a evolução da despesa previdenciária, a Reforma abrirá espaço fiscal para a alocação de recursos em outras políticas públicas.

No aspecto social da Previdência, a Reforma corrigirá uma importante distorção do pacto solidário: atualmente, quanto menor o salário, maior a idade média de aposentadoria. O fato é que a idade mínima para se aposentar já é realidade para a maioria dos trabalhadores brasileiros (63,8% do RGPSS) e esses são os que ganham menos. Enquanto a idade média de aposentadoria para quem

EIXO ECONÔMICO

ganha um salário mínimo é de 60 anos, ela se reduz para 50,1 anos para quem ganha entre seis e sete salários. A distorção se acentua quando se comparam as regiões do País, dado que mais de 85% das aposentadorias no Norte e no Nordeste ocorrem por idade.

Outro ponto da Reforma que busca promover mais igualdade e justiça social é estabelecer que a aposentadoria de políticos, juízes e altos funcionários do serviço público siga regras semelhantes às dos trabalhadores da iniciativa privada. A elevada desigualdade dos dois sistemas está retratada, por exemplo, no fato de o déficit *per capita* no regime dos servidores públicos federais superar em mais de 15 vezes o déficit do regime geral em que estão os trabalhadores da iniciativa privada.

É fundamental ressaltar que a Reforma proposta preserva os direitos adquiridos: não afeta, portanto, quem já está aposentado ou já cumpriu os requisitos para se aposentar. Seu princípio central é a harmonização de regras para todos os regimes de trabalhadores. Os ajustes, que incluem a fixação de uma idade mínima para aposentadoria, serão implementados de forma gradual, visto que as regras de transição permitirão mudanças suaves ao longo de 20 anos.

Com a nova redação – em forma de emenda aglutinativa –, buscou-se a preservação das regras previdenciárias relativas aos menos favorecidos. Estão mantidas as regras do Benefício de Prestação Continuada BPC/LOAS, dos benefícios rurais e piso previdenciário e assistencial no valor do salário mínimo.

Importante destacar que todos os meses o RGPS paga, rigorosamente em dia, cerca de 29 milhões de benefícios (aposentadorias, pensões, auxílios), o que gera desembolso de aproximadamente R\$ 34 bilhões mensais. Somados os benefícios assistenciais aos idosos e às pessoas com deficiência (totalizando mais de 33 milhões de pessoas), esse valor passa dos R\$ 38 bilhões. A Reforma garantirá o pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais desses brasileiros e dos que virão a se aposentar no futuro.

Tais informações tornam a percepção dos cidadãos mais clara em relação à necessidade da Reforma. Assim, o Governo tem confiança no Congresso Nacional para a aprovação desta proposta, que promove a sustentabilidade do sistema e o equilíbrio fiscal do País.

Estímulos econômicos

Taxa de Longo Prazo

Instituída por meio da Medida Provisória nº 777, de 26 de abril de 2017, e convertida na Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, a Taxa de Longo Prazo (TLP) substitui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como base de remuneração das principais fontes de financiamento de longo prazo no Brasil.

A TLP remunerará os recursos destas fontes de financiamento quando aplicados pelas instituições financeiras oficiais em operações de crédito contratadas a partir de janeiro de 2018. A taxa é composta pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros prefixada definida mensalmente com base no rendimento das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) para o prazo de cinco anos. Esse é o prazo que reflete o tempo médio dos empréstimos e dos financiamentos do BNDES que utilizam a TJLP como base de remuneração.

A criação da TLP possui os seguintes méritos: i) protege o trabalhador, preservando as políticas para sua assistência e amparo; ii) contribui para o equilíbrio fiscal, reduzindo subsídio implícito que afeta a dinâmica da dívida pública e, assim, protege também os recursos dos contribuintes; iii) contribui para aumentar a potência da política monetária e para a redução de juros estrutural da economia brasileira; iv) democratiza o crédito mais barato para todas as empresas e famílias, com efeito de redistribuição de renda para setores e regiões menos privilegiadas; v) aprimora os instrumentos à disposição do BNDES, bem como dos demais bancos públicos, beneficiando a execução das políticas de investimento; e vi) fomenta o financiamento privado de longo prazo nos mercados financeiro, de capitais e derivativos.

Ademais, a TLP, por ser baseada em parâmetros de mercado, possibilitará a securitização de créditos de longo prazo dos bancos federais oficiais, especialmente do BNDES, bem como a gestão das carteiras de recebíveis de longo prazo, por meio da contratação de operações no mercado derivativo. Isso permitirá não só a melhor gestão de risco daquelas instituições, como a mobilização de seus

EIXO ECONÔMICO

capitais em novos financiamentos. A certeza de que os créditos dos bancos estarão contratados a uma taxa parametrizada pelo mercado permitirá aos bancos públicos vender parte de suas carteiras de crédito para outras instituições financeiras, renovando seu *funding* de tempos em tempos.

FGTS: SAQUE DAS CONTAS INATIVAS E DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO

Pela primeira vez, o Governo devolveu recursos do FGTS aos trabalhadores.

Outras importantes e inéditas medidas adotadas em 2017 foram as alterações no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio da Lei 13.446, de 25 de maio de 2017. A Lei permitiu o saque das contas vinculadas aos contratos de trabalhos extintos até a data de 31 de dezembro de 2015 e a distribuição anual de 50% do resultado do FGTS por meio de crédito nas contas dos trabalhadores.

A primeira medida mostrou-se plenamente exitosa em termos do impacto sobre a economia no curto prazo, contribuindo para a retomada da atividade econômica e do emprego. O saque das contas inativas liberou R\$ 44 bilhões na economia e beneficiou 26 milhões de trabalhadores, gerando um impacto positivo sobre o PIB, estimado em 0,61 p.p. Essa medida ajudou a reduzir o grau de endividamento das famílias e, ao mesmo tempo, contribuiu com a melhoria do nível de atividade na economia, conforme apontado por vários indicadores.

A distribuição parcial dos resultados do FGTS, por sua vez, beneficiou os trabalhadores cotistas por meio da elevação da remuneração de seus recursos no Fundo. Em agosto de 2017, 88 milhões de trabalhadores foram beneficiados pela distribuição de resultados do FGTS. O resultado apurado para fins de distribuição foi de R\$ 14,55 bilhões e metade deste valor, R\$ 7,28 bilhões, foi creditado nas contas dos trabalhadores, elevando o rendimento dos trabalhadores em 1,93%. Com isso, a remuneração do FGTS em 2016 passou de 5,11% para 7,14%, ultrapassando a inflação de 6,28% medida pelo IPCA no mesmo ano.

LIBERAÇÃO DAS COTAS DO PIS/PASEP

Também com o objetivo de apoiar a retomada da economia, o Governo Federal editou duas MPs, a Medida Provisória nº 797, de 23 de agosto de 2017, atualizada pela MP nº 813, de 26 de dezembro de 2017, que flexibilizaram as regras e melhoraram os procedimentos para o saque das contas individuais do Fundo PIS/Pasep. Além de reduzir a idade mínima de 70 para 60 anos para o saque das contas, as MPs permitiram o crédito automático para os cotistas ou seus dependentes habilitados perante a Previdência Social. A medida também estimulou a melhoria nos canais de comunicação dos bancos para consultas sobre a disponibilidade de recursos, evitando visitas às agências.

As medidas beneficiam cerca de 12,5 milhões de cotistas do Fundo, sendo 83% desse público pertencente ao PIS e 17% às contas individuais do Pasep.

Estima-se que a liberação das cotas do PIS/Pasep tem potencial de injetar até R\$ 23,6 bilhões na economia, gerando um impacto esperado de 0,3 p.p. sobre o PIB, contribuindo para a consolidação da retomada do crescimento da economia brasileira.

Mudanças no crédito consignado

Na esteira da redução da taxa básica de juros Selic, que se tornou possível graças a uma maior confiança na gestão fiscal e monetária, reduzindo a inflação e suas expectativas, tornou-se possível reduzir o teto das taxas de juros nos empréstimos consignados para servidores públicos federais e para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O teto corresponde ao limite superior da taxa de juros que as instituições financeiras podem cobrar dos tomadores dos empréstimos dessa modalidade.

No caso das taxas para o crédito consignado destinado aos servidores públicos, foram promovidos dois cortes em 2017. Em março, Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) reduziu o teto de 2,5% ao mês – patamar em que se encontrava desde 2008 – para 2,2% ao mês. Novo corte foi promovido em 28 de setembro, a partir da publicação da Portaria MP nº 309,

EIXO ECONÔMICO

fixando o teto em 2,05% ao mês (27,6% ao ano). No ano, portanto, promoveu-se uma redução de 6,9 pontos percentuais em termos anuais nessa modalidade de empréstimo.

No tocante ao crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS, também ocorreram dois cortes nos tetos para as taxas de juros. Em março, Resolução do Conselho Nacional de Previdência (CNP) estabeleceu o teto em 2,14% ao mês (28,9% ao ano), ante 2,34% ao mês (32% ao ano). Já, em 28 de setembro, o novo teto foi estipulado em 2,08% ao mês (28% ao ano). No total, as reduções somam quatro pontos percentuais em termos anuais.

O crédito consignado com desconto em folha é uma das modalidades de empréstimo de baixo custo do mercado por embutir menor risco de inadimplência às instituições financeiras que o concedem. A redução do teto de juros pode incentivar a migração de dívidas mais caras, como as do cartão de crédito, para modalidades mais baratas, como o próprio consignado, auxiliando a promover a redução do nível de endividamento das famílias.

Além de reduzir o teto dos juros do crédito consignado dos servidores, o Governo está implantando medidas administrativas para reduzir a inadimplência nessas operações, o que deve contribuir para a diminuição dos *spreads*. Entre essas ações, destacam-se a possibilidade de desconto parcial das parcelas quando o valor dos empréstimos excede a margem consignável e a alteração no procedimento de contestação.

Atualização do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado

No intuito de favorecer o acesso do trabalhador autônomo ao crédito, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 802, de 26 de setembro de 2017, que modernizou a legislação do Programa e permitiu a simplificação de processos para concessão de financiamentos com custos operacionais reduzidos. Destacam-se ainda o aumento da renda ou a receita bruta anual para enquadramento dos beneficiários do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) para até R\$ 200 mil e a criação do Fórum Nacional de Microcrédito – instância destinada a promover o

diálogo contínuo em torno do aperfeiçoamento do Programa, por meio da participação social nas discussões afetas às políticas de governo.

BNDES Giro

Também com o objetivo de estimular o crédito necessário à consolidação da atual recuperação econômica, o BNDES instituiu uma nova linha de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas (MPME) - o BNDES Giro - em substituição à linha do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (BNDES Progeren). O Progeren dispunha de um processo de aprovação manual sem integração entre sistemas, o qual podia, em alguns casos, demorar mais de uma semana. Com as mudanças, o BNDES tem condições de aprovar as operações em cerca de três segundos e o recurso ficar disponível na conta do cliente em 24 horas.

A expectativa é que o BNDES Giro alcance um volume de contratos de R\$ 20 bilhões em novos financiamentos no prazo de um ano com indicativo de taxa final abaixo de 20% ao ano. Esse custo representou um avanço diante das taxas médias praticadas até o meio do ano de 2017 em operações de crédito à Pessoa Jurídica (PJ) com recursos livres, as quais giram em torno de 21% a.a. para Capital de Giro Rotativo e de 39% a.a. para Capital de Giro Total. Tal mudança será facilitada pela redução do *spread* do BNDES na operação para taxas entre 1,5% e 1,7% a.a.

Redução de custos no fomento, crédito e financiamento

Várias medidas vêm sendo implementadas com vistas a obter a redução de custos nos instrumentos de fomento e de concessão de crédito e financiamento por meio do aumento da eficiência e da segurança jurídica na intermediação financeira, da redução gradual dos direcionamentos obrigatórios de recursos, subsídios cruzados e exigibilidades compulsórias; e da melhoria nos mecanismos de garantias e de avaliação de crédito, aspectos que hoje encarecem os juros.

EIXO ECONÔMICO

- **Registro eletrônico de ativos financeiros e valores mobiliários**

A Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, ampliou o escopo de atuação das infraestruturas do mercado financeiro, mais especificamente as entidades registradoras, na constituição de gravames e ônus em operações realizadas no âmbito do mercado.

Antes da referida lei, a constituição de gravame e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários dados em garantia de operações de crédito, como os Certificados de Depósito Bancário (CDB) e as duplicatas, precisava ser feita em cartório, o que em muitos casos inviabilizava a transação. A Lei 13.476/17 estende às entidades registradoras a exclusividade na constituição de gravames e ônus sobre esses ativos, uma vez que estejam registrados nessas entidades. É esperado reflexo positivo na oferta de crédito, sobretudo às pequenas e médias empresas.

- **Regulamentação da Letra Imobiliária Garantida**

Por meio da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, foi criada a Letra Imobiliária Garantida (LIG), com a finalidade de ser uma fonte alternativa de recursos para a expansão do crédito imobiliário.

A LIG tem como principal característica a existência de dupla garantia: a garantia da Instituição Emissora; e a proveniente dos financiamentos imobiliários de uma carteira, ou, tecnicamente, os recebíveis imobiliários vinculados à LIG por meio de afetação de patrimônio.

A regulamentação do referido instrumento deu-se por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.598, de 29 de agosto de 2017, após audiência pública na qual foram coletadas sugestões da sociedade. A LIG deverá, efetivamente, ser uma alternativa de *funding* de longo prazo para o financiamento imobiliário no País.

Esse título tem o potencial de complementar as fontes tradicionais de recursos para o setor imobiliário, podendo contribuir para o crescimento do crédito nos próximos anos e ampliar a participação de investidores estrangeiros na estrutura de financiamento.

- **Cadastro Positivo**

Foi aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 212 (número na Câmara dos Deputados PLP 441/2017), que revitaliza o Cadastro Positivo.

A baixa adesão ao Cadastro, conforme o modelo instituído pela Medida Provisória nº 518, de 30 de dezembro de 2010, convertida na Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, possivelmente está associada aos custos incorridos às instituições de incluírem as informações positivas em suas bases, dificultando a alavancagem do processo de adesão.

Na forma vigente, a inclusão do consumidor no banco de dados demanda sua autorização expressa, enquanto que no modelo internacional a adesão é automática. Ou seja, assim que o consumidor realiza uma operação de crédito, ele é candidato natural a integrar o histórico de dados. Neste contexto, a abertura de cadastro não deve depender de autorização prévia do cadastrado, mas requer, pelo menos, que o mesmo seja informado previamente, por escrito, mediante correspondência enviada pelo gestor do banco de dados.

O novo arcabouço legal facilitará o acesso à informação por parte dos bancos pequenos e médios, fomentando a competitividade do mercado de crédito. As mudanças propostas incluem: i) alterar a forma de constituição do cadastro – inicialmente, todos farão parte dele, havendo possibilidade de solicitar exclusão; ii) alinhar o modelo de responsabilidade solidária ao previsto no Código de Defesa do Consumidor; e iii) incluir informações relativas à adimplência de serviços públicos (água, luz, telefone etc.).

Aprimoramento do Sistema Financeiro Nacional

O objetivo é tornar o sistema financeiro mais eficiente, por meio de ações para simplificar e reduzir o custo regulatório; melhorar o funcionamento dos meios de pagamento; e monitorar e agir, quando oportuno, na regulação das inovações tecnológicas trazidas ao sistema financeiro, entre outras.

EIXO ECONÔMICO

- **Principais resultados em 2017:**

- Sistema de Acompanhamento *Online* de Demandas do Cidadão, que permite acompanhar o andamento de suas demandas registradas no BC, inclusive por meio de dispositivos móveis;
- Implementação da Política de Dados Abertos e do Portal de Dados Abertos do Banco Central, com o objetivo de promover a publicação de dados contidos nas bases do BC, em formato aberto, para aprimorar a transparência ativa e facilitar o intercâmbio de dados entre órgãos e entidades, além de promover a oferta de serviços públicos digitais de forma integrada;
- Aperfeiçoamento da regulação de conduta das instituições financeiras, por meio da obrigatoriedade de elaboração de uma política de relacionamento com clientes;
- Aprovação da segmentação do universo de instituições financeiras que atuam no País, para fins de aplicação de regulação prudencial. Conforme detalha a Resolução 4.553/17, as instituições serão classificadas em cinco segmentos de acordo com seu porte, atividade internacional e perfil de risco;
- Operacionalização da nova plataforma da declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) e simplificação da declaração;
- Revogado o dispositivo relacionado ao credenciamento e autorização pelo BC de operações crédito externo de órgãos e entidades da administração federal, dos Estados, do DF e dos Municípios, e à captação de recursos externos por bancos estaduais e agências de fomento; e
- A liquidação das transações feitas por meio de cartões de pagamento passou a ser realizada de forma centralizada na Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP). A novidade trouxe ganhos de eficiência ao setor de pagamentos, pois, ao centralizar a liquidação das transações de pagamento em um ente neutro, eliminou a necessidade de cada participante estabelecer conexão a vários sistemas de liquidação, reduzindo custos. Além disso, a medida nivelou os participantes do mercado de pagamento às mesmas condições de concorrência, reduzindo

barreiras de entrada decorrentes da atuação verticalizada de algumas instituições, inclusive no mercado de credenciamento.

Mercados regulados

Petróleo e gás

O setor de Petróleo e Gás registrou importantes medidas estruturantes ao longo de 2017. Os resultados alcançados nos leilões de concessão e partilha, grande destaque positivo no ano, mostram que os avanços promovidos nas regras do setor foram determinantes para tornar o ambiente de negócios mais atraente e, consequentemente, fomentar novos investimentos para o País.

No âmbito legal, a Medida Provisória nº 795, de 17 de agosto de 2017, convertida na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, fez parte de um conjunto amplo de medidas que alteraram o marco regulatório do setor de Petróleo. O ato teve como objetivo aumentar a competição nos leilões para a exploração das reservas e, com isso, ampliar a renda absorvida pelos contribuintes na forma de tributos, royalties, participações especiais, bônus de assinatura ou excedente em óleo.

O Decreto 9.128, de 17 de agosto de 2017, prorrogou até 2040 os benefícios do Repetro, regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural. Esse regime, existente desde 1999, tem por objetivo equiparar a tributação do setor petróleo no Brasil à prática dos demais países produtores. Trata-se, portanto, de uma medida relevante para manter a competitividade do País na atração de investimentos de uma indústria que opera em escala global.

Também foi estabelecida a Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017, definindo as diretrizes gerais e específicas para implementação da política, que orientará o planejamento e a realização de licitações conforme ordenamento legal. A possibilidade de oferta permanente de

EIXO ECONÔMICO

áreas que já tenham sido objeto de autorizações pelo CNPE em licitações anteriores constitui-se em uma medida de incentivo ao pleno desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Insere-se nessas mudanças a publicação de cronograma para as rodadas de licitação de blocos e campos para exploração e produção de petróleo e gás natural no biênio 2018-2019 (Resolução CNPE 10/2017). Também consta a fixação de novos índices de exigências de conteúdo local para rodadas de licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural sob o regime de concessão e partilha (Resolução CNPE 7/2017).

Em 2017, o Governo realizou consulta pública com o objetivo de aferir a capacidade produtiva da cadeia brasileira de fornecedores de bens e serviços para o setor de petróleo e gás. Os dados obtidos foram utilizados como subsídio para definição do modelo e de índices para a 14ª Rodada de Licitações, resultando na publicação, em abril de 2017, da Resolução do Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor) nº 01/2017, que propôs ao CNPE novas regras de conteúdo local.

As novas regras definidas substituíram o, até então, complexo sistema de apuração de conteúdo local, que continha 90 itens e subitens, para um novo paradigma contendo quatro segmentos de aferição para os campos em mar e dois para campos em terra.

Outro importante item revisado, no âmbito do Pedefor, foi a cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), restando definido que um percentual de 30% a 40% das despesas qualificadas em PD&I deverão ser destinadas a universidades ou centros de pesquisa; 30% a 40% para programas de desenvolvimento de fornecedores e o remanescente às atividades qualificadas definidas pelo próprio concessionário.

Outra medida estruturante oriunda da iniciativa governamental “Gás para Crescer” foi a proposição ao Congresso Nacional do novo marco legal para propiciar um ambiente concorrencial, com pluralidade de agentes, de modo a incentivar a realização de investimentos privados no setor. As medidas propostas

no âmbito do Gás para Crescer foram incluídas no substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.407/2013, que dispõe sobre medidas para fomentar a indústria de gás natural.

Mineração

Ao longo de 2017, com fins de revitalizar a indústria mineral brasileira e contribuir para a retomada do crescimento econômico do País, o Governo trabalhou para aperfeiçoar a legislação do setor mineral, com o objetivo de recuperar a credibilidade e a segurança jurídica demandadas pelos investidores, propiciando a melhoria do ambiente de negócios.

Nesse sentido, foram editadas as Medidas Provisórias nº 789, que dispõe sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM); nº 790, que altera o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967); e nº 791, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) para a regulação do setor mineral.

O atual Código de Mineração, embora editado em 1967, guarda o mérito de ser uma legislação estável, que tem proporcionado a segurança jurídica demandada pelos investidores e garantido importantes avanços ao setor Mineral desde a sua vigência. Entretanto, as experiências advindas da aplicação da codificação apontam para a necessidade de aprimorar o referido marco regulatório. Assim, as alterações propostas tiveram como objetivo a desburocratização e a atualização de dispositivos considerados obsoletos, facilitando a sua operacionalização e resultando em ganhos para o minerador.

A proposta conteve ainda importantes mudanças como, por exemplo, a responsabilização do minerador pela recuperação das áreas impactadas; a conceituação moderna de recursos e reservas minerais; a previsão de um regime especial de licenciamento; a fixação de prazo máximo de validade para a licença; entre outras medidas que visam aproximar a regulação nacional das melhores práticas internacionais. No entanto, a proposta não teve continuidade no âmbito do Congresso Nacional.

Quanto à CFEM, a legislação até então vigente, que disciplina os *royalties* da mineração, revelou-se com defeitos que prejudicam a sua boa execução, comprometendo a realização efetiva do potencial

EIXO ECONÔMICO

de arrecadação e gerando elevado grau de incerteza para os beneficiários de sua receita. Nesse sentido, propôs-se uma revisão da base de cálculo da CFEM, de suas alíquotas e das sanções pelo seu inadimplemento. Com a conversão da MP nº 789 na Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017, o setor passa a contar com maior previsibilidade e segurança jurídica para o desenvolvimento de atividades de mineração.

Com a publicação da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017 (conversão da MP nº 791, de 2017), foi criada a Agência Nacional de Mineração (ANM) com funções de regulação e fiscalização do setor, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Em 2018, deverão ser conduzidos os trabalhos necessários à regulamentação dos respectivos normativos à luz das novas regras, bem como novas tratativas para a apresentação das propostas que visam a aperfeiçoar o atual Código de Mineração.

Energia elétrica

O ano de 2017 foi um ponto de inflexão das políticas públicas para o setor elétrico. A reavaliação do papel do poder público no setor levou à proposição de um novo arcabouço regulatório, com a intenção de contribuir para a melhoria do ambiente de negócios. A proposta foi apresentada por intermédio da Consulta Pública nº 33, de 5 de julho de 2017, do Ministério de Minas e Energia. O processo contém minutas de normas que propõem alteração de vários normativos regulatórios. Para cada minuta, há um texto didático explicando a motivação da proposta.

Entre as mudanças sugeridas, encontram-se medidas para o fortalecimento do Ambiente de Contratação Livre (ACL), com a redução das barreiras para o ingresso na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Consulta Pública prevê, ainda, novas regras para a descotização e a privatização de empresas de geração, o que abre a discussão sobre a venda de ativos da Eletrobras.

Foram recebidas contribuições de toda a sociedade, fomentando um movimento de discussão transparente e planejada de aperfeiçoamento do marco regulatório do setor que favorece escolhas

mais benéficas ao consumidor de energia elétrica. Esse processo será concluído com a proposição de alteração legal para contemplar as reformas mencionadas.

Particularmente sobre a venda de ativos da Eletrobras, a expectativa é que sua implementação abrirá novas possibilidades para o ingresso de capital privado e aumento da competição no segmento de geração de energia elétrica e nos leilões para aquisição do direito de concessão dos serviços públicos de transmissão e distribuição.

Para amparar e incentivar o processo de desestatização, houve publicação de atos da administração pública e nova legislação. É o caso do Decreto nº 9.192, de 6 de novembro de 2017, que regulamenta a licitação e a respectiva transferência de controle acionário de companhias distribuidoras de eletricidade controladas pela Eletrobras – Amazonas AS, Boa Vista, Eletroacre, Cepisa, CEAL, Ceron. Registre-se também a Medida Provisória nº 814, de 28 de dezembro de 2017, que concede incentivos para a transferência de controle acionário e inclui a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (PND). No Eixo de Infraestrutura desta Mensagem, há seção específica dedicada à desestatização da companhia.

Saneamento básico

Dante dos desafios para a universalização dos serviços públicos de saneamento básico no País, ao longo de 2017, foi criado grupo de trabalho composto por órgãos e entidades do Governo Federal que atuam nessa política setorial para discutir o tema. No período, abriu-se diálogo com representantes de Estados e Municípios e setor privado.

Dentre os desafios identificados, destacam-se a falta de uniformização das regras regulatórias aplicáveis aos prestadores de serviços e a insuficiência dos recursos públicos para fazer frente aos investimentos necessários. Nesse sentido, os estudos para a revisão do marco regulatório vigente têm buscado normas que induzam a uniformização das regras regulatórias no País e estimulem investimentos privados, possibilitando o aumento da cobertura e da qualidade dos serviços oferecidos aos usuários. Esses esforços realizados ao longo de 2017 devem se materializar como modificação legislativa em 2018.

EIXO ECONÔMICO

Não obstante os avanços promovidos pela edição da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, a população brasileira ainda enfrenta graves problemas de acesso aos serviços públicos de saneamento básico. Enquanto as coberturas por rede de abastecimento de água e por coleta de lixo são relativamente altas no País, a cobertura de domicílios por rede coletora de esgoto ainda não é a ideal. As deficiências quanto a esses serviços de saneamento básico são mais bem qualificadas ao se considerar outros problemas subjacentes. A existência da rede coletora de esgoto, por exemplo, não garante que o esgoto esteja sendo corretamente tratado antes de sua disposição, afetando a qualidade do corpo hídrico que o recebe.

Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento para 2015¹ indicam que a proporção de esgoto tratado encontrava-se em 42,7%, quando se considera o esgoto gerado, e 74%, quando se considera o esgoto coletado. Outras vezes, há rede de coleta de esgoto e estrutura para seu tratamento, mas a inexistência de obrigação, ou mecanismo de incentivo, para conexão à rede faz com que essa seja subutilizada e sub-remunerada, com consequências para a saúde, o meio ambiente e a sustentabilidade do serviço.

Quanto aos resíduos sólidos, níveis de coleta relativamente altos disfarçam problemas na disposição final e na viabilidade econômica do serviço. Em muitos Municípios, houve progresso nos últimos anos, com a criação de aterros sanitários e o consequente fim dos lixões. Contudo, a operação dos aterros é um serviço complexo e custoso para ser mantido individualmente. O funcionamento adequado dos aterros que atendem pequenos Municípios depende do aperfeiçoamento da gestão associada, possibilitando que uma escala mínima de operação seja atingida por vários Municípios em conjunto. Adicionalmente, Municípios de diferentes portes dependem da melhoria nos mecanismos de cobrança por este serviço para que sua sustentabilidade econômica seja garantida.

Ademais, há um entendimento geral de que é necessário aumentar a segurança jurídica do setor de saneamento básico, com o intuito de estimular, ampliar e acelerar os investimentos, em um somatório de esforços públicos e privados com vistas à universalização dos serviços no País.

¹ Fonte: MINISTÉRIO DAS CIDADES. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2015. Brasília, DF: SNSA/MCIDADES, 2017.

Nesse sentido, é necessário que existam normas nacionais de referência para a regulação do setor. Estas seriam compulsórias para os titulares do serviço que quisessem acessar recursos federais para investimentos em saneamento básico. É sabido que o País conta com mais de 50 agências reguladoras do setor de Saneamento Básico, sendo estas municipais, regionais (intermunicipais) e estaduais. Essa multiplicidade de atores contribui para o contexto de baixos investimentos no setor devido à diversidade e à falta de uniformidade de regras, sem a padronização e a estabilidade que a atividade regulatória demanda.

Dentre as alterações que estão sendo estudadas está uma mudança na Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, atribuindo à Agência Nacional de Águas (ANA) nova competência de instituir diretrizes e exercer a coordenação nacional para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

A proposta incluiria também a criação de uma instância interministerial para a coordenação das ações federais de saneamento. Nela, deverá estar assegurada a implantação da Política Federal de Saneamento Básico e a articulação da atuação dos órgãos e das entidades federais na alocação de recursos no setor.

Sendo assim, após um intenso momento de contribuições das associações e entidades dos prestadores de serviços à revisão do marco regulatório, espera-se que a proposta de lei para o saneamento seja encaminhada ao Congresso Nacional no 1º semestre de 2018. A nova lei deverá estimular a uniformização das regras em todo o País e o incremento de investimentos privados para que se possa expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

Telecomunicações

A Lei Geral de Telecomunicações foi publicada há quase duas décadas e, dada a característica de rápidas inovações tecnológicas do setor, faz-se necessária uma reforma regulatória que busque atualizar a legislação em vigor, visto que a concessão de telefonia fixa se torna cada dia menos atrativa, gerando riscos para a continuidade do serviço.

EIXO ECONÔMICO

Além da atualização legal à nova realidade do setor, a reforma busca permitir a competição de todas as empresas sob as mesmas condições, já que as autorizatárias possuem maior liberdade de atuação, enquanto as concessionárias estão sujeitas à regulação tarifária, às metas de universalização e qualidade e ao instituto da reversibilidade.

Trata-se de um setor de grande relevância para a economia, com a participação média do faturamento no PIB de 5% e na formação bruta de capital fixo de 3,1%, além da geração de 500 mil empregos diretos e indiretos. O setor serve de insumo para muitas áreas da economia e contribui com maior eficiência nas transações econômicas e com novos investimentos. Nesse sentido, a aprovação do PLC nº 79/2016, hoje no Senado Federal, contempla os aspectos supracitados e poderá ajudar nos esforços de retomada do crescimento econômico sustentado.

Licenciamento ambiental

Considerando a necessidade de aprimoramento da base jurídica do licenciamento ambiental, uma vez que não existe lei específica e geral para o tema, o Poder Executivo empreendeu discussões em torno da criação da Lei Geral de Licenciamento Ambiental, com a participação de diversos ministérios e organizações setoriais. Essas discussões subsidiaram os debates legislativos em curso, contribuindo para a construção do texto do Projeto de Lei nº 3.729/2004.

O Governo entende que a futura Lei Geral é urgente e precisa incluir regras básicas, sem prejuízo de Estados e Municípios complementarem essas normas no uso da competência legislativa concorrente. De acordo com o art. 24 da Constituição Federal, as regras valerão para os licenciamentos federais, estaduais e municipais. Padrões nacionais nesse campo são importantes, pois evitam a disputa entre unidades federadas e a flexibilização excessiva da legislação subnacional com o intuito de atrair investimentos.

Adicionalmente, a Lei Geral pretende criar a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), opção que considera a questão ambiental quando da formulação de políticas públicas. O objetivo é que essa possibilidade, caso exercida, facilite posteriormente o licenciamento ambiental exigido pela política. Dessa forma, a AAE favorece a integração dos aspectos ambientais com os aspectos socioeconômicos,

territoriais e políticos no planejamento de programas governamentais, além de possibilitar a condução mais célere do licenciamento ambiental nos casos em que for executada.

A Lei Geral deverá garantir a simplificação dos processos e a segurança jurídica. Pretende-se assegurar a eficiência, a eficácia e a coerência técnica no licenciamento ambiental. Consideram-se elementos importantes da futura lei: previsão de processos com complexidades diferenciadas, de acordo com o potencial de impacto do empreendimento; definição do tipo de processo e da exigibilidade dos estudos mais complexos, ponderando, também, os aspectos locacionais, e não apenas o tipo e o porte do empreendimento, como ocorre atualmente; reforço das prerrogativas técnicas dos órgãos licenciadores do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama); fixação de prazos máximos para processos de licenciamento, considerando os tipos de processo e a capacidade dos órgãos licenciadores; e garantia de transparência, disponibilidade de dados e participação social no licenciamento ambiental.

Em paralelo aos esforços para a aprovação da Lei Geral, o Governo Federal está empreendendo aperfeiçoamentos importantes na gestão dos processos de licenciamento ambiental. No primeiro semestre de 2017, foi adotado o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e implementado normas internas que organizam e desburocratizam o trabalho desenvolvido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Isso tem garantido maior agilidade e transparência aos processos de licenciamento em âmbito federal. Exemplo disso foi a publicação da Instrução Normativa nº 8/2017, que estabelece procedimentos para a solicitação e a emissão de autorização para captura, coleta e transporte de material biológico no âmbito dos processos de licenciamento ambiental federal. Essa Instrução simplifica e torna mais ágil o procedimento para obtenção desse tipo de autorização.

A expectativa para o ano de 2018 é avançar na agenda de construção de instrumentos técnicos capazes de dar maior transparência e previsibilidade no procedimento de licenciamento conduzido em âmbito federal. Nesse sentido, é prioridade avançar nas chamadas matrizes de referência de impactos, que uniformizam o entendimento acerca dos impactos associados às diversas tipologias licenciadas e tornam mais previsível a aplicação da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), considerada importante instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente. As matrizes que têm sido desenvolvidas são referentes aos sistemas de distribuição de energia, transportes (rodovia e ferrovia), e produção e exploração de petróleo e gás.

6 MUDANÇA DO CLIMA E POLÍTICA AMBIENTAL

A entrada em vigor do Acordo de Paris, em novembro de 2016, apresenta-se como uma oportunidade para reorientar as bases do desenvolvimento nacional com foco em negócios sustentáveis e produção de energias renováveis. Considerando o compromisso absoluto de redução de emissões assumido pelo Brasil em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, sigla em inglês), destaca-se a importância do papel exercido pelo Governo Federal na coordenação da atuação conjunta de diversos atores responsáveis pela implementação de ações e medidas nos diferentes setores que compõem a matriz de emissões brasileira. Ao longo do ano de 2017, foram realizadas discussões técnicas com o objetivo de preparar as bases do documento da Estratégia de Implementação e Financiamento da NDC.

Para alcançar as metas da NDC, o Governo Federal terá que contar com uma estrutura de governança que oriente a estratégia de implementação das ações e das medidas de mitigação e crie oportunidades de crescimento econômico associadas ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. Nesse sentido, em 2017, foi iniciada a discussão sobre a reestruturação do modelo de governança das políticas de mudança do clima no âmbito do Governo Federal. O objetivo é tornar mais efetiva e integrada a tomada de decisão entre as instâncias governamentais no que tange às ações e às políticas públicas relacionadas à mudança do clima. Ademais, o Fórum Brasileiro sobre Mudança do Clima (FBMC) conduziu um processo de diálogos estruturados entre representantes do setor público e da sociedade civil, dando oportunidade de ampliação das discussões em torno da implementação da contribuição brasileira ao Acordo de Paris.

O Brasil segue comprometido com a implementação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), publicado em maio de 2016. O Plano foi construído em parceria com 11 setores, como agricultura, recursos hídricos, indústria e transporte. Participaram órgãos de governo, representantes do setor produtivo e sociedade civil. Em 2017, foi lançado ainda o 1º Relatório de Monitoramento e Avaliação do PNA.

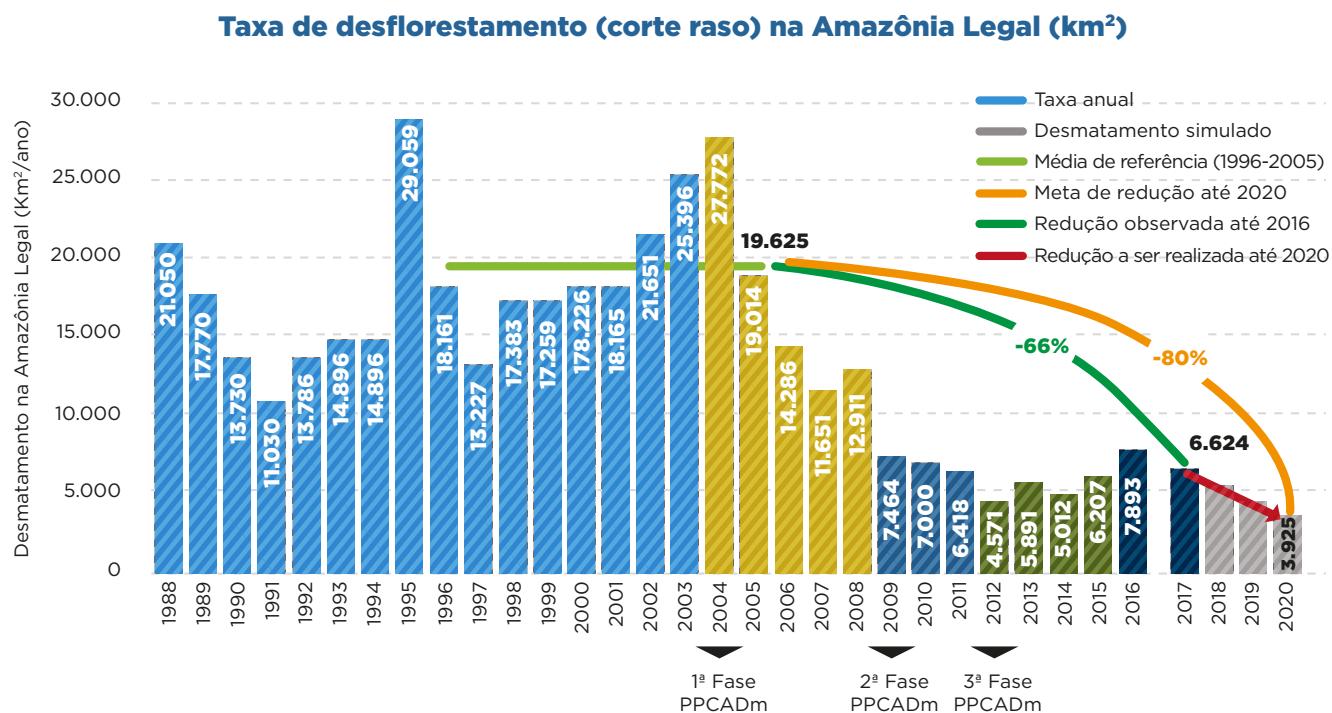
A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), em sua regulamentação (Decreto nº 7.390/2010), reconhece como instrumentos os planos de prevenção e o controle do desmatamento na Amazônia (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado), que inclui o controle de queimadas. São instrumentos

EIXO ECONÔMICO

fundamentais para o alcance das metas nacionais de redução do desmatamento até 2020, isto é, 80% de redução na Amazônia e 40% no Cerrado.

Dados do Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), indicam queda de 16% na taxa de desmatamento na Amazônia entre 1º de agosto de 2016 e 31 de julho de 2017, em relação ao período anterior. O percentual corresponde à área de 6.624 km². A redução ocorreu após dois anos de aumento consecutivo na taxa de desmatamento, que havia atingido 7.893 km² no período anterior.

A redução desse índice demonstra a retomada do controle sobre o desmatamento na Amazônia, pelo Governo Federal e a execução das políticas ambientais, cuja estratégia está organizada no âmbito do PPCADm, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).



Fonte: Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Mudança do Clima e Florestas.

EIXO ECONÔMICO

Em 2017, foram colocadas em implementação a 4^a fase do PPCDAm e a 3^a fase do PPCerrado, ambas com horizonte temporal de 2016 a 2020, com destaque para a garantia de recursos para as ações de fiscalização ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a aproximação com os Estados, que agora participam da Comissão Executiva Interministerial dos Planos.

Eixos e objetivos do PPCDAm e PPCerrado

Objetivos		
1 Promover a regularização fundiária.	2 Promover o ordenamento territorial, fortalecendo as áreas protegidas.	3 Promover a responsabilização pelos crimes e pelas infrações ambientais.
4 Efetivar a gestão florestal compartilhada.	5 Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais.	6 Aprimorar e fortalecer o monitoramento da cobertura vegetal.
7 Promover o manejo florestal sustentável.	8 Promover a sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários.	9 Implementar instrumentos normativos e econômicos para controle do desmatamento ilegal.
Eixos:		
	 Ordenamento fundiário e territorial	 Monitoramento e controle
	 Fomento às atividades produtivas sustentáveis	 Instrumentos econômicos e normativos

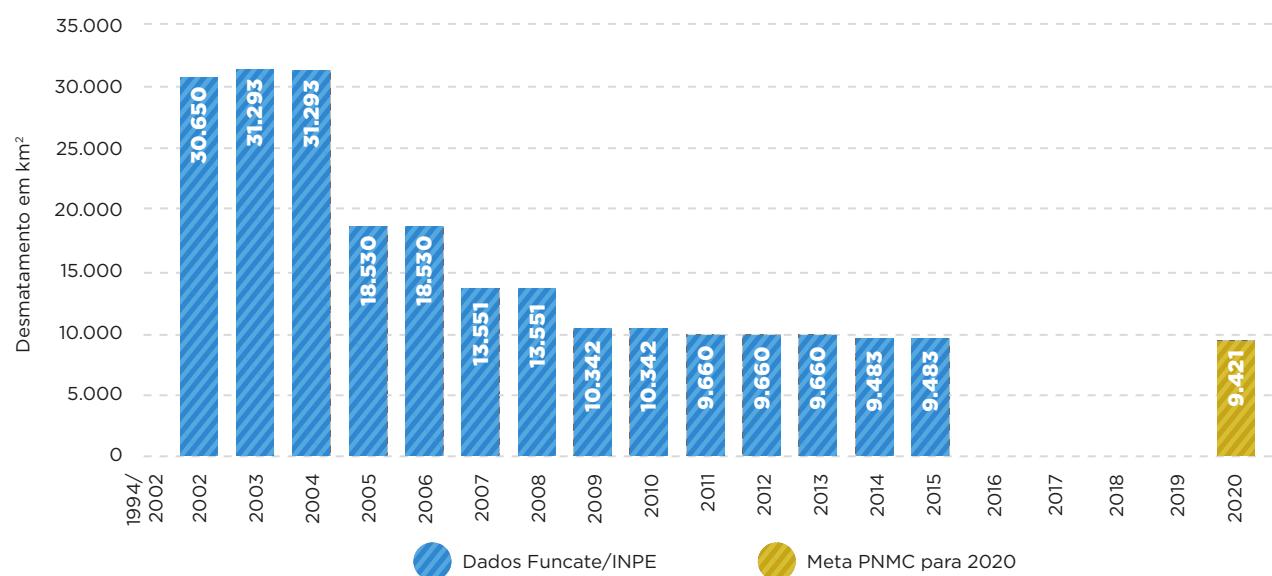
Fonte: Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Mudança do Clima.

A política de Municípios prioritários para redução do desmatamento na Amazônia foi retomada com a edição de nova lista, publicada por meio da Portaria MMA nº 361, de 8 de setembro de 2017. A atualização demonstra uma concentração de 59% do desmatamento em 39 Municípios, sendo que a análise abrange 672 Municípios. As listas ajudam na orientação das políticas públicas, tanto no que concerne à fiscalização e à dissuasão do desmatamento ilegal, quanto às relacionadas a agendas positivas, como promoção de atividades produtivas sustentáveis e ordenamento territorial.

Em 2017, foram disponibilizados dados mais atuais do desmatamento no bioma Cerrado, sendo que entre 2013 e 2015 foram perdidos de vegetação nativa uma média de 9.483 km²/ano.

Este valor nos aproxima da meta estabelecida para 2020, de 9.421 km². No entanto, as políticas têm sido elaboradas para que as reduções possam ser ainda maiores. A conservação do cerrado é importante para a disponibilização de serviços ambientais essenciais, como a produção hídrica e a regulação climática, os quais contribuem diretamente para a produção agrícola. Além disso, recentes estudos² apontam para a existência de dezenas de milhões de hectares subutilizados, em áreas já abertas, que podem ser alvo de uma expansão da produção com menor impacto no meio ambiente.³

Histórico do desmatamento no Cerrado (km²) e meta de redução até 2020



* Desmatamento refere-se à supressão de vegetação nativa do cerrado, ou seja, inclui todas as suas formações.

Fonte: Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Funcate/INPE).

² Estudo mostrou que em 2014 haviam cerca de 18 milhões de hectares com alta e média aptidão para expansão de grãos em áreas já abertas.
Disponível em: <<http://www.inputbrasil.org/publicacoes/a-expansao-da-soja-no-cerrado/>>.

³ Disponível em: <<http://combateadesmatamento.mma.gov.br/>>.

EIXO ECONÔMICO

Adicionalmente, o bioma Cerrado, que já conta com nível de referência de emissões de gases de efeito estufa (FREL) submetido à Convenção das Nações Unidas para o Clima (UNFCCC), também terá monitoramento anual do desmatamento a partir de 2018, além de sistema de detecção de desmatamento em tempo real.

Ainda no âmbito da mudança do clima, destaca-se que o Fundo Amazônia, que capta doações para investimentos não reembolsáveis em ações de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas, e de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, aprovou cinco novos projetos em 2017, num total de R\$ 118 milhões. O Fundo totalizou 95 projetos apoiados até outubro, perfazendo R\$ 1,56 bilhão de investimentos em atividades que contribuem para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Em 2017, o Governo avançou também na implementação de mecanismos para a promoção da economia de base florestal, como um dos fundamentos para o controle do desmatamento e a conservação ambiental. Foi publicado o Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017, que institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg), define diretrizes para o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e cria a Comissão Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg).

Essa política definiu o objetivo de promover a recuperação de, no mínimo, 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030. No que se refere às concessões florestais federais, a produção de madeira em torno das concessões atingiu seu recorde no ano de 2017, totalizando 175 mil metros cúbicos. Tal produção resulta em cerca de dois mil empregos diretos e indiretos, além de propiciar *royalties* de R\$ 6 milhões e arrecadação tributária de R\$ 20 milhões. Para 2018, espera-se que a produção atinja 250 mil metros cúbicos, resultando em 1,3 mil empregos adicionais e arrecadação total de R\$ 40 milhões.

Adicionalmente, foi revista a norma de compras públicas sustentáveis, de modo a incluir o manejo florestal sustentável no rol dos critérios e das práticas sustentáveis para fins de compra de produtos florestais madeireiros e não madeireiros (Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017).

A proteção da camada de ozônio foi outro tema de destaque em 2017, pela continuidade dos trabalhos de implementação da primeira etapa do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorocarbonos – HCFCs – (PBH), que culminaram com a redução de 34% do consumo brasileiro de HCFCs, antecipando-se às metas estabelecidas pelo Protocolo de Montreal e o início da implementação das ações previstas para a segunda etapa.

Dando continuidade aos esforços para evitar o aumento da temperatura global, o Governo brasileiro está envidando esforços para ratificar a Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal, que incluiu os HFCs como substâncias a serem controladas e com o estabelecimento de metas de redução para todos os países do globo.

Os países deverão reduzir de 80 a 85% o consumo entre os anos 2036 e 2047. Importante destacar também a continuidade dos trabalhos no âmbito do projeto Investimento Público e Adaptação à Mudança do Clima na América Latina (IPACC II). Em 2017, foram estabelecidas parcerias com o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA) e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com o MAPA, o IPACC II apoiará a elaboração de um conjunto de estudos que permitirão desenvolver recomendações, fundamentadas em metodologias, modelos, critérios técnico-científicos e em cenários de mudanças climáticas, visando aprimorar a metodologia do zoneamento agroclimático no Brasil. Com o BNDES, serão implementadas iniciativas de aperfeiçoamento da análise socioambiental do Banco com foco na inclusão do componente de riscos climáticos no processo de análise de projetos e concessão de crédito.

Cadastro Ambiental Rural

Desde a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em 6 de maio de 2014, foram declarados mais de 4,7 milhões de imóveis rurais, que correspondem a mais de 430 milhões de hectares do território brasileiro. Foram cadastrados, até 31 de dezembro de 2017, mais de 32,3 milhões de hectares, bem como disponibilizados aos órgãos estaduais competentes, por meio do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), os módulos de cadastro, análise, monitoramento, gestão de acesso

EIXO ECONÔMICO

e relatórios. Já para o público em geral, os de consulta e relatórios públicos, possibilitando o acesso às informações, inclusive espaciais, por Município e por imóvel rural.

Dos 4,7 milhões de imóveis rurais, referentes a mais de 430 milhões de hectares, cerca de 234 milhões de hectares pertencem a imóveis rurais que requisitaram adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no ato da inscrição, cuja área consolidada a recuperar em áreas de preservação permanente (APP) e Reserva Legal (RL) totalizou, aproximadamente, 2,88 milhões de hectares, sendo 1,12 mi/ha em APP e 1,76 mi/ha em Reserva Legal.

Outras ações de apoio à regularização ambiental de imóveis rurais, além do desenvolvimento e da manutenção do Módulo do PRA *Offline*, remetem ao aplicativo *mobile* para Android “Plantadores de Rios”, ferramenta desenvolvida como parte da iniciativa proposta pelo Programa de mesmo nome. Tem-se como objetivo congregar em uma única plataforma as iniciativas de recomposição da vegetação nativa em todo o Brasil, além de estimular a sociedade a contribuir, conhecer e monitorar as ações que protegem nascentes de rios e áreas de recarga hídrica e aumentam a disponibilidade hídrica do País. O aplicativo, distribuído gratuitamente, é compatível com *smartphones* e *tablets* com sistemas Android a partir da versão 4.2. Mais informações podem ser obtidas em: <<http://www.car.gov.br/plantadores-rios/>>.

Combate a incêndios florestais

Em 2017, entre janeiro e setembro, foram registrados recordes de focos de calor, considerando a série histórica de 1999 a 2016, ocasionados, principalmente, por fatores climáticos. Foram feitos grandes esforços para controlar os incêndios florestais, sobretudo por meio de operações complexas de combate realizadas pelas brigadas federais do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo). Também foram executadas práticas de preparação e prevenção visando à redução de material combustível em regiões passíveis de grandes incêndios. Em todo o País, foram registrados, entre janeiro e início de novembro, 275.120 focos de calor, quantitativo que representa aumento de aproximadamente 46,31% em relação a este mesmo período de 2016.

Foi instalado, no Prevfogo, o Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional (Ciman Nacional), conforme Decreto nº 8.914, de 24 de novembro de 2016, com o objetivo de coordenar as ações de combate em conjunto com as instituições federais, que possuem interface com a temática de incêndios florestais, na intenção de otimizar recursos humanos e financeiros para aprimorar a velocidade e melhoria no atendimento das operações. Essas iniciativas possibilitaram evitar, em média, a queima de 85,88% das áreas monitoradas.

Ademais, foi elaborada uma proposta para instituir a Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Essa proposta, construída de forma participativa, fortalece a atuação integrada com procedimentos padronizados, aprimoramento de técnicas e coordenação dos órgãos e equipes envolvidos em ações de prevenção e combate aos incêndios florestais.

FISCALIZAÇÃO E CONVERSÃO DE MULTAS AMBIENTAIS

O Ibama atua em todos os biomas brasileiros, com poder de polícia, monitorando e combatendo os ilícitos ambientais considerados prioritários, de competência federal e condizentes com as diretrizes emanadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

No ano de 2017, foram lavrados 15.467 autos de infração, que totalizaram R\$ 3,1 bilhões em multas aplicadas, além do embargo de 327 mil hectares de áreas desmatadas ilegalmente.

Dentro das ações consideradas estratégicas, a prioridade foi o combate ao desmatamento ilegal da Amazônia, sobretudo nas áreas mais críticas, localizadas nos Estados do Pará, do Mato Grosso, de Rondônia e do Amazonas.

Visando à qualificação das regras para a aplicação da conversão de multas emitidas por órgãos ambientais de âmbito federal, publicou-se o Decreto nº 9.179, de 23 de outubro de 2017, que

EIXO ECONÔMICO

alterou o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, depois de ampla discussão. Entre as principais novidades, consta a criação da conversão de execução indireta, que permitirá ao órgão emissor da multa a seleção de projetos estruturantes e condizentes com os objetivos, as metas e as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, possibilitando a concentração de recursos e esforços em temas e territórios prioritários. Outra importante alteração é a vedação de conversão da multa para fins de reparação do próprio dano original.

O Ibama trabalha na regulamentação do Decreto nº 9.179, de 23 de outubro de 2017, por intermédio de instrução normativa, e prevê o lançamento de chamamento público para o início de 2018, para selecionar projetos de combate à escassez hídrica em territórios prioritários das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba.

A região abrangida pelo Plano Novo Chico deve ser o primeiro destino dos recursos oriundos do Programa de Conversão de Multas Ambientais, reforçando o compromisso social, político e institucional do Governo Federal na revitalização do rio São Francisco.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Durante 2017, foram fortalecidas as reservas da biosfera no País. Destacaram-se a reinstalação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera do Cerrado e a articulação das reservas da biosfera do Pantanal, da Caatinga, da Amazônia Central, da Serra do Espinhaço, da Mata Atlântica e do Cinturão Verde da cidade de São Paulo. Também foi elaborada a proposta de Reserva da Biosfera Marinha Vitória-Trindade. Em 2018, deve ficar pronta a proposta de Reserva da Biosfera de Itaipu. Foi, ainda, enviado à Unesco dossiê para reconhecimento do Sítio do Patrimônio Mundial Misto de Paraty (RJ).

Ao longo do ano, avançou-se na construção do Programa de Conectividade de Paisagens, visando melhorar a integração entre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável para evitar ou reduzir a fragmentação de ecossistemas e ampliar e fortalecer a gestão integrada de áreas protegidas.

Em 2017, houve o incremento de 282 mil hectares em unidades de conservação no País, com a ampliação de três unidades federais e criação de mais uma, e também com a criação de unidades de conservação pelas esferas estadual e municipal nos diferentes biomas. Merece destaque a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – Patrimônio Natural Mundial da Humanidade – de 60 mil hectares para 240 mil hectares.

Nas unidades de conservação federais foram recebidos mais de 10 milhões de visitantes em 2017. Conforme dados estimados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que administra estes parques, os recursos gerados pelos visitantes (acomodação, alimentação, combustível, transporte local, atividades e compras) foram superiores a R\$ 1,6 bilhão, com valor agregado ao PIB estimado em R\$ 616 milhões, gerando 23.813 empregos diretos.

Estão em vigor 11 contratos de concessão de serviços de apoio à visitação nos Parque Nacional do Iguaçu (PR), Parque Nacional da Tijuca (RJ), Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE) e Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ). Em 2017, avançou-se no desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica para concessão de serviços de apoio à visitação em mais 18 unidades de conservação.

Para apoiar técnica e financeiramente a criação e a consolidação das unidades de conservação, o Brasil vem negociando doações com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), além do governo da Alemanha e de outros parceiros nacionais e internacionais. Estão sendo captados recursos para cerca de um milhão de hectares em novas áreas, para o fortalecimento de unidades de conservação preexistentes e para restauração e manejo da biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal, nos próximos cinco anos, no Projeto GEF-Terrestre, que iniciará sua execução em 2018. Também com o início da execução para 2018, o projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, em parceria com o Banco Mundial, com recursos do GEF, visa a proteger as áreas de ecossistemas florestais globalmente relevantes.

Em 2017, o projeto GEF-Mar apoiou os estudos para criação de cinco novas áreas protegidas federais. A conclusão dos estudos e a criação dessas UC é prevista para 2018, contribuindo para o alcance de cerca de metade da meta de conservação de 10% da área marinha brasileira.

O Brasil teve, em 2017, atuação importante na América Latina, como referência em programas de conservação, em especial na Amazônia. Em articulação com a Rede Latino Americana de Cooperação

EIXO ECONÔMICO

Técnica em Parques Nacionais, outras Áreas Protegidas, Flora e Fauna Silvestres (Redparques), vários países declararam interesse em conhecer a experiência brasileira com o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), considerado modelo. Em 2017, o ARPA, ao alcançar 15 anos de execução, superou a meta em termos de área, apoiando a proteção de 60,7 milhões de hectares. O desafio agora é a consolidação das 117 UC apoiadas.

Também merece destaque nas ações do Governo Federal a colaboração técnica com países amazônicos, por meio da iniciativa “Visión Amazónica” e do projeto de cooperação regional Integração das Áreas Protegidas da Amazônia (Projeto IAPA). A iniciativa busca promover a cooperação entre os sistemas de áreas protegidas dos países da região, fortalecendo os sistemas pelo intercâmbio de experiências e ações conjuntas. Está sendo implementado um plano de ação conjunta, que visa a promover a cooperação entre as áreas protegidas na região de fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia.

Com objetivo de estabelecer novas regras para a aplicação de recursos da compensação ambiental e aumentar o prazo para a contratação de brigadistas, o Governo editou a Medida Provisória nº 809, de 1º de dezembro de 2017. A MP destrava a aplicação dos recursos da compensação ambiental, mecanismo por meio do qual empreendedores arcam financeiramente com impactos não mitigáveis ocorridos na implantação de empreendimentos e identificados no processo de licenciamento ambiental. A MP também atualiza o dispositivo da Lei nº 7.957, de 22 de fevereiro de 1989, que trata da contratação de pessoal para combate a incêndios e emergências pelo ICMBio e Ibama, ampliando o tempo de contratação e diversificando as atividades a serem desenvolvidas.

Regulação dos recursos hídricos

Visando a reduzir os impactos da escassez hídrica, em especial na região semiárida do País, foram realizadas, em 2017, ações de alocação negociada de água e definidas regras de uso da água, que têm desdobramentos para os anos de 2017 e 2018, em 37 açudes ou sistemas hídricos situados nos seguintes Estados: Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Para dar sequência a parte dessas ações, foram executados serviços de recuperação emergencial de estruturas hidromecânicas e obras civis essenciais à gestão dos reservatórios, de forma a garantir o abastecimento urbano de Municípios da Paraíba, do Rio Grande do Norte, da Bahia e de Minas Gerais.

Durante 2017, foram concluídos também os seguintes projetos e ações:

- Automação do processo de outorga para que a autorização de uso da água seja requerida pelo interessado por meio digital, de forma transparente, rápida e eficiente, por meio da Internet;
- Redução das vazões defluentes de Sobradinho (BA) e Três Marias (MG). Desde 2013, as vazões defluentes do reservatório da usina de Sobradinho - e posteriormente de Três Marias - vêm sendo reduzidas com o objetivo de preservar os volumes mínimos necessários para a permanência dos diferentes usos da água, por mais tempo;
- Aprovação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (PIRH Grande). Este instrumento de gestão prevê ações para a bacia até 2030, num valor total de R\$ 287,4 milhões, com foco, especialmente, em áreas críticas com baixa disponibilidade de água em quantidade e qualidade, além do aprimoramento do sistema de governança de recursos hídricos da região. O rio Grande passa por São Paulo e Minas Gerais e é de domínio da União;
- Renovação da outorga da concessão de retirada de água no Sistema Integrado do Cantareira, em São Paulo, com discussões iniciadas em 2016, que foram concluídas em maio de 2017;
- Lançamento do “Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas”, com diagnóstico da situação dos níveis de cobertura por rede de coleta e tratamento de esgotos sanitários nas 5.570 sedes municipais, bem como do impacto dos lançamentos desses esgotos, tratados ou *in natura*, na qualidade da água dos respectivos corpos receptores. Além disso, o estudo também traz propostas de soluções para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário para cada uma das sedes municipais e as estimativas dos respectivos custos de implantação considerando o horizonte temporal de 2035;
- Lançamento do “Atlas Irrigação: Uso da Água na Agricultura Irrigada”, importante estudo que busca fornecer uma nova base técnica com informações relevantes sobre a agricultura irrigada brasileira na sua interface com os recursos hídricos;
- Divulgação, em plataforma digital, do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. O Relatório apresenta um balanço da situação e da gestão dos recursos hídricos no Brasil e

EIXO ECONÔMICO

constitui importante apoio para a avaliação do grau de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, além de orientar as revisões e as atualizações do referido Plano;

- Ampliação de rede de universidades do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua), que saltou de seis para 14. O ProfÁgua é um programa de pós-graduação que tem como objetivo proporcionar a formação continuada dos profissionais que atuam em órgãos gestores de recursos hídricos;
- Avaliação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão) e implementação de sua segunda fase. Ao longo de cinco anos, foram disponibilizados cerca de R\$ 100 milhões para a celebração do Pacto Nacional com as diversas unidades da Federação, sendo aportados recursos da ordem de R\$ 3,75 milhões (R\$ 750 mil/ano) a cada Estado;
- Elaboração do Relatório “Cobrança das Águas no Brasil: os Caminhos a Seguir”, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), voltado ao aperfeiçoamento da gestão da água no Brasil. O foco é na avaliação da abordagem brasileira de cobrança pelo uso de recursos hídricos, em comparação com as experiências internacionais, incluindo avaliação de opções e requisitos para a implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos no contexto brasileiro;
- Estudo de 204 reservatórios que operam em sistema ou isolamento no semiárido, o que servirá para definir diretrizes, metodologias e ferramentas que subsidiarão o estabelecimento de regras operativas;
- Instalação de réguas limimétricas em aproximadamente 522 pontos na região do semiárido, localizados nos Estados: PI, BA, RN, PE, PB, AL, SE e no norte de Minas Gerais, com vistas ao monitoramento do nível dos açudes;
- Adesão de 19 Estados ao Programa Qualiágua, que tem por objetivo promover a implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade de Água (RNQA) em todo o País. Os recursos da premiação pela adesão serão repassados duas vezes a cada 12 meses, mediante o cumprimento das metas de monitoramento e divulgação de dados;

- Modelagem de bacias críticas, com o objetivo de aprimorar a qualidade da informação dos trechos de especial interesse para a gestão de corpos hídricos de domínio da União;
- Monitoramento constante nas bacias do rio Guandu e do rio Paraíba do Sul, para observar a vazão mínima afluentes na barragem de bombeamento de Santa Cecília (SP), assim como as defluências mínimas de outros reservatórios existentes nessas bacias. Além disso, são realizadas avaliações dos impactos das medidas de redução e/ou ampliação da vazão sobre os diversos usos da água nas bacias; e
- Adesão de 17 unidades da Federação ao Programa de Fortalecimento dos Comitês de Bacia (Procomitês), contemplando indicadores e metas organizadas em diferentes componentes, que se relacionam com as principais fragilidades identificadas na atuação dos colegiados do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

Um evento de destaque mundial ocorrerá no Brasil, em março de 2018. Trata-se do 8º Fórum Mundial da Água, que chegará pela primeira vez ao hemisfério sul, trazendo a temática ‘Compartilhando Água’. O Fórum oportuniza um diálogo mundial, aberto e democrático, para estabelecer compromissos políticos relacionados à água. Também incentiva o uso racional, a conservação, a proteção, o planejamento e a gestão deste recurso por todos os setores da sociedade.

7 REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES NATURAIS

A Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012, estabelece como objetivo da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, dentre outros, promover a identificação e a avaliação das ameaças, das suscetibilidades e das vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência e produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais.

Fortalecendo as ações de alerta de desastres, em 2017, foi implantado o projeto-piloto de Solução de Notificação de Emergência via Mensagem de Texto, com o objetivo de orientar a população, por mensagens de celular, sobre possíveis desastres naturais.

EIXO ECONÔMICO

O Projeto atendeu, de imediato, à população dos Estados do Paraná e de Santa Catarina e, desde a sua implantação, já foram habilitados 1.778.877 celulares e enviados 8.648.702 alertas para 19.387 Municípios.

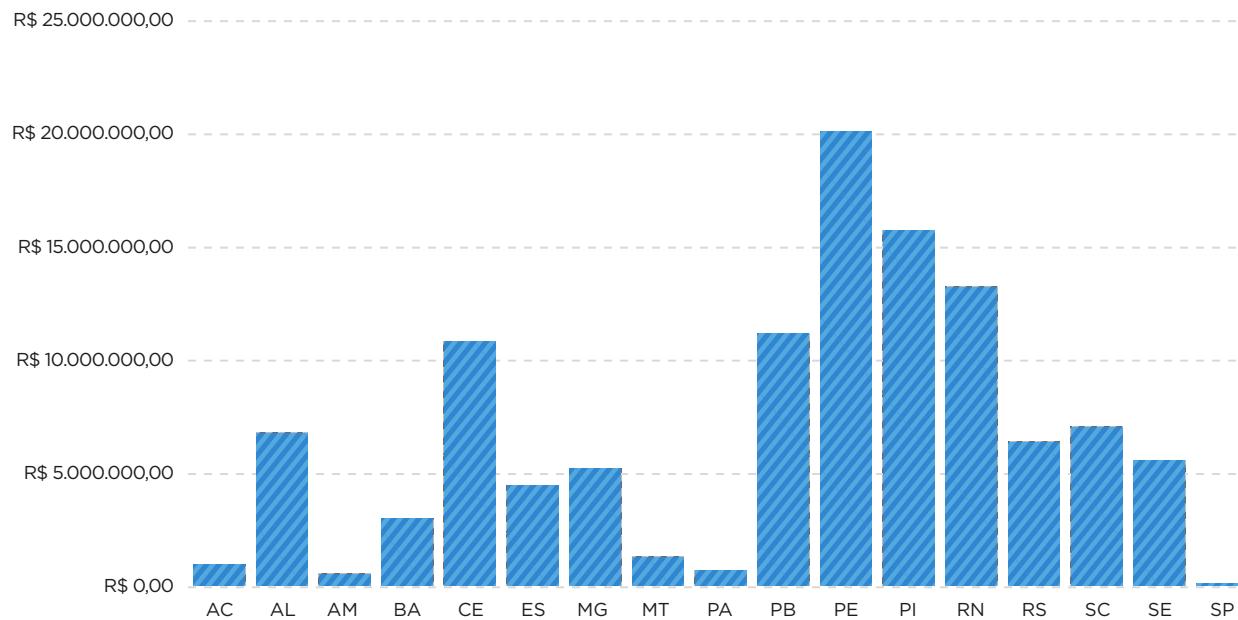
Em 2018, todos os demais Estados e o Distrito Federal serão contemplados com o aviso de forma gratuita, conforme cronograma apresentado a seguir:

UF	Cronograma
SP	16 de novembro de 2017
RS, RJ, ES	18 de dezembro de 2017
MG, MS, GO	15 de janeiro de 2018
DF, MT, TO	19 de fevereiro de 2018
AC, AL, AM, AP, BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI, RN, SE, RO, RR	19 de março de 2018

Fonte: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec).

Em 2017, nas ações de resposta, incluídas as de restabelecimento de serviços essenciais, foram destinados R\$ 161,1 milhões, conforme o gráfico a seguir.

Ações de reposta – Valores em 2017



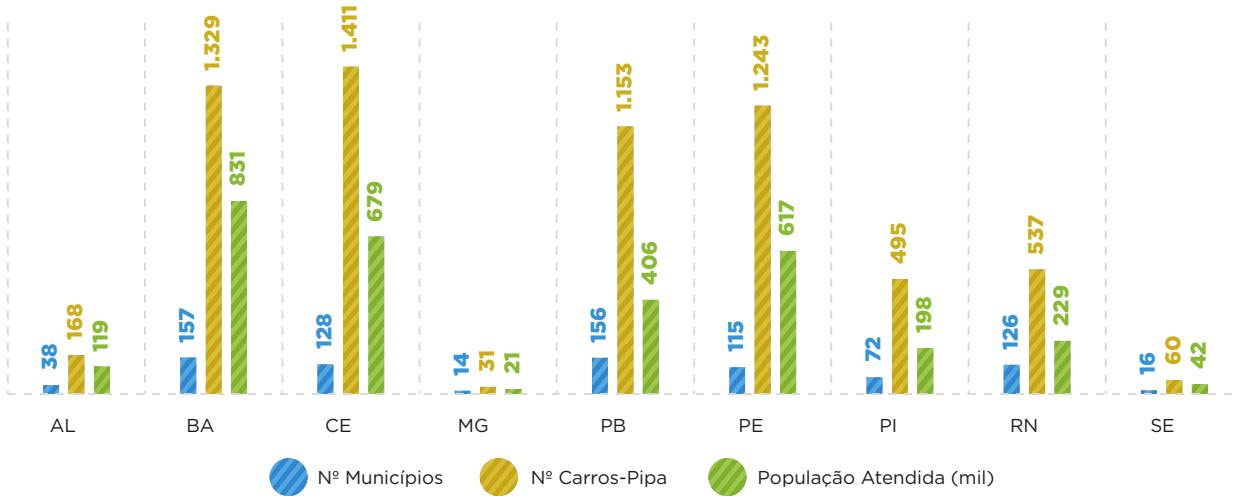
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Além dos desastres naturais deflagrados por chuvas em diversos Municípios do Brasil, várias regiões vêm sendo impactadas por secas intensas e prolongadas. Em particular, a grande área central do País vem sendo afetada desde 2014, bem como a região semiárida brasileira vem enfrentando estiagens que já se estendem por seis anos, configurando uma situação crítica sem precedentes nos registros históricos.

Para atender uma população de 3,2 milhões de pessoas, distribuídas em 818 Municípios que ainda sofrem com a falta severa de água, o Governo Federal dispendeu, em 2017, aproximadamente R\$ 83 milhões mensais com abastecimento por meio de 6.247 carros-pipa - o que demonstra a importância da conclusão das obras hídricas em andamento.

EIXO ECONÔMICO

Operação Carro-Pipa



Fonte: Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad).

Importante ação para promoção do acesso à água de qualidade em regiões rurais atingidas pela seca ou falta regular de água em mais de 1,5 mil Municípios, em especial no semiárido e na Amazônia, o Programa Cisternas, do Governo Federal, atendeu, em 2017, mais de 59,4 mil famílias com tecnologias sociais (ref.: outubro de 2017), sendo: i) 47,1 mil com cisternas de água para consumo humano; ii) 10,7 mil com tecnologias que garantem o acesso à água para a produção de alimentos; e iii) 1.637 escolas públicas rurais. Considerando-se todas as entregas realizadas desde a criação do Programa Cisternas, já são mais de um milhão de tecnologias sociais de acesso à água implementadas.

No âmbito do Ministério das Cidades, merecem destaque as iniciativas de drenagem urbana e manejo de águas pluviais que, atualmente, representam investimentos da ordem de R\$ 14,4 bilhões, beneficiando 399 empreendimentos. Em 2017, foram concluídas 17 obras em localidades mais suscetíveis a cheias e alagamentos, além de seis projetos. Para 2018, o Governo Federal dará continuidade aos empreendimentos em andamento, continuando o processo de regularização do fluxo orçamentário-financeiro dos repasses, assegurando à população que as obras não serão paralisadas.

Ademais, em 2017, foram investidos R\$ 72,2 milhões para apoio a elaboração de planos municipais de redução de riscos, projetos e execução de obras de contenção encostas urbanas com alto risco de deslizamentos. Tais investimentos permitiram regularizar o pagamento de obras em andamento, criando condições para cumprimento da meta de conclusão de 64 empreendimentos até o final de 2019. Do total da carteira de R\$ 2,3 bilhões, contratada entre 2011 e 2014 com 136 empreendimentos, 134 já foram iniciados e 63 encontram-se concluídos, 15 no ano de 2017.

Foi finalizado, em 2017, o Projeto Projeto de Fortalecimento das Estratégias Nacionais para a Gestão Integrada em Riscos de Desastres Naturais (Gides), iniciado em julho de 2013, executado pelo Ministério das Cidades, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicações, pelo Ministério da Integração e pelo Serviço Geológico Brasileiro, contando com a cooperação de especialistas japoneses.

A cooperação estruturou-se em ações técnicas periódicas para aprofundar o entendimento sobre gestão integrada de risco, com o objetivo de redução dos riscos de desastres geológicos por meio de medidas preventivas não estruturais. Os principais resultados foram melhoria dos sistemas de avaliação e mapeamento de riscos, previsão e alerta e também o planejamento urbano na atuação de prevenção de desastres. Foram elaborados manuais técnicos de Previsão e Alerta de Desastres, de Planos de Prevenção e Reabilitação, de Redução de Risco aplicado ao Planejamento e de Avaliação e Mapeamento de Perigo e Risco.

Expandiu-se o conhecimento sobre as áreas de risco no País com a produção de mapeamentos temáticos, que possuem escala e níveis de detalhamento diferentes, mas funções complementares. Também foram elaboradas cartas de suscetibilidade, que são insumos para a elaboração das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização – instrumentos do planejamento urbano, em escala mais detalhada, voltados à identificação das áreas seguras para novos loteamentos e edificações. Avançou-se, ainda, na priorização de intervenções estruturais preventivas por meio da execução de projetos e obras de contenção de encostas, contenção de cheias e de erosões fluviais, barragens, desassoreamentos e, com maior volume de recursos, iniciativas de manejo de águas pluviais e de macrodrenagem em áreas urbanas.

EIXO ECONÔMICO

No âmbito da Política Nacional de Segurança de Barragens, foi publicada a Portaria DNPM nº 70.389/2017, criando regras mais rígidas para o monitoramento de barragens de rejeitos de mineração. Foi criado o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração e o Sistema Integrado de Gestão em Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM). Nele, as informações deverão ser periodicamente alimentadas pelo empreendedor, responsável legal pela segurança dessas estruturas, fornecendo dados para o DNPM em tempo real. A Portaria determina também a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração.

BARRAGEM DE FUNDÃO

Apesar de não ter tido causas naturais, com o desastre ocorrido em 5 de novembro de 2015, após o rompimento da barragem de Fundão, localizada no Complexo de Germano, deu-se início à uma fase emergencial complexa. Em virtude da necessidade de gestão dos rejeitos carreados no ambiente e com objetivo de proporcionar maior segurança socioambiental, a tomada de decisão para definição das ações que seriam implementadas se tornou urgente. Porém, essas ações foram exaustivamente discutidas a partir das alternativas técnicas apresentadas inicialmente pela Samarco, empresa responsável pelo desastre ambiental, e posteriormente pela Fundação Renova, nas reuniões da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental, coordenada pelo Ibama.

Uma das importantes medidas, a construção do Dique S4, em especial, gerou ampla discussão por ficar localizado na área de Bento Rodrigues. Atualmente, com a construção desse dique e de outras estruturas, e principalmente com a finalização da Barragem de Nova Santarém, pode-se afirmar que a fase emergencial foi finalizada. Passa-se à gestão dos rejeitos e à continuidade dos cuidados com as populações afetadas na região, desde Mariana até o Espírito Santo, e ao longo de toda a bacia do Rio Doce. Em abril de 2017, a Fundação Renova apresentou um Plano de Manejo de Rejeitos. Este plano e suas complementações, apresentadas em julho de 2017, foram analisadas na Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-Rejeitos) e estão sendo implementadas sob coordenação do Ibama.

8 PLANO SAFRA 2017/2018 E POLÍTICA AGRÍCOLA

- **Panorama do agronegócio**

Segundo o IBGE, a agropecuária apresentou um crescimento acumulado de 14,5% até o terceiro trimestre de 2017, comparado ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu para este resultado o excepcional desempenho da safra de grãos 2016/2017, cuja produção situou-se em 237,7 milhões de toneladas, significando um crescimento de 27,4% em relação à safra 2015/2016. A área plantada foi de 60,9 milhões de hectares, a maior da história, com crescimento de 4,4% quando comparada à safra 2015/2016.

O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária, que corresponde ao faturamento global ocorrido em nível de propriedade rural, projetado para 2017, é de R\$ 539,1 bilhões, 1,9% superior ao observado em 2016. As 20 principais lavouras apresentaram aumento real de 5% e a pecuária sofreu um recuo de 4,1%. O valor das lavouras é estimado em R\$ 364,7 bilhões e o da pecuária em R\$ 174,4 bilhões. O aspecto mais relevante no resultado deste ano é o ganho de produtividade, cujo aumento médio nas lavouras foi de 22,2%.

Para a próxima safra, 2017/2018, os levantamentos realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em dezembro de 2017, indicam uma produção de grãos em torno de 226,5 milhões de toneladas, um recuo de 4,7% em relação à safra anterior. A produtividade, no entanto, poderá apresentar queda de 5,6% causada pela menor pluviosidade devida ao fenômeno La Niña.

No tocante à Balança Comercial do agronegócio, as exportações aumentaram de US\$ 78,8 bilhões entre janeiro e novembro de 2016 para US\$ 89,1 bilhões entre janeiro e novembro de 2017, uma expansão de 13% no período. As importações, por outro lado, subiram de US\$ 12,3 bilhões entre janeiro e novembro de 2016 para US\$ 13 bilhões no mesmo período de 2017, um crescimento de 5,8%. O aumento das exportações em patamar superior ao das importações resultou numa expansão do superávit comercial do agronegócio, que passou de US\$ 66,6 bilhões, entre janeiro e novembro de 2016, para US\$ 76,1 bilhões, entre janeiro e novembro de 2017, um incremento de 14,3%.

EIXO ECONÔMICO

- **Crédito rural**

Para a safra 2016/2017, foram disponibilizados R\$ 183,8 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial. Desse montante, R\$ 149,8 bilhões foram destinados a operações de custeio e comercialização e R\$ 34 bilhões, para investimento.

Na safra 2016/2017, os financiamentos para investimento sofreram retração de 1,6% em relação à safra anterior, refletindo o ambiente econômico adverso. O mesmo ocorreu nos financiamentos para o custeio da safra, que perfizeram um montante de R\$ 42,3 bilhões, equivalentes a um decréscimo de 17,2% em relação à safra 2015/2016. Dentre as culturas financiadas, a soja foi contemplada com 34,7% dos recursos, seguida do milho, da cana-de-açúcar e café, com respectivamente 12,8%, 7,7% e 6,5% dos recursos aplicados em custeio.

Para a safra 2017/2018, foram disponibilizados R\$ 190,2 bilhões para a agricultura empresarial, valor 3,4% superior à safra anterior, sendo: i) R\$ 188,3 bilhões para o crédito rural; ii) R\$ 550 milhões destinados à subvenção do Prêmio do Seguro Rural (PSR); e iii) R\$ 1,4 bilhão para apoio à comercialização por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

O volume de crédito para custeio e comercialização é de R\$ 150,25 bilhões, sendo R\$ 116,25 bilhões com juros controlados, e R\$ 34 bilhões a taxas de juros livremente negociadas entre a instituição financeira e o produtor rural. O montante destinado ao investimento saltou de R\$ 34,05 bilhões para R\$ 38,15 bilhões, um aumento de 12% em relação à safra anterior.

Para a safra 2017/2018, destaca-se a redução nas taxas de juros em relação à safra anterior: de 9,5% a.a. para até 8,5% a.a. para o custeio e para o investimento; de 9,5% a.a. para até 9% a.a. para a comercialização e a industrialização; e de 8,5% a.a. para 6,5% a.a. para armazenagem e inovação tecnológica.

O limite de financiamento de custeio é de R\$ 3 milhões por produtor, por ano-agrícola a juros de 8,5% ao ano. Porém, o médio produtor rural terá o limite de custeio de R\$ 1,5 milhão sob as condições do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), com juros mais favorecidos, de até 7,5% ao ano. O prazo de pagamento do crédito de custeio foi fixado em até 14 meses.

Além disso, o direcionamento dos recursos oriundos da emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) passou a abranger também a comercialização e a industrialização, além das finalidades de custeio e investimento. O montante concedido com recursos da LCA no período 2016/2017 foi de R\$18,4 bilhões, 23,5% acima do concedido em 2015/2016.

O Pronamp contará com 12% a mais de recursos, num total de R\$ 21,7 bilhões, sendo R\$ 18 bilhões para custeio e R\$ 3,7 bilhões para investimentos.

Para acompanhar o crescimento da produção agrícola, foram destinados recursos para investimento em expansão da capacidade de armazenagem (PCA) de R\$ 1,6 bilhão, com taxa de juros de 6,5% ao ano.

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Agropecuária (Inovagro) foi ampliado para apoiar o uso da conectividade no campo, o que contribuirá para melhorar ainda mais a gestão das propriedades rurais, por meio da informatização e do acesso à Internet. Além disso, foram incluídas a aquicultura, a carcinicultura, a piscicultura e a ovinocaprinocultura, entre as atividades beneficiadas pelo Programa. O Inovagro contará com R\$ 1,26 bilhão no ano agrícola 2017/2018, com limite de R\$ 1,1 milhão por produtor e taxa de juros de 6,5% ao ano.

O Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) passa a contar com R\$ 9,2 bilhões, com incremento de 82,2% em relação ao ano safra anterior. A compra de máquinas e implementos agrícolas novos ou usados contará com o limite de financiamento de 90% do valor do bem, com prazo de pagamento de até sete anos para equipamentos novos e quatro anos para usados, com carência de 12 meses.

- **Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural**

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) constitui um dos pilares da política agrícola brasileira. Ao longo de dez anos de existência do Programa, as indenizações pagas em função de ocorrência de eventos climáticos adversos totalizaram R\$ 3,9 bilhões, em valores atualizados, o equivalente a mais de 75 mil apólices de seguro rural. A subvenção vem beneficiando principalmente as culturas de grãos, como soja, trigo e milho, além de frutíferas, como maçã e uva, dentre outros.

EIXO ECONÔMICO

Em 2017, o PSR atendeu cerca de 45,2 mil produtores rurais, uma retração de 5% em relação a 2016 e possibilitou a proteção de aproximadamente 4,9 milhões de hectares, um recuo de 10,9% em relação ao ano anterior. Ao todo, foram aplicados R\$ 371,4 milhões em subvenções, valor 4,2% inferior ao aplicado em 2016.

Em 2017, visando dar maior transparência aos números do PSR, foi publicado documento contendo informações detalhadas sobre as indenizações pagas pelas seguradoras no período de 2006 a 2015. Os dados são apresentados na forma de indicadores relacionados aos pagamentos, tais como o índice de sinistralidade e a taxa de risco observada.

Encontra-se em desenvolvimento um sistema eletrônico que permitirá o acesso direto do produtor rural à subvenção federal e às condições das apólices. Esta medida possibilitará ao Governo Federal mapear a demanda dos produtores pelo seguro rural, com vistas à constituição de uma base de dados consistente e à realização de estudos para a otimização da alocação dos recursos destinados ao PSR e o aprimoramento das políticas de gestão de risco rural.

- **Plano Agro+**

O Plano Agro+ tem o propósito de simplificar, desburocratizar, modernizar e agilizar procedimentos e processos no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Agro+ possui caráter continuado e constituiu o principal canal de encaminhamento e resposta a demandas dos diferentes segmentos do agronegócio nacional.

Desde o seu lançamento, em agosto de 2016, até dezembro de 2017, o Plano Agro+ já realizou 870 entregas para sociedade, sendo 702 relativas ao eixo “Modernização e Melhoria do Processo Regulatório”; 92 ao eixo “Transparéncia e Parcerias”; e 76 referentes à “Facilitação do Comércio Exterior”.

Dentre os principais resultados do Plano Agro+ pode-se citar:

- A publicação do novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal (Riispoa), cuja versão anterior era de 1952;

- A abertura dos mercados americano e chinês para carnes bovinas e de aves; e
- A realização de ações de capacitação do corpo técnico do Ministério da Agricultura para melhor atendimento ao usuário.

O sucesso do Agro+ motivou várias Secretarias Estaduais de Agricultura a elaborarem suas versões regionais. Foram lançados Planos nos Estados de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio Grande do Norte e do Mato Grosso do Sul, além de vários planos municipais.

- **Censo Agropecuário 2018**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciou, em outubro de 2017, as operações do seu 10º Censo Agropecuário. Durante cinco meses, serão realizadas cerca de cinco milhões de visitas em estabelecimentos agropecuários de todo o País. Após aplicados todos os questionários do Censo Agro 2017, os resultados serão apurados e então divulgados. A divulgação preliminar deve ser iniciada já no primeiro semestre de 2018 e até o final do segundo semestre devem estar publicados todos os produtos que irão compilar os resultados da operação censitária.

- **Plano Safra da Agricultura Familiar**

Para estimular a produção da agricultura familiar, o Plano Safra 2017/2020, agora plurianual, reafirma o compromisso do Governo Federal com a ampliação da produção de alimentos e garantia de crédito para que os alimentos cheguem às mesas das famílias brasileiras. Para isso, o Plano reúne um conjunto de ações dentro dos eixos de acesso ao crédito, regularização fundiária, comercialização, assistência técnica e extensão rural e outros.

Com o valor de R\$ 30 bilhões disponibilizado pelo Plano Safra em vigor, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) se mantém com a taxa de juros de 2,5% a.a. para a produção de arroz, feijão, mandioca, leite, alho, tomate, cebola, batata, abacaxi, banana, açaí,

EIXO ECONÔMICO

laranja, olerícolas, alimentos em sistemas de produção de base agroecológica ou orgânica, além de estimular a produção de energia renovável, irrigação, armazenagem e práticas sustentáveis de manejo do solo e da água. Para as demais culturas, como soja e trigo, e para a aquisição de animais destinados a recria e engorda, a taxa é de 5,5% a.a.

A partir do novo Plano Safra, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF Mais) passa a permitir a cobertura de até 15% acima do custo de produção, para estimular a produção de alimentos. O Garantia Safra conta com a adesão de 884.062 agricultores de 1.096 municípios.

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais), principal mitigador de risco para a agricultura familiar, trabalha em conjunto com diversas políticas, oferecendo proteção contra perdas causadas por eventos climáticos, amparando, na safra 2016/2017, mais de 332 mil lavouras de agricultores familiares, com um valor total segurado na ordem de R\$ 11 bilhões. Em 2017, o volume amparado foi ampliado, garantindo renda de até 80% da receita bruta esperada na lavoura e garantia de renda líquida de até R\$ 40 mil para lavouras olerícolas e permanentes, e R\$ 22 mil para as demais.

Para contemplar as características e as necessidades da agricultura familiar, preservando os aspectos positivos do Proagro Mais, a previsão é avançar nas ações de monitoramento, desenvolvendo um novo modelo de supervisão da comprovação de perdas para promover o bom uso dos recursos públicos e preservar os bons resultados. O ano de 2017 foi marcado pela implantação de melhorias no Proagro Mais, como a elevação do limite de renda líquida segurável e a ampliação do escopo do seguro para incluir todas as culturas financiadas pelo Pronaf.

Em 2017, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) também atuou maciçamente na assistência técnica e extensão rural. Foram 215 contratos vigentes envolvendo um valor total de R\$ 99 milhões e atendimentos contratados a 124.201 famílias de agricultores familiares. As ações de formação beneficiaram 6.758 agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e 2.880 agentes jovens foram qualificados para atuar em contratos com foco em sustentabilidade, diversificação, agroecologia e leite.

9 PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE E PRODUTIVIDADE

O Programa Brasil Mais Produtivo destina-se a atender três mil empresas em todo o País, com o objetivo de aumentar em pelo menos 20% a produtividade das empresas atendidas. No ano de 2017, foram realizados 2.764 atendimentos, dos quais 2.689 foram concluídos. Os resultados apontam para um aumento médio de produtividade de 52%.

A partir de abril de 2017, o Programa começou a ser ampliado com a realização de projetos-pilotos em duas novas áreas: eficiência energética e digitalização e conectividade. Espera-se, para os primeiros meses de 2018, a realização de 300 atendimentos.

Quanto às ferramentas relacionadas à digitalização e à conectividade, experimentos estão sendo feitos em caráter de pilotos, e o objetivo é enfrentar os desafios da nova revolução industrial, a chamada “Indústria 4.0”. No início de 2018, será publicada uma Agenda Estratégica para a Indústria 4.0, a fim de que o Brasil possa se integrar às chamadas Cadeias Globais de Valor.

No campo da construção civil, na busca por maior eficiência e, consequentemente, redução de custos na construção e manutenção/remoção dos empreendimentos (edificações e infraestrutura), o sistema *Building Information Modelling* (BIM) tem se apresentado como modelo de gestão com objetivo de disseminar no País a tecnologia de modelagem virtual dos componentes, elementos e sistemas da construção, associando infraestrutura tecnológica e boas práticas e procedimentos de projetos.

Em 2017, o Comitê Estratégico de Implementação do BIM iniciou a discussão acerca de temas relativos à regulamentação e normas, à

Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE)

Em 2017, foi reativado o FPMPE, importante espaço para interlocução entre o Governo e o setor privado, que tem como objetivo orientar e oferecer suporte à formulação de políticas para pequenos negócios.

Ainda em 2017, em decorrência de suas reuniões, foram mapeadas importantes ações para 2018, a exemplo do acompanhamento das alterações na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, criação de um modelo de portal de oferta e procura de licitações públicas, dentre outras.

EIXO ECONÔMICO

infraestrutura tecnológica, à plataforma BIM e a compras governamentais e capacitação. Adicionalmente foi lançada a Coletânea de Guias BIM, contendo informações e boas práticas sobre o processo e a contratação de projetos BIM para profissionais dos setores público ou privado envolvidos no ciclo de vidas das obras.

Com o término da vigência do Inovar-Auto em dezembro de 2017, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) formulou, para lançamento em 2018, nova proposta com o objetivo de estabelecer uma visão de longo prazo, em etapas, para a indústria automotiva, com regras claras e previsibilidade das mudanças. Tais elementos se mostram necessários para dar segurança aos investimentos e possibilitar continuidade na trajetória de incremento de competitividade sistêmica buscada pelo Governo e pela indústria.

Na ótica das políticas transversais com foco na alavancagem da competitividade brasileira, destaca-se a desoneração de investimentos produtivos por meio do regime de ex-tarifário, que consiste na redução temporária da alíquota do imposto de importação de 14% para 2% de bens de capital e bens de informática e telecomunicações, assim grafados na Tarifa Externa Comum do Mercosul, quando não houver produção nacional equivalente.

A partir de conclusões obtidas em dois estudos realizados pela Secretaria-Executiva da Camex durante o ano de 2017, tomou-se a decisão de se reduzir de 2% para 0% a tarifa para os ex-tarifários concedidos a partir de agosto de 2017, desonerando ainda mais os investimentos produtivos na economia brasileira.

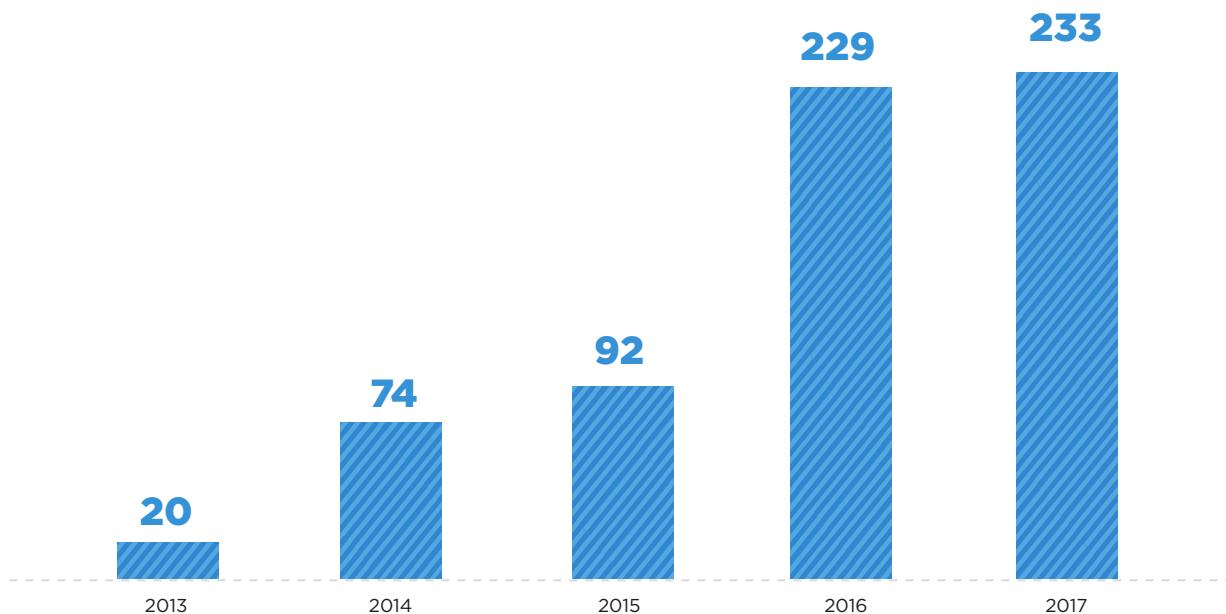
Em 2017, o modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM) recebeu reconhecimento internacional. A ZFM foi vencedora de quatro categorias na premiação referente à competitividade global de Zonas Francas, promovida pela *FDI Intelligence*, publicação do grupo do jornal britânico *Financial Times*. A ZFM foi escolhida como uma das mais promissoras em todo o mundo nas categorias “Melhor Zona das Américas – Grandes Inquilinos”, “Melhor Zona Franca para Sustentabilidade”, “Melhor Zona Franca para Expansão” e “Melhor Zona Franca para Novos Investimentos”.

Em 2017, foram aprovados 102 projetos industriais, sendo 40 de implantação e dois projetos com a utilização de matéria-prima regional (Zona Franca Verde), no Estado do Amapá, com perspectiva de investimentos totais da ordem de US\$ 3,19 bilhões e a geração de 6.710 postos de trabalho ao longo dos próximos três anos.

- **Startups**

O Programa InovAtiva que, de forma gratuita, capacita milhares de empreendedores para aceleração de startups, foi eleito a Melhor Aceleradora no *Startup Awards* em 2016 e escolhido, em 2017, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), exemplo mundial de inovação no setor público. Passou ainda a integrar o Observatório de Inovação no Setor Público, base de dados que conta com experiência de sucesso implantadas em diversos países.

Startups aceleradas por ano no InovAtiva, 2013/2017



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

EIXO ECONÔMICO



O InovAtiva conta com mais de **33 mil empreendedores cadastrados** e **650 mentores voluntários**

O InovAtiva, conta, atualmente, com uma rede de mais de 33 mil empreendedores cadastrados e 650 mentores voluntários, entre executivos de grandes empresas, empreendedores experientes e investidores. Somente em 2017 foram realizadas duas edições, com 2.718 projetos submetidos e 233 *startups* que chegaram, após quatro meses de capacitações *online* e mentorias individuais, à etapa final de conexão com investidores, clientes e parceiros. Desde 2013, em sete edições do Programa, 648 empresas concluíram o ciclo de aceleração.

O Programa Nacional de Conexão *Startup* Indústria, por outro lado, tem como objetivo promover o ambiente de negócios entre *startups* e indústrias, atuando com foco em ações de integração digital das diferentes etapas da cadeia de valor dos produtos industriais. Deste modo, as *startups* passam a ter acesso ao mercado, inclusive com aporte financeiro, e as indústrias passam a ter acesso a soluções comerciais desenvolvidas por elas. Já as instituições de apoio possuem eventuais parcerias com as *startups* facilitadas, com compartilhamento de risco.

O 1º edital do Programa apresentou, em julho de 2017, as cem *startups*, dez indústrias e 17 instituições de apoio ao desenvolvimento de negócios que foram selecionadas e passaram a contar com o apoio do Conexão *Startup* Indústria.

Adicionalmente, foi lançada em novembro de 2017, o StartOut Brasil, novo programa que levará, por ano, 60 empresas para participar de semanas de imersão nos mais variados ecossistemas de inovação do mundo, em mais um incentivo estruturado para a internalização desses empreendimentos.

As empresas selecionadas para participar do programa receberão apoio em todas etapas do processo de internacionalização, por meio de consultoria especializada em internacionalização, mentoria com especialistas no mercado de destino e treinamento de *pitch*.

PROGRAMA STARTUP BRASIL

Criado em novembro de 2012, o “*Startup Brasil*” agrega um conjunto de atores em favor de iniciativas empresariais de base tecnológica. O Programa tem como objetivo apoiar soluções inovadoras em *software*, *hardware* e serviços de Tecnologia da Informação (TI). O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançou em agosto de 2017 uma nova etapa do Programa para selecionar até 50 novos projetos de empresas de base tecnológica, com edital de R\$ 9,7 milhões. Com aceleração em 2018, cada *startup* deve receber até R\$ 200 mil em bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Entre 2013 e 2017, a partir do aporte de R\$ 34,7 milhões do MCTIC, o *Startup Brasil* alavancou aproximadamente R\$ 103 milhões em investimentos privados e gerou mais de 1.200 empregos diretos. O Programa já executou dois ciclos de aceleração, de 2013 a 2015, quando houve suporte a 183 *startups*, distribuídas por quatro turmas, oriundas de 17 Estados e 13 países. O apoio contemplou projetos de pesquisa em TI ligados a diversos segmentos, como educação, saúde, agronegócio, biotecnologia, varejo e logística.

O Programa Finep *Startup*, uma das ações de estímulo ao empreendedorismo inovador, objetiva alavancar empresas que estejam em fase final de desenvolvimento do produto ou que precisem ganhar escala de produção. O primeiro edital do Programa foi lançado em junho de 2017, visando apoiar 50 empresas (25 por rodada de investimento). O segundo será lançado no início de 2018. Outra ação de destaque foi o lançamento, em novembro de 2017, da chamada de apoio à inserção de pesquisadores nas empresas incubadas (CNPq/MCTIC/SETEC nº 31/2017). Esta ação visa capacitar e agregar recursos humanos em empresas incubadas e associadas às incubadoras de empresas brasileiras, por meio de sua participação em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I). Em 2018, o MCTIC deverá lançar o Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores (Centelha), em parceria com a Finaciadora de Estudos e Projetos (Finep), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional

EIXO ECONÔMICO

das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). O principal objetivo do Programa é estimular, orientar e promover a formação de empreendedores e a geração de empresas de base tecnológica de alto crescimento em todo o território nacional. A previsão é que, na primeira etapa, sejam aportados cerca de R\$ 38 milhões dos parceiros do Programa para apoiar cerca de 300 empreendimentos de oito UFs selecionadas.

10 INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E PATENTES

No contexto de ampliar maior participação privada no financiamento de centros e projetos de pesquisa, o Governo instituiu a Sala de Inovação, Decreto nº 9.243, de 19 de dezembro de 2017. A iniciativa em questão pretende estimular a atração de investimento privado em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) no País, por meio da coordenação de instrumentos e políticas de incentivo à inovação e da consolidação de uma porta única, para atendimento de empresas interessadas em instalar centros e projetos de PD&I no território nacional.

Por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), verificou-se, em 2017, avanços no desenvolvimento do setor de Pesquisa e Inovação do País, com expansão de suas unidades para um total de 42, com o credenciamento de nove novos centros de pesquisa aplicada, vinculados aos Institutos Federais e aos Institutos Senai de Inovação. Ao longo do ano, a Embrapii superou a marca de R\$ 500 milhões na contratação de mais de 300 projetos.

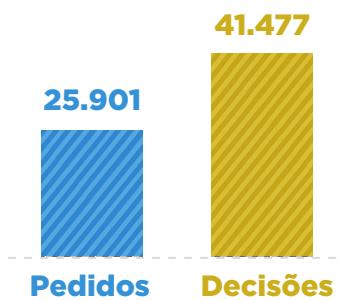
A Resolução Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) nº 70, de 11 de abril de 2017, simplificou o procedimento administrativo de averbação de licenças e cessões de direitos de propriedade industrial e de registro de contratos de transferência de tecnologia e franquias, tornando-o ato de natureza registral, dispensada análise de mérito, com base nas informações prestadas pelos usuários.

O avanço na redução nos prazos de análise de marcas, obtidos no ano de 2017, permitiram que o processo de adesão do País ao Protocolo de Madri pudesse ser encaminhado para manifestação do

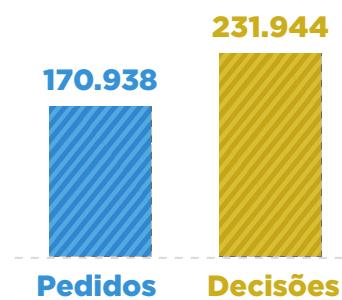
Congresso Nacional, com expectativa de sua assinatura pelo Brasil no segundo semestre de 2018, quando os prazos convergirão para os 18 meses exigidos pelo acordo.

INPI: Produção técnica (janeiro a novembro de 2017)

Patentes de invenção e Modelo de Utilidade (MU)



Registro de marcas



Registro de desenho industrial



Registro de programas de computador



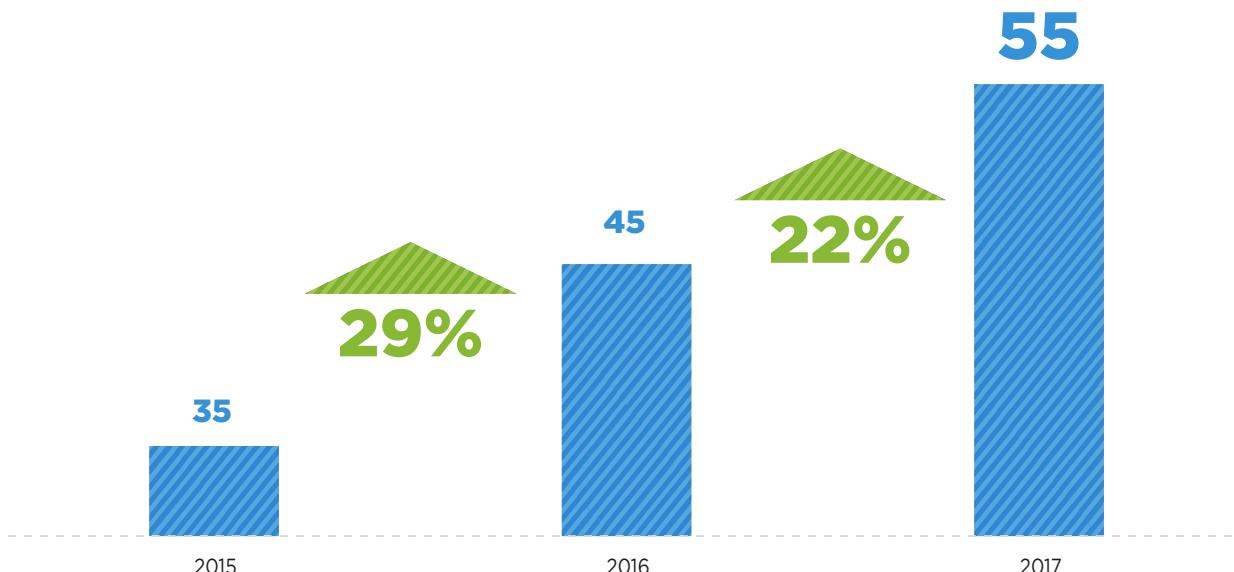
Fonte: <http://www.inpi.gov.br/sobre/estatisticas/arquivos/publicacoes/boletim-dez_2017.pdf>.

O Protocolo de Madri permitirá a redução nos custos de registro internacional de marcas, além de simplificar procedimentos, já que, por meio desse instrumento, pessoas físicas e jurídicas podem utilizar uma via única para solicitar a proteção de suas marcas nos 114 países que fazem parte do protocolo.

EIXO ECONÔMICO

Para 2018, pretende-se trabalhar na implementação da medida de solução do passivo de exame de patentes. Tais melhorias serão vitais para equilibrar o fluxo anual de pedidos de patentes depositados (demanda x decisões), ao mesmo tempo em que afastarão a possibilidade de reincidência do *backlog*.

Decisões técnicas de patentes anuais por examinador



Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Em outubro de 2017, foi lançado o Estudo de Internet das Coisas (em inglês, *Internet of Things - IoT*). O Plano de ação, originário do Estudo, pretende proporcionar mais inteligência na prestação de serviços públicos e privados, capacitação de pessoas, inovação, empreendedorismo, além de colocar o Brasil como desenvolvedor de tecnologias no mercado global. Todo o ecossistema de *IoT*, conforme análise do Estudo de Internet das Coisas, poderá adicionar até US\$ 200 bilhões à economia brasileira até 2025, aproximadamente 10% do PIB brasileiro.

O plano intitulado “Internet das Coisas: um Plano de Ação para o Brasil – 2018-2022” detalha as políticas, o plano de ação e as estratégias de implantação das tecnologias que vão conectar dispositivos e equipamentos. A expectativa para 2018 é que sejam implementadas ações de curto prazo.

11 SERVIÇOS TURÍSTICOS BRASILEIROS

Em 2017, o Governo Federal intensificou as ações de promoção de boas práticas em meio ambiente e sustentabilidade de forma a reforçar também o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), previstos na Agenda 2030 da ONU. Também foi implementado o pacote de medidas “Brasil + Turismo” para fortalecer a atividade turística no Brasil.

Uma iniciativa de destaque foi o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 7.413/2017 para a atualização da Lei Geral do Turismo. O objetivo é adequar o setor à dinâmica atual da atividade turística e superar gargalos que impedem o desenvolvimento do turismo no Brasil. Dentre as atualizações e as inovações, também está previsto o fortalecimento de parcerias público-privadas para desenvolver a atividade turística.

Neste contexto, foram realizadas as seguintes ações:

- Reformulação do sítio Guia Turismo Acessível: o portal permite que o turista avalie e consulte a acessibilidade de pontos turísticos, hotéis, restaurantes, parques e atrações diversas, constituindo-se em ferramenta para a inclusão.
- Conclusão do projeto de desburocratização de procedimentos do Cadastur, que objetiva entregar um serviço totalmente eletrônico ao usuário, atendendo ao disposto no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. A previsão é a de que no início de 2018 o projeto esteja operando integralmente e facilitando o acesso ao cadastro por parte dos prestadores turísticos, estimados em 500 mil;
- Início da fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, com aumento considerável de cadastros e renovações em todo o País, conforme dados coletados pelo Cadastur;

EIXO ECONÔMICO

- Celebração de acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Turismo e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a implantação integrada da fiscalização de prestadores de transportes turísticos;
- Lançamento do Pronatec Turismo Cidadão Técnico, que ofertou mais de dez mil vagas para estudantes brasileiros do ensino médio, preferencialmente matriculados no 2º ano, no eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer;
- Ampliação da plataforma Braços Abertos, projeto-piloto do Ministério do Turismo criado para qualificar profissionais que atenderam turistas durante os Jogos Rio 2016. A ferramenta *online* é gratuita, perene e possui vagas ilimitadas. O curso de 80 horas ensina a receber bem o turista e contempla temas como hotelaria, manipulação segura de alimentos, combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, por exemplo;
- Implementação do Programa de Qualificação Internacional em Turismo e Hospitalidade, lançado em janeiro de 2017. A iniciativa enviará, no início de 2018, 102 alunos de cursos de graduação de instituições públicas para até três meses de treinamento no Reino Unido;
- Atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, ferramenta de gestão que auxilia Governo Federal, Estados e Municípios na destinação de investimentos e no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo. O Mapa está disponível para consulta em <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html>>; e
- Credenciamento de oito instituições financeiras para atuarem como agentes financeiros do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). O fundo transferiu, para essas novas instituições, recursos financeiros no valor de R\$ 66,7 milhões.

EIXO INFRAESTRUTURA

1 PARCERIAS PARA MAIS INVESTIMENTOS

O Governo Federal assumiu o compromisso e vem trabalhando para a construção de um ambiente propício à expansão da infraestrutura e das oportunidades de investimento e emprego no País. Nesse sentido, ampliou e fortaleceu a interação entre o Estado e a iniciativa privada, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento de uma infraestrutura moderna, ágil e competitiva, trazendo melhorias significativas na prestação de serviços à sociedade. É nesse contexto que se insere a criação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O Conselho do PPI é o órgão colegiado que avalia e recomenda ao Presidente da República os projetos que integrarão o Programa. Em 2017, foram propostos e aprovados 145 projetos considerados prioridade nacional, dos quais 69 referem-se ao setor de transportes, 60 de energia elétrica, sete do setor de óleo e gás, quatro de mineração, dois do setor de agricultura e abastecimento, um da Defesa, além da Casa da Moeda e da Lotex, totalizando R\$ 274,7 bilhões de investimentos e mais de R\$ 61 bilhões de outorga prevista.

Uma vez qualificados no PPI, os empreendimentos são tratados como prioridade nacional. Os órgãos e as entidades envolvidas atuam para que os processos e os atos necessários à estruturação, à liberação e à execução do projeto ocorram de forma célere, eficiente e transparente, tendo como premissas a estabilidade, a segurança jurídica, a previsibilidade e a efetividade das políticas de investimento, entre outros.

De forma a assegurar a continuidade na prestação de serviços concedidos nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário, o Governo editou a Medida Provisória nº 752, de 24 de novembro de 2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, contendo as diretrizes para a prorrogação e a possibilidade, nos casos legais, de relicitação de contratos de parceria nesses setores.

A nova legislação garante segurança jurídica, tecnicidade e respeito às regras contratuais, com vistas a disciplinar as várias hipóteses que possam ocorrer durante a vigência dos contratos, além de estabelecer metas objetivas para parceiros privados e punições mais eficazes, em caso de descumprimento.

Por meio da Medida Provisória nº 800, de 18 de setembro de 2017, o setor rodoviário passou a contar com diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais.

EIXO INFRAESTRUTURA

A reprogramação poderá ser efetuada por um prazo máximo de 14 anos, o que permite uma diluição maior dos investimentos previstos nos contratos de concessão, possibilitando uma maior adequabilidade entre a capacidade das rodovias e o fluxo de usuários.

O Programa Avançar Parcerias

Resultados em 2017

Em menos de dois anos de sua instituição, o PPI apresenta resultados concretos que contribuem para a retomada do crescimento econômico, a atração de investimento privado, o aumento da produtividade e a geração de emprego e renda.

Dos 145 empreendimentos qualificados pelo PPI, 70 já foram leiloados ou tiveram contratos assinados com o Poder Público, conforme disposto a seguir.

Situação dos projetos prioritários do PPI (2017)

Etapa	1 ^a reunião	2 ^a reunião	3 ^a reunião	Total
Estudos	6	10	38	54
Consulta pública, análise TCU e edital publicado	11	5	5	21
Leilão realizado e contrato assinado	17	36	13	66
Leilão sem proposta*	0	4*	0	4
Total	34	55	56	145

* Referente a quatro lotes de linhas de transmissão.

Fonte: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI).

EIXO INFRAESTRUTURA

No tocante aos leilões realizados e contratos assinados, destaca-se a previsão de investimentos no País da ordem de R\$ 142 bilhões nas próximas décadas. Em termos de bônus e outorgas, os projetos geraram R\$ 28,1 bilhões para a União.

Resultados dos leilões realizados

Empreendimento	Outorga / Bônus (R\$)			Investimentos (R\$)
	Previsto	Obtido	Ágio médio	
Concessão de aeroportos	3 bi	3,7 bi	23,4%	6,6 bi
Terminais portuários	15 mi	69,4 mi	360%	1,5 bi
Concessão de petróleo e gás	9,4 bi	10 bi	5,8%	100,8 bi
Privatização de energia (distribuição)	1,7 bi	2,2 bi	28%	3,4 bi
Usinas de geração	11 bi	12,1 bi	9,7%	8,2 bi
	25,2 bi	28,1 bi	-	120,5 bi

Setor	Deságio (R\$)			Investimentos (R\$)
	RAP* máxima	RAP* obtida	Deságio médio	
Concessão de energia (transmissão)	4,2 bi	2,6 bi	38,1%	21,5 bi

* RAP: Receita Anual Permitida

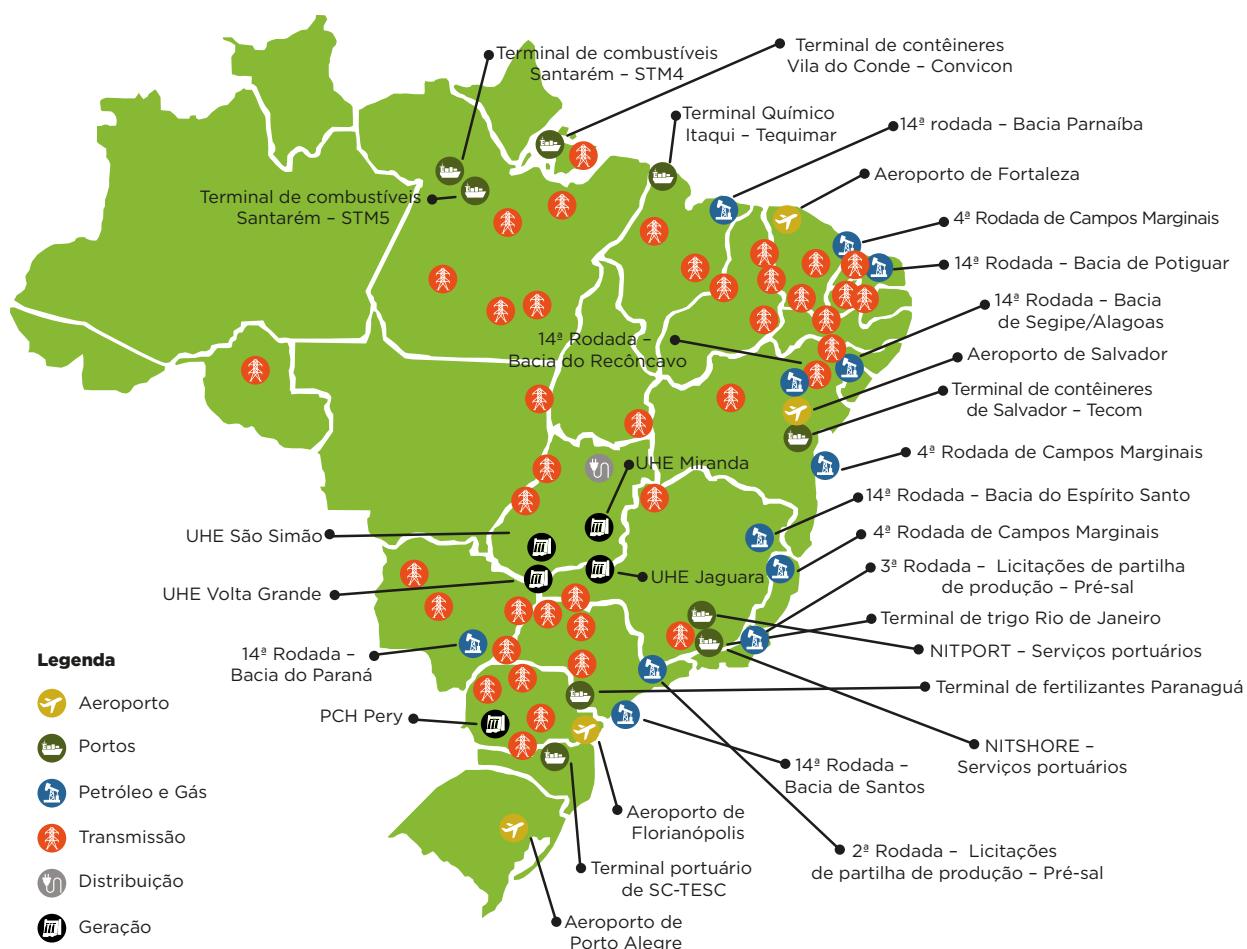
Fonte: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI).

Os resultados apresentados são fruto da garantia, da previsibilidade, da transparência e da segurança jurídica instituída ao longo dos processos de contratação de parcerias entre o Poder Público e a

EIXO INFRAESTRUTURA

iniciativa privada. Com isso, o PPI vem ampliando cada vez mais a concorrência e a atração de investimentos, contribuindo assim para a efetiva retomada do crescimento econômico. Os projetos concluídos estão distribuídos por todo País, conforme o mapa a seguir.

Mapa dos empreendimentos concluídos por todo o País em 2017



Fonte: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI).

EIXO INFRAESTRUTURA

Os resultados do Programa mostram a retomada do interesse dos investidores estrangeiros no Brasil. A participação de empresas de 16 países nos leilões realizados pelo PPI, de diversos setores, evidencia que as parcerias de investimentos são atrativas e reforçam a geração de emprego e renda para os brasileiros.

Ações do PPI para o ano de 2018

No âmbito do PPI, estão em andamento 75 projetos prioritários nos diferentes setores, que permitirão a realização de investimentos superiores a R\$ 132,7 bilhões. O ano de 2018 será o ano da logística, uma vez que 55 projetos qualificados no Programa estão relacionados ao setor de transportes, conforme distribuição dada pelo quadro a seguir:

INTEGRAÇÃO DA LOGÍSTICA NACIONAL

Como referência para os projetos de logísticas do PPI, a Empresa de Pesquisa em Logística (EPL), empresa vinculada à SPPI, vem desenvolvendo um plano nacional de logística. O objetivo é elaborar o planejamento estratégico para otimizar a movimentação de cargas com o uso dos diferentes modos de transporte, utilizando as ferrovias, a cabotagem e as hidrovias interiores como sistemas de alta capacidade, integrados à malha rodoviária regional de forma sinérgica e harmônica.

Além do planejamento integrado do setor, vislumbra-se que o ferramental técnico desse processo irá possibilitar a avaliação das oportunidades de investimentos por parte de todos os envolvidos, em especial pelos investidores. O Plano possui como horizonte de projeção o ano de 2025 e será submetido à consulta pública em 2018.

LEILÕES DE AEROPORTOS

Estão em andamento 17 projetos de aeroportos, sendo 13 de concessão e quatro de alienações com previsão de investimentos de R\$ 4,6 bilhões. Os empreendimentos a serem concedidos/alienados são:

- Aeroportos do Nordeste: Recife, Maceió, João Pessoa, Campina Grande (PB), Aracaju e Juazeiro do Norte (CE). Os aeroportos movimentaram em 2016 cerca de 12 milhões de passageiros/ano. Foi publicado em 2017 o edital de chamamento público autorizando a elaboração dos estudos. Trata-se de projetos *brownfield*, com investimentos previstos de R\$ 2,67 bilhões e outorga de R\$ 2,06 bilhões, para um período de concessão de 30 anos;
- Aeroportos do Centro-Oeste: Várzea Grande, Rondonópolis, Alta-Floresta, Sinop e Barra do Garças (Estado do Mato Grosso). Os aeroportos movimentaram em 2016 cerca de 3,4 milhões de passageiros/ano. Os estudos encontram-se em elaboração. Há previsão de R\$ 1,1 bilhão de investimento e outorga de R\$ 200 milhões, para uma concessão de 30 anos;
- Aeroporto Eurico de Aguiar Salles, também conhecido como Aeroporto de Goiabeiras, Vitória: foram 3,12 milhões de passageiros/ano em 2016. Foi publicado o edital de chamamento para a elaboração dos estudos. Trata-se de um projeto *brownfield*, com investimentos previstos de R\$ 779 milhões e outorga de R\$ 720 milhões, para um período de concessão de 30 anos;
- Aeroporto de Macaé (RJ): aeródromo com vocação para o atendimento das empresas petrolíferas *offshore*. Movimentou 318 mil passageiros/ano em 2016. Os estudos encontram-se em elaboração, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 60 milhões e concessão de 30 anos; e
- Alienação das participações acionárias da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) nas concessionárias dos aeroportos internacionais de Guarulhos, em São Paulo, Confins, em Minas Gerais, Galeão, no Rio de Janeiro e Brasília – correspondente a 49% do capital social de cada uma dessas companhias.

TERMINAIS PORTUÁRIOS

São 21 empreendimentos com parcerias a serem firmadas pelas modalidades de arrendamento, renovação de concessão, autorização de investimentos e cessão onerosa. Já foram assinados oito contratos, havendo mais dois arrendamentos com a fase de leilão concluída. Os empreendimentos em andamento são:

- Arrendamentos de terminais de celulose (1), de veículos (1) e movimentação de granéis sólidos (3) no porto de Paranaguá (PR): projetos *greenfield*, com investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão em contratos de 25 a 35 anos. Encontram-se com consultas públicas encerradas, havendo dois que já estão em análise no Tribunal de Contas da União (TCU);
- Arrendamento de terminal para movimentação de carga geral (celulose) no porto de Itaqui (MA): projeto *greenfield*, com área de 53 mil m² e investimento estimado de R\$ 221 milhões em um contrato de 25 anos. Prevê a capacidade de 1,5 milhão de toneladas de celulose/ano. Encontra-se com a consulta pública encerrada e em análise pelo TCU;
- Arrendamento de terminal para movimentação de cavaco de madeira no porto de Santana (AP): projeto *brownfield*, com área de 22 mil m² e investimento estimado de R\$ 61 milhões em um contrato de 25 anos. Prevê a capacidade de 1 milhão de toneladas de cavaco de madeira/ano. Encontra-se com a consulta pública encerrada e em análise pelo TCU;
- Cessões onerosas de terminais no porto de Belém (PA): projetos *greenfield*, com investimentos estimados da ordem R\$ 170 milhões, em contratos de 20 anos. Encontram-se com as consultas públicas encerradas, análise do TCU encerrada com aprovação, em processo de publicação de editais;
- Arrendamentos de terminais para movimentação de combustível no porto de Belém (PA): tratam-se de cinco arrendamentos de projeto *greenfield*, com investimentos estimados da ordem de R\$ 350 milhões. O objetivo é expandir a oferta desses serviços portuários, manter

EIXO INFRAESTRUTURA

as condições de operação e ampliar a quantidade de empresas no mercado de combustível na região Norte. Encontram-se com estudos concluídos, em fase de abertura de consulta pública;

- Arrendamento de terminal para movimentação de combustível no porto de Vila do Conde (PA): projeto *greenfield*, que tem por objetivo a ampliação da quantidade de empresas no mercado da região Norte. Os investimentos estimados são de R\$ 121 milhões em contrato de 35 anos e prevê nova capacidade de quatro milhões de toneladas. Encontra-se com estudos concluídos, em fase de abertura de consulta pública;
- Arrendamento de terminal para movimentação de combustível no porto de Vitória: projeto *greenfield*, que objetiva a ampliação da capacidade de movimentação de combustíveis na região de Grande Vitória (ES), face ao atual déficit de capacidade. Os investimentos estimados são de R\$ 187 milhões em contrato de 35 anos, com previsão de 4,3 milhões de toneladas. Encontra-se em fase de estudo; e
- Renovações antecipadas (2) e reequilíbrio de contratos (2) de terminais portuários: tratam-se de projetos *brownfield*, com investimentos da ordem de R\$ 760 milhões, com o objetivo de viabilizar investimentos de interesse público no setor portuário.

RODOVIAS

Uma mudança significativa para os leilões a serem realizados reside na eliminação da obrigação imposta ao licitante vencedor de duplicar os trechos rodoviários nos primeiros cinco anos de concessão. Com a nova modelagem já em vigor, os trechos serão duplicados quando atingirem um fluxo definido no respectivo edital. A oferta de serviços (socorro e atendimento ao usuário) será disponibilizada de acordo com as necessidades de cada trecho de rodovia. Para 2018, estão programadas as seguintes concessões:

EIXO INFRAESTRUTURA

- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437 km) – relevante corredor para escoamento da produção agroindustrial do Sudeste goiano/Triângulo Mineiro. A concessão visa a interligar a região a trechos já concedidos das BR-050 e BR-153, possibilitando acesso ao mercado consumidor do Sudeste e ao porto de Santos (SP). O trecho apresenta 4,4 mil veículos/dia já no primeiro ano da concessão. Possui previsão de R\$ 2 bilhões em *Capital Expenditure* (Capex) e R\$ 2,4 bilhões em *Operational Expenditure* (OPEX). Encontra-se em consulta pública concluída e em análise pelo TCU;
- BR-101/290/386/448/RS, BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-290: Osório/RS – Guaíba/RS; BR-386: Porto Alegre – Carazinho/RS (473,4 km) – engloba corredores na região metropolitana de Porto Alegre e entorno, que já estão saturados e necessitam de urgentes intervenções, além de conectarem os pontos de maior relevância econômica do Estado do Rio Grande do Sul. O trecho possui volume diário máximo de tráfego iniciando em 18 mil veículos/dia no 3º ano e atingindo 35 mil veículos/dia no 30º ano da concessão. Possui um Capex previsto de R\$ 8,5 bilhões e OPEX previsto de R\$ 6,6 bilhões. Encontra-se com a consulta pública concluída e em análise pelo TCU;
- BR-101/SC: Divisa de SC/RS ao sul de Palhoça (SC) (220,4 km) – constitui obras que possibilitarão ampliação da capacidade e melhor nível de serviço, proporcionando redução de acidentes e de congestionamentos, melhoria na trafegabilidade, bem como significativa contribuição para o desenvolvimento econômico da região. A rodovia possui um volume médio de 24 mil veículos/dia, com previsão de R\$ 4,1 bilhões em Capex e R\$ 4,5 bilhões em OPEX. Encontra-se em fase de estudo;
- BR-040/MG/RJ: Trecho da BR-040/MG/RJ (180,4 km) – faz a ligação entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora (MG). Esta rodovia, assim como a BR-116/RJ e BR-116/RJ/SP, é estratégica pela extensão e pelo volume de tráfego. Trata-se de projeto *brownfield* em fase de estudo, com volume médio de tráfego de 17 mil veículos/dia e Capex estimado de R\$4,3 bilhões;

EIXO INFRAESTRUTURA

- BR-116/RJ (Rodovia Santos Dumont): rodovia que liga Além Paraíba à BR-040 (142,5 km) – constitui a única rota, a partir da cidade do Rio de Janeiro, para se contornar a Baía de Guanabara, permitindo o acesso à Região dos Lagos, ao norte do Estado e às regiões Norte e Nordeste do Brasil. Trata-se de um projeto *brownfield*, em fase de estudo, com volume médio de tráfego de 23 mil veículos/dia e Capex estimado em R\$ 3,3 bilhões;
- BR-116/RJ/SP (Presidente Dutra) – rodovia que liga os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (402 km). A rodovia faz parte da principal ligação entre o Nordeste e o Sul do País, passando por 34 cidades. Trata-se de um projeto *brownfield*, com volume médio de tráfego de 42 mil veículos/dia e Capex estimado de R\$ 15,5 bilhões. Encontra- se em fase de estudo;
- BR-153/GO/TO: rodovia que liga Anápolis/GO à Aliança do Tocantins (624,8 km) – faz a ligação do Meio-Norte do Brasil (Estados do Tocantins, do Maranhão, do Pará e do Amapá) com a região geoeconômica Centro-Sul do País. A BR-153 é considerada atualmente como uma das principais rodovias de integração nacional. Trata-se de um projeto *brownfield*, em fase de estudo; e
- BR-364/RO/MT: rodovia que liga Porto Velho a Comodoro (MT) (806,3 km) – o trecho em questão já possui elevado volume de tráfego, com previsão de se tornar gargalo com a expansão do agronegócio, além de ser a única ligação rodoviária de Porto Velho e do Estado do Acre às demais regiões do Brasil. O projeto visa, além de ampliar a capacidade da via, reduzir o custo do transporte e o tempo de viagem entre o noroeste de Mato Grosso e a cidade de Porto Velho, bem como incentivar a criação e a consolidação de um novo vetor de escoamento de grãos provenientes das áreas de produção da região. Trata-se de um projeto *brownfield*, em fase de estudo, com Capex estimado em R\$ 8 bilhões e OPEX em R\$ 3 bilhões.

EIXO INFRAESTRUTURA

FERROVIAS

Para os leilões de trechos ferroviários, tem-se como premissa assegurar a interoperabilidade do Sistema Ferroviário Federal, por meio do compartilhamento da infraestrutura ferroviária, ou seja, tráfego mútuo e direito de passagem. A partir desse quesito, as novas outorgas serão realizadas sob o modelo que melhor se adeque a cada caso. Os empreendimentos são:

- Ferrovia Norte-Sul (FNS) (EF-151): subconcessão do trecho de 1.537 km entre Porto Nacional (TO) e Estrela D’Oeste (SP) – considerada a espinha dorsal do sistema ferroviário brasileiro, permite ampliar a conexão ferroviária da região central do Brasil à malha Paulista da ALL (porto de Santos/SP) e aos portos do Norte/Nordeste (Itaqui/MA e, futuramente, ao porto de Vila do Conde/PA). Restam concluir 68 km de ferrovia pela VALEC, cuja previsão é fevereiro/18. Prevê o transporte de 1,2 milhão de toneladas em 2019 e 22,9 milhões em 2045 de granéis líquidos, sólidos e carga geral. Estimam-se investimentos de R\$ 2,76 bilhões;
- Ferrogrão (EF-170): concessão do trecho de 965 km entre Sinop (MT) e Miritituba (no Município de Itaituba/PA) – visa melhorar o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, conectando-se ao porto de Miritituba, no rio Tapajós (PA). É um projeto *greenfield* que se encontra em consulta pública. Apresenta previsão de transportar 25 milhões de toneladas de carga em 2020 e 42 milhões em 2050. O prazo de concessão será de 65 anos, com investimento previsto de R\$ 12,6 bilhões;
- Ferrovia de Integração Oeste – Leste (FIOL) (EF 334): subconcessão do trecho de 537 km entre Ilhéus (BA) e Caetité (BA) – permitirá escoar minério de ferro produzido na região de Caetité pelo Porto Sul, complexo portuário a ser construído nas imediações da cidade de Ilhéus sob a responsabilidade do governo do Estado da Bahia. Poderá também estabelecer a conexão do referido porto com a FNS. A obra está a cargo da Valec. Recebeu R\$ 1,9 bilhão em investimento, necessitando de R\$ 1,1 bilhão para a conclusão das obras. Encontra-se em estudo;

EIXO INFRAESTRUTURA

- Ferrovia Bandeirantes, usualmente conhecida como ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. ou ALLMP: com 1.989 km de trilhos, a ferrovia é considerada uma das principais ferrovias brasileiras, com grande movimentação de cargas provenientes das malhas Norte e Oeste, com destino ao porto de Santos (SP). O estudo busca verificar a viabilidade de se antecipar a prorrogação por mais 30 anos, cujo investimento estimado é de R\$ 4,72 bilhões. A audiência pública encontra-se concluída;
- Ferrovia MRS Logística: com 1.674 km, trata-se de uma importante ferrovia brasileira que liga as três maiores metrópoles do Sudeste. A fim de viabilizar o investimento de R\$ 7,4 bilhões, estuda-se prorrogar a concessão por mais 30 anos;
- Ferrovia Centro Atlântica S.A.: a ferrovia é a mais extensa do País, com mais de 7 mil km, interligando diversos Estados do Nordeste, do Sudeste e do Centro-Oeste. A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. obteve a concessão da Malha Centro-Leste, pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A., no leilão realizado em 14 de junho de 1996. A outorga desta concessão foi efetivada pelo Decreto de 26 de agosto de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 1996. A empresa iniciou a operação dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas em 1º de setembro de 1996. O estudo busca verificar a viabilidade de se antecipar a prorrogação por mais 30 anos;
- Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM): com 905 km de extensão, a ferrovia possui como transporte principal cargas de minérios (granéis sólidos não agrícolas) e é operada pela Companhia Vale do Rio Doce (VALE). Estuda-se prorrogar a subconcessão por mais 30 anos; e
- Estrada de Ferro Carajás (EFC): possui 892 km de extensão e abrange o transporte de cargas de minérios (granéis sólidos não agrícolas). É operada pela Companhia Vale do Rio Doce (VALE). Estuda-se prorrogar a subconcessão por mais 30 anos.

EIXO INFRAESTRUTURA

ENERGIA

Eletrobrás

O Ministério de Minas e Energia (MME), em conjunto com diversas áreas do Governo, coordena as medidas necessárias para a privatização da Eletrobrás, prevista para este ano. A Resolução CPPI nº 13, de 23 de agosto de 2017, submete ao Presidente da República a proposta de inclusão da Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização (PND). O novo modelo prevê a diluição da participação acionária da União; assim, a gestão da empresa passará a ser privada.

Com a privatização, os contratos de concessão de geração de energia elétrica do regime de cotas, estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, serão substituídos. Com a assinatura desses novos contratos, serão arrecadados recursos a serem destinados para financiar o programa de revitalização do rio São Francisco e reduzir os encargos tarifários pagos pelo consumidor de energia, com aporte de recursos na Conta de Desenvolvimento Energético. Parte da arrecadação também será destinada à União, que é titular do direito de concessão dos referidos contratos, em montante estimado em cerca de R\$ 12,2 bilhões.

Distribuição de energia

No setor de distribuição de energia elétrica, serão alienadas seis companhias distribuidoras de eletricidade atualmente sob o controle da Eletrobrás: Amazonas AS, Boa Vista, Eletroacre, Cepisa, CEAL, Ceron. A Resolução nº 20, de 8 de novembro de 2017, do CPPI, aprovou a transferência do controle acionário detido pela Eletrobrás. Com a privatização, haverá aumento nos investimentos nas áreas de concessão, com a melhoria do serviço prestado. A previsão é que o leilão ocorra no 1º semestre de 2018. A Centrais Elétricas de Goiás (Celg-D), distribuidora de energia da Eletrobrás, teve seu processo de privatização concluído em 2017 e seu controle acionário foi adquirido pelo grupo italiano Enel Brasil.

ÓLEO E GÁS

As 2^a e 3^a Rodadas de Partilha de Produção, cujo bônus de assinatura total foi de R\$ 6,15 bilhões, devem gerar investimentos adicionais no País de US\$ 36 bilhões, segundo estimativas. Já o pagamento de royalties, óleo-lucro e imposto de renda devem resultar em montante da ordem de US\$ 130 bilhões. Os percentuais de excedente em óleo variaram de 11,53% a 80%, na segunda rodada, e de 22,87% a 76,96%, na terceira rodada. Outra expectativa sobre os leilões é a de promover avanço mais amplo e célere da retomada da indústria do setor de forma sustentada, gerando efeitos multiplicadores para o restante da economia brasileira, tais como a expansão dos níveis de emprego e de renda.

Na 14^º Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios (concessão), realizada em setembro de 2017, foram apurados R\$ 3,84 bilhões em bônus de assinatura para 37 blocos arrematados, pagos por 17 empresas vencedoras, que se comprometeram também com R\$ 845,6 milhões em investimentos relativos ao Programa Exploratório Mínimo (PEM). A Rodada marca a retomada do setor, com o maior bônus de assinatura total da história das concessões, com ágio de 1.556,05%. Estima-se que as descobertas que ocorram a partir dos blocos que foram arrematados possam contribuir para o desenvolvimento da indústria fornecedora de bens e serviços e para a elevação da produção futura de petróleo e gás natural.

Na 4^a Rodada de Campos com Acumulações Marginais, realizada em maio, foram arrematadas oito das nove áreas ofertadas, tendo sido arrecadados cerca de R\$ 7,9 milhões em bônus de assinatura. Além do bônus, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 9,1 milhões nas áreas arrematadas. Licitações desse tipo são importantes do ponto de vista regional, possibilitando a continuidade dessas atividades e contribuindo para a geração de emprego e renda localmente.

MINERAÇÃO

Para o setor de mineração, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) ofertará ao mercado quatro blocos de áreas de sua titularidade: Fosfato de Miriri (PB-PE); Cobre, Chumbo e Zinco de Palmeirópolis (TO); Carvão de Candiota (RS) e Cobre de Bom Jardim de Goiás (GO). As áreas deverão ser arrematadas por meio de leilão, propiciando o conhecimento detalhado das jazidas minerais e o desenvolvimento de novas minas, com ampliação da produção mineral brasileira e geração de emprego e renda.

Para as áreas em disponibilidade, foi efetuado um trabalho de classificação de acordo com seu potencial mineral e grau de atratividade. Ainda, foram confeccionadas fichas técnicas que indicam o respectivo potencial prospectivo, as quais servirão de base para a tomada de decisão pelos investidores. O objetivo é que as áreas sejam ofertadas por meio de leilão eletrônico, configurando maior celeridade, objetividade e transparência. Ainda no contexto de ampliação da oferta de áreas ao mercado, em 2017, foram desenvolvidas ações para aumentar a atratividade daquelas áreas que se encontram em disponibilidade no Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), estimadas em 20 mil áreas disponíveis, além de estudos visando à implementação de um sistema de oferta mais efetivo.

EIXO INFRAESTRUTURA

Os mapas a seguir apresentam a distribuição geográfica dos projetos do PPI previstos para o ano de 2018, por setor.

Mapa dos empreendimentos do PPI com previsão de conclusão em 2018
Setores portuário e ferroviário



Fonte: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI).

EIXO INFRAESTRUTURA

Mapa dos empreendimentos do PPI com previsão de conclusão em 2018
Setores aeroportuário e rodoviário



Fonte: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI).

EIXO INFRAESTRUTURA

Mapa dos empreendimentos do PPI com previsão de conclusão em 2018
Distribuição de energia, petróleo e gás e mineração



Fonte: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI).

EIXO INFRAESTRUTURA



Com um
**investimento
de R\$131
bilhões,**
o Programa
Avançar irá
priorizar, em 2018,
7.439 obras.

2 PROGRAMA AVANÇAR

O Programa Avançar, instituído pelo Governo Federal em novembro de 2017, tem como finalidade orientar as ações referentes aos investimentos públicos estratégicos em infraestrutura, de cunho prioritário para o Governo.

O Programa alavancará investimentos públicos em projetos estratégicos nas áreas de saúde, educação, infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias, recursos hídricos e saneamento), mobilidade urbana, habitação, energia, ciência e tecnologia, defesa nacional, esporte e turismo, que serão executados até o final de 2018.

Com um investimento de mais de R\$ 131 bilhões – até 2018 –, a iniciativa prioriza 7.439 obras.

PROGRAMA AVANÇAR: ORÇAMENTO TOTAL DE R\$ 130,97 BILHÕES ATÉ O FINAL DE 2018

- R\$ 42,15 bilhões do Orçamento da União;
- R\$ 29,91 bilhões em financiamentos concedidos pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projetos de habilitação, saneamento e mobilidade urbana – “Avançar Cidades”; e
- R\$ 58,91 bilhões em investimentos de empresas estatais nos setores de petróleo e gás e energia elétrica – “Avançar Energia”.

EIXO INFRAESTRUTURA

- **Número total de projetos:** **7.439**, com alcance a todos os Estados e cerca de 3 mil Municípios. O Avançar inclui 24 projetos regionais (englobam mais de um Estado) e 26 nacionais.
- **Principais áreas:** saúde; educação; rodovias, portos, aeroportos, hidrovias e ferrovias; mobilidade urbana, habitação, recursos hídricos e saneamento; energia; ciência e tecnologia; defesa nacional; esporte; e turismo.
- **Alcance regional:** o Nordeste tem o maior número de projetos: 3.186, com investimentos de R\$ 19 bilhões. O Sudeste conta com 1.931 projetos e investimentos de R\$ 52,5 bilhões; o Sul, com 864 projetos e investimentos de R\$ 24,8 bilhões; o Norte, com 772 projetos e investimentos de R\$ 4,3 bilhões; e o Centro-Oeste, com 636 projetos e investimentos de R\$ 5,2 bilhões.

As obras poderão ser acompanhadas e fiscalizadas pelos cidadãos, por meio de um aplicativo e website desenvolvidos pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar a transparência das ações do Programa: <www.avancar.gov.br>.



EIXO INFRAESTRUTURA

Destaques do Programa Avançar



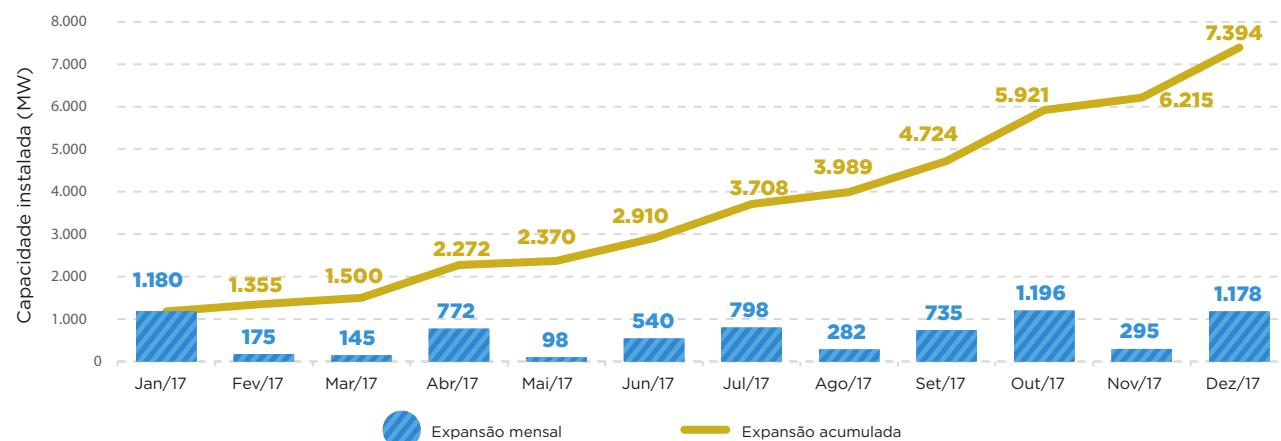
3 ENERGIA ELÉTRICA

Geração de energia elétrica

Em 2017, foram incorporados mais 7.393,5 MW à capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Em destaque: i) a conclusão da UHE Santo Antônio (total de 3.568 MW); ii) o início da operação comercial da UTE Mauá 3 (1^a unidade geradora = 190 MW) e da UHE São Manoel (1^a unidade geradora = 175 MW); e iii) a continuidade de motorização da UHE Belo Monte com o início de operação de mais quatro unidades geradoras do Sítio Belo Monte (2.444,44 MW) e duas unidades do Sítio Pimental (77,7 MW).

Ao final do ano de 2017 a UHE Belo Monte, que terá 11.233 MW de capacidade instalada, contava com 4.510,87 MW liberados para operação comercial. Também cabe destacar o início da operação das primeiras usinas fotovoltaicas provenientes de leilões de comercialização de energia do Sistema Interligado Nacional, representando 933 MW.

Expansão da oferta de geração 2017

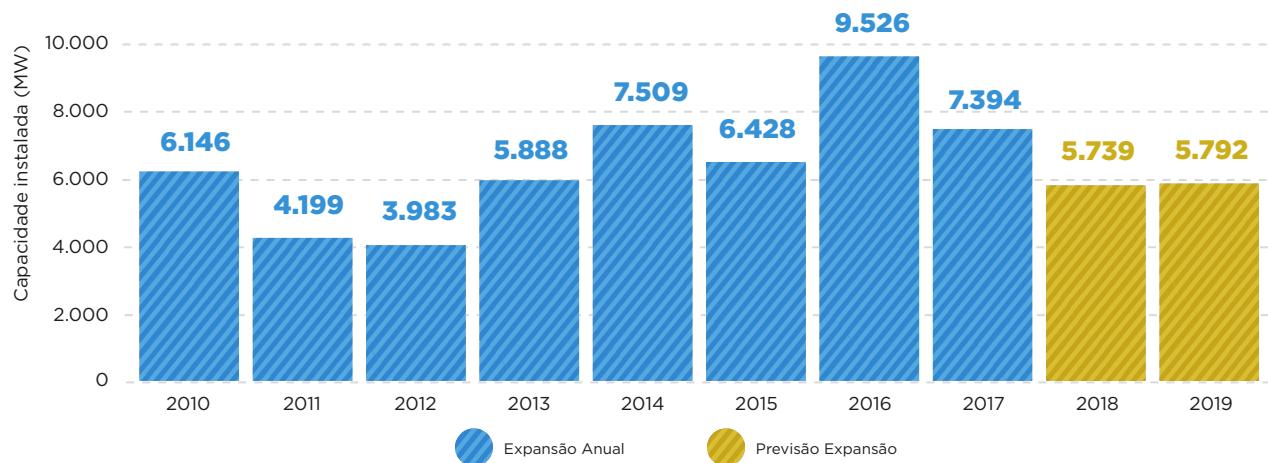


Fonte: MME/ANEEL.

EIXO INFRAESTRUTURA

Para os anos de 2018 e 2019 estão previstas entradas em operação de mais 5.739 MW e 5.792 MW, respectivamente.

Expansão da capacidade instalada (MW)*



* Os dados de previsão anual da expansão são atualizados mensalmente pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

Fonte: MME/ANEEL.

EXPANSÃO DA FONTE EÓLICA E FOTOVOLTAICA

Em 2017, a expansão da capacidade instalada de geração atingiu a marca de 7.394 MW, a qual foi reforçada pela entrada em operação de 86 parques eólicos e 32 usinas fotovoltaicas.

A entrada em operação de 2.156 MW de potência, distribuídos em usinas eólicas, representou 29% do total da expansão da oferta de geração do ano.

EIXO INFRAESTRUTURA

Os empreendimentos fotovoltaicos marcaram o ano de 2017 pela consolidação desta fonte na matriz elétrica brasileira pela entrada em operação das primeiras usinas solares que venderam energia em leilões. Ao todo, 933 MW de capacidade instalada foram liberados para operação comercial, equivalente à 13% do incremento da capacidade de geração de 2017.

Também no ano de 2017 foram adicionados 6.622 km de linhas de transmissão de energia elétrica e 15.865 MVA de capacidade transformadora em subestações, com destaque para a antecipação do 1º bipolo da UHE Belo Monte, de fevereiro de 2018 para dezembro de 2017.

Evolução das linhas de transmissão em 2017

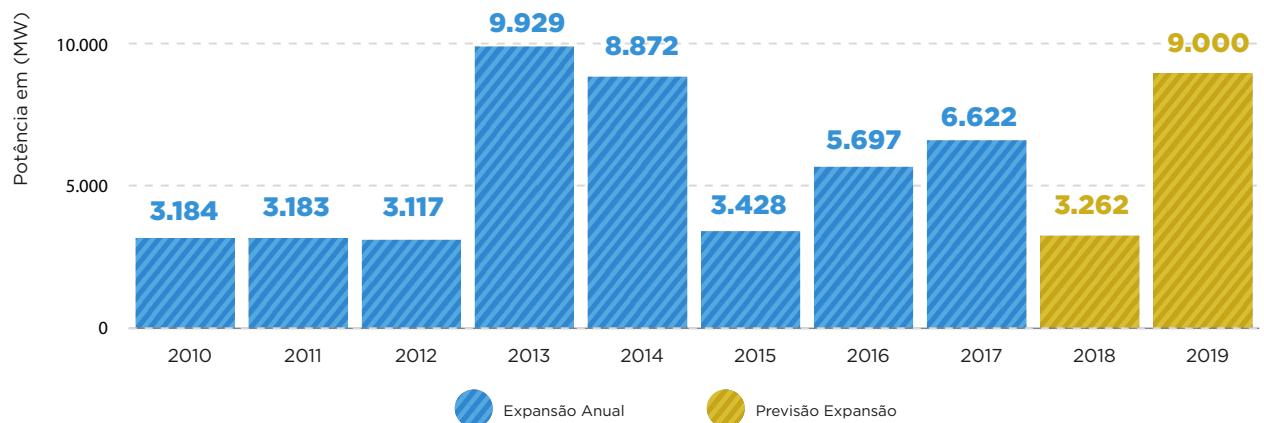


Fonte: MME/ANEEL.

EIXO INFRAESTRUTURA

Para o ano de 2018 está prevista a adição de mais 3.262 km de novas linhas de transmissão e 11.181 MVA de capacidade instalada de transformação, com destaque para a integração do sistema de transmissão Gentio do Ouro/Gilbués, para escoamento de geração eólica da região Nordeste. Para 2019, espera-se a entrada em operação de mais 9 mil km de linhas de transmissão e 21 mil MVA de capacidade transformadora, cabendo ressaltar também a entrada em operação do 2º bipolo da UHE Belo Monte.

Expansão da extensão de linhas de transmissão (km)



Fonte: MME/ANEEL.

Leilões de geração e transmissão

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria nº 293, de 4 de agosto de 2017, que estabelece diretrizes para a realização dos leilões A-4 e A-6, para novos empreendimentos de geração. Espera-se atratividade nesses leilões, resultando em um incremento nas gerações eólica e por térmicas a gás natural.

EIXO INFRAESTRUTURA

Esses certames possibilitaram a contratação de 4,4 GW em novos empreendimentos de geração, correspondendo a um investimento estimado em R\$ 18,2 bilhões, distribuídos da seguinte forma: i) 1,4 GW de centrais eólicas; ii) 0,57 GW de centrais solares fotovoltaicas; iii) 2,14 GW de centrais a gás natural; iv) 0,18 GW de centrais a biomassa; e v) 0,12 GW de pequenos aproveitamentos hidrelétricos. Os Leilões de Energia Existente “A-1” e “A-2” de 2017, por sua vez, viabilizaram a complementação do suprimento às distribuidoras de energia elétrica a partir de empreendimentos já em operação. No total, nos Leilões de Energia Existente, foram contratados 12,5 TWh.

Em relação aos Leilões de Energia Nova, alguns aspectos devem ser destacados. O primeiro é a significativa contratação da fonte eólica, cuja participação na matriz de energia elétrica já supera 7%. Um segundo ponto de destaque é a contratação de 0,57 GW de centrais solares fotovoltaicas, com deságio médio de 56% em relação ao preço inicial. Ademais, destaca-se também a contratação de centrais termelétricas a gás natural, demonstrando a efetividade das melhorias propostas no âmbito do Gás para Crescer.

Em se tratando da expansão dos sistemas de transmissão, foram realizados dois leilões. No total, foram viabilizadas a construção de 11.987 km de novas linhas de transmissão e a expansão de 23.548 MVA da capacidade de transformação, o que corresponde a um investimento estimado em R\$ 21,5 bilhões.

Para o ano de 2018 estão previstos dois leilões de transmissão, o primeiro, com extensão prevista de 5.750 km de linhas e 19 mil MVA de capacidade de transformação. Este leilão deve chegar a mais de R\$ 11 bilhões em investimentos, com expectativa de criação de 25 mil empregos. Os estudos das obras do segundo leilão, aguardado para ocorrer no segundo semestre de 2018, estão em andamento. Em se tratando da expansão do parque gerador, estão previstos para ocorrer ao menos dois leilões de energia nova.

O ajuste de oferta no setor elétrico incluiu ainda a interrupção de contratos de energia de reserva, que objetivam elevar a segurança no fornecimento do Sistema Interligado Nacional, complementando o montante contratado no ACR. Especificamente, em 28 de agosto de 2017, foi realizado o Mecanismo de Descontratação de energia de reserva, instituído pelo Decreto nº 9.019, de 30 de março de 2017, e idealizado para diminuir o excedente de energia de reserva contratada no Sistema Interligado Nacional.

EIXO INFRAESTRUTURA

As diretrizes foram definidas por meio da Portaria MME nº 151, de 18 de abril de 2017, e sua sistemática aprovada por meio da Portaria MME nº 200, de 18 de maio de 2017. Por meio de um processo competitivo, que durou mais de oito horas, o mecanismo permitiu a descontratação de 307,7 MW de usinas eólicas e de 249,7 MW de usinas solares, além de arrecadar R\$ 105,9 milhões em benefício dos consumidores de energia elétrica.

4 ENERGIA RENOVÁVEL E BIOCOMBUSTÍVEIS

Os boletins mensais de energia, elaborados pelo MME, apontam que a matriz energética brasileira de 2017 conta com 42,8% de fontes renováveis, indicador três vezes superior ao mundial, de 14,2% em 2016.

Para a matriz de oferta de energia elétrica de 2017, as fontes renováveis devem ficar um pouco acima de 82% (indicador também mais de três vezes superior ao mundial, de 23,6%, em 2016).

No setor de biocombustíveis, o Brasil mantém posição de destaque no cenário internacional como segundo maior produtor, superado apenas pelos Estados Unidos da América (EUA). No cenário doméstico, a participação dos biocombustíveis é fundamental para manter o alto índice de energias renováveis na matriz energética nacional.

Segundo o Balanço Energético Nacional de 2017, conforme dados de 2016, aproximadamente 43,5% de toda a energia ofertada internamente foi originária de fontes renováveis, sendo 17,5% de biomassa da cana e 1% de biodiesel. No que se refere ao consumo de energia nos transportes, os biocombustíveis representam 20% do total de combustíveis utilizados no País, sendo 16,8% etanol (anidro e hidratado) e 3,3% biodiesel.

Em setembro de 2016, o Brasil ratificou o Acordo de Paris, que oficializou o compromisso voluntário na COP21, para redução de emissões de carbono. Parte fundamental da solução é a expansão da bioenergia, assumindo-se publicamente a meta de 18% para sua participação na matriz energética até 2030. Isso envolve, entre outras medidas, a expansão do biodiesel e do etanol.

EIXO INFRAESTRUTURA

É com esse foco que o MME, em esforço conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com o Ministério de Meio Ambiente, lançou a Proposta de Criação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). A formulação e as possibilidades de implementação do RenovaBio foram discutidas com a sociedade e com o Governo ao longo de 2017. Este trabalho deu origem ao Projeto de Lei nº 9086/2017, aprovado pelo Congresso Nacional e convertido na Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que trata da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Antes, porém, um primeiro passo nesse sentido foi dado com a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 14/2017, que definiu as diretrizes estratégicas para política de biocombustíveis.

Além disso, foram criados os Comitês de Monitoramento do Abastecimento de Etanol e de Biodiesel (CMAE e CMAB). Esses comitês são fóruns que contam com participação múltipla (Governo, regulador, produtores, distribuidores e revendedores) e têm como objetivo acompanhar e propor soluções para o mercado de biocombustíveis, sendo fundamental para a segurança do abastecimento do etanol e do biodiesel.

Também foi publicada a Resolução CNPE nº 11/2017, que fixou diretrizes para a importação de biocombustíveis, com a finalidade de trazer isonomia concorrencial entre a produção nacional de etanol e o produto importado.

Na mesma linha, o CNPE deliberou favoravelmente à mistura de 10% de biodiesel no óleo diesel comercializado em todo o território nacional, que entrará em vigor em 1º de março de 2018. Antecipou-se assim, em um ano, o prazo máximo determinado pela Lei nº 13.263, de 23 de março de 2016, para início da mistura.

Isso só foi possível após a realização no Brasil do maior programa de testes de biodiesel já visto em escala global. São cerca de 50 testes com as misturas B10, B15 e B20 em pleno andamento, envolvendo mais de 20 fabricantes de veículos. Os resultados do Programa contribuirão para promover a ampliação do biodiesel no Brasil e no mundo. Conforme cronograma estabelecido pela

EIXO INFRAESTRUTURA

Portaria MME nº 80/2017, os testes para biodiesel B10 deverão ser concluídos até fevereiro de 2018 e B15 até janeiro de 2019.

Dessa forma, o Governo, conjuntamente com o setor produtivo, vai reforçar o diálogo transparente e o permanente acompanhamento do mercado de biocombustíveis, visando assegurar o abastecimento e o desenvolvimento do mercado interno.

5 INVESTIMENTOS NOS SETORES PORTUÁRIO, RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AEROPORTUÁRIO

Em 2017, foram aprovados, no Governo Federal, investimentos estimados para o setor portuário, incluídos os listados no PPI Avançar, em R\$ 2,98 bilhões. Deste montante, os arrendamentos localizados nos portos organizados respondem por cerca de R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 1 bilhão relativo às prorrogações antecipadas de arrendamento, R\$ 550,6 milhões a reequilíbrios contratuais e R\$ 119 milhões aos novos leilões realizados, relativos a terminais localizados em Santarém (PA) e Rio de Janeiro.

Com relação aos investimentos privados para a ampliação da infraestrutura portuária, foram assinados, em 2017, 12 contratos de adesão, nos seguintes Estados: AM, ES, RJ, RO, SC e SP. O aporte de investimentos foi de R\$ 3,68 bilhões. A ampliação da infraestrutura portuária mediante incremento de capacidade desses terminais autorizados, que movimentarão granéis sólidos, líquidos e cargas gerais, será da ordem de 23,39 milhões de toneladas anuais.

Para o ano de 2018, estão previstas 13 novas autorizações, que totalizam cerca de R\$ 9,43 bilhões de investimentos em terminais de uso privado pelos Estados: PA, SC, AM, AC, RJ e PR. Esses investimentos significarão, para o setor portuário nacional, uma capacidade dinâmica de 87,69 milhões de toneladas anuais.

No que se refere aos arrendamentos, em 2017, foi celebrado um contrato de arrendamento no porto do Rio de Janeiro, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 93,11 milhões. O terminal em comento se dedicará à movimentação de granéis sólidos vegetais. Entre os investimentos previstos,

EIXO INFRAESTRUTURA

tem-se, principalmente, a construção de armazém para estocagem de trigo com capacidade de 35 mil toneladas. O referido terminal foi objeto de priorização/qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos. Foi celebrado, também, contrato de arrendamento para um terminal marítimo de passageiros no porto de Salvador, com previsão de investimentos de R\$ 6,98 milhões.

Além disso, já ocorreu o leilão de dois outros terminais localizados no porto de Santarém (PA) dedicados à movimentação de granéis líquidos combustíveis possibilitando um incremento de capacidade de movimentação estimado em 680 toneladas (ou 800 m³), com previsão de investimentos de R\$ 29,87 milhões, nos dois terminais.

Em relação às renovações dos arrendamentos, em 2017, foram assinados seis termos aditivos objetivando o incremento da capacidade de terminais nos portos de Suape (PE), São Francisco do Sul (SC), Itaqui (MA), Vila do Conde (PA) e Niterói (RJ), cujos termos estabelecidos no clausulado contratual obrigam as arrendatárias a atingirem ao final da realização dos investimentos de aproximadamente R\$ 550,56 milhões e 5,54 milhões de toneladas anuais de movimentação de granéis. Desses seis termos aditivos, cinco foram objeto de priorização no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, representando cerca de 87% dos investimentos autorizados. Foram também assinados outros quatro termos aditivos objetivando a prorrogação de contrato sem incremento de capacidade ordinária ou alteração de cláusula contratual.

Para o ano de 2018, está prevista a assinatura de outros 11 termos aditivos para terminais localizados em: Porto Velho, Itaqui (MA), Suape (PE) e Santos (SP). Os referidos termos aditivos, que objetivam desde a prorrogação contratual até o reequilíbrio, permitirão a realização de estimados R\$ 1,3 bilhão de investimentos, que incrementarão a infraestrutura portuária brasileira em pelo menos 6,89 milhões de toneladas anuais.

No setor rodoviário, obras estão sendo realizadas para a melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto dos usuários nas rodovias já concedidas. Destacam-se as seguintes:

- BR-050/GO/MG, duplicação (218,5 km) – foram executados 23,74% em 2017 com execução física acumulada de 41,72%;
- BR-163/MS, duplicação (806,3 km) – foram executados 4,82% em 2017 com execução física acumulada de 17,21%;

EIXO INFRAESTRUTURA

- BR-116/PR, duplicação do trecho Curitiba – Mandirituba (PR) (25,4 km) – foram executados 5,03% em 2017 com execução física acumulada de 98,93%;
- BR-101/RJ, duplicação do km 84,6 até o Entroncamento RJ Via Lagos (176,6 km) – foram executados 5,5% em 2017 com execução física acumulada de 70,3%;
- BR-101/SC, construção, contorno de Florianópolis (49,0 km) – foram executados 19,9% em 2017 com execução física acumulada de 36,7%;
- BR-116/SP, duplicação, Serra do Cafezal, Rodovia Régis Bittencourt (30,3 km) – inaugurada em 19 de dezembro de 2017; e
- BR-153/SP, duplicação (39,4 km) – foram executados 4,1% em 2017 com execução física acumulada de 33,8%.

No que tange às ferrovias, o objetivo dos investimentos é a construção de estrutura intermodal para conectar importantes pontos de escoamento de cargas. A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com os outros modais de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros. As concessões ferroviárias buscam o desenvolvimento do transporte ferroviário, com maior eficiência energética e menores custos operacionais. Destacam-se os seguintes empreendimentos, listados no PPI, e já detalhados neste capítulo: i) a EF-151, também conhecida como Ferrovia Norte-Sul; e ii) a EF-170, chamada de Ferrogrão, bem como a duplicação de trecho da Estrada de Ferro Carajás.

Com o objetivo de melhorar a infraestrutura aeroportuária, alavancar investimentos e trazer concorrência para oferta de serviços distintos e com maior qualidade, o Governo Federal tem prosseguido com a concessão de aeroportos. Em 2017, foram assinados os contratos de concessão dos aeroportos internacionais de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza, parte do PPI. Como já informado, em 2018, ainda no âmbito do PPI, está prevista a concessão à iniciativa privada de mais 13 aeroportos.

Entre as diversas licitações de concessão de uso de área nos aeroportos, realizadas em 2017, duas merecem destaque: a concessão de área de 28,5 mil m² para Megalojas no Aeroporto de Congonhas (SP),

EIXO INFRAESTRUTURA

com investimento projetado de R\$ 285 milhões de capital privado e início estimado das operações para 2020; e a concessão para o *check-in* compartilhado nos aeroportos de Congonhas em São Paulo, Goiânia, Maceió, Recife, Santos Dumont no Rio de Janeiro (RJ), Curitiba e Belém pelo valor global do contrato de R\$ 35,3 milhões.

Para 2018, há cerca de 40 projetos comerciais em desenvolvimento nos aeroportos – dos quais 20 projetos com previsão de contrato comercial assinado até dezembro de 2018 – contemplando cerca de 1,1 milhão de m² de áreas externas para serem concedidas, com diversas oportunidades de negócios (centros comerciais, hotéis, concessionárias, postos de combustíveis, centros logísticos, hangares etc.). Os projetos possuem estimativa de investimento na ordem de R\$ 1 bilhão, a ser realizado por parceiros da iniciativa privada.

Empreendimentos portuários

Em 2017, o Governo Federal concluiu e deu andamento a outras obras. Destacam-se a conclusão da construção do Berço 108 do porto de Itaqui (MA) e a modernização do cais público do Porto Novo no porto de Rio Grande (RS).

As principais obras em andamento em 2017 foram as seguintes: porto de Vitória – construção de berço – 82% realizada; e porto de Itajaí (SC) – alinhamento e reforço do berço 4 – 88% realizada.

Dentre os projetos e os empreendimentos para 2018, podemos destacar: porto de Maceió (AL) (implantação do Terminal de Passageiros); porto de Santos (SP) (Avenida Perimetral – Margem Esquerda) e porto de Fortaleza (dragagem e aprofundamento no berço de atracação do Terminal de Passageiros).

No âmbito do Programa Nacional de Dragagem (PND) foram concluídas em 2017 as dragagens do porto de Vitória (aprofundamento) e do porto do Rio de Janeiro (aprofundamento). As principais dragagens em andamento em 2017 foram as seguintes: porto de Paranaguá (PR) (dragagem de aprofundamento) – 15,8% realizada; e porto de Itajaí (SC) (dragagem por resultado) – 80% realizada.

EIXO INFRAESTRUTURA

Também serão iniciadas em 2018 as seguintes dragagens: porto de Santos (SP) (dragagem de manutenção); e porto de Rio Grande (dragagem de manutenção).

Infraestrutura Aeroportuária

Um dos maiores desafios para o Brasil é o de consolidar a ocupação sustentável do território, levar serviços sociais a lugares distantes e promover a integração de suas regiões, principalmente, em áreas como a Amazônia Legal. Para favorecer esta meta, o Programa de Aviação Regional (PAR) prevê execução de estudos e projetos de reforma, ampliação e construção de aeroportos.

Ressalta-se, em 2017, a execução de dez convênios e a celebração de 21 novos instrumentos de repasse, sendo: 19 Termos de Compromisso e dois Termos de Execução Descentralizada (Comando da Aeronáutica - região Norte e Comando do Exército - Aeroporto de Dourados/MS).

Dois processos estão em andamento para aquisição de equipamentos AVSEC (*Aviation Security*). Destaca-se ainda a entrega de sete carros contra incêndio de Aeródromo-CCIs (Una-Comandatuba/BA, Barreirinhas/MA, Sorriso/MT, Patos/PB, Serra Talhada/PE, Pato Branco/PR e Chapecó/SC).

Nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero destacam-se os seguintes investimentos realizados em 2017:

- **Aeroporto Internacional de Vitória** – em fase final de execução da construção do novo terminal de passageiros, pista de pouso e decolagem e pátio de aeronaves. O novo terminal terá capacidade para oito milhões passageiros/ano, com área de 34 mil m², 56 balcões de *check-in*, seis pontes de embarque, novo pátio de aeronaves, novo sistema de pistas de taxiamento e nova pista de pouso e decolagem. A ampliação do aeroporto também prevê novo estacionamento de veículos com 1.633 vagas.
- **Aeroporto de Rio Branco** – em fase de conclusão a reforma e a ampliação do terminal de passageiros. Ao término da obra, a área do terminal contará com 8.932 m², 14 balcões de *check-in* e duas esteiras de bagagens.

EIXO INFRAESTRUTURA

- **Aeroporto de Macaé (RJ)** – conclusão da obra do novo terminal de passageiros, edifício administrativo-operacional, sistema viário, estacionamento e reforma do atual terminal. O terminal de passageiros terá capacidade de 2,1 milhões de passageiros/ano com área de 11 mil m², passará a contar com dez balcões de *check-in*, 1.225 m² de área comercial e 460 vagas de estacionamento de veículos.

Em relação ao ano de 2018, destacam-se os seguintes investimentos abaixo relacionados:

- **Aeroporto de Aracaju** – ampliação e reforma da pista de pouso e decolagem;
- **Aeroporto Internacional de Macapá** – construção do novo terminal de passageiros, sistema viário, edificações de apoio e obras complementares.
- **Investimentos em infraestrutura dos aeroportos** – os serviços de recuperação de pista de pouso e decolagem, de pátios de aeronaves, pavimentos e via de serviços nos aeroportos de Belém, Cruzeiro do Sul (AC), Congonhas em São Paulo, Santarém (PA), Teresina, Uberlândia (MG), Navegantes (SC), Recife, São Luís, Juazeiro do Norte (CE), Santos Dumont no Rio de Janeiro, Londrina (PR), Foz do Iguaçu (PR), Manaus, Macaé (RJ), dentre outros.

Infraestrutura Rodoviária

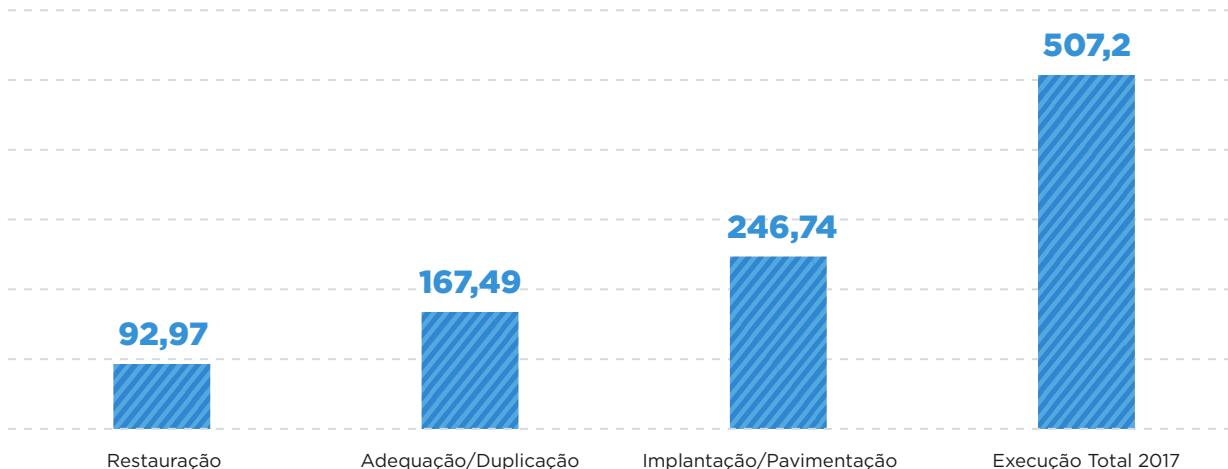
Impulsionado pelo desenvolvimento da produção nacional, o Governo Federal vem investindo na melhoria da qualidade da infraestrutura rodoviária do País, seja com capital público, seja com privado. O objetivo é a melhoria da qualidade das rodovias federais, a redução de custos logísticos e, consequentemente, o aumento de competitividade das empresas nacionais.

As obras de construção e adequação de capacidade das rodovias federais têm como principais benefícios o aumento da capacidade de tráfego e a redução do custo logístico e do número de acidentes o País.

EIXO INFRAESTRUTURA

Diante deste contexto, durante o exercício de 2017, foram executados 507,2 km de obras rodoviárias, sendo 48,6% de construção rodoviária e 33% de adequação/duplicação de capacidade.

Execução rodoviária - exercício 2017 (km)



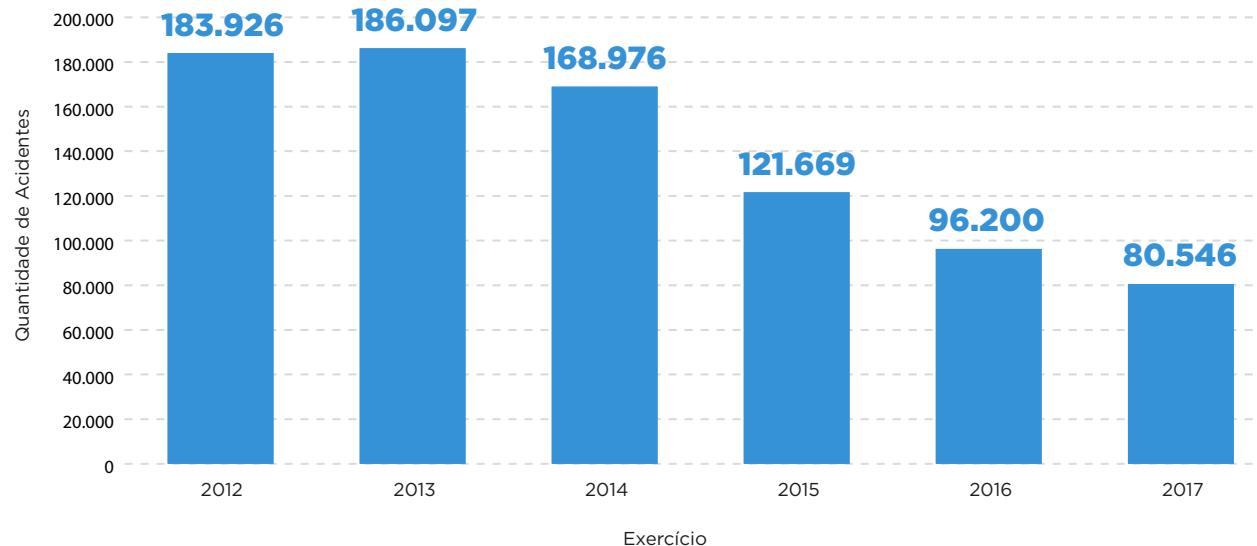
Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (CGCONT/DIR/DNIT).

Para o ano de 2018, há a previsão de conclusão de 623,6 km de rodovias federais. Em relação à manutenção das rodovias federais, durante o ano de 2017, a malha rodoviária pavimentada federal, sob responsabilidade direta do Governo Federal, apresentou 90% de cobertura com contratos de manutenção rodoviária. O total de cobertura contratual, em 2017, em rodovias pavimentadas e não pavimentadas, representa 88,6% da malha rodoviária federal total.

No que tange ao aperfeiçoamento da sinalização das rodovias federais, o Programa BR-Legal, que abrange 53 mil km, vem desenvolvendo, por meio de contratos por desempenho de cinco anos, a implantação e manutenção de sinalização horizontal, vertical e suspensa; os dispositivos auxiliares de segurança viária; e os serviços relacionados à área de engenharia de trânsito. Um dos grandes objetivos do Programa é a redução do número e da severidade dos acidentes de trânsito.

EIXO INFRAESTRUTURA

Quantidade de acidentes na Malha Rodoviária Federal



Fonte: Polícia Rodoviária Federal (PRF), consulta em 19 de janeiro de 2018.

A evolução do número de acidentes nas rodovias federais no período de 2012 a 2017 mostra que houve redução de mais de 56% na quantidade de ocorrências verificadas nas rodovias federais. As ações integradas realizadas pelo Governo Federal, inclusive com as intervenções diretas na área de engenharia, foram, portanto, efetivas e eficientes.

Infraestrutura Ferroviária

Em 2017, teve continuidade a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) - EF-334 -, entre os Municípios de Ilhéus (BA) e Barreiras (BA). No subtrecho Ilhéus (BA) - Caetité (BA) o avanço físico acumulado alcançou 72% em 2017. No subtrecho Caetité (BA) - Barreiras (BA), o avanço físico acumulado em 2017 alcançou 20%. Em 2018, há previsão da continuidade das obras na FIOL, além de estudos e revisão dos projetos entre Barreiras (BA) e Figueirópolis (TO).

EIXO INFRAESTRUTURA

Já as obras da Ferrovia Norte-Sul (FNS) – EF-151 no trecho Ouro Verde (GO) – Estrela d’Oeste (SP), com 681 km de extensão, mais o pátio de Santa Helena (3 km) estão com 93% de realização global, sendo que foram realizadas, 97% da terraplanagem, 92% da drenagem, 88% da superestrutura e 92% de obras de arte especiais. A previsão de conclusão do empreendimento é dezembro de 2018. Os dois empreendimentos acima citados (FIOL e FNS) integram a carteira do PPI Avançar.

Além disso, há o Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (Prosefer), o qual constitui importante diretriz para o planejamento da política de infraestrutura urbana das cidades e da política ferroviária. Por meio desse Programa e com base em vistorias e estudos técnicos, levantam-se os principais pontos de transposições à via férrea, dentro das cidades, que ocasionam congestionamento, insegurança aos pedestres e perda de produtividade da operação ferroviária. A partir desses pontos críticos, realizam-se investimentos em obras de adequação ou contorno ferroviário, com vistas a solucionar o problema local da mobilidade urbana e da operação ferroviária.

Infraestrutura Hidroviária

O Governo Federal prioriza as ações que visam à manutenção das condições de navegabilidade em, aproximadamente, 6 mil km de hidrovias federais. Além disso, em 2017, permaneceram em execução seis Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) nos rios: Amazonas; Tapajós-Teles Pires-Juruena; Paraguai; São Francisco, Tocantins-Araguaia e Guamá-Capim.

Na Hidrovia do Madeira, em 2017, foi iniciada a primeira fase da dragagem estruturada, que visa à manutenção das condições de navegação por um prazo de cinco anos. Isso promoverá uma melhoria operacional para os comboios tanto em relação ao tempo da viagem quanto à quantidade de carga transportada. Neste primeiro ano, foram dragados dois pontos mais críticos (Curicacas e Conceição-Miriti) com volume total de 365 mil m³, já otimizando o tráfego dos comboios na região.

Na Hidrovia do Tietê, em 2017, foram iniciadas as obras de derrocamento dos pedrais a jusante daclusa de Nova Avanhandava (SP), com previsão de investimento na ordem de R\$ 181 milhões até 2019.

EIXO INFRAESTRUTURA

Na Hidrovia do Paraguai vale ressaltar a continuidade da execução dos serviços de dragagem no Tramo Norte da Hidrovia e ação de sinalização da hidrovia.

O projeto de derrocamento do Pedral do Lourenço (PA), na Hidrovia do Tocantins, constitui-se em obra de grande relevância para integração logística entre os corredores Norte e Centro-Sul. Em 2017, houve a continuidade das atividades de levantamentos de campo para desenvolvimento do projeto e estudos ambientais, que deverão prosseguir até final de 2018.

Em relação à Hidrovia Brasil-Uruguai (Mercosul), o Governo brasileiro está concluindo o licenciamento ambiental e a licitação da dragagem da Lagoa Mirim (RS), cujo projeto encontra-se concluído, com previsão de contratação em 2018.

A construção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), na região Norte do Brasil, onde o modal hidroviário é preponderante, representa uma importante medida de caráter socioeconômico, visto que os investimentos permitem a circulação regional de pessoas e a melhoria do transporte de bens e produtos.

No Estado do Amazonas, em 2017, houve execução e conclusão das obras complementares navais das IP4 dos Municípios de: Ipixuna, Carauari, Guajará e Itamarati. No caso de Itamarati, também foi executado o reforço geotécnico na IP4.

As IP4 dos Municípios de Itacoatiara (novo terminal), Apuí e Borba encontram-se em obras com previsão de conclusão em 2018. No caso das IP4 dos Municípios de Tefé (Lago) e Parintins (Vila Amazônia), as obras foram iniciadas em meados de 2016, com previsão de conclusão no final de 2019. Em elaboração dos projetos das IP4 e previsão de obras em 2018, temos os seguintes Municípios: Anori, Alvarães, Envira e Silves.

No Estado do Pará, estão em andamento e com previsão de conclusão em 2018, a construção de oito obras de IP4, que acontecem nos Municípios de: São Miguel do Guamá, Augusto Correa, Viseu, Oriximiná, Juruti, Abaetetuba, Cametá e Mosqueiro.

EIXO INFRAESTRUTURA

A expectativa para 2018 é que sejam iniciadas as IP4 nos Municípios de: Tucuruí, Altamira, Óbidos e Conceição do Araguaia.

No Estado do Amapá está sendo desenvolvida a elaboração dos projetos básico e executivo de IP4 para atender o Município de Santana, com previsão da obra em 2018.

No Estado de Rondônia em 2017, foi finalizado o anteprojeto de engenharia para contratação do projeto básico e executivo e a execução das obras da IP4 do Município de Guajará-Mirim, utilizando a modalidade de Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

6 AVANÇAR CIDADES: MOBILIDADE URBANA

O Programa Avançar Cidades: Mobilidade Urbana objetiva melhorar a circulação das pessoas nos ambientes urbanos por intermédio do financiamento de ações de mobilidade urbana, voltadas à qualificação viária; ao transporte público coletivo sobre pneus; ao transporte não motorizado (transporte ativo); e à elaboração de planos de mobilidade urbana e de projetos executivos.

O Programa divide-se em dois grupos, conforme o porte populacional do Município:

- O **Grupo 1** com abertura de seleção publicada em julho de 2017 já apresenta uma grande demanda de recursos e é disponibilizado para os Municípios com população igual ou inferior a 250 mil habitantes. Até o final do exercício constavam 2.018 propostas cadastradas no Grupo 1, num montante de R\$ 10,294 bilhões em valores de investimento e um total de 413 propostas, divulgadas na situação de pré-selecionadas cujo valor de financiamento é de R\$ 2,748 bilhões.
- O **Grupo 2** foi lançado em 6 de novembro de 2017 e está recebendo os pleitos dos Municípios com população superior a 250 mil habitantes.

EIXO INFRAESTRUTURA

O Avançar Cidades: Mobilidade Urbana tem lastro no Programa Pró-Transporte, que financia com recursos do FGTS o setor público e privado. Em 2017, foi modificado, com a criação de seis modalidades, para permitir o financiamento da elaboração de estudos e projetos, bem como os Planos de Mobilidade Urbana, instrumento de planejamento a ser desenvolvido pelos Municípios previsto na Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

Desta forma, alinhado à Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, o Programa manteve a priorização do transporte público coletivo sobre o transporte individual; possibilita propostas dos modos de transporte não motorizado (ativo); e permite financiar a elaboração de Planos de Mobilidade Urbana.

Outra alteração realizada no Pró-Transporte, em 2017, foi possibilitar a desapropriação como item financiável, ou seja, permitir a aquisição de terrenos, exclusivamente para implantações, ampliações, modernização e/ou adequações de infraestruturas dos sistemas de mobilidade urbana. Isso viabiliza os projetos de transporte público coletivo de grande e média capacidade nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas, situações nas quais é mais provável a ocorrência de desapropriações.

Principais obras de mobilidade urbana em andamento em 2017 com apoio de recursos do Governo Federal

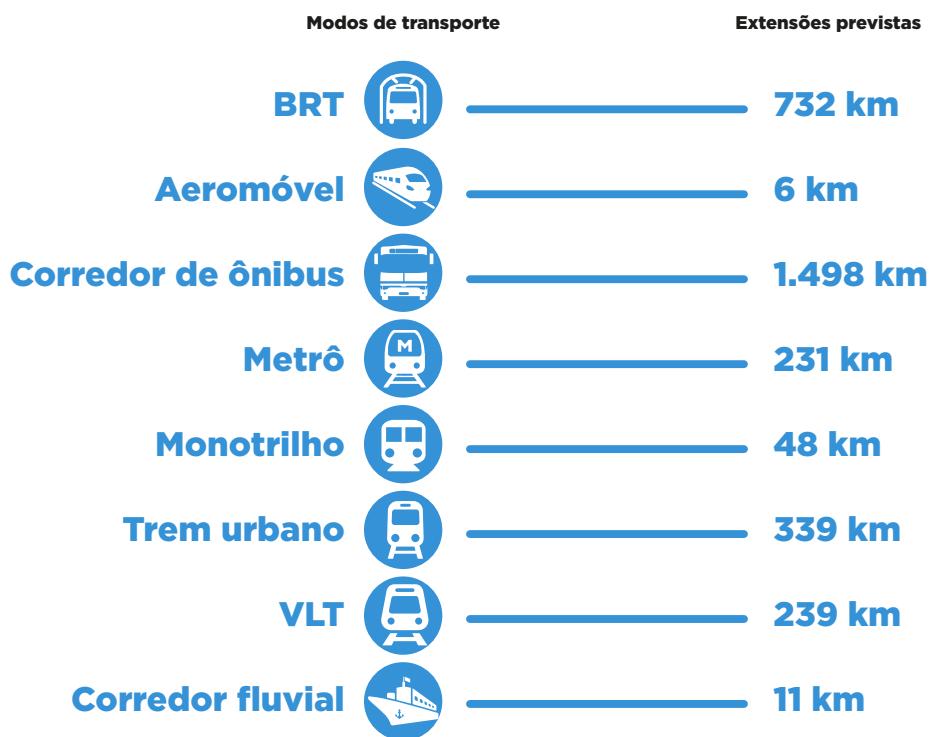
Os investimentos em modos de transporte de alta capacidade como metrôs e trens urbanos, e de média capacidade, como Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), Monotrilhos, *Bus Rapid Transit* (BRT) e corredores de ônibus têm aumentado a atratividade do transporte público coletivo para a população; melhorado a qualidade de vida do cidadão; e promovido um tipo de transporte ambientalmente sustentável com a diminuição de emissão de poluentes e da poluição sonora.

A carteira de empreendimentos de mobilidade urbana atualmente é composta por 194 empreendimentos, que totalizam investimentos de R\$ 100,5 bilhões. Destes, no período de 2015-2018, foram concluídos 13 empreendimentos, 17 estão em operação e 108 em execução.

EIXO INFRAESTRUTURA

Os investimentos vêm sendo realizados em sistemas de transporte público coletivo urbano de alta e média capacidades e em diversas regiões do País, visando à qualificação de vias urbanas de vários Municípios brasileiros.

Extensões previstas dos diferentes modos de transporte da carteira de mobilidade urbana



Fonte: Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana (Semob).

EIXO INFRAESTRUTURA

Destes investimentos, 15 empreendimentos constam no Programa Avançar, lançado recentemente pelo Governo Federal, que tem como objetivo retomar os investimentos públicos do País e priorizar as obras com previsão de término até o final de 2018. Os recursos somam R\$ 1,76 bilhão, oriundos dos orçamentos da União de 2017 e 2018, sendo o investimento total nas obras em torno de R\$ 7,13 bilhões. Em complemento a esses recursos, ainda estão previstos investimentos na ordem de R\$ 6,6 bilhões, oriundos do FGTS, em obras de mobilidade e pavimentação de ruas urbanas. São 71 projetos em todo o País.

Dentre os empreendimentos em execução, destacam-se os citados a seguir, que fazem parte da carteira do Programa Avançar:

- O VLT Rio já em operação movimenta mais de 35 mil passageiros por dia, facilitando o acesso de pessoas ao centro do Rio de Janeiro. Prevista para 2018, a conclusão da 3^a etapa do VLT, que interligará a Central do Brasil à Cinelândia;
- O BRT Transbrasil no Município do Rio de Janeiro. Trata-se de um corredor exclusivo de ônibus, entre o Centro da cidade do Rio e o bairro Deodoro, com aproximadamente 32 km de extensão, incluindo quatro terminais e 28 estações, buscando aliviar o tráfego de veículos. Os recursos para esse empreendimento somam R\$ 1,3 bilhão, sendo R\$ 1,097 bilhão oriundos de financiamento com recursos do FGTS;
- O Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas já em operação movimenta 115 mil passageiros por dia ligando os bairros de Retiro à Pirajá (tramo 2 da Linha 1) e a estação Acesso Norte à Pituaçu (Linha 2). A obra conta com R\$ 1,2 bilhão do Orçamento Geral da União, R\$ 1 bilhão de financiamento por meio do FGTS, além da contrapartida do governo do Estado da Bahia e dos recursos aportados pelo concessionário; e
- BRT Almirante Barroso em Belém, cuja via está implantada com obras físicas das estações concluídas e em fase de instalação de sistemas. Atualmente é utilizada por ônibus convencionais em fase experimental.

7 HABITAÇÃO

RETOMADA DO MINHA CASA MINHA VIDA

Presente em cerca de 96% dos Municípios, o Programa já contratou mais de cinco milhões de unidades habitacionais, tendo sido entregues, até o momento, mais de 3,7 milhões de moradias, beneficiando aproximadamente 15 milhões de pessoas. Os investimentos, da ordem de R\$ 393 bilhões, incluídos recursos da União e do FGTS, têm grande impacto na economia do País, em termos de geração de renda e empregos diretos e indiretos.

Desde o início da atual gestão, uma das maiores prioridades do Governo foi a retomada de obras do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que contava com cerca de 70 mil unidades paralisadas até maio de 2016. Nesse sentido, o Ministério das Cidades já autorizou a retomada de mais de 40 mil unidades habitacionais em todo Brasil, além da entrega de cerca de cem mil unidades em 2017 destinadas a famílias com renda de até R\$ 1.800, na modalidade que opera com recursos advindos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Também foram editados normativos e medidas de aperfeiçoamento na execução, condizentes com as disponibilidades financeiras e orçamentárias. Os principais normativos foram: i) a Portaria nº 267/2017, que dispõe sobre as operações custeadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), além de atualizar os valores máximos de aquisição de imóveis; ii) a Portaria nº 268/2017, que disciplina as contratações de empreendimentos na área rural, estabelecendo condições operacionais para participação de agricultores familiares e trabalhadores rurais no Programa; iii) a Instrução Normativa nº 14, de 22 de março de 2017, que dispõe sobre as operações com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e que têm como proponentes entidades privadas sem fins lucrativos; e iv) a Resolução nº 836, de 6 de fevereiro de 2017, que trouxe aprimoramentos na modalidade FGTS como a ampliação das faixas de renda e a atualização dos limites de valor de venda ou investimento dos imóveis.

Nesse sentido, em 2017, para a modalidade que opera com recursos no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), foram enquadradas e selecionadas 587 propostas para a construção de 79.753 unidades habitacionais, com valor de investimento total de R\$ 6,7 bilhões. No que diz respeito às demais modalidades da Faixa 1, destinadas a atender famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.800, o processo de seleção de propostas está em fase de reimplementação.

Em relação às contratações para as faixas que operam com os recursos do FGTS, a meta de contratação é de 440 mil unidades habitacionais, conforme a dinâmica de demanda do mercado.

Incentivo à melhoria habitacional

O Programa Cartão Reforma, criado pela Medida Provisória nº 751, de 9 de novembro de 2016, posteriormente convertido na Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, tem por finalidade a concessão de recursos para aquisição de materiais de construção e assistência técnica, destinada à reforma, à ampliação ou à conclusão de unidades habitacionais para famílias com renda bruta mensal de até R\$ 2.811.

O objetivo do Programa é fornecer à população de baixa renda uma nova alternativa para o enfrentamento das necessidades habitacionais. Propõe-se, também, reduzir o déficit habitacional qualitativo que atinge pelo menos oito milhões de domicílios brasileiros, conforme levantamento do Censo (2010). O Programa foi regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 9.087, de 29 de junho de 2017, Portaria Interministerial nº 486, de 13 de julho de 2017, Decreto nº 9.154, de 6 de setembro de 2017, e pela portaria do Ministério das Cidades nº 559, de 20 de setembro de 2017.

Em 14 de julho de 2017, foi publicado extrato do acordo de cooperação técnica entre o Ministério das Cidades e o Município de Caruaru (PE) para a execução de projeto-piloto. A parceria tem como objetivo verificar os aspectos normativos e operacionais do Programa e validar a ferramenta de tecnologia utilizada (Sistema de Gestão do Programa Cartão Reforma), além de beneficiar cerca de 200 famílias.

Atualmente, o projeto-piloto está em fase final de seleção dos grupos familiares. O Ministério das Cidades divulgou, em 21 de setembro de 2017, edital para seleção de Municípios que estejam em

EIXO INFRAESTRUTURA

situação de calamidade ou emergência relativa a alagamentos, enxurradas, inundações, chuvas intensas e granizo. Foram apresentadas 92 propostas de 43 Municípios dos Estados de PE, PR, AL, SC e RS.

Em 6 de novembro de 2017, foi divulgada a Portaria nº 628, de 3 de novembro de 2017, para a seleção de Municípios com limite financeiro para participar do Programa Cartão Reforma. O limite financeiro foi dimensionado para atender aos Municípios com maior déficit habitacional qualitativo.

8 SANEAMENTO

Serviços Públicos de Saneamento Básico

No âmbito do Ministério das Cidades, no Programa Avançar, foram destinados mais de R\$ 974 milhões para a execução de 145 empreendimentos de saneamento em todo o País, que perfazem R\$ 11,7 bilhões em investimentos. Uma das principais ações de 2017 foi a da regularização do fluxo dos repasses relativos a esses empreendimentos. O atraso nesses repasses, que no início de 2016 chegou a mais de quatro meses, foi superado, e hoje não existem empreendimentos de saneamento apoiados com recursos federais que estejam paralisados por conta de atraso no repasse de recursos. Destaca-se também a retomada de oito dos 11 empreendimentos que estavam paralisados ao final do exercício de 2016, bem como a conclusão de nove empreendimentos, no valor de R\$ 322,9 milhões, beneficiando mais de 415 mil famílias.

Saneamento - Ações de Saúde

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), responsável pelas ações de saneamento em Municípios com até 50 mil habitantes, concluiu no ano de 2017 um total de 182 empreendimentos nas mais diversas áreas: abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares, melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, saneamento rural, resíduos sólidos e planos municipais de saneamento básico. Dentre as obras concluídas em 2017, 19 empreendimentos são do Programa Avançar.

9 PROGRAMA INTEGRAÇÃO DE BACIAS

Projeto de integração do rio São Francisco



Fonte: Ministério da Integração Nacional.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) consiste na maior obra de infraestrutura hídrica do País, com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), que abastecerá adutoras e ramais que irão perenizar rios e açudes. O Projeto, que engloba também as obras adjacentes, garantirá o abastecimento regular de 12 milhões de pessoas em 390 Municípios e 294 comunidades rurais às margens dos canais nos Estados de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

EIXO INFRAESTRUTURA

As obras do Eixo Leste (canais, reservatórios, estações de bombeamento, dentre outras) foram concluídas em 2017. Os contratos de execução das demais obras civis e das montagens estão vigentes e as obras complementares, bem como alguns reparos, estão em andamento, sendo que a conclusão definitiva do Eixo Leste deverá ocorrer em 2018.

Desde 2016, o Sistema de Gestão do PISF, sob a coordenação do Governo Federal, tem intensificado as tratativas necessárias à implantação do modelo de gestão do Projeto com o objetivo de permitir o início da operação comercial do Eixo Leste no primeiro semestre de 2018.

No que se refere ao Eixo Norte, foi concluído, em 2017, o novo processo de licitação das obras remanescentes do trecho paralisado, responsável pela captação no Rio São Francisco até o Reservatório de Jati no Ceará, sendo que as obras complementares, do Trecho I, têm previsão de conclusão em 2018.

Ainda no Eixo Norte, houve a assinatura de aditivos dos contratos referentes a obras civis, montagens e conclusão dos testes da estação de bombeamento com o pleno abastecimento do reservatório de Serra do Livramento. Dessa forma, em 2018, será possível a integração de águas do PISF com o reservatório de Caiçara (PB). Ressalta-se que a operação comercial do Eixo Norte, tendo em vista o cronograma de obras e a pré-operação, deverá ser iniciada a partir do ano de 2019.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco prevê ainda a implantação de Vilas Produtivas Rurais (VPRs) nos Estados de Pernambuco, do Ceará e da Paraíba. As vilas têm o objetivo de reassentar as famílias que moravam na faixa de obra. Hoje, 848 famílias vivem nas 18 vilas já entregues nos Estados da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará.

No geral, as Vilas contam com casas de 99 m², postos médicos, escolas, praças, quadras poliesportivas, campo de futebol, centro comunitário, além de rede de água, esgoto e energia elétrica. O Projeto prevê auxílio para a produção agrícola, com no mínimo cinco hectares por beneficiário, sendo um destinado à irrigação. Além das infraestruturas, as famílias contam com visitas periódicas de técnicos do Governo Federal e participam de capacitações e oficinas, com o objetivo de garantir a reinserção e a organização socioeconômica das comunidades.

Em 2017, foi elaborado o anteprojeto para licitação dos sistemas de irrigação, previstos no Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico às Pequenas Atividades de Irrigação ao Longo dos

EIXO INFRAESTRUTURA

Canais para Comunidades Agrícolas do Projeto São Francisco. O início das obras está previsto para o segundo semestre de 2018 e serão beneficiadas 13 VPRs e uma etnia indígena, totalizando 884 hectares e 751 famílias.

No âmbito do Programa de Fortalecimento dos Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que beneficiará 443 famílias em 13 assentamentos, com a implantação de sistemas de irrigação em 590 hectares, foi assinado Termo de Execução Descentralizado com o Incra no valor R\$ 53,4 milhões. Também se encontra em elaboração o termo de referência para a contratação dos estudos necessários à implantação de sistemas de irrigação em cinco vilas produtivas rurais, que beneficiarão 234 famílias com 234 hectares.

Ainda na esfera do Projeto, serão favorecidas 294 comunidades rurais, por meio de sistemas de distribuição de água, que irão beneficiar 78 mil habitantes das regiões próximas aos dois eixos, com destaque para 12 comunidades quilombolas, 23 aldeias indígenas e 19 assentamentos do Incra. As infraestruturas de abastecimento fazem parte dos 38 programas socioambientais desenvolvidos pelo Projeto. Esses sistemas estão sob a responsabilidade dos governos dos Estados, com apoio financeiro da União, mediante investimentos federais.

Em complementação ao PISF, mencionamos quatro grandes obras estruturantes: Canal do Sertão Alagoano (AL), Vertente Litorânea (PB), Cinturão das Águas de Ceará (CE) e a Adutora do Agreste (PE), executadas em parceria com os governos estaduais. As duas primeiras têm previsão para terminarem em dezembro de 2018 e as demais em dezembro de 2019. Em 2017, foram investidos nestas obras, que estão em diferentes estágios de execução, cerca de R\$ 286 milhões. São obras que garantirão água para milhões de pessoas na região Nordeste.

Plano de Revitalização da Bacia do São Francisco – Novo Chico

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), conforme Decreto nº. 8.834, de 9 de agosto de 2016, foi instituído para promover a revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Criou-se um conjunto de ações permanentes e integradas de preservação, conservação e recuperação ambiental do rio, que prevê o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria das condições socioambientais e da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para usos múltiplos.

EIXO INFRAESTRUTURA

Para planejar, coordenar e monitorar as ações do Programa, foi criado o Comitê Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CG-PRSF) e, para assessorar o Comitê, foi instituída a Câmara Técnica do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O Programa de Revitalização – Plano Novo Chico tem suas atividades organizadas em cinco Eixos Temáticos: 1 – planejamento e monitoramento; 2 – gestão e educação ambiental; 3 – proteção e uso sustentável dos recursos naturais; 4 – saneamento, controle de poluição e obras hídricas; e 5 – economias sustentáveis.

Em 2017, destacam-se as seguintes atividades:

- Fiscalização ambiental, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Ministérios Públicos Estaduais da Bacia, a fim de estimular práticas que previnam e reparem danos ambientais;
- Elaboração e finalização da construção dos cenários prospectivos para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF), relativos aos anos de 2027 e 2040, etapa que faz parte do processo de elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da bacia; e
- Programa de Capacitação de Gestores Ambientais na BHSF: Foram realizados cinco cursos de capacitação na bacia do rio São Francisco no Estado da Bahia (Municípios de Paulo Afonso, Xique-Xique e Barreiras), Sergipe (Propriá) e Pernambuco (Petrolina), com representantes de outros 150 Municípios dos Estados envolvidos no Programa.

Em 2018, será elaborado e executado edital direcionado para apoiar projetos de recuperação florestal na bacia hidrográfica do rio São Francisco, com recursos oriundos do Programa de Conversão de Multas Ambientais, descrito no Eixo Econômico – o que contribuirá decisivamente para melhoria da quantidade e qualidade de água na Bacia. Está previsto, também para 2018, a finalização do processo de elaboração do MacroZEE da BHSF, com a apresentação de uma proposta de Gestão Territorial e Plano de Ação operativo para a bacia, tendo como foco o princípio da sustentabilidade.

10 COMUNICAÇÕES E INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES

No início de 2017, foi concluída pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a consulta pública para revisão quadrienal do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). O Plano é fruto de extensa avaliação da competição no setor de telecomunicações. Além de separar os mercados relevantes em blocos de características sociais e econômicas estatisticamente similares, a revisão do PGMC inova ao categorizar Municípios segundo seu nível de competição, em formato que poderá ser usado como referência para a priorização de ações públicas e o estabelecimento de medidas assimétricas.

Também em 2017 teve continuidade o projeto de revisão do modelo de gestão do espectro, que contribui para os objetivos de simplificação regulatória e instrumentalização do setor para fazer frente ao cenário de ampliação da competição, inclusive em nível mundial, sendo a disponibilidade de espectro radioelétrico fator de grande relevância nesse cenário.

Em 2017, foi editada nova regulamentação que proporcionou a dispensa do licenciamento de estações que fazem uso de meios confinados e equipamentos de radiação restrita com foco em pequenos provedores de serviço. Esses regramentos facilitarão o surgimento de novos provedores de banda larga de pequeno porte, contribuindo de forma substancial para a massificação do acesso a serviços de telecomunicações.

TV digital e o desligamento das transmissões analógicas

Durante o ano de 2017, grandes avanços foram alcançados na implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre SBTVD-T. Dentre esses, está o desligamento da transmissão analógica em diversas localidades do Brasil. Até o final de 2018, prevê-se que 1.346 Municípios de todo o País estejam transmitindo a programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão exclusivamente em tecnologia digital. Para os demais Municípios, a previsão é desligamento da programação analógica até 31 de dezembro de 2023 .

EIXO INFRAESTRUTURA

O sinal de televisão ocupa, atualmente, faixas de frequências entre os canais dois a 69. Em razão da necessidade de viabilizar parte destes canais para ampliar a disponibilidade do serviço de telefonia de quarta geração (4G/LTE) no Brasil, conhecida como Subfaixa de 700 MHz, que corresponde aos canais 52 a 69, diversas ações estão sendo realizadas no sentido de substituí-los gradativamente por outros canais, de modo a liberá-los para utilização no 4G/LTE sem comprometer a implantação da TV digital.

A subfaixa de 700 MHz conta com excelentes características técnicas de propagação, possibilitando a cobertura de grandes áreas com um menor número de estações do que seria necessário na Subfaixa de 2,5 GHz, onde o 4G/LTE é atualmente prestado. Isso permite levar a Internet em banda larga para lugares de menor densidade populacional (como periferias e áreas rurais mais próximas) a um custo menor. Além disso, ela também apresenta melhor desempenho na recepção em ambientes internos (recepção *indoor*), o que beneficia a prestação de serviços em locais de intenso adensamento urbano.

Até 31 de dezembro de 2017, foram realizados desligamentos da programação analógica de televisão em 306 localidades, contemplando uma população de aproximadamente 72 milhões de pessoas, correspondendo a 35% da população do País. Elas passaram a contar com a transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão exclusivamente em tecnologia digital.

Nesse período foram distribuídos aproximadamente 7,5 milhões de kits de conversor para sinal de TV digital em todo o País para as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família do Governo Federal, e famílias integrantes do Cadastro Único que atendem aos critérios estabelecidos no art. 4º, II do Decreto no 6.135, de 26 de junho de 2007 – que define Famílias de Baixa Renda.

Distribuição de kits de conversor para sinal de TV digital

Ano	Quantidade
2015	7.732
2016	584.135
2017	6.893.681

Fonte: Portal Seja Digital: <<http://www.sejadigital.com.br/site/mediacenter?1494853408>>.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Programa Bolsa Família

Em 2017, o Programa Bolsa Família (PBF) continuou apresentando resultados expressivos no combate à pobreza, garantindo transferência de renda para a parcela mais vulnerável da população brasileira e contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão das políticas de proteção social. Mais de 13,8 milhões de famílias participaram do Programa e receberam benefício mensal no valor médio de aproximadamente R\$ 180. O montante de recursos financeiros transferidos às famílias no ano de 2017 alcançou R\$ 27,7 bilhões.

Foram realizados cruzamentos das informações declaradas pelos beneficiários no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal com as que constam nas diversas bases de dados oficiais. Esses aperfeiçoamentos possibilitaram que, ao longo de 2017, o Programa alcançasse todos os potenciais beneficiários da fila de espera, garantindo que o benefício chegasse a quem realmente precisa.

O PBF gera, também, impactos positivos na saúde e na educação da população beneficiada. Os resultados são decorrentes das condicionalidades, que visam o reforço dos direitos sociais básicos e a ampliação do acesso aos serviços públicos, contribuindo para o rompimento do ciclo de pobreza entre as gerações.

Na área de educação, em 2017, o Ministério da Educação (MEC) realizou, bimestralmente, o acompanhamento da frequência escolar de um amplo conjunto de estudantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que deve ser de 85% na faixa etária de 6 a 15 anos de idade, ou de 75%, na faixa etária de 16 a 17 anos de idade. Somados, são quase 15 milhões de estudantes em 5.570 Municípios. No período de agosto e setembro de 2017, 93,1% desses estudantes tiveram sua frequência registrada, o que representa o segundo melhor resultado da série histórica para o mesmo período desde 2007.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Em 2018, será lançada a iniciativa “Trajetórias Escolares: Desigualdades e Diversidade”, que permitirá ao Governo Federal, aos Estados e aos Municípios atuarem de forma integrada e intersetorial, para garantir a permanência e o desenvolvimento regular na escola dos estudantes que se encontram em situações de vulnerabilidade social.

Os dados referentes ao acompanhamento das condicionalidades de saúde no período de janeiro a junho de 2017 mostram que 75,2% das 11,6 milhões de famílias que tinham esse perfil foram acompanhadas. Nelas, 5,7 milhões de crianças tiveram seus cartões de vacinação verificados e, dessas, 98,9% estavam com a vacinação em dia.

Nesse período foram identificadas quase 389 mil beneficiárias gestantes, o que corresponde a uma cobertura de 83,6% do total de mais de 465 mil gestantes estimadas pelo Ministério da Saúde. Em números absolutos, houve um incremento de aproximadamente 11 mil grávidas acompanhadas. Desse total de gestantes, 99,5% estavam realizando pré-natal, ação que contribui para a diminuição da taxa de mortalidade infantil e para a redução dos índices de deficiência nutricional crônica no País. Em 2018, a gestão do PBF terá como prioridade o acompanhamento das condicionalidades com fins de assegurar o cuidado integral das gestantes e das crianças.

O Bolsa Família foi estruturado com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem para a construção de um relacionamento cooperativo entre o Governo Federal e os entes federados no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Ao final de 2017, foram empenhados pela União a Estados e Municípios aproximadamente R\$ 505 milhões para serem aplicados na gestão descentralizada do Programa.

Esses valores demonstram que o Bolsa Família é um programa de grande impacto social com baixo custo de operacionalização, beneficiando aproximadamente um quarto da população do País com investimento menor do que 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

CADASTRO ÚNICO

O Cadastro Único é o principal instrumento para identificação e caracterização das famílias de baixa renda no País, utilizado para a seleção de beneficiários, a integração entre bases de dados e registros administrativos e o acompanhamento dos programas sociais. Em novembro de 2017, 26,4 milhões de famílias estavam inscritas. Mais de 12,4 milhões dessas famílias são extremamente pobres (renda de até R\$ 85 mensais *per capita*) e podem acessar uma rede de mais de 20 programas sociais.

Em 2017, o Governo lançou a Consulta Cidadão, uma ferramenta que permite que qualquer pessoa registrada visualize e imprima um resumo das suas informações cadastrais. O beneficiário pode também verificar data de cadastramento, pendências e a renda informada, que servirão como comprovante de inscrição para participar de diversos programas sociais. Essa ferramenta é uma relevante contribuição para a melhoria da eficiência desses programas e, principalmente, para facilitar a vida do cidadão beneficiário.

Neste mesmo ano, foi também iniciada a plataforma “Rede Cadastro Único”, uma estratégia de gestão que proporciona a articulação entre os vários programas que utilizam o Cadastro para a seleção de beneficiários. O objetivo é promover o uso adequado das informações e desenvolver soluções de atendimento que facilitem o acesso das famílias aos benefícios.

Transferência de renda na Assistência Social

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é um benefício de natureza individual, que transfere mensalmente um salário-mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, cuja renda *per capita* familiar mensal seja inferior a 1/4 do salário mínimo.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Em 2017, o BPC alcançou 4,52 milhões de beneficiários (2,51 milhões de pessoas com deficiência e 2,01 milhões de idosos), com recursos da ordem de R\$ 51,7 bilhões. Estima-se que, em 2018, o BPC beneficiará aproximadamente 4,7 milhões de pessoas (2,63 milhões com deficiência e 2,07 milhões de idosos), com recursos de aproximadamente R\$ 53,6 bilhões. O aumento na quantidade de benefícios resulta de mudanças demográficas, sociais e legais, bem como de ações visando à cobertura de todos aqueles que atendam aos critérios estabelecidos.

O Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), instituído pela Portaria nº 38, de 19 de janeiro de 2017, realizou diversos cruzamentos de bases de dados para indicar possíveis incongruências no pagamento de BPC e para ajustar a metodologia a ser implementada nos controles relativos à revisão de renda dos beneficiários. Outra ação prioritária em 2017 e 2018 é a inclusão dos beneficiários do BPC (idosos e pessoas com deficiência) no Cadastro Único. Considerando o conjunto dos dois públicos, houve uma evolução de 43,5% beneficiários cadastrados ao final de 2016 para 57,3%, em novembro de 2017.

Inclusão social e produtiva: o Plano Progredir

O Plano Progredir, lançado por meio do Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017, é um conjunto articulado de ações de inclusão produtiva para pessoas inseridas no Cadastro Único, prioritariamente com renda de até meio salário-mínimo. Tem como objetivo estimular e ampliar o acesso ao mundo do trabalho, a fim de propiciar melhores condições de emprego e renda. Para o acesso a essa política pública, foi desenvolvida uma plataforma *online* que abriga seus três principais: intermediação de mão de obra, qualificação profissional e empreendedorismo.

Para além dos eixos definidos, foram instituídos a Rede de Parceiros de Desenvolvimento Social e o Prêmio Progredir. A Rede de Parceiros foi criada para fortalecer a cooperação entre o Governo Federal e as instituições privadas, em especial o setor empresarial. Já o Prêmio tem por objetivo identificar projetos municipais voltados para a inserção no mundo do trabalho das famílias em situação de baixa renda e vulnerabilidade social, com a possibilidade de o ente federado do projeto vencedor celebrar convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no valor de até R\$ 1 milhão para implementação ou ampliação da política pública premiada.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Para 2018, espera-se ampliar o acesso à ferramenta *online* e a mobilização da Rede da Assistência Social, em especial do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), com vistas: i) ao incremento de novas oportunidades de acesso ao microcrédito; ii) à qualificação profissional; e iii) ao incentivo à empregabilidade, por meio da geração de oportunidades de inclusão social e produtiva.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) tem papel importante nessa temática que envolve, entre outros aspectos, a articulação de ações para a ampliação da produção, do abastecimento e do acesso regular da população à alimentação adequada e saudável. Atualmente, o Sisan conta com a adesão de todos os Estados e do Distrito Federal, além de 276 Municípios (destes, 64 aderiram em 2017).

Importante ação para promoção do acesso à água de qualidade em regiões rurais atingidas pela seca ou falta regular de água em mais de 1,5 mil Municípios, em especial no semiárido e na Amazônia, o Programa Cisternas do Governo Federal atendeu, em 2017, mais de 59,4 mil famílias com tecnologias sociais. Desses, 47,1 mil com cisternas de água para consumo humano, 10,7 mil com tecnologias que garantem o acesso à água para a produção de alimentos e 1.637 escolas públicas rurais. Considerando-se todas as entregas realizadas desde a criação do Programa Cisternas, já são mais de um milhão de tecnologias sociais de acesso à água implementadas.

Na perspectiva de fortalecer ações que possibilitem a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de extrema pobreza residentes no meio rural, contribuindo para a inclusão social e produtiva no campo, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais beneficiou, em 2017, mais de 25 mil famílias. Até 2020, está prevista a inclusão de mais 30 mil novos grupos familiares por meio dos instrumentos vigentes, e estão em negociação novas vagas a serem firmadas por meio de parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais foi reformulado com a publicação do Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017. Pelo Programa, os agentes da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) articulam as políticas sociais e as ações de desenvolvimento rural para atender às famílias beneficiárias e as apoiam na elaboração de um projeto produtivo, no qual devem ser aplicados os recursos financeiros não reembolsáveis repassados por meio da estrutura de pagamentos do Programa Bolsa Família. Com o Decreto, criou-se o Serviço de Atendimento Familiar para Inclusão Social e Produtiva (Safisp) com o objetivo de permitir a diversificação dos arranjos de execução do serviço de assistência técnica previsto em lei. Dessa forma, estimula-se a composição multidisciplinar das equipes de atendimento e reforça-se o potencial desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural, bem como possibilita-se a integração das agendas de inclusão social e produtiva no acompanhamento dessas famílias.

O Governo Federal segue trabalhando para ampliar as compras públicas de alimentos da agricultura familiar, para, de um lado, possibilitar o acesso a alimentos mais saudáveis à população mais vulnerável e, de outro, garantir a comercialização da produção e da organização da agricultura familiar. O objetivo é alcançar, até 2019, um valor total de R\$ 2,5 bilhões em produtos da agricultura familiar no conjunto das principais compras públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as aquisições dos órgãos públicos – de Municípios, dos Estados ou da União.

Além de incentivar o pequeno produtor familiar, o PAA promove o acesso à alimentação, com doação da produção adquirida pelo Governo Federal à rede socioassistencial em todo o País. Em 2017, foram investidos R\$ 341 milhões no Programa. O PAA, até o momento, adquiriu alimentos de mais de 65 mil agricultores familiares e os distribuiu gratuitamente a cerca de 12,6 mil entidades (da rede socioassistencial, bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, unidades de educação, saúde e justiça, entre outras). Por meio da modalidade Compra Institucional do PAA, executada com recursos próprios dos órgãos que adquiriram alimentos da agricultura familiar, registra-se a abertura de mercado para este segmento no valor correspondente a R\$ 149 milhões (números ainda preliminares), valor superior ao de 2016 em 144%.

3 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

Sistema Único de Assistência Social

Os serviços de proteção social básica estão disponíveis nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em outras unidades públicas e também em entidades privadas de assistência social. A proteção social básica tem um papel proativo e preventivo, visando evitar situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. De acordo com o Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2016 existiam 8.240 CRAS, em 5.494 Municípios e no Distrito Federal, dos quais 90% receberam cofinanciamento federal. Em 2016, os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), principal serviço oferecido nos CRAS, realizou mais de 18 milhões de atendimentos e acompanhou, a cada mês, quase 1,5 milhão de famílias. Além disso, ao final de 2017, participavam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) aproximadamente 1,6 milhão de usuários.

A proteção social especial é direcionada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, em situação de ameaça ou violação de direitos (situações de violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras). Seus serviços são organizados em dois níveis (média e alta complexidades), considerando a gravidade das situações, a natureza e a especificidade dos serviços oferecidos.

Em 2017, o cofinanciamento federal dos serviços de proteção social especial de média complexidade cobria 2.512 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), sendo 2.238 municipais e 274 regionais ou municipais regionalizados. Além disso, também conta com: i) serviços de Abordagem Social em 265 Municípios; ii) medidas socioeducativas em meio aberto em 1.009 Municípios; iii) 230 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua - Centros Pop - em 205 Municípios; e iv) 18 Centros-Dia, especializados no atendimento de pessoas com deficiência.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Em 2017, diante da grave situação provocada pelo zika vírus, o cofinanciamento federal foi ampliado para 11 novos Centros-Dia, cujos serviços têm como prioridade o atendimento a crianças de até 6 anos, com microcefalia e doenças associadas.

Segundo o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), em 2016, os CREAS acompanharam mensalmente 269 mil casos (pessoas ou famílias), além de outros 65,9 mil adolescentes em medidas socioeducativas, enquanto os Centros Pop atenderam a cada mês, em média, 26,2 mil pessoas. Nesse período, o Serviço de Abordagem (existente nos CREAS e nos Centros Pop) realizou 966 mil abordagens a 424,8 mil pessoas.

Em relação aos serviços de proteção social especial de alta complexidade, destinados a famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, o Governo Federal cofinancia a oferta de 36,6 mil vagas de acolhimento para idosos e mulheres em situação de violência; 28,8 mil vagas de acolhimento para crianças e adolescentes; 103 residências inclusivas para acolhimento de jovens e adultos com deficiência; e 19,6 mil vagas de acolhimento para adultos e famílias.

Em razão do acelerado fluxo migratório na fronteira do Brasil com a Venezuela, está sendo implementado apoio emergencial (técnico e financeiro) a ações relacionadas ao acolhimento de imigrantes venezuelanos nos Municípios de Pacaraima (RR), Boa Vista, Manaus, Santarém (PA) e Belém, totalizando abrigo para aproximadamente 2,6 mil pessoas (indígenas da etnia Warao e não indígenas).

Programa Emergencial de Ações Sociais para o Rio de Janeiro

Foi instituído, em novembro de 2017, o Programa Emergencial de Ações Sociais para o Rio de Janeiro para prevenir e enfrentar a violência no Estado do Rio de Janeiro, a partir de políticas e ações sociais integradas e articuladas por órgãos federais, em cooperação com o Estado e o Município do Rio de Janeiro. Para tanto, o Programa prevê a ampliação de políticas sociais nos seguintes campos: i) proteção social;

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

e ii) atenção à saúde, educação, formação e qualificação profissional, à cultura, ao esporte e lazer, aos direitos humanos e aos direitos das mulheres. Em 2017, foram disponibilizados recursos orçamentários no valor de R\$ 157 milhões para as diversas áreas participantes do Programa, que estabelece o prazo de 31 de dezembro de 2018 para conclusão das iniciativas desenvolvidas em seu escopo.

4 PRIMEIRA INFÂNCIA

Programa Criança Feliz

Instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, o Programa Criança Feliz propõe-se a promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, para garantir o cumprimento do marco legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.

Entre os principais objetivos do Programa estão: i) a promoção do desenvolvimento humano a partir do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral; e ii) a integração, a ampliação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para gestantes e crianças na primeira infância. Para tanto, definiu-se a realização de visitas domiciliares periódicas, por profissional capacitado, como a principal estratégia para se atingir os objetivos traçados.

São priorizadas gestantes e crianças de até 3 anos de idade beneficiárias do Programa Bolsa Família, crianças de até 6 anos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e também as afastadas do convívio familiar por medida protetiva (crianças abrigadas).

Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o comitê gestor do Criança Feliz foi instituído, contando com a representação dos Ministérios da Saúde, Educação, Cultura e Direitos Humanos. A participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios se dá por meio de adesão ao Programa, processo iniciado no final de 2016. Para sua operacionalização, foi definido o repasse de recursos federais por meio do Fundo Nacional de Assistência Social aos respectivos Fundos Estaduais e Municipais.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

No âmbito estadual, todas as unidades da Federação, à exceção de Minas Gerais e Santa Catarina, aderiram ao Programa. As exceções ocorreram pela não aprovação dos respectivos Conselhos Estaduais de Assistência Social, critério exigido no ato da adesão. O financiamento das ações para os Estados foi realizado em parcela única no montante total de R\$ 19,4 milhões.

No âmbito municipal, em 2017, o Programa contou com três etapas de adesão: a primeira ocorreu em fevereiro, a segunda em agosto e a terceira em dezembro, que se estenderá até julho de 2018, conforme informações dispostas no quadro a seguir:

Nº de Municípios que participam do Programa:	2.545 Municípios
Valores repassados aos Municípios:	R\$ 173,38 milhões
Metas pactuadas pelos Municípios:	401.150 metas
Municípios que iniciaram as visitas em 23 unidades da Federação:	1.755 Municípios
Crianças e gestantes que já estão sendo atendidas:	189.172 indivíduos

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

5 EDUCAÇÃO

Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE), orienta os currículos e as propostas pedagógicas das escolas em todas as unidades federativas, incluindo as públicas e as privadas, seja de educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio. O documento estabelece os conhecimentos, as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da vida escolar. Assim, além de promover equidade e igualdade de aprendizagem, contribui

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

para superar a fragmentação das políticas educacionais e fortalecer o regime de colaboração entre as três esferas de governo.

Desde 2015, a BNCC tem sido fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores da sociedade, a partir de audiências públicas e contribuições de diversos segmentos. O documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação e homologado pelo MEC, em dezembro de 2017, contempla a educação infantil e o ensino fundamental. O documento referente ao ensino médio está em elaboração e deverá ser entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no primeiro semestre de 2018, já adaptado às diretrizes do novo ensino médio.

Em 2018, terá início o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de ensino estaduais e municipais para a elaboração e adequação dos currículos escolares. O MEC disponibilizará R\$ 100 milhões para apoio técnico e financeiro para início das ações de implantação da BNCC, em parceria com as redes de ensino. A indicação detalhada dos conteúdos e competências essenciais irá impactar o desempenho dos alunos nas avaliações nacionais e internacionais, bem como a elaboração dos materiais didáticos e a formação de professores.

Formação de professores

A Nova Política Nacional de Formação de Professores, norteada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), anunciada pelo MEC em outubro de 2017, busca a valorização dos professores e integra diversas iniciativas para a formação inicial e continuada.

A política foi formulada com base em um amplo diagnóstico da área, que evidenciou problemas a serem enfrentados no processo de formação de professores e nos currículos e estágios dos cursos de licenciatura. O diagnóstico revelou, por exemplo, que dos 2,2 milhões de professores da educação básica, 488 mil possuem apenas ensino médio e, dentre as disciplinas dos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, há várias ministradas por professores que não possuem licenciatura na área.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

A política é integrada por diversas iniciativas e linhas de ação: i) concepção da Base Nacional de Formação Docente, que estabelecerá diretrizes para os currículos de formação de professores no País e será submetida a consulta pública no início de 2018; ii) criação do Programa de Residência Pedagógica, que incentivará o estágio supervisionado a partir do terceiro ano da licenciatura em escolas de educação básica da rede pública e modernizará o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); iii) lançamento da Plataforma de Formação Continuada, que comportará a oferta de cursos e percursos formativos, permitindo certificações, formações autônomas e gestão do próprio desenvolvimento profissional do professor; iv) manutenção da oferta de vagas na Universidade Aberta do Brasil (UAB), reservando 75% delas, em 2018, para 1^a ou 2^a licenciatura de professores dos sistemas públicos da rede básica; v) oferta de mestrados profissionais e cursos de especialização aos professores nas áreas abrangidas pela BNCC, além de aprimoramento do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) que, em 2017, matriculou 24 mil professores da educação básica e graduou em licenciaturas 8,5 mil professores; e vi) aperfeiçoamento do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Política de Inovação Educação Conectada

O MEC lançou, em novembro de 2017, o Programa de Inovação Educação Conectada, que prevê a maior ação de conectividade na rede de ensino brasileira das últimas duas décadas. O Programa, formulado em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tem como objetivo apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

O Programa está estruturado em três dimensões integradas: i) infraestrutura interna e serviços de conectividade nas escolas; ii) disponibilização de recursos didáticos digitais; e iii) formação de gestores e professores para uso pedagógico da tecnologia. A implementação se dará por meio de apoio técnico e financeiro da União e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às escolas e a redes de educação básica de todas as esferas de governo.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Em 2018, serão destinados R\$ 271 milhões para o Programa e a expectativa é atender 22.500 escolas com apoio técnico e financeiro para serviço de conexão de alta velocidade e infraestrutura com até 30 mil recursos educacionais digitais disponíveis na Nova Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais do MEC. Além disso, pretende-se atingir 80% dos articuladores locais da política formados nas redes que aderiram ao Programa.

No âmbito do Programa, merece destaque a Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais cujo portal foi desenvolvido com base no conceito de rede social e busca estimular a criação e o compartilhamento de recursos digitais entre alunos e professores. Esta plataforma integrará os diversos materiais digitais educacionais já desenvolvidos pelo próprio MEC e por institutos e fundações parceiras.

Pré-escola e educação infantil

Seguindo as diretrizes do PNE, a União e as demais esferas de governo vêm atuando em regime de colaboração para expansão e melhoria da infraestrutura das creches e pré-escolas públicas voltados para o aprimoramento do desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças de 0 a 5 anos. Assim, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), em 2017 foram concluídas 196 unidades, gerando 25.292 novas vagas para a educação infantil em 142 Municípios.

Também foram investidos cerca de R\$ 44,54 milhões em 147 escolas de educação infantil cujas construções estão em andamento, a fim de garantir a execução e a conclusão das obras já pactuadas, beneficiando 113 Municípios. Além da construção, foram destinados recursos para aquisição de mobiliários e equipamentos de 44 unidades, totalizando cerca de R\$ 4,43 milhões de investimento. Em 2018, será mantido o investimento nas creches do Proinfância que se encontram em obras, com recursos orçamentários previstos de R\$ 527,3 milhões.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

O Governo Federal também tem apoiado financeiramente os Municípios e o Distrito Federal na manutenção de novas turmas em estabelecimentos de educação infantil existentes e dos novos estabelecimentos construídos. Em 2017, foram transferidos R\$ 54,5 milhões para cerca de 300 Municípios de 22 Estados, para custeio de despesas correntes.

Alfabetização

Em 2017, o Pacto Nacional da Idade Certa (Pnaic) passou a contemplar uma ação específica de assistência financeira aos Estados e uma nova estrutura de governança para a gestão, envolvendo a atuação conjunta das secretarias estaduais e municipais no monitoramento das ações formativas. As iniciativas de formação foram ampliadas para atender professores e coordenadores pedagógicos da educação infantil, e articuladores e mediadores de aprendizagem do Programa Novo Mais Educação, responsáveis pelo acompanhamento pedagógico de estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental.

Em 2017, foram capacitados aproximadamente 600 mil profissionais da educação básica. O Pnaic conta com a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal e de 5.420 Municípios, tendo disponibilizado, em 2017, R\$ 24,4 milhões para custeio e mais R\$ 55 milhões para pagamento de bolsas de estudos e pesquisa.

Ainda em 2017, foi lançada a Política Nacional de Alfabetização, conjunto de iniciativas que envolvem a Base Nacional Comum Curricular, a formação de professores, o protagonismo das redes de educação básica e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O Programa Mais Alfabetização, eixo principal da Política, atenderá 4,2 milhões de crianças com a presença de assistentes de alfabetização, que trabalharão em conjunto com os professores em sala de aula. A expectativa é contar com 200 mil turmas do 1º e 2º ano do ensino fundamental, em todos os Municípios. O investimento será de R\$ 523 milhões em 2018. Espera-se, com a implementação da política, melhorar o processo de alfabetização e elevar o desempenho das crianças na Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Novo ensino médio

Foi sancionada a Lei nº 13.415, de 16 fevereiro de 2017, que institui uma nova estrutura para os currículos do ensino médio e estabelece a ampliação progressiva da jornada escolar para este nível de ensino. O novo ensino médio possibilita a organização de um currículo flexível composto pela BNCC, obrigatória e comum a todas as escolas, e pela oferta de itinerários formativos com foco nas áreas de conhecimento ou na formação técnica profissional. O novo modelo baseia-se em evidências demonstradas por diferentes estudos e segue tendências que acompanham processos de mudanças curriculares e estruturais da organização do ensino médio no mundo todo.

Com o novo ensino médio, a partir de uma base comum de formação de conhecimentos essenciais para todos, os estudantes podem escolher a área do conhecimento em que tem maior interesse, de acordo com seu projeto de vida. Além disso, as redes de ensino podem organizar o currículo com maior flexibilidade, considerando a realidade local, as demandas dos jovens e o mundo do trabalho.

Política de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral

O Governo Federal tem fomentado ações conjuntas entre os entes federados que propiciem novas organizações curriculares para o novo ensino médio, em conformidade com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. A mesma Lei instituiu a Política de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral, que busca levar um modelo de escolas em tempo integral para todos os Estados. O investimento previsto é de R\$ 1,5 bilhão até 2018, por meio de repasses de recursos financeiros às secretarias estaduais de educação participantes, correspondendo a R\$ 2 mil por aluno/ano, o que permitirá a criação de 500 mil novas matrículas de tempo integral.

As secretarias estaduais que aderirem à Política devem observar alguns critérios, como: i) número mínimo de matrículas em tempo integral; ii) apresentação de carga horária escolar ampliada; iii) apresentação de condições de infraestrutura; iv) redução das taxas de abandono e reaprovação, dentre outros, conforme indicado na portaria de instituição do Programa.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Em 2017, a Política contou com a adesão das 27 unidades da Federação, 516 escolas participantes e 105 mil matrículas efetivadas no ensino médio em tempo integral, com repasse de R\$ 230 milhões. Para 2018, o MEC pretende ampliar o número de escolas participantes, bem como a oferta e a efetivação do número de matrículas de ensino médio em tempo integral, reduzindo as taxas das taxas de abandono e reprovação nessa etapa.

Programa Novo Mais Educação

O Programa Novo Mais Educação tem como objetivos: i) oferecer atividades complementares de apoio pedagógico; ii) alfabetizar e melhorar o desempenho em língua portuguesa por meio de acompanhamento pedagógico específico; iii) reduzir o abandono, a reprovação e a distorção idade/série; iv) melhorar os resultados de aprendizagem do ensino fundamental; e v) desenvolver atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer. As atividades são desenvolvidas por meio de complementação da carga horária em cinco ou 15 horas semanais.

Em 2017, com recursos repassados na ordem de R\$ 281 milhões, o Programa Novo Mais Educação contou com a participação de 36,1 mil escolas, atendendo a 3,9 milhões de estudantes.

Em 2018, pretende-se criar indicadores que permitam ao MEC aprimorar o monitoramento do Programa, possibilitando, inclusive, a verificação do desempenho dos alunos na Prova Brasil. Neste sentido, já foi disponibilizado para as escolas um sistema que permite coletar informações sobre atendimento, execução e desempenho dos estudantes.

Ensino técnico e profissionalizante

- **MedioTec**

O MedioTec, desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), busca aprimorar a oferta concomitante de cursos técnicos para alunos regularmente

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

matriculados no ensino médio das redes públicas estaduais e distrital de educação. A ação está alinhada às novas diretrizes do novo ensino médio e é executada em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e com instituições privadas de ensino técnico. As vagas dessa nova ação são definidas a partir do mapeamento das demandas do mundo do trabalho. Em 2017, foram ofertadas 74.151 vagas em cursos técnicos de nível médio, sendo 41.772 na forma presencial e 32.379 na modalidade a distância. Para sua consecução, foram aportados R\$ 700 milhões para as instituições que integram o MedioTec. A expectativa para 2018 é de manter a oferta realizada em 2017.

PRONATEC OFERTA VOLUNTÁRIA

O Pronatec Oferta Voluntária é uma iniciativa de ampliação da oferta gratuita de formação profissional, contemplando a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional para os que possuem desde o ensino fundamental incompleto até ensino médio completo. Oferece ainda cursos técnicos subsequentes para quem já concluiu o ensino médio. A oferta é realizada por instituições privadas de educação profissional e tecnológica que se candidataram a ofertar os cursos de forma voluntária, ou seja, sem o recebimento de recursos por parte do MEC.

Em 2017, foram realizadas 196.875 matrículas por meio desta iniciativa. Foram 196.118 matrículas em 84 cursos FIC, sendo 196.064 na modalidade a distância e 54 na presencial, além de 757 matrículas em 15 cursos técnicos presenciais.

Quem tem preferência na matrícula?

- Estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- Estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

- Trabalhadores, incluindo agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores;
- Beneficiários dos programas federais de transferência de renda;
- Mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda;
- Pessoas com deficiência;
- Povos indígenas;
- Comunidades quilombolas; e
- Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Educação superior

- **EAD e regulação da educação superior**

Em consonância com as políticas de expansão e interiorização da oferta, a educação a distância foi valorizada com a publicação do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamentou a oferta de programas de ensino nessa modalidade. O Decreto incorporou inovações nos modelos didáticos, pedagógicos e tecnológicos, possibilitando, por exemplo, a criação de polos EaD pelas próprias instituições e a oferta de cursos exclusivamente a distância sem exigência de credenciamento prévio para a oferta presencial. Além de contribuir para a expansão e a interiorização da educação superior, a nova norma busca manter a qualidade, estabelecendo que a quantidade de polos a serem criados deve respeitar os limites determinados pelo MEC com base nos indicadores das avaliações institucionais.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Também foi publicado o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que estabeleceu nova regulamentação para as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e pós-graduação. O normativo tem por objetivo: i) aperfeiçoar procedimentos e desburocratizar fluxos; ii) reduzir o tempo de análise e o estoque de processos; iii) melhorar a qualidade da atuação regulatória do MEC; e iv) contribuir para a ampliação do acesso à educação superior e incentivar a qualidade da oferta dos cursos superiores.

Em 2018, o MEC continuará empenhado no aperfeiçoamento do sistema de regulação, com o foco na execução de um amplo processo de melhoria das ações de supervisão de instituições e cursos superiores, garantidoras da qualidade deste nível de ensino.

NOVO FIES

Em setembro de 2016, foi instituído um grupo de trabalho cujo objetivo era promover um diagnóstico sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e propor medidas estruturantes de aperfeiçoamento do Programa, inclusive sob o ponto de vista fiscal. O diagnóstico do FIES, elaborado pelo Ministério da Fazenda, apontou que havia várias fragilidades no Programa, relacionadas ao risco de crédito, ao subsídio implícito e à governança do FIES. O ônus fiscal do Programa saltou de R\$ 1,8 bilhão, em 2010, para R\$ 32 bilhões, em 2016, sendo R\$ 11,4 bilhões de subsídio implícito.

Em 2017, o Governo enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 785/2017, já convertida na Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, que altera a legislação do FIES com o objetivo de aumentar a eficiência e a sustentabilidade fiscal do Programa, principalmente por meio da redução do risco de crédito, do redesenho de incentivos para diminuir a inadimplência e do aprimoramento da governança. Entre as novidades estão a oferta de vagas a juro real zero e a instituição do mecanismo de amortização vinculada à renda, respeitando a capacidade de pagamento do estudante e de sua família.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Como forma de minimizar riscos de gestão, a proposta cria o Fundo Garantidor do FIES (FG-FIES), que será de adesão obrigatória pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que participam do Programa e terá o objetivo de garantir o crédito para os financiamentos. Adicionalmente, foi constituído um comitê gestor interministerial, integrado por membros dos Ministérios da Educação, da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil, com o objetivo de reforçar a estrutura de governança do Programa.

O FIES passará a ter três modalidades, que viabilizarão a oferta de 310 mil vagas em 2018:

- FIES 1 – Nessa modalidade, os alunos elegíveis deverão possuir renda *per capita* mensal familiar de até três salários-mínimos, contratarão financiamento com juro real zero e terão garantia obrigatória do FG-FIES, que contará com aportes da União e das IES. Em boleto único, serão pagos a coparticipação, que é a parcela não financiada da mensalidade, as taxas operacionais e o seguro prestamista. A amortização ocorrerá de acordo com a capacidade de pagamento do formado, com base principalmente em sua renda mensal. Uma das principais mudanças no modelo é o compartilhamento com as universidades privadas do risco do financiamento, que antes ficava concentrado no Governo. Serão ofertadas cem mil vagas por ano nesta modalidade.
- FIES 2 – Na segunda modalidade, o FIES terá como fonte de recursos os fundos constitucionais regionais e os fundos de desenvolvimento, sendo elegíveis alunos com renda familiar *per capita* de até cinco salários-mínimos. Estima-se a oferta de 150 mil vagas em 2018 para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste nesta modalidade.
- FIES 3 – Essa modalidade terá como fontes de recursos o BNDES, com juros baixos para estudantes com renda familiar *per capita* mensal de até cinco salários-mínimos. Para esta modalidade, estima-se a oferta de 60 mil vagas em 2018.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

- **Gestão dos Hospitais Universitários**

Atualmente existem 50 Hospitais Universitários Federais (HUFs). Desses, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) realiza a gestão de 39 HUFs, vinculados a 31 universidades federais.

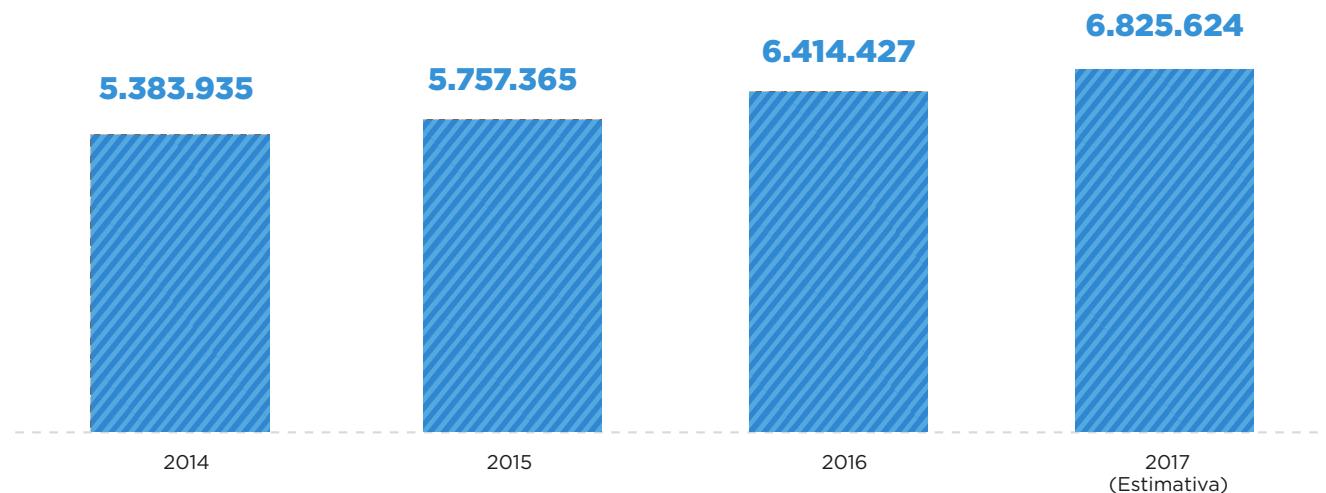
Tendo como um de seus principais objetivos a recomposição do quadro de pessoal dos hospitais da Rede, a quantidade de colaboradores concursados aumentou 11,5%, passando de cerca de 22 mil, em 2016, para quase 24,5 mil empregados em 2017 que, considerando os servidores estatutários, a força de trabalho desses hospitais alcança cerca de 45 mil pessoas nas áreas médica, assistencial e administrativa.

Quanto aos programas de residência em saúde, entre 2015 e 2017, constatou-se uma ampliação de cerca de 17%, passando de 809 para 936 programas. O número de residentes matriculados também ampliou de 5.667 para 6.988, o que corresponde a um aumento de cerca de 23% entre os anos de 2015 a 2017.

Com relação ao acesso da população à assistência à saúde, foram realizados na Rede Ebserh, em 2016, 6,4 milhões de consultas ambulatoriais e 14,9 milhões de exames ambulatoriais. No período de janeiro a outubro de 2017, ocorreram 5,7 milhões de consultas, com uma estimativa/ano de 6,8 milhões de consultas, representando um crescimento de 7,3%. Além disso, foram realizados 13,4 milhões de exames ambulatoriais, com uma estimativa/ano de 16,1 milhões de exames/ano e uma ampliação de 7,6%, quando comparado com 2016.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Consultas ambulatoriais realizadas na Rede Ebserh, no período de 2014 a 2017



Fonte: Tabwin SIA/SUS-DATASUS/MS.

Com referência às internações hospitalares, foram realizadas em 2016 cerca de 282 mil internações, das quais 131 mil foram cirurgias e 1.214 transplantes. No período de janeiro a outubro de 2017, foram realizadas 250 mil internações, com uma estimativa/ano de 300 mil internações, correspondendo a um crescimento de 6,3%. Desse total, foram realizadas no período de janeiro a outubro 17.131 mil cirurgias e 1.027 transplantes, com uma estimativa/ano de 140 mil cirurgias e 1.214 transplantes, correspondendo um crescimento de 7,2% e 1,5% respectivamente.

• Pós-graduação

Para prover o Brasil de quadros de alto nível técnico e científico, o Governo Federal promoveu, em 2017, a concessão de 102 mil bolsas de estudo e pesquisa no País. Desse total, 47.473 foram de mestrado, 44.444 de doutorado, 7.297 de pós-doutorado e 2.198 de iniciação científica, totalizando um investimento de mais de R\$ 2 bilhões direcionados a 3,6 mil Programas de Pós-Graduação (PPGs) acadêmicos *stricto sensu* recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Em 2017, também foi implementado o Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Particulares (Prosuc), concedendo bolsas de estudo e isenção de taxas a alunos de programas de pós-graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES).

No tocante às ações de mobilidade acadêmica, cooperação internacional e internacionalização da ciência e pesquisa brasileiras, especial destaque foi dado à retomada dos investimentos, com a concessão de 4.159 bolsas do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior, disponibilizando cotas a todos os programas de pós-graduação recomendados pela Capes. Ao todo, foram concedidas 9.554 bolsas de estudo no exterior a estudantes, pesquisadores e professores brasileiros, e 1.353 a estrangeiros que vieram ao Brasil desenvolver seus estudos e pesquisas com incentivos do Governo.

Avaliações

- **Exame Nacional do Ensino Médio**

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem como finalidade principal a avaliação do desempenho escolar e acadêmico ao fim do ensino médio, sendo utilizado como critério de seleção para o ProUni, o Pronatec, o SISU e o FIES.

As informações obtidas a partir dos resultados do ENEM são utilizadas para: i) permitir a autoavaliação do participante; ii) garantir a continuidade de sua formação e inserção no mercado de trabalho; iii) criar uma referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio; iv) acessar a educação superior, como mecanismo único, alternativo ou complementar; v) acessar programas governamentais de financiamento ou de apoio ao estudante da educação superior; vi) ingressar em diferentes setores do mundo do trabalho; e vii) desenvolver estudos e indicadores sobre a educação brasileira. O ENEM 2017 teve 6.731.186 inscrições confirmadas. O total de presentes foi de 4.724.519, totalizando 70,2%.

NOVIDADES ENEM 2017

- Provas em dois domingos consecutivos;
- Redação no primeiro dia de provas;
- Fim da certificação do ensino médio;
- Fim do “ENEM por Escola”;
- Detector de ponto eletrônico;
- Provas personalizadas;
- Novo atendimento específico: outra condição especial;
- Fim do atendimento específico para sabatistas;
- Novo recurso de acessibilidade: videoprova traduzida em Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- Solicitação de tempo adicional na inscrição;
- Declaração de comparecimento impressa pelo participante; e
- Novas regras para isenção e justificativa de ausência.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

- **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos**

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros.

A participação no Encceja é voluntária e gratuita, destinada a jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior, inclusive às pessoas privadas de liberdade, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada. Ressalta-se que, em 2017, o Exame voltou a ser aplicado para certificar os ensinos fundamental e médio. Para certificação do ensino fundamental, é preciso ter, no mínimo, 15 anos completos na data de realização do exame. A certificação do ensino médio exige a idade mínima de 18 anos completos no dia de aplicação da prova. Em 2017, contou com mais de 1,5 milhão de inscritos em 564 Municípios.

6 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – MELHORIA DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Mais Médicos

O Programa Mais Médicos (PMM), lançado em 2013, faz parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio dos Estados e dos Municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o Programa prevê investimentos em construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), assim como novas vagas de graduação e residência médica para qualificar a formação desses profissionais. O PMM aloca atualmente 18.240 médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS e almeja alcançar 20.335 médicos brasileiros e estrangeiros até 2019.

Ofertas de qualificação profissional

Em 2017, 8.754 novos bolsistas foram beneficiados pelo Pró-Residência. Ao todo, há 16.743 residentes beneficiados, sendo 10.867 na Residência Médica e 5.876 na Residência Multiprofissional.

Além disso, mais de 200 mil profissionais e gestores de saúde foram qualificados em processos de educação com foco na Atenção Básica, nas Redes e em Programas Prioritários.

Quanto à formação técnica e aos processos de qualificação de jovens que possam se tornar profissionais de saúde, foram ofertadas 16.028 vagas.

Para 2018, a perspectiva é de nove mil novos bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência, 110 mil profissionais de saúde e gestores qualificados e 1.084 jovens envolvidos em ações do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde).

Estratégia Saúde da Família

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é composta por equipe multiprofissional que possui, no mínimo, médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS). Pode-se acrescentar à esta composição, como parte da equipe multiprofissional, os profissionais de saúde bucal (ou equipe de Saúde Bucal - eSB): cirurgião-dentista generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal.



Em 2018, serão
**9 mil
novos
bolsistas**
do Pró-Residência.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

No ano de 2017, alcançou-se o número de 42.119 equipes da Estratégia Saúde da Família atuando; 25.890 Equipes de Saúde Bucal (ESB); 4.886 equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF); e 264.262 agentes comunitários de saúde. Foram realizados 649 milhões de atendimentos.

Entre os anos de 2017 e 2018, a maioria das equipes de saúde implantadas passou ou passará pela avaliação do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). O número previsto de equipes a serem avaliadas é de 42.975, sendo 38.865 equipes de Atenção Básica (das quais 25.084 equipes de atenção básica com Saúde Bucal) e 4.110 NASF em todo País.

Para 2018, a perspectiva é ampliar as estratégias de atenção básica. O Programa ESF passará a contar com mais de 44 mil equipes, o NASF com 5.500 e a Saúde Bucal com 27 mil.

Controle do câncer

O controle do câncer envolve um conjunto de iniciativas que abrangem desde a detecção dos fatores de risco até o seguimento da pessoa acometida, com ênfase no diagnóstico e no tratamento.

Quanto mais cedo diagnosticado o câncer, maiores as chances de cura. A mamografia bienal para mulheres entre 50 a 69 anos é a estratégia recomendada pelo Ministério da Saúde para o rastreamento do câncer de mama. De acordo com dados extraídos em novembro de 2017 do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (Siasus), foram realizadas 2.856.601 mamografias bilateral para rastreamento no ano de 2017. Desses, 1.819.781 mamografias foram realizadas na população de 50 a 69 anos. A quantidade total de mamografias bilateral para rastreamento realizadas representou um montante gasto de R\$ 129 milhões.

Para a prevenção de câncer do colo do útero, o Ministério da Saúde fomenta o aumento de cobertura do exame citopatológico em mulheres na faixa etária do público-alvo de 25 a 64 anos. De acordo com dados extraídos em dezembro de 2017 do Siasus, no ano de 2017 ocorreram 7.061.866 exames citopatológicos. Desses, 5.606.525 exames foram realizados na população de 25 a 64 anos com investimento da ordem de R\$ 49 milhões.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Em relação aos procedimentos de tratamento do câncer, foram realizadas 268.922 cirurgias para câncer, 2,6 milhões de procedimentos de quimioterapia e 9,4 milhões de procedimentos radioterápicos. Os procedimentos de tratamento (cirurgias de câncer, procedimentos de quimioterapia e procedimentos radioterápicos) envolveram dispêndios de R\$ 2,3 bilhões (dados referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2017). Atualmente, existem 300 hospitais habilitados em alta complexidade em oncologia. Para 2018, espera-se uma ampliação do número de serviços habilitados, considerando os equipamentos entregues pelo Plano de Expansão e Convênios.

Infraestrutura em saúde

Unidades Básicas de Saúde

A Unidade Básica de Saúde (UBS) é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. De janeiro a dezembro de 2017 foram concluídas 1.188 obras, sendo 678 construções, 327 ampliações e 183 reformas, que somadas às 4.596 concluídas em 2016, totalizam 5.784 obras de UBS concluídas no biênio, conforme o quadro a seguir.

Tipo de obra	Obras concluídas em 2016			Obras concluídas em 2017		
	Emenda	Programa	Total	Emenda	Programa	Total
Construção	160	2.021	2.181	120	558	678
Ampliação	115	1.304	1.419	102	225	327
Reforma	96	900	996	56	127	183
Total	371	4.225	4.596	278	910	1.188¹

Fonte: Sistema de Monitoramento de Obras (Sismob), em 31 de dezembro de 2017.

¹ Informação concernente ao ano de 2017 considerando obras concluídas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, com recursos de emendas parlamentares e programação.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Atualmente, existem 41.688 UBS em funcionamento, além de 28.409 propostas vigentes no Programa Requalifica UBS, das quais 3.351 estão em ação preparatória, 5.308 em execução e 19.750 já foram concluídas, com obras em todas as unidades da Federação. A perspectiva para 2018 é de que haja a conclusão de 1.925 obras.

Unidades de Pronto Atendimento

A Política Nacional de Urgência e Emergência estrutura e organiza a rede de atenção às urgências no País, integrando a atenção e o cuidado do paciente crítico ou com agravo à saúde. Nesse contexto, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) é o estabelecimento de saúde de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família e a Rede Hospitalar, compondo uma rede organizada de atenção às urgências. Entre janeiro e dezembro de 2017, 49 UPAs 24h entraram em funcionamento, integrando um total de 572 unidades. Há, ainda, 218 UPAs em obras, dez em ação preparatória e outras 155 concluídas, em fase de entrada em funcionamento. A perspectiva para 2018 é de implantação de 50 novas UPAs 24h.

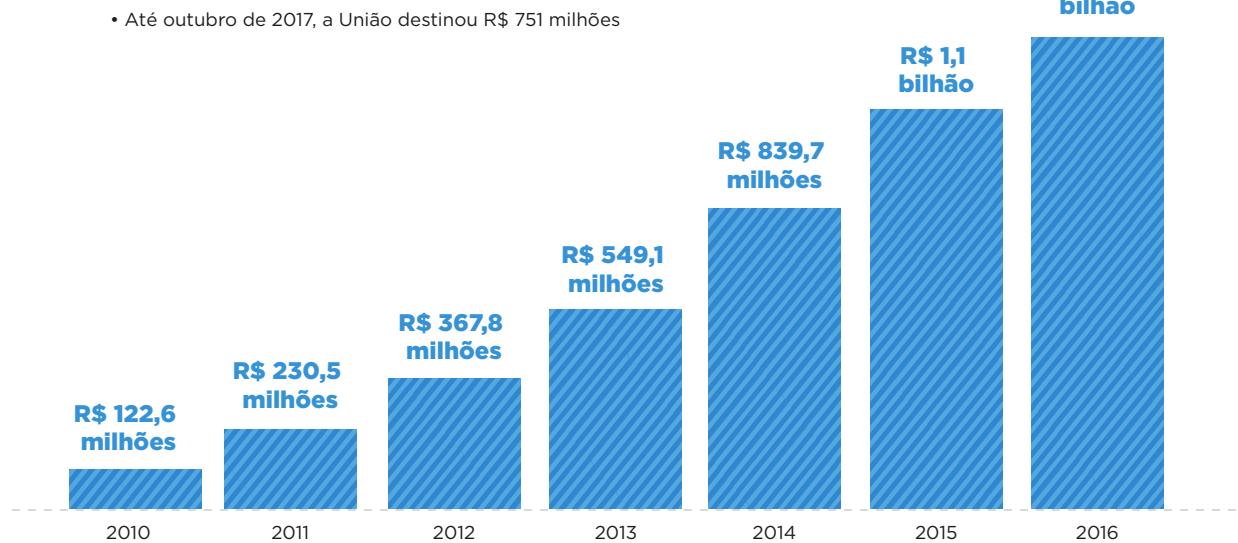
Judicialização da saúde

Os gastos no âmbito do Ministério da Saúde com demandas judiciais cresceram 1.010% nos últimos sete anos, de 2010 a 2016. Uma grande parcela dessas demandas está relacionada a prestações de saúde não incluídas nas políticas públicas do SUS, e à busca por medicamentos sem registro no País ou não padronizados no SUS, ou mesmo medicamentos para indicações clínicas não recomendadas em bula.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Judicialização da saúde (gastos anuais)

- Somando Estados e Municípios, o valor chega a R\$ 7 bi/ano
- Até outubro de 2017, a União destinou R\$ 751 milhões

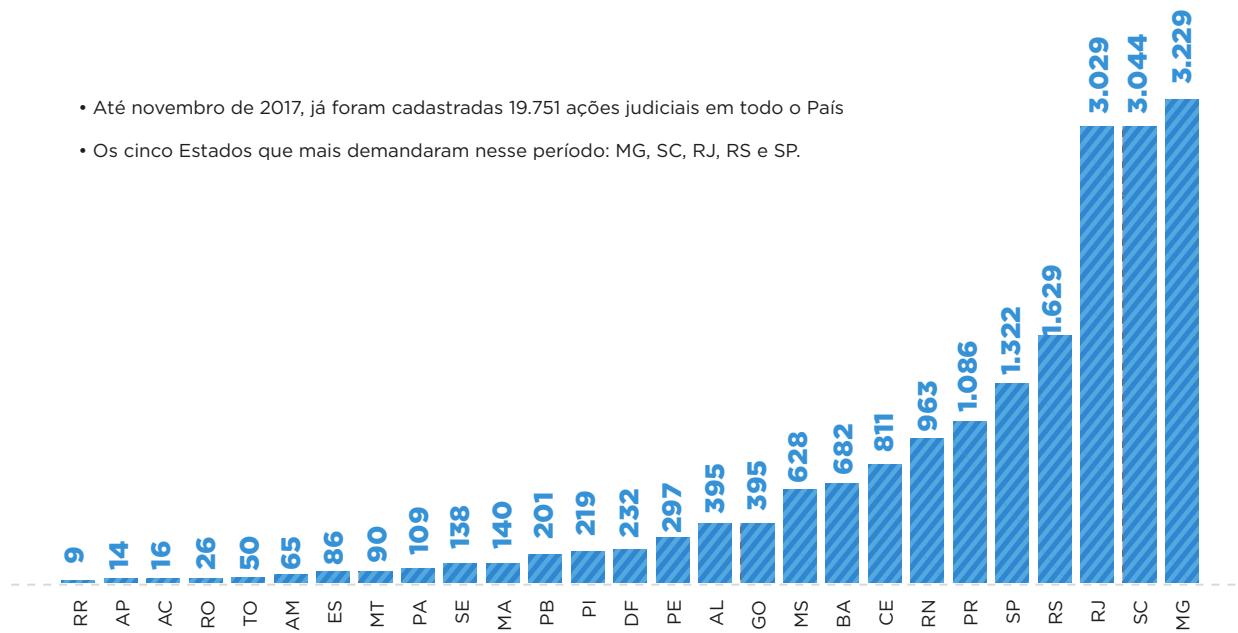


Fonte: Ministério da Saúde.

Em 2017, foram cadastradas quase 20 mil novas ações judiciais, sendo os Estados do Sul e do Sudeste os principais demandados.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Número de ações cadastradas de 2002 a 2017



Fonte: Ministério da Saúde.

Tal situação demanda a implementação de ações estratégicas, complexas, articuladas e coordenadas pelo Ministério da Saúde (MS), o gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, em outubro de 2017, a Portaria nº 2.566 instituiu o Núcleo de Judicialização (NJUD), com a finalidade de organizar e promover o atendimento das demandas judiciais no âmbito do MS, compreendendo como tal as ações judiciais que tenham por objeto impor à União a aquisição de medicamentos, insumos, material médico-hospitalar e a contratação de serviços destinados aos usuários do SUS. O NJUD conta com uma equipe multidisciplinar, formada por médicos, farmacêuticos e advogados.

Outras estratégias que objetivam a qualificação das demandas judiciais estão em desenvolvimento e em diferentes níveis de implementação. São elas:

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

- **Na assistência à saúde:**

- Implantação de formulário de justificativa de prescrição de medicamentos não padronizada no SUS. Medida já aprovada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e em fase inicial de implementação; e
- Divulgação das listas de medicamentos e tecnologias disponíveis no SUS, bem como dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) já publicados.

- **No Judiciário:**

- Criação de Varas especializadas em saúde (cerca de 50% das ações judiciais tem como objeto a saúde) a cargo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Fortalecimento e capacitação dos Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário (Natjus);
- Qualificação das decisões judiciais junto aos Tribunais de Justiça e CNJ. Trata-se de projeto do Programa de Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi) que integra esforços do Hospital Sírio Libanês, do CNJ e do MS em diversas iniciativas sinérgicas que visam à qualificação dos Natjus e, consequentemente, das decisões dos juízes e dos desembargadores nas matérias de saúde; e
- Criação de banco de documentos técnicos: pareceres e notas técnicas sobre as tecnologias e os medicamentos mais demandados em ações judiciais.

- **Na avaliação de tecnologias em saúde:**

- Fortalecimento da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias em Saúde (Conitec), visando a ampliar seu escopo de atividades de modo a desenvolver monitoramento do horizonte tecnológico mundial, bem como elaborar relatórios técnicos e emitir recomendação para tecnologias selecionadas, conforme as informações obtidas nas bases de dados da

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

judicialização. Por meio da Conitec, em 2017, foram disponibilizadas 55 fichas técnicas e sínteses de evidências científicas sobre tecnologias de saúde mais judicializadas no Brasil. Foram também respondidas 635 solicitações de informações e esclarecimentos, importantes para subsidiar inquéritos civis do Ministério Público, defesa de causas contra a União e decisões de magistrados;

- Elaboração e atualização de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para as doenças mais prevalentes e cujo acompanhamento seja estratégico para o SUS. Em 2017, o MS elaborou/atualizou 26 PCDT com essa finalidade; e
- Desenvolvimento de monitoramento da eficiência e segurança das tecnologias incorporadas no SUS, visando desde a renegociação de preços até o reposicionamento ou a exclusão de tecnologias que não entreguem os benefícios, conforme os estudos clínicos apresentados ao tempo da incorporação.

Para 2018 há a expectativa de que União, Estados e Municípios possam ter acesso ao panorama integral e atualizado das demandas judiciais na saúde brasileira. Com isso, deverá haver redução do desperdício, aumento da eficiência no cumprimento das sentenças, identificação e atuação tempestiva em possíveis fraudes contra o SUS.

Prevenção de doenças e agravos

Doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*

Atualmente, três importantes doenças causadas por vírus e transmitidas pelo *Aedes aegypti* estão ocorrendo no Brasil: dengue, zika vírus e chikungunya. Até a semana epidemiológica 50 (SE 50), que abrange de 1º de janeiro até 16 de dezembro de 2017, foram registrados 249.056 casos prováveis de dengue, com uma incidência de 120,9 casos/100 mil habitantes e 137 óbitos.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

No que se refere à febre chikungunya, foram registrados 185.605 casos prováveis, com uma incidência de 90,1 casos/100 mil habitantes e 168 óbitos confirmados, até a referida SE 50.

No mesmo período, foram registrados 17.338 casos prováveis de febre pelo zika vírus com uma incidência de 8,4 casos/100 mil habitantes. Em relação às gestantes, foram registrados 2.190 casos prováveis, sendo 941 confirmados por critério clínico-epidemiológico ou laboratorial. Em 2017, até a SE 50, foram confirmados laboratorialmente dois óbitos por zika vírus, nos Estados de São Paulo e Rondônia.

A vigilância do zika vírus passou, em fevereiro de 2016, de sentinela para universal e os casos, por sua vez, passaram a ser de notificação compulsória. Foi realizado o mapeamento das regiões de saúde que apresentaram concentração de casos de crianças confirmadas com síndrome congênita do zika vírus.

No período entre 2010 e 2014, 852 casos de microcefalia foram registrados no Brasil, segundo dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). A partir de 2015, desde o início da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) até a semana epidemiológica (SE) 44/2017 (8 de novembro de 2015 a 4 de novembro de 2017), o MS foi notificado sobre 14.916 casos suspeitos de alterações no crescimento e no desenvolvimento possivelmente relacionados à infecção pelo zika vírus e outras etiologias infecciosas. Do total de casos, 2.846 (19,1%) permaneciam em investigação na SE 44/2017, 6.622 (44,4%) foram descartados, 3.014 (20,2%) foram confirmados e 287 (1,9%) foram classificados como prováveis para relação com infecção congênita durante a gestação.

Sobre os óbitos, 494 suspeitos encontravam-se em monitoramento na SE 44/2017, dos quais 247 (50%) permaneciam em investigação, 132 (26,7%) foram descartados, 70 (14,2%) foram confirmados e 17 (3,4%) foram classificados como prováveis para relação com infecção congênita durante a gestação.

Ao longo de 2017, foi mantida a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, mesmo após o encerramento em 30 de junho de 2017 da Espin (Portaria GM/MS 1682). A Sala Nacional de Coordenação e Controle (SNCC) gerencia essa intensificação das ações,

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

juntamente com as 26 Salas Estaduais (Distrito Federal), Sala Interfederativa (GO e DF), Sala Binacional (em Letícia, na Colômbia e em Tabatinga, no Amazonas) e 2.079 Salas Municipais. Dentre as ações realizadas pelas salas, destacam-se a mobilização dos gestores e trabalhadores de todas as esferas da gestão do SUS para o Dia Mundial de Saúde, em 7 de abril, e a Semana Nacional de Mobilização do Setor da Educação, Assistência Social e Saúde no Combate ao *Aedes aegypti*, de 23 a 27 de outubro, com mais de 210 mil unidades públicas e privadas mobilizadas de todo o Brasil.

Com a Resolução nº 12 de 26 de janeiro de 2017, o levantamento entomológico de infestação por *Aedes aegypti* tornou-se obrigatório. Com isso, 5.287 (95%) dos Municípios do País concluíram o levantamento no primeiro semestre. De acordo com a prévia do Levantamento Rápido do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA) Nacional, até 31 de dezembro, 5.479 Municípios informaram sobre o levantamento realizado.

AVANÇO DAS PESQUISAS CONTRA DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA VÍRUS

Destaca-se a contratação e o acompanhamento de projetos de pesquisa de instituições como Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Superintendência de Controle de Endemias (Sucen/SP), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na área de combate ao *Aedes aegypti*, com destaque para os projetos “Eliminar Dengue - *Wolbachia*”, “Estratificação de Áreas de Risco para o Dengue, Chikungunya e Zika”, “Estações Disseminadoras de Larvicidas” e “Monitoramento da Resistência de *Aedes aegypti* a Inseticidas”. Além disso, houve investimento em pesquisas para o desenvolvimento de uma vacina contra dengue pelo Instituto Butantan, que se apresenta na fase final de estudos em seres humanos, e de duas vacinas contra o zika vírus: uma em desenvolvimento pelo Instituto Evandro Chagas, em parceria com a *University of Texas Medical Branch*; e outra por Biomanguinhos/Fiocruz (ambas em fase inicial – teste pré-clínico em animais).

Providências tomadas para o combate da dengue, da chikungunya e do zika vírus em 2017

- Crianças cujas mães tiveram zika vírus serão acompanhadas até os 3 anos de idade para definição de diagnóstico, podendo ser notificadas ao longo desse período;
- Aquisição e disponibilização de 3,5 milhões de testes rápidos de zika vírus com prioridade para gestantes e bebês, um milhão de testes rápidos para chikungunya e dois milhões de testes rápidos para dengue. A tecnologia confirma, em 20 minutos, se o paciente está ou já foi infectado pelo vírus em algum momento da vida;
- Prioridade na melhoria da assistência em Municípios que apresentem casos de microcefalia confirmados;
- Ampliação da capacidade instalada das ações e dos serviços de reabilitação;
- Ampliação das ações em saúde sexual e saúde reprodutiva;
- Mães adolescentes com bebês com microcefalia participando de ações em saúde sexual e reprodutiva;
- Monitoramento dos resultados parciais dos projetos de pesquisas contratados na Chamada Pública – Prevenção e Combate ao zika vírus;
- Monitoramento dos testes pré-clínicos das vacinas contra o zika vírus;
- Disponibilização de novas versões dos cursos de ensino a distância de prevenção à dengue e à chikungunya;
- Publicação da segunda edição do Guia de Manejo Clínico de Chikungunya, com abordagem diferenciada do tratamento da dor;

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

- Elaboração do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de chikungunya;
- Proposta de vigilância integrada de dengue, zika vírus e chikungunya, com aprimoramento dos sistemas de informações;
- Diagnóstico patológico (Histopatologia/Imunohistoquímica) descentralizado para os laboratórios de referência no diagnóstico das arboviroses (dengue, chikungunya e zika vírus);
- Aquisição e disponibilização do Kit Triplex para diagnóstico de dengue, chikungunya e zika vírus por Biologia Molecular (RT-qPCR) para os laboratórios públicos que compõem a Rede Sislab;
- Disponibilização de repelentes a aproximadamente 500 mil gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família para prevenção das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*; e
- Seleção de projetos de educação em saúde ambiental, por meio de chamamento público, visando apoiar Estados, Municípios e Distrito Federal, no que se refere ao enfrentamento do vetor transmissor de arboviroses (*Aedes Aegypti*).

Combate à febre amarela

Nas últimas décadas, a febre amarela tem sido registrada além dos limites da área considerada endêmica (Região Amazônica). O Ministério da Saúde, no ano de 2017 até janeiro de 2018, encaminhou a todas às unidades federativas aproximadamente 57,4 milhões de doses da vacina. Com o objetivo de intensificar a vacinação, mais de 80% dessas doses foram enviadas para os Estados de SP, MG, RJ, ES e BA.

Em 2018, em três Estados com maior risco de expansão da doença - São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia -, em consonância com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), será realizada a campanha de vacinação contra a febre amarela, como principal estratégia de prevenção, em curto prazo de tempo. Determinados Municípios, com áreas de elevado contingente populacional, irão realizar a campanha de vacinação a partir do mês de janeiro de 2018, com previsão de vacinar cerca de 22 milhões de pessoas nos três Estados. A medida tem caráter excepcional e deve evitar

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

a expansão do vírus para áreas próximas de onde há circulação atualmente. A definição dos locais de campanha foi realizada em conjunto com Estados e Municípios e está de acordo com a situação epidemiológica do vírus no País. Para os demais Estados, será mantida a vacinação de rotina.

7 PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A agenda de promoção e proteção dos Direitos Humanos tem como fundamentos os comprometimentos internacionais assumidos pelo País. Nesse sentido, é compromisso do Governo Federal efetivar, proteger e reafirmar a dignidade humana e a cidadania universal por meio de ações de fortalecimento das políticas de promoção e defesa dos direitos humanos.

Registro Civil

O Governo Federal continua envidando esforços para erradicar o sub-registro civil de nascimento que atinge atualmente os grupos populacionais histórica e tradicionalmente mais vulnerabilizados. Nesta perspectiva em 2017 destacam-se: i) realização de oito mutirões para emissão de registro civil de nascimento e de seis oficinas de fluxos de encaminhamentos para acesso aos serviços de Registro Civil de Nascimento junto aos Estados de Goiás, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul; ii) a realização do VIII Encontro de Gestores de Promoção do Registro Civil de Nascimento e Reunião Ampliada do Comitê Gestor Nacional; e iii) a elaboração de diretrizes para atendimento das comunidades quilombolas, população em situação de rua e comunidades extrativistas. Destaca-se, também, a atuação do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC). Por apresentar-se como um importante instrumento de promoção dos direitos humanos e da cidadania, o SIRC foi premiado na 21^a edição do Concurso Inovação no Setor Público da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em 16 de outubro de 2017, na categoria Inovação em Processos Organizacionais no Poder Executivo Federal.

Em 2018, serão foco da política de Registro Civil de Nascimento os seguintes públicos em situação de vulnerabilidade: trabalhadoras rurais, população LGBT, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiros, povos indígenas e população cigana.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Educação em Direitos Humanos

No intuito de contribuir para a construção de uma cultura de respeito às diversidades e de combate ao preconceito e à discriminação no ambiente acadêmico, em 2017, houve a adesão de 327 Instituições de Ensino Superior (IES) e de 29 entidades ao Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos. O Pacto é uma iniciativa conjunta dos Ministérios dos Direitos Humanos e da Educação, que pretende impulsionar a educação em direitos humanos no nível superior de forma a superar a violência, o preconceito e a discriminação, e promover atividades educativas de promoção e defesa dos direitos humanos nas IES.

Ainda sobre a promoção da cultura da paz e do respeito, será lançada em 2018 a Plataforma de Educação em Direitos Humanos. A Plataforma EDH será direcionada à comunidade escolar da educação básica: professores, gestores, pais e responsáveis, alunos e cidadãos em geral. A Plataforma reunirá conteúdos formativos sobre os temas de: i) educação em direitos humanos e diversidade; ii) *bullying* e violência, preconceito e discriminação; e iii) mediação de conflitos. Será financiada, também, a oferta de cursos de formação continuada de professores, gestores e demais profissionais da educação básica. Os cursos, que terão parceria não só com as universidades, mas também com secretarias estaduais e municipais de educação, contribuirão para o aprimoramento da formação de 4,3 mil profissionais, bem como serão um importante meio para impulsionar as temáticas de Direitos Humanos nas redes de ensino.

Direitos da população LGBT

Para fortalecer as políticas públicas de promoção dos direitos da população LGBT, bem como enfrentar a violência LGBTfóbica, está sendo construído o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica. O diálogo entre Governo Federal, gestores locais e a sociedade civil está sendo ampliado para articular ações de combate à violência contra a população LGBT. Em nome do direito de ser e do respeito à diversidade sexual, destaca-se a campanha nacional “Deixe seu preconceito de lado: respeite as diferenças”, lançada em junho de 2017.

Ressalta-se também a instituição da Comissão Interfederativa de Gestores de Políticas Públicas LGBT (CIGLGBT), e a realização do processo eleitoral de composição do Conselho Nacional de Combate à

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Discriminação e Promoção de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) para o biênio 2017-2019.

Para 2018, está prevista articulação junto aos Estados e aos Municípios para fomentar a adesão e a implementação de ações no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica, bem como a entrega dos relatórios sobre violência LGBT, para servir como base à construção de políticas públicas voltada a essa população.

Prevenção e combate à tortura

No sentido de impulsionar e capilarizar políticas públicas de direitos humanos no território nacional, foi lançado, em setembro de 2017, o Pacto Federativo para Prevenção e Combate à Tortura, com o objetivo de promover e articular, entre os entes federados, ações de prevenção e combate à tortura, como a criação e o fortalecimento de comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura. Até o momento, 17 representantes assinaram o documento indicando intenção de adesão ao Pacto por parte de seus Estados, sendo que Rio de Janeiro e Goiás já concretizaram a adesão.

Para 2018, estão previstas articulações junto aos demais entes federados para auxiliar na implementação das ações previstas no Pacto Federativo para Prevenção e Combate à Tortura.

Erradicação do trabalho escravo

Para contribuir com a erradicação do trabalho escravo, a partir de uma articulação do Governo Federal, 23 Estados da Federação aderiram ao Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, que foi lançado em dezembro de 2016.

Para 2018, estão programadas a realização do V Encontro Nacional das Comissões Estaduais e Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo, além da elaboração de um novo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (PNETE) e da criação de um Observatório de Trabalho Escravo, cujos estudos e pesquisas poderão auxiliar na qualificação das políticas públicas voltadas ao tema.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

O principal canal de comunicação da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos é o Disque Direitos Humanos – Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito que funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo feriados, e recebe ligações de todo o território nacional.

A Ouvidoria também disponibiliza os canais de Ouvidoria *Online* e o Clique 100, canais de denúncia disponibilizados no Portal Humaniza Redes. Por meio destes canais, a Ouvidoria recebe, examina e encaminha denúncias e reclamações, além de orientar e adotar providências para o tratamento dos casos de violação de direitos humanos.

**Balanço parcial de denúncias de violação de Direitos Humanos
(1º de janeiro a 21 de novembro de 2017)**

Grupo de violação	Total	%
Crianças e adolescentes	74.412	60,17%
Pessoa idosa	29.184	23,60%
Pessoas com deficiência	10.595	8,57%
Pessoas em restrição de liberdade	4.302	3,48%
Outros	2.470	2%
LGBT	1.381	1,12%
População em situação de rua	889	0,72%
Igualdade racial	429	0,35%
Total geral	123.662	100%

Fonte: Ouvidoria/MDH.

Defesa dos direitos da pessoa idosa

O ano de 2017 representou um marco histórico na luta pelos direitos da pessoa idosa. Em 9 de agosto, o Decreto nº 9.122/2017 criou a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – um reconhecimento, pelo Governo Federal, da pertinência dessa temática que já alcança 30 milhões de pessoas, mais de 14% da população brasileira. Vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, a nova Secretaria surgiu com a missão de coordenar e propor ações de aperfeiçoamento e fortalecimento da Política Nacional do Idoso, em consonância com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) e com as deliberações das conferências nacionais e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI).

Em 2017, durante a 30ª Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADH), o Governo encaminhou ao Congresso Nacional o texto da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas para votação e ratificação com equivalência de Emenda Constitucional. A redação da Convenção foi aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em junho de 2015 e significa um avanço ao estabelecer parâmetros internacionais mínimos comuns acerca dos direitos das pessoas idosas.

Ciente da necessidade de estabelecer prioridade especial para pessoas maiores de oitenta anos, a Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017, alterou o Estatuto do Idoso e estabeleceu que esse grupo seja atendido sempre preferencialmente em relação aos demais idosos, exceto em casos de emergência.



Idosos
com mais de
80 anos
têm agora
prioridade
especial

Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Os recursos do Fundo Nacional do Idoso foram utilizados em duas vertentes: na equipagem dos conselhos de direitos da pessoa idosa dos Estados, do Distrito Federal e de suas capitais, no valor de R\$ 4,5 milhões, consistindo na doação de veículo, mobiliários e materiais de informática a cada um; e em dois editais, no valor total de R\$ 16 milhões, para apoio a projetos de instituições sem fins lucrativos e entidades públicas para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

Direitos da pessoa com deficiência

Em 2017, o Governo Federal deu continuidade à implementação de ações de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. Em janeiro, foi publicada a Portaria que instituiu o Manual de Adaptações de Acessibilidade, instrumento a ser preenchido por profissionais habilitados, sob responsabilidade dos gestores dos prédios da administração pública federal, com o objetivo de diagnosticar a situação de acessibilidade das edificações públicas e permitir a elaboração de planos de trabalho com metas progressivas de correção das não conformidades.

Em outubro de 2017, foi publicada a Instrução Normativa nº 2, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que estabelece regras e diretrizes de acessibilidade a serem observadas nas obras e em serviços de engenharia custeados com recursos de convênios e contratos de repasse. Esta norma cria instrumentos como a Lista de Verificação de Acessibilidade, o Projeto Executivo de Acessibilidade e o Laudo de Conformidade em Acessibilidade, condicionantes para os desbloqueios financeiros dos projetos e obras de arquitetura e engenharia.

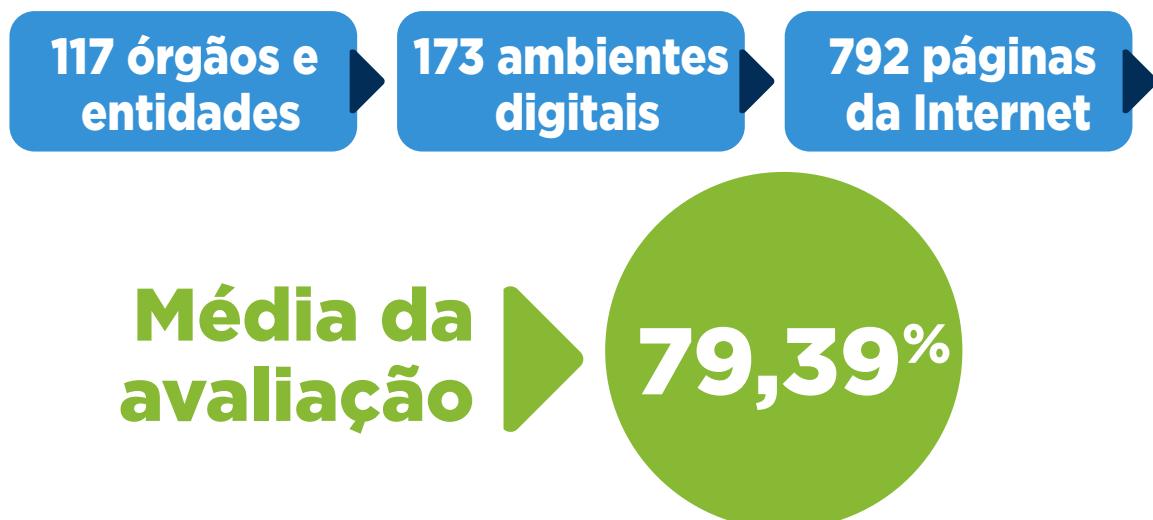
Com relação às telecomunicações, entraram em vigor, em novembro de 2017, todos os dispositivos do Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações, incluindo obrigações como a disponibilização de documentos em formatos acessíveis quando demandado pelo assinante e a implementação da Central de Intermediação de Comunicação (CIC), responsável por intermediar a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e demais usuários do serviço de telefonia fixa e móvel.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

No que diz respeito à acessibilidade dos sítios eletrônicos governamentais, a Portaria Interministerial nº 1, de 12 de janeiro de 2017, padronizou o processo de coleta das informações por meio do Formulário Eletrônico de Acessibilidade Digital (FAD), elaborado pela equipe do governo eletrônico, e estabeleceu a produção de um plano de trabalho para melhoria contínua da acessibilidade digital.

Em uma análise automática de 792 páginas de ambientes digitais do Governo, verificou-se uma média de 79,39% de aderência às recomendações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Esse trabalho também permitiu a criação do Painel de Acessibilidade, resultado de um conjunto de avaliações temporais de acessibilidade realizadas por um mecanismo automatizado (ASES) que possibilitará a verificação da evolução do nível de acessibilidade de uma página de determinado domínio de órgão/entidade públicos.

Avaliação de acessibilidade automática realizada pelo ASES Web e relatada no FAD em 2017



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Cabe ressaltar que o art. 112 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que dispõe sobre semáforos sonoros, foi regulamentado por meio da Resolução Contran nº 704, de 10 de outubro de 2017. Já os arts. 69 e 100 ensejaram a publicação do Decreto nº 8.953, de 10 de janeiro de 2017, para incluir a acessibilidade e o desenho universal entre as diretrizes e os objetivos do Plano Nacional de Consumo e Cidadania.

Para 2018, objetiva-se implementar uma ferramenta de Avaliação da Deficiência e o Cadastro Inclusão. Serão instaladas três delegacias especializadas no combate à violência contra as pessoas com deficiência e, em parceria com os Estados, deverá ser implementado pelo menos um núcleo especializado em cada unidade da Federação. Ainda para o ano de 2018, os ônibus de padrão rodoviário serão fabricados contendo obrigatoriamente plataformas elevatórias para a acessibilidade de pessoas com deficiência. Além disso, busca-se articular a regulamentação de dispositivos legais conjuntamente com as demais políticas setoriais para promover a inclusão no trabalho, a habilitação e a reabilitação profissional, o acesso a órteses e próteses e ao cuidado.

Com relação às políticas de saúde, em 2017, foram habilitados 62 novos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), totalizando 551 CEOs.

O Centro Especializado em Reabilitação (CER) é um ponto de atenção ambulatorial especializada em reabilitação que realiza diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva, constituindo-se em referência para a rede de atenção à saúde no território. Em dezembro de 2017, havia 196 CER habilitados. Para 2018, a perspectiva é implantar 30 CER alcançando 226 em funcionamento.

A realização da triagem auditiva neonatal permite que crianças tenham acesso ao diagnóstico precoce de deficiência auditiva, possibilitando o tratamento adequado em tempo oportuno. A perspectiva é que, até 2018, 370 maternidades sejam equipadas para a realização da triagem auditiva neonatal. Entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017, cerca de 7,6 mil profissionais de saúde foram capacitados para o atendimento à pessoa com deficiência no País.

Com relação às políticas de educação, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão, o MEC vem desenvolvendo várias ações que visam o adequado atendimento ao público da educação especial,

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

que vão desde a formação de professores à disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, à melhoria da infraestrutura das escolas, à disponibilização de recursos tecnológicos de acessibilidade e transporte escolar acessível.

De fato, a formação de professores é um dos grandes desafios da educação especial. Dados do Censo Escolar de 2016 indicam que somente 43% do total de professores que atuam no atendimento educacional especializado (AEE) possuem formação específica em educação especial e, do total de professores da educação básica, apenas 4,6% possuem alguma formação nessa área.

O MEC apoiou, em 2017, a oferta de três mil vagas em cursos de formação de professores para o AEE, 500 vagas em curso de formação de professores para o letramento de estudantes com deficiência e 300 vagas em libras na perspectiva bilíngue, totalizando 3,8 mil vagas. Além disso, foi priorizada a formação dos profissionais dos Centros de Referência em Educação Especial.

Foram também disponibilizados aos centros de referência arquivos das obras selecionadas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2016 e 2017, para produção e distribuição de obras em Braille aos estudantes matriculados nas redes regulares de ensino.

Em 2017, o PNLD realizou a conversão de 86 títulos em formato acessível Mecdaisy, totalizando a distribuição de 165,6 mil obras em mais de mil Municípios, garantindo aos estudantes com deficiência visual o acesso ao conhecimento e à literatura. Em cumprimento à Lei Brasileira de Inclusão, serão ofertados, a partir de 2018, livros em formato digital acessível e-Pub3 a estudantes com deficiência visual, matriculados em escolas regulares e que estejam registrados no Censo Escolar. A produção de material didático acessível também contempla os estudantes surdos, com a disponibilização de materiais pedagógicos acessíveis em Libras.

Como perspectiva para 2018, o MEC está trabalhando na atualização da Política de Inclusão Escolar da Educação Especial, a partir de um diagnóstico da educação especial realizado em 2017, revelando a realidade do atendimento nos sistemas públicos de ensino quanto aos aspectos legais, institucionais, estruturais e pedagógicos.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Direitos da criança e do adolescente

Em 2017, 319 conselhos tutelares foram contemplados com a equipagem para garantir melhores condições de trabalho e funcionamento. A Escola de Conselhos - Programa de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares, nos Estados do CE, MT, PB e TO, esteve em funcionamento para atendimento de 4.262 conselheiros ofertando um curso de 200 horas/aula. O Estado da Bahia deu início à implantação da Escola de Conselhos em 2017, com a previsão de atendimento a 2.368 conselheiros.

No âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, entre janeiro e junho de 2017, foram protegidas 357 crianças e adolescentes e 527 familiares, totalizando 884 protegidos. Com estes números, o Governo Federal atingiu a marca de 3.664 crianças e adolescentes e 6.190 familiares, perfazendo o total de 9.854 pessoas protegidas desde sua implantação. Além desses, no mesmo período de 2017, o Programa recebeu outras 453 solicitações de inclusão, que geraram atendimentos e encaminhamentos por parte das equipes técnicas, mas não propriamente inclusão. Destacam-se a sanção e a implementação da Lei da Escuta (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017) para enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e a publicação da cartilha “Parâmetros de Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência”, organizada pela Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CIEVSCA). Destaca-se, ainda, a divulgação de peças da campanha do dia “18 de maio - Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” e a realização da Solenidade de entrega do Prêmio Neide Castanha - 7º edição, na Câmara dos Deputados.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Em 2017 foi instituída a Comissão Permanente do Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento do Atendimento Socioeducativo no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, com a finalidade de coordenar o processo de avaliação e acompanhamento do atendimento socioeducativo.

O reordenamento do sistema socioeducativo e a desativação das unidades consideradas impróprias são importantes para proporcionar infraestrutura digna para adolescentes em conflito com a lei. Com

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

esse foco, durante o ano de 2017, foram acompanhados convênios para a construção de Centros de Atendimento Socioeducativo nos Estados de GO, TO, BA, CE, SE, MG e SC, totalizando 13 novas construções de unidades.

A principal ação de qualificação do Sinase é a Formação dos Socioeducadores por meio da Escola Nacional de Socioeducação (ENS) que estabeleceu a organização da formação continuada dos profissionais que atuam na socioeducação e a instituição de Núcleos Estaduais, em todas as unidades da Federação. Além da oferta de conferências via web, fóruns livres de debate, consultas públicas, programa de pesquisa e comunicação, a ENS oferece de forma gratuita, em parceria com a Universidade Federal de Brasília cursos de especialização e extensão. Entre os anos de 2015 e 2017 foram recebidas 33.985 inscrições.

Direitos das mulheres

A Rede Brasil Mulher foi criada pelo Decreto nº 9.223, de 6 de dezembro de 2017, e é composta por cinco eixos de atuação: educação, saúde, autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, enfrentamento e combate à violência contra a mulher e fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Serão integradas ações da sociedade civil, organismos internacionais, entidades empresariais e órgãos públicos das diferentes esferas de governo. As instituições interessadas em participar, de forma voluntária, deverão aderir a um conjunto de princípios orientadores e apresentar planos de ação, que serão acompanhados por um comitê executivo. A iniciativa reforça os compromissos assumidos pelo País com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

- Enfrentamento à violência contra mulheres**

Em 2017, apoiou-se a implementação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher nos Estados do Ceará e do Espírito Santo, por meio da celebração de convênios com as Secretarias de Segurança Pública e Defesa Social. Além disso, foram implantados projetos de patrulhamento especializado, com vistas a acompanhar o cumprimento de medidas protetivas de urgência expedidas

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

em razão de violência de gênero (Patrulhas Maria da Penha), e criada capacitação específica. Neste sentido, foram realizadas quatro edições do Curso Nacional Patrulha Maria da Penha nas cidades de Porto Alegre, Goiânia, Salvador e Vitória, totalizando 150 capacitados.

Destaca-se, também, a Casa da Mulher Brasileira, espaço de acolhimento e atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, concentrando em um mesmo espaço físico os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento. Em 2017, a Casa da Mulher Brasileira em São Luís iniciou suas atividades. Outras duas casas, em Boa Vista e Fortaleza, estão com obras concluídas, em fase de aquisição de equipamentos e instalação dos comitês de implantação. Em São Paulo, a Casa da Mulher Brasileira está com 85% das obras em conclusão. As três casas em funcionamento, Campo Grande, Brasília e Curitiba, realizaram, no primeiro semestre de 2017, 41.613 atendimentos.

Outra importante ferramenta no âmbito do enfrentamento à violência contra as mulheres é a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que fornece informações sobre os direitos das mulheres e a localização dos serviços mais próximos e apropriados em cada caso. No período de janeiro a outubro de 2017, o Ligue 180 registrou 968.300 atendimentos. Desse total, 129.525 são relacionados a relatos de violência. Dos casos relatados ao Ligue 180, a central encaminhou à Secretaria de Segurança Pública dos Estados ou ao Ministério Público um total de 38.206 denúncias.

Dois novos serviços de atendimento foram incorporados ao Ligue 180 em 2017: denúncias de casos de feminicídio e de violência obstétrica, relacionadas à agressão à mulher na gestação, parto e puerpério.

Também em 2017, dentro do Programa Mulher Viver sem Violência foram entregues duas unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência, conhecida como Ônibus Lilás, para o Estado de Tocantins. Essas unidades atendem à demanda das mulheres do campo e da floresta.

Destaca-se a celebração de acordo de cooperação técnica entre a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o compartilhamento de dados do Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNVD). A iniciativa deve agilizar e dar efetividade às ações da AGU contra agressores de mulheres, em especial para impedir que eles recebam pensão por morte

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

quando são responsáveis pela morte da esposa e na cobrança dos valores pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a dependentes da segurada assassinada.

- **Pauta internacional**

Na agenda internacional, o Brasil coordenou a reunião da Comissão Sobre a Situação da Mulher (CSW), evento da ONU Mulheres, que teve como tema “Empoderamento econômico das mulheres no mundo do trabalho em mudança”. A CSW evidencia a realidade da vida das mulheres em todo o mundo e fortalece o diálogo sobre padrões internacionais de igualdade de gênero. No exercício da presidência *pro tempore*, o Brasil apresentou iniciativas de promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, ressaltou a importância das parcerias internacionais e garantiu espaço de pronunciamento para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na próxima CSW. É a primeira vez que a comunidade irá se pronunciar como bloco.

O Brasil recepcionou, ainda, duas importantes reuniões: a V Reunião de Ministras e Altas Autoridades para Igualdade de Gênero da CPLP e a X Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM). Esses fatos ilustram o protagonismo e o compromisso do Brasil com o contínuo crescimento nos avanços da pauta das mulheres.

Para o atendimento às mulheres em situação de tráfico de pessoas, o Governo está implementando o “Mecanismo de Articulação para Atenção a Mulheres em Situação de Tráfico Internacional de Pessoas”, que corresponde a um tratado firmado no âmbito do Mercosul por meio da Resolução MERCOSUL/CMC/DEC Nº 32/2012. Para isso, foi criado o Protocolo de Funcionamento da Rede Mercosul de Atenção ao Mecanismo de Articulação para Atenção para Mulheres em Situação de Tráfico Internacional.

Promoção da igualdade racial

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), regulamentado por meio do Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, tem como finalidade a organização e a articulação das

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

políticas de promoção da igualdade racial, tendo sua estrutura direcionada a ações de cooperação entre os três níveis governamentais com vistas a garantir, de forma transversal e descentralizada, o fortalecimento e a ampliação da efetividade dessas políticas.

Pelo quarto ano consecutivo, executou-se o edital de chamada pública do Sinapir, por meio do qual foram destinados R\$ 2,3 milhões para o fomento de projetos em três áreas: i) fortalecimento institucional de órgãos, conselhos e consórcios públicos voltados para a promoção da igualdade racial, ii) apoio às políticas públicas de ação afirmativa; e iii) apoio às políticas públicas para comunidades tradicionais. Destaca-se a inclusão no edital de linha de fomento a projetos que promovam a visibilidade da população negra LGBT com enfoque no acesso ao mercado de trabalho e empreendedorismo, no combate à violência, racismo e LGBTfobia.

Fortalecendo-se a institucionalização das políticas de igualdade racial, em 2017, os Estados de São Paulo, Paraná, Ceará e Mato Grosso, assim como os Municípios de Feira de Santana (BA), Cachoeiro do Itapemirim (ES), Patos de Minas (MG), Barra Mansa (RJ), Mostardas (RS), Santos (SP), São José do Rio Preto (SP) e São João de Meriti (RJ) aderiram ao Sinapir. Outros 12 entes federados estão em processo de adesão, sendo que dez Estados e 34 Municípios já estão no Sistema.

Ao longo de 2017, realizaram-se também as etapas municipais e estaduais da IV Conferência Nacional de Promoção Igualdade Racial (Conapir) com previsão de realização de 27 a 30 de maio de 2018. Seu tema é “O Brasil na década dos afrodescendentes: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e igualdade de direitos”.

Para o ano de 2018, além da realização do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), está prevista a disponibilização *on line* do CadPIR e o fomento a projetos de igualdade racial por meio de um novo edital de chamada pública para os entes federados.

No que tange à promoção da igualdade racial na área de saúde, em 2017, foi lançada em articulação com o Ministério da Saúde, a segunda campanha publicitária para envolver usuários e profissionais da rede pública de saúde na luta contra o racismo. O objetivo da campanha é reforçar a Política

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Nacional de Saúde Integral da População Negra e as estratégias da autodeclaração no preenchimento do quesito raça/cor.

Na área internacional, a IV Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos de Pessoas Afrodescendentes do Mercosul aconteceu no dia 23 de outubro de 2017 no Palácio do Itamaraty e contou com a presença das delegações do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, além do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH). Entre os dias 24 e 25 de outubro aconteceu a XXVIII Reunião da Comissão Permanente sobre Discriminação, Racismo e Xenofobia, na Escola Nacional de Administração Pública e contou com as delegações do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do Chile e do Equador. No dia 26 de outubro de 2017, ocorreu o Seminário “Direitos Humanos, Racismo e Bulliyng”, da Comissão Permanente sobre Discriminação, Racismo e Xenofobia, na Escola Nacional de Administração Pública.

8 POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas são constituídos por mais de 300 etnias e 270 línguas, somando aproximadamente um milhão de pessoas que habitam áreas rurais e urbanas.

No ano de 2017, foram iniciados estudos de identificação e de delimitação de quatro terras indígenas nos Estados da Bahia, do Maranhão e de São Paulo, e a continuidade dos trabalhos em outras seis terras nos Estados do Amazonas, do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Paraná e de Pernambuco. Foram aprovados e publicados os resumos de Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação de cinco terras indígenas, totalizando 70.044 hectares nos Estados de Pernambuco, de São Paulo e do Rio de Janeiro, sendo editadas Portarias Declaratórias de duas terras, com aproximadamente 1,213 milhão de hectares, nos Estados do Amazonas e do Ceará.

No âmbito da regularização fundiária, foram procedidos os registros em cartórios imobiliários de três terras indígenas homologadas e um na Secretaria de Patrimônio da União, totalizando, aproximadamente, 851 mil hectares, nos Estados do Mato Grosso, do Pará e do Amazonas. A população indígena beneficiada ultrapassa nove mil pessoas.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Houve avanços, também, no procedimento de indenização de benfeitorias de boa-fé a 122 ocupantes não índios em 13 terras indígenas nos Estados do Amazonas, do Acre, de Pernambuco, do Pará, do Tocantins e do Rio Grande do Sul, com a aplicação de recursos de aproximadamente R\$ 1,667 milhão.

No que concerne à garantia dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato, as ações foram voltadas para a vigilância e o monitoramento nas terras indígenas, com a presença confirmada de povos indígenas isolados. Foram iniciados, ainda, trabalhos em 17 registros da presença de grupos isolados oficialmente reconhecidos, em expedições e sobrevoos de localização ou monitoramento de sua presença, além de realizadas ações de fiscalização em terras indígenas em Mato Grosso, no Maranhão, em Amazonas, no Pará, em Rondônia e em Roraima. Deu-se início, também, à força-tarefa para a implementação de uma base temporária da terra indígena Araribóia, visando a sistematização de informações sobre a localização do povo indígena isolado Awá e ações de proteção à integridade física do grupo, além da inauguração da Base Ajarani, na terra indígena Yanomami. Além disso, foram realizados diversos acompanhamentos ao atendimento de saúde dos povos indígenas de recente contato, assim como a implementação de ações pós-contato, com o objetivo de se garantir a autonomia e a integridade física desses povos.

Referente às ações de proteção territorial, foram computadas 416 ações em 187 terras indígenas, envolvendo atividades de fiscalização de ilícitos ambientais, grilagem de terras e extrusão de não índios. As operações foram executadas com o apoio de diversas instituições governamentais, incluindo a Fundação Nacional do Índio (Funai), as Polícias Ambientais Militares, o Departamento de Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança Pública.

No tocante à preservação do patrimônio cultural dos povos indígenas, destaca-se a implantação do Projeto Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural dos Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica, com o lançamento de 12 subprojetos de línguas e culturas junto a comunidades e etnias parceiras da iniciativa. Cabe registrar que, ao longo de 2017, foram preservados 41.991 bens culturais de natureza museológica, arquivística e bibliográfica, abrangendo procedimentos de conservação, documentação e divulgação.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Saúde indígena

O Programa Mais Médicos possibilitou a manutenção de 373 vagas de médicos nos 34 Distritos Sanitários Indígenas (DSEI) existentes no País. No ano de 2017, 45 profissionais médicos vinculados ao Programa concluíram o curso de especialização em saúde indígena.

O monitoramento das ações de promoção e avaliação do desenvolvimento infantil foi implementado em 2017. Essas ações estão previstas na “Agenda Integrada de Ações da Saúde da Criança Indígena – 2016 a 2019”, criada com o objetivo de fortalecer e ampliar os programas de proteção e atenção integral à saúde da criança indígena e reduzir em 20% a morbimortalidade infantil por causas evitáveis.

No primeiro semestre de 2017 foram realizadas 5.534 consultas de crescimento e desenvolvimento infantil. Entre as 15.794 crianças menores de 1 ano, 14,51% (2.291) possuem todas as consultas de crescimento e desenvolvimento previstas para a idade.

Com referência à vigilância alimentar e nutricional, até dezembro de 2017, 58,81% (52.080) das 88.556 crianças menores de 5 anos tiveram acompanhamento.

Quanto às ações de imunização, até o terceiro trimestre de 2017 foram vacinadas 79,2% das crianças menores de 5 anos e, com relação ao acesso ao pré-natal, até setembro de 2017, das 10.634 gestações de nascidos vivos, 79% das mulheres receberam ao menos uma consulta. Houve 10.634 mulheres que tiveram as gestações finalizadas, ou seja, foram concluídas, exceto por motivo de aborto. Dessas, 79,5% receberam ao menos uma consulta de pré-natal.

Destaca-se ainda o lançamento da Agenda Estratégica de Prevenção do Suicídio em Povos Indígenas durante o setembro amarelo, mês da prevenção do suicídio. Essa agenda prevê a intensificação de ações de vigilância e valorização da vida do jovem indígena em 16 DSEI prioritários. Em 2017, foram qualificados 132 profissionais de saúde para o desenvolvimento de ações de saúde mental e realizados dois encontros de jovens indígenas da região do Alto Solimões, com intuito de fortalecer

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

o protagonismo desses grupos, promover o bem-viver e construir estratégias locais a partir das perspectivas indígenas para diminuição dos óbitos por suicídio.

Em se tratando de Saúde Bucal, nos 30 DSEI que disponibilizaram informações regulares, foram realizadas, em 2017, cerca de 146.429 primeiras consultas odontológicas programáticas. Também em 2017, foram adquiridos os seguintes equipamentos odontológicos: 67 consultórios odontológicos fixos, 94 consultórios odontológicos portáteis, 65 destiladores de água, 25 estabilizadores de tensão, 81 geradores de energia, 83 fotopolimerizadores, 152 jatos de bicarbonato e ultrassom, 87 seladoras, 43 negatoscópios, 53 mochos, 72 macro modelos de didático, 46 refletores portáteis, 156 conjuntos acadêmicos, 128 compressores de ar, 12 câmeras escuras de revelação, 14 cadeiras odontológicas portáteis, 20 aventais plumbíferos, 41 aparelhos de raio-X, 104 autoclaves, 32 amalgamadores, três aspiradores portáteis e 16 incubadoras biológicas, para atender os seguintes DSEIs: Alto Rio Juruá, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Araguaia, Ceará, Cuiabá, Interior Sul, Vale do Javari, Leste Roraima, Médio Rio Purus, Parintins, Tocantins, Xavante, Xingu, Alagoas e Sergipe, Guamá Tocantins e Mato Grosso do Sul.

Das obras de estruturação física para atendimento à saúde indígena, foram concluídas quatro obras de reforma/ampliação de Casas de Saúde Indígena (Casai), além da conclusão de uma obra de construção de Casai, uma obra na sede do DSEI, cinco obras de reforma/ampliação de Polos Base e de 24 Unidades Básicas de Saúde Indígena.

Com relação à implantação do saneamento básico, 39 novos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) foram concluídos e 24 obras de reforma ou ampliação foram entregues.

Em 2018, estão previstas, dentre outras, as seguintes ações:

- Elevar para 82% as crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo, de acordo com o calendário indígena de vacinação;
- Alcançar 56% das crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento;

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

- Elevar para 55% a cobertura da população indígena com a Primeira Consulta Odontológica Programática;
- Acompanhar 85% das crianças indígenas menores de 5 anos pela vigilância alimentar e nutricional;
- Reformar ou ampliar três Casas de Saúde Indígena;
- Implantar 48 sistemas de abastecimento de água em aldeias com população acima de 50 habitantes;
- Reformar ou ampliar 80 sistemas de abastecimento de água;
- Implantar em cinco aldeias sistemas de destinação final adequada dos dejetos; e
- Lançar o Projeto Técnico da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal dos Povos Indígenas, com previsão de início em 2018.

Educação indígena

Para a promoção da educação escolar indígena, o MEC, durante o ano de 2017, desenvolveu ações voltadas à realização da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (Coneei), à formação de professores e à melhoria da infraestrutura de escolas indígenas, que apresentam condições físicas precárias para a oferta educacional.

A etapa nacional da II Coneei, realizada no período de 12 a 14 de dezembro de 2017, em Brasília, contou com a presença de 900 participantes. A etapa nacional foi precedida de etapas locais (333 conferências em comunidades educativas) e regionais (18 conferências regionais), mobilizando mais de 30 mil pessoas. No processo de construção da etapa nacional da II Coneei, foram apresentadas 8.349 propostas das comunidades educativas; e 450 propostas regionais, contribuindo com 25 propostas para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Em 2017, por meio do Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), o MEC manteve em formação 2.756 professores indígenas em cursos ofertados por 16 instituições de ensino superior em 14 Estados. Para manutenção desses cursos, foram investidos, neste ano, R\$ 10,6 milhões. Além disso, a Ação Saberes Indígenas na Escola, que promove a formação continuada de professores indígenas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, oferecida por 24 instituições de ensino superior organizadas em nove Redes, contou com 5.240 matrículas para professores indígenas que atuam em 309 escolas, de 89 etnias, falantes de 81 línguas, localizados em 293 aldeias que estão presentes em 13 territórios etnoeducacionais. Para o Saberes Indígenas na Escolas, foram investidos R\$ 2,3 milhões para custeio e R\$ 11,1 milhões para pagamento de bolsas a 5.486 professores.

As ações voltadas à melhoria das condições físicas de escolas indígenas desenvolveram-se, inicialmente, para os anos de 2017 e 2018, por meio de um projeto emergencial de construção de escolas para a região do Território Etnoeducacional do Rio Negro (AM). A definição do escopo do projeto deu-se a partir da análise dos dados do Censo Escolar 2016, que demonstravam a existência de um déficit significativo de prédios escolares na região. Do total das escolas indígenas da região, um terço não possui prédio escolar, funcionando na casa do professor, ou de alguma família, ou das lideranças indígenas. No Estado do Amazonas, a região do rio Negro e seus afluentes é a que apresenta maior déficit de prédios escolares. O desenho do projeto incorporou como princípio básico a Consulta Indígena, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O projeto emergencial totaliza 50 escolas a serem construídas no período entre 2017 e 2018.

9 JUVENTUDE

A Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Comitê Interministerial de Juventude (Coijuv), em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Municipais de Juventude e com o Fórum Nacional de Gestores e Secretários Estaduais de Juventude, vêm conduzindo ampla discussão sobre o novo formato e a atualização do Plano Nacional de Juventude, destinado a instituir políticas públicas que contemplam os direitos dos brasileiros de 15 a 29 anos. Em 2017, foram realizadas quatro audiências públicas regionais – Sul, Sudeste, Centro-oeste e Nordeste –, com o objetivo de ampliar a discussão do Plano Nacional de Juventude que tramita no Congresso Nacional (PL 4530/2004). A audiência da região Norte foi realizada em 19 de janeiro, consolidando assim as contribuições advindas da consulta pública *online* ao texto preliminar do Plano.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Em 2017, foi consolidado o Programa Brasil Mais Jovem, que objetiva coordenar e aprimorar a gestão das políticas de juventude. A iniciativa buscou levantar e identificar todas as políticas públicas de juventude executadas pelo Governo Federal e articular ações para que essas políticas se efetivem nos Estados e nos Municípios brasileiros.

Com o objetivo de fortalecer a governança das políticas de juventude, o Decreto nº 9.025, de 5 de abril de 2017, foi aprimorado de forma a fortalecer o Comitê Interministerial da Política de Juventude como órgão permanente para gestão e monitoramento das políticas públicas do Governo para a juventude. Destaca-se também a eleição e posse de novos representantes da sociedade civil e do poder público no Conjuve.

Em 2017, o Programa Estação Juventude 2.0 foi reformulado de modo a promover a inclusão e a emancipação dos jovens. As “estações” são espaços espalhados pelo Brasil e têm o objetivo de ampliar o acesso dos jovens às políticas públicas. Foram destinados R\$ 11 milhões para o Programa que, por meio de edital, aprovou mais de 80 propostas de convênios com Estados e Municípios, os quais receberão até R\$ 300 mil para ações e programas que assegurem os direitos de cidadania dos jovens e ampliem sua capacidade de inclusão e participação social.

Após quatro anos, o Plano Juventude Viva também foi reativado, com previsão de lançamento em março de 2018. As ações do Plano visam à desconstrução da cultura de violência, à transformação de territórios atingidos por altos índices de homicídios e ao enfrentamento ao racismo institucional, com sensibilização de agentes públicos para o problema. Foram selecionados 142 Municípios considerados prioritários para receber os recursos do Plano, em virtude dos altos índices de morte de jovens negros, conforme dados sobre homicídios do Novo Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ2017).

Em 2017, foram ampliados, ainda, os esforços para disseminação e monitoramento do Programa ID Jovem, que garante acesso à meia-entrada em eventos artísticos, culturais e esportivos, descontos em viagens interestaduais, além da gratuidade nas inscrições do ENEM aos jovens com renda mensal familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo e idade entre 15 e 29 anos. Por meio da Caravana ID Jovem, o Governo Federal possibilitou a emissão de quase 500 mil carteiras ID Jovem. Todos esses benefícios são garantidos pelo Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Por fim, foi iniciado o desenvolvimento do Plano Nacional para o Desenvolvimento de Startups para a Juventude, cujo objetivo é fortalecer o ecossistema empreendedor para jovens de todo o Brasil, propondo alternativas que visem a aumentar iniciativas empreendedoras deste recorte social.

10 ESPORTE

Esporte educacional

Em 2017, o Governo deu continuidade ao esporte educacional, que é praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania. O Programa Segundo Tempo (PST) beneficiou em 2017 mais de 109 mil crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, com repasses que totalizaram R\$ 11,9 milhões. O Programa é desenvolvido por meio de parcerias estabelecidas com os entes subnacionais e instituições públicas e privadas para a implementação das diversas vertentes do PST: Padrão, Universitário e Paradesporto. No âmbito do Ministério da Defesa, foi desenvolvido o PST/Forças no Esporte (Profesp) que, utilizando a infraestrutura das organizações militares, atendeu cerca de 20 mil crianças, adolescentes e jovens em todo o território nacional.

Em 2017, foram lançados o edital de chamamento público nº 1/2017 – Programa Segundo Tempo (PST) e o projeto-piloto Esporte e Cidadania para Todos. Pelo edital de chamamento público do Programa Segundo Tempo, foram recebidas 2.143 propostas, das quais 739 estão aptas para formalização. Com isso, espera-se ampliar a capacidade de atendimento do PST em 138 núcleos. O projeto-piloto Esporte e Cidadania para Todos teve cerca de 5.600 beneficiados em 56 núcleos no Estado do Rio de Janeiro, democratizando o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou que cumprem medidas socioeducativas em unidades de internação.

O Ministério do Esporte desenvolveu também o Projeto “Seleções do Futuro”, que visa a democratizar a prática do futebol de base pelo Brasil e promover condições favoráveis ao desenvolvimento da modalidade entre crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, de ambos os sexos, prioritariamente

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

matriculados nas escolas públicas. Em 2017, foi estabelecida parceria com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para disponibilização da metodologia de aplicação, bem como para o curso de inicialização de treinadores. Em fase piloto, o Projeto “Seleções do Futuro” firmou 11 convênios no valor de R\$ 2,3 milhões, que atenderam diretamente três mil crianças e adolescentes. Para o ano de 2018, a previsão é de pelo menos 70 núcleos de futebol de base implantados, cada um com 200 beneficiários.

Esporte de participação ou de lazer

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), executado a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e lazer em espaços comunitários e públicos, como praças, quadras, ginásios, campos de futebol, clubes sociais – localizados em regiões urbanas ou rurais – beneficiou mais de 252 mil crianças, jovens, adultos e idosos, tanto em áreas urbanas quanto em povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, populações rurais, dentre outras).

O Programa Vida Saudável beneficiou, em 2017, 19 mil pessoas nas 21 parcerias firmadas de forma a promover o acesso às práticas de atividades físicas, culturais e de lazer à pessoa idosa e com deficiência.

Em relação às obras de infraestrutura, foram concluídas 927 obras com diversas tipologias de empreendimentos, principalmente quadras e ginásios, que beneficiaram a população de 739 Municípios em todo o País, incentivando a prática do esporte de participação e contribuindo para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação.

Esporte de rendimento

O Programa Bolsa-Atleta contemplou 5.830 atletas nas categorias olímpica e paralímpica, internacional, nacional, atleta de base e estudantil, com orçamento de R\$ 86 milhões. Na categoria Atleta Pódio, foram contemplados 303 atletas em 39 modalidades. Os atletas patrocinados nessa categoria conquistaram, em 2017, 84 medalhas em campeonatos mundiais, sendo 66 por atletas de modalidades paralímpicas e 18 de modalidades olímpicas. O investimento anual alcançou R\$ 39 milhões.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

O Ministério do Esporte desenvolveu parcerias com as entidades do Sistema Nacional do Desporto (SND) para estruturar alternativas de suporte ao atleta. Em 2017, foram adquiridos equipamentos e materiais esportivos, contratadas equipes multidisciplinares e fornecido apoio a participação em treinamentos e competições nacionais e internacionais, que beneficiou cerca de 7.700 atletas, distribuídos nas várias modalidades esportivas.

Em relação às instalações esportivas de alto rendimento, foram aplicados recursos em centros de treinamentos nacionais, locais e regionais. Aprovou-se a execução de oito novas instalações esportivas. Além das instalações de alto rendimento, cabe citar as do Programa Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), que visa a fomentar a iniciação e a formação de atletas, tendo sido concluídos três projetos no ano de 2017.

11 CULTURA

Economia da cultura

Os setores da economia da cultura têm registrado crescimento significativo, em relação ao conjunto da economia brasileira. A sua contribuição para a geração de emprego e renda ficou demonstrada nos estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2016), que apontam que os setores criativos contribuem para 2,64% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, são responsáveis por 1,8% dos empregos formais e registram salários 2,5 vezes maiores do que a média nacional. Nos últimos dez anos, por exemplo, a expansão de um único segmento no Brasil – o audiovisual – foi de 8%. A realidade exige, contudo, a atualização de modelos de negócios, a melhoria da eficiência e ideias inovadoras.

Prova disso são as ações de indução à dinamização das economias locais fomentadas pelo Governo Federal em parceria com Estados, Municípios, empresários e sociedade, visando a fomentar a criação, a produção e a circulação de 1,9 mil projetos artísticos nas diversas linguagens, até 2019. Dentre essas iniciativas, destaca-se o Projeto Rio de Janeiro a Janeiro, cuja expectativa é aumentar em

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

20% o fluxo de turistas, gerar 170 mil novos empregos e adicionar R\$ 6,1 bilhões na economia desse Estado, por meio da promoção de uma agenda de eventos nas áreas de cultura, esporte e turismo.

Destaca-se ainda o Projeto Atlas Econômico da Cultura Brasileira, pesquisa analítica inédita e fundamental para mensurar os impactos socioeconômicos das atividades culturais no Brasil. Dados preliminares do Atlas Econômico da Cultura Brasileira revelaram a existência de 109 mil empresas atuantes nos setores culturais e criativos (SCC), com faturamento e lucro agregados estimados em R\$ 174,3 bilhões e R\$ 69 bilhões, respectivamente. O número de empresas cresceu, em média, 3% ao ano entre 2008 e 2014. Estas empresas atuam nas áreas de audiovisual, artes cênicas e espetáculos, música, patrimônio, cultura digital, educação e criação em artes, entretenimento, editorial, arquitetura e design e publicidade.

Lei Rouanet

Os procedimentos a serem observados para apresentação, análise, aprovação, implementação e avaliação dos projetos culturais apresentados com vistas à autorização para captação de recursos por meio do incentivo fiscal no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Lei Rouanet) foram recentemente regulamentados pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017. A nova norma privilegia uma relação virtuosa entre proponentes de projetos culturais e incentivadores, favorecendo o desenvolvimento da economia criativa e buscando evitar a concentração de recursos por proponente (pessoa física ou jurídica que apresenta o projeto), por região do País, por projeto e por público beneficiário, com indução à realização de projetos em regiões com histórico de baixa produção de projetos culturais. Além disso, foram também criadas ferramentas tecnológicas para aumentar o controle, a fiscalização e a transparência dos projetos, que passaram a ter prestação de contas em tempo real.

A nova regulamentação da Lei Rouanet traz importantes benefícios, a saber: i) maior atratividade para os patrocinadores e incentivadores dos projetos; ii) apoio ao empreendedor cultural iniciante, admitindo empreendedores recém-inseridos no mercado; iii) alinhamento das regras com conceitos da economia criativa, prevendo estudos de impacto econômico de projetos de valor igual ou superior a R\$ 3 milhões; e iv) maior celeridade com a desburocratização.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Em 2017, foram aprovados 5.475 projetos, com valor de renúncia fiscal prevista de R\$ 1,2 bilhão.

Acesso a bens e serviços culturais

Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), que agregam, num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, priorizam comunidades de alta vulnerabilidade social com déficit de equipamentos culturais e esportivos. Ademais, funcionam de forma articulada com os Centros de Referência de Assistência Social, buscando atender à população de baixa renda nos locais com alta densidade populacional. Atualmente, das 333 operações ativas, 149 foram inauguradas, 66 tiveram as obras civis concluídas e as demais estão em execução.

Patrimônio cultural

Outra iniciativa de política pública cultural relevante é o apoio à melhoria de infraestrutura das cidades históricas, incorporada pelo Programa Avançar. A ação teve início em 2013, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e de infraestrutura das cidades históricas, dinamizando e promovendo o seu crescimento por meio da preservação e do uso sustentável do patrimônio cultural. O volume de recursos previsto é da ordem de R\$ 1,6 bilhão, dos quais R\$ 623 milhões já foram contratados, sendo que R\$ 386 milhões já foram empenhados e R\$ 327 milhões pagos. Das 423 ações do Programa, 261 estão em fase de elaboração de projetos de restauro, outras 49 ações estão em estágio de licitação, 74 estão em execução e 39 foram concluídas.

12 AGRICULTURA FAMILIAR E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A agricultura familiar é responsável por 74% dos postos de trabalho no campo, o que corresponde a 84% dos estabelecimentos produtores, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006. A base

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

de produção da agricultura familiar, com foco nas pequenas propriedades e uso de mão de obra familiar, tem destaque na produção de alimentos, geração de emprego e renda no meio rural, bem como no desenvolvimento da base produtiva, econômica e social no Brasil. São cerca de três milhões de agricultores familiares aptos, por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a acessar as políticas para o campo, além de 5,6 mil entidades que possuem a DAP Jurídica.

Em 2017, o governo regulamentou a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, por meio do Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. A legislação define o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) – uma ferramenta que permitirá ao poder público a identificação e a gestão dos beneficiários das políticas para o meio rural.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) amplia as ferramentas oferecidas para atuar no crescimento do agricultor familiar, contribuindo para a elevação da produção e da produtividade, além da melhoria de renda.

A ATER direcionada para as mulheres rurais promoveu o acesso, até outubro, de cerca de 450 mil operações de crédito para mulheres pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). As ações de ATER alcançaram também 56 mil agricultoras familiares mulheres e 12.911 agricultores familiares jovens.

Em 2017, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) também atuou na assistência técnica e extensão rural. Foram 215 contratos vigentes envolvendo um valor total de R\$ 99 milhões e atendimentos contratados a 124.201 famílias de agricultores familiares. As ações de formação beneficiaram 6.758 agentes de ATER e 2.880 agentes jovens da Assistência foram qualificados para atuar em contratos com foco em sustentabilidade, diversificação, agroecologia e leite.

Com o funcionamento da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), a política atingiu um novo patamar e prevê em 2018 o lançamento de novas chamadas públicas que ampliarão o acesso de jovens, mulheres e comunidades tradicionais, dinamizando e dando efetividade à política de ATER.

RECORDE DE TÍTULOS ENTREGUES A ASSENTADOS

Por meio da conversão da Medida Provisória nº 759/2016 na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o Governo modernizou o marco regulatório que rege a regularização fundiária de áreas públicas e o processo de cadastramento e seleção de candidatos para a reforma agrária. A lei visa a garantir segurança jurídica no campo e geração de renda para produtores rurais e agricultores assentados, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos, além de buscar ações para a melhoria na execução da política. As alterações permitem ainda a regularização de ocupantes de lotes em assentamentos que preenchem os requisitos de seleção do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

No âmbito do PNRA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) propiciou mais segurança jurídica às famílias assentadas ao entregar 111.566 títulos provisórios e definitivos, sendo 23.959 títulos de domínio (TD) e 87.607 contratos de concessão de uso (CCU). Em relação à titulação definitiva das famílias assentadas, os títulos de domínio entregues em 2017 representam um número superior à soma das titulações realizadas no conjunto dos últimos nove anos.

O Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária apoia os governos estaduais na promoção da regularização fundiária seguindo os regulamentos de cada Estado. Dessa forma, garante segurança jurídica às famílias no acesso ao crédito rural e à assistência técnica, entre outras políticas. Os resultados de 2017 apontam para 240 regularizações e 3.837 geocadastros. A meta é ampliar para 50 a 70 mil títulos por ano até 2020.

O Governo atua ainda na promoção da regularização fundiária de terras públicas federais não destinadas na região da Amazônia Legal, que compreende os Estados do AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO, por meio do Programa Terra Legal.

Desde a criação do Programa Terra Legal, em 2009, foram georreferenciados 72,2 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia Legal, correspondentes a 164 mil parcelas de imóveis, entre glebas, ocupações rurais, assentamentos, unidades de conservação e perímetros urbanos.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

O resultado referente ao montante de títulos emitidos chega a 30.550, os quais beneficiaram cerca de 280 mil famílias. Esse resultado corresponde a uma área de 13,4 milhões de hectares destinados, sendo que desses, cerca de 11,3 milhões foram para outros órgãos federais, como o Ministério do Meio Ambiente (ICMBio, SFB), Funai, Incra e SPU. Em 2017 foram georreferenciados 8,3 milhões de hectares e titulados 2.182 ocupantes rurais e 77 títulos urbanos, beneficiando cerca de 23 mil famílias. A previsão é que sejam concedidos de 10 a 15 mil títulos por ano até 2020. A perspectiva para 2018 é de revisar as normas infralegais, aprimorar processos e superar gargalos na logística para implementar a política de regularização fundiária em áreas remotas da região amazônica.

Crédito fundiário

O Governo Federal oferece condições para que trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam acessar e comprar um imóvel rural por meio de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O Programa ainda dá suporte à construção da casa, preparação do solo, compra de implementos e assistência técnica para que se desenvolvam com independência.

Em função de ajustes necessários à sustentabilidade, o PNCF está sendo reformulado para fins de elevação dos limites de perfis de renda e patrimônio dos beneficiários e simplificação do fluxo de tramitação e contratação, tornando o processo menos burocrático. Além disso, a reformulação do Programa estimula e melhora as condições para o acesso dos jovens, considerando que, atualmente, mais de 40% desse público acessa o PNCF Jovem.

Com a reformulação foram ampliados o teto de financiamento de R\$ 80 mil para R\$ 140 mil, e os prazos de financiamento de 20 para até 25 anos, com três anos de carência. Também houve mudanças nas condições de financiamento com revisão e novas formas de acesso e regionalização para o PNCF Social e PNCF Mais.

A publicação do Decreto nº 9.066, de 31 de maio de 2017, alterou a sistemática de operacionalização de financiamento do crédito instalação, unificando modalidades e ajustando condicionantes a fim de permitir que mais famílias beneficiárias do PNRA sejam atendidas pelo Programa. A partir desse instrumento, foi possível o investimento de R\$ 80 milhões em créditos para as famílias assentadas, um montante superior à soma dos recursos aplicados nos três últimos anos.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

13 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi assumida pelo Brasil, em setembro de 2015, juntamente aos 193 países membros das Nações Unidas, como uma agenda global de longo prazo. Em face dos desafios desta nova agenda, o Governo brasileiro instituiu, por meio do Decreto nº 8.892, de 31 de outubro de 2016, uma comissão nacional para atuar como instância consultiva e paritária, composta por representantes dos três níveis de governo e da sociedade civil, para internalizar, difundir, dar transparência e conduzir o processo de implantação da Agenda em todo o País.

A Comissão Nacional dos ODS, instância de governança nacional da Agenda 2030 no Brasil, é composta por 16 entidades, representantes do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil, estes selecionados por meio de editais de seleção pública, para mandato de dois anos. Os representantes da Comissão Nacional tomaram posse em junho de 2017, conforme o diagrama a seguir.



Fonte: Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República.

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

Dentre as estratégias já em curso para internalizar a Agenda 2030, destacam-se: a definição dos indicadores nacionais dos ODS; a adequação das metas globais à realidade nacional; a formação de comissões de governança para os ODS no âmbito subnacional; e o desenvolvimento de ferramentas/plataforma para disseminação dos ODS.

Como resultado do primeiro esforço sistemático de avaliação pelo Brasil do cumprimento da Agenda 2030, o País apresentou, em julho de 2017, seu primeiro Relatório Nacional Voluntário no Fórum Político de Alto Nível de 2017, no âmbito da ONU, que teve como tema central “Erradicar a Pobreza e Promover a Prosperidade em um Mundo em Transformação”.

Este primeiro relatório apresentou um retrato dos avanços e dos desafios que deverão orientar os esforços de planejamento e de monitoramento das políticas públicas brasileiras nos próximos anos. Destaca-se, também, a aprovação do Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS para o período 2017-2019 e a conclusão do mapeamento da relação entre as políticas públicas vigentes nos Ministérios e o PPA 2016-2019 com as metas dos ODS, para verificação de suficiência e possíveis lacunas.

14 PROGRAMA NACIONAL DE VOLUNTARIADO

Em 2017, o Governo lançou o Programa Nacional do Voluntariado – Viva Voluntário, o qual propõe-se a promover o voluntariado em nível nacional, envolvendo Governo, sociedade, setor privado e terceiro setor a partir dos seguintes objetivos:

- I - A promoção, a valorização e o reconhecimento do voluntariado no País;
- II - O desenvolvimento da cultura da educação para a cidadania e o engajamento dos cidadãos;
- III - O fortalecimento das organizações da sociedade civil;
- IV - O estímulo à integração e à convergência de interesses entre voluntários e iniciativas que demandem ações de voluntariado; e

EIXO SOCIAL E CIDADANIA

V – A participação ativa da sociedade na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

O programa de voluntariado do Governo Federal se fundamenta no entendimento de que o nível de engajamento dos cidadãos em atividades voluntárias depende não apenas da intenção individual de cada pessoa ou organização, mas também do desenvolvimento de uma cultura de valorização e estímulo ao trabalho voluntário, bem como da disponibilização e acesso a informações sobre como realizar essas atividades.

A promoção do voluntariado também está alinhada com os esforços de estímulo à participação social na implementação da Agenda 2030, que incorpora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É um compromisso do Brasil com o mundo para o qual o Programa Nacional de Voluntariado irá contribuir, estimulando o desenvolvimento da cultura de cidadania e a participação ativa da sociedade no cumprimento de cada um dos objetivos.

O Conselho Gestor do Viva Voluntário, a ser constituído por representantes de instituições governamentais, organizações da sociedade civil e setor privado, oferecerá a orientação estratégica e organizará a execução das atividades do Programa, algumas já previstas no Decreto que o instituiu, a saber:

- Prêmio Nacional do Voluntariado – a ser concedido anualmente pelo Presidente da República, de natureza simbólica, em reconhecimento à atuação de cidadãos e de entidades responsáveis por atividades voluntárias de relevante interesse social com impactos transformadores na sociedade;
- Plataforma Digital do Voluntariado – plataforma que promoverá o voluntariado por meio da integração e da gestão da demanda e da oferta de atividades voluntárias, além da capacitação para o desenvolvimento dessas atividades; e
- Validação de atividades voluntárias como critério de desempate em concursos públicos da administração pública direta, autárquica e fundacional e em processos internos de promoção nas carreiras da administração pública, de acordo com os processos internos de cada entidade.



**EIXO O
BRASIL E
O MUNDO**

EIXO O BRASIL E O MUNDO

A política externa do Governo é pautada pelos interesses e pelos valores da sociedade brasileira. Em um mundo marcado por tendências isolacionistas, o Brasil tem levado adiante uma diplomacia universalista, que prestigia o diálogo, o multilateralismo e a integração com parceiros na região e fora dela.

A política externa tem sido executada, como deve ser em democracias, como política pública a serviço das prioridades da sociedade brasileira: a recuperação da economia, a geração de empregos, a segurança nas fronteiras e a promoção do bem-estar de todos.

1 UNIVERSALISMO

Em 2017, o Governo continuou a dar expressão concreta à vocação universalista da política externa brasileira. Além da América Latina e Caribe – nosso entorno imediato –, procurou-se aprofundar o relacionamento tradicional com países da Europa e da América do Norte, e ampliar a aproximação com Ásia, África e Oriente Médio.

O Presidente da República realizou visitas à China (visita de Estado e Cúpula do Brics), à Noruega, a Portugal e à Rússia. Compareceu também à Cúpula do G-20, em Hamburgo, à Cúpula do Mercosul, em Mendoza, à abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, e à Conferência Ministerial da OMC, em Buenos Aires. Em Brasília, o Presidente recebeu Chefes de Estado e/ou de governo da Argentina, da Bolívia, da Espanha, da Guiana, de Macedônia, do Paraguai e da Suécia, além de ter sido o anfitrião da Cúpula do Mercosul.

Diplomacia multilateral

Ao longo de 2017, a diplomacia brasileira empenhou-se no fortalecimento das instituições multilaterais e dedicou-se a fazer avançar os mais diversos temas da agenda internacional: paz e segurança, direitos humanos, meio ambiente, mudança do clima, entre outros.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Foram muitas as iniciativas diplomáticas brasileiras para a promoção da paz e da segurança internacional em 2017. Além de sua participação em missões de paz das Nações Unidas, o País foi ator-chave em negociações sobre desarmamento e sobre a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

DIPLOMACIA BRASILEIRA PELA PAZ

No último ano, o Brasil esteve engajado, como é sua tradição, na promoção da paz internacional. O País participou de dez das 16 operações de paz das Nações Unidas em atividade. Esteve entre os 20 maiores contribuintes de tropas e policiais, com cerca de 1.300 efetivos.

Em 15 de outubro de 2017, chegou ao fim, por decisão do Conselho de Segurança, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), que, por 13 anos, foi comandada pelo Brasil. A Missão foi reconhecida como caso de sucesso – o que se deve, sobretudo, ao profissionalismo e à dedicação dos cerca de 36 mil “capacetes azuis” brasileiros que passaram pelo Haiti. O Brasil tem ainda posição de destaque na Força Interina da ONU no Líbano (Unifil), cujo componente naval é comandado pelo País.

O Brasil também esteve na origem do Tratado para Proibição de Armas Nucleares. O Presidente Michel Temer foi o primeiro líder a subscrever o acordo.

O Governo brasileiro continuou defendendo sua posição histórica pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 2018, o Brasil planeja organizar, com a Alemanha, evento na ONU sobre uma das mais graves ameaças à paz e à segurança nos dias de hoje: a utilização ofensiva de novas tecnologias da informação e da comunicação.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Do mesmo modo, o Brasil participou ativamente das discussões sobre a proteção internacional de refugiados e migrantes. O País sediará, em fevereiro de 2018, a Reunião Regional de Consultas da América Latina e Caribe sobre o Pacto Global de Refugiados e Migrantes a ser adotado nas Nações Unidas. O objetivo do encontro será coordenar a posição de todo o continente sobre o acordo em negociação na ONU.

Em 2017, entrou em vigor a nova Lei de Migração, que instituiu as diretrizes da política migratória brasileira. É com base nelas que o Brasil tem atuado, na ONU, nas negociações de um Pacto Global de Migrações.

NOVA LEI DE MIGRAÇÃO

Entre os princípios consagrados na nova Lei de Migração estão:

- a acolhida humanitária;
- a inclusão social, laboral e produtiva do migrante; e
- a promoção e a proteção dos direitos humanos dos migrantes, independentemente de seu *status* migratório.

Seu texto prevê, ainda:

- permissão para regularização de estrangeiros dentro do território nacional;
- tratamento inovador da situação dos apátridas, com previsão de medidas que facilitam sua naturalização;
- desburocratização dos procedimentos para a documentação migratória;

- formalização dos mecanismos de proteção humanitária;
- facilitação do acesso a serviços públicos; e
- novas modalidades de visto e de residência.

Em maio, Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública possibilitou concessão de permanência no Brasil a vítimas de tráfico de pessoas que se encontrem em território nacional.

O Governo tem se empenhado, também, no aprimoramento dos mecanismos de concessão de refúgio. Com o intuito de facilitar a instrução do processo de solicitações de refúgio, está em desenvolvimento sistema eletrônico de tramitação de pedidos (o Sisconare) que, além de possibilitar tramitação mais célere, dará maior confiabilidade e segurança aos processos. Foi criado grupo de trabalho para a revisão das resoluções do Conselho Nacional de Refugiados (Conare).

O ano de 2017 também marcou o retorno do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, para o qual havia sido eleito no final de 2016. O País foi objeto, pela terceira vez, do Exame Periódico Universal do Conselho, em Genebra, ocasião em que se passou em revista a situação de direitos humanos no País e foram feitas recomendações.

O compromisso do Brasil com instituições multilaterais revela-se, entre outros aspectos, em sua participação ativa em organizações internacionais e na promoção de candidaturas brasileiras a esses órgãos. Ainda em matéria de direitos humanos, por exemplo, o Brasil elegeu candidatos para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e para o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial. O País reelegeu nomes para a Corte Internaciona l de Justiça na Haia e para a Comissão de Direitos Internacionais. Também cabe ao Brasil a chefia de organizações como a Organização Mundial do Comércio e a Organização Internacional do Café, conforme quadro disposto a seguir.

CANDIDATURAS VITORIOSAS DO BRASIL NO EXTERIOR

28 de fevereiro de 2017	Embaixador Roberto Azevêdo é reeleito Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, em Genebra.
17 de março de 2017	José Dauster Sette é eleito Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café, em Londres.
21 de junho de 2017	Professora Flavia Piovesan é eleita membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington.
22 de junho de 2017	Embaixador Silvio José Albuquerque e Silva é eleito membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU, em Genebra.
18 de julho de 2017	Fiscal Agropecuário Guilherme Costa é eleito para presidir a Comissão do <i>Codex Alimentarius</i> , em Genebra.
29 de setembro de 2017	Diretor-Executivo da Polícia Federal Rogério Galloro é eleito vogal das Américas no Comitê Executivo da Interpol, em Lyon.
2 de novembro de 2017	Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto é reeleito para o Comitê de Contribuições das Nações Unidas, em Nova Iorque.
9 de novembro de 2017	Professor Antônio Augusto Cançado Trindade é reeleito juiz da Corte Internacional de Justiça, na Haia.

Para além de sua reconhecida contribuição em paz, segurança e direitos humanos, o Brasil é ator-chave em matéria ambiental. Ao longo de 2017, foram muitos os avanços diplomáticos em prol do desenvolvimento sustentável como um todo e do meio ambiente em particular, conforme a seguir.

DIPLOMACIA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Janeiro de 2017	O Brasil participou da negociação do primeiro Plano Estratégico das Nações Unidas para as Florestas, que definiu objetivos florestais globais e respectivas metas. A atuação brasileira foi decisiva para a previsão, no Plano, de apoio e capacitação de países em desenvolvimento para manejo sustentável de florestas.
Março de 2017	O Brasil sediou a sexta reunião de negociação de instrumento regional sobre acesso à informação, à justiça e à participação social em matéria ambiental.
Junho de 2017	Em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima foi promulgado, tornando-se lei interna no Brasil.
Julho de 2017	Em 4 de julho, o Brasil ratificou a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio.
	No mesmo mês, o Brasil apresentou nas Nações Unidas, em Nova Iorque, o primeiro relatório nacional voluntário sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível nacional.
Setembro de 2017	Em setembro, na China, o Brasil aderiu a projeto no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, que visa a reabilitar a terra e reverter a degradação dos solos.
Outubro de 2017	Em 11 de outubro de 2017, o Governo brasileiro tornou operacional a Comissão Nacional para os ODS, com composição paritária entre Estado e sociedade civil.
	No mesmo mês, a Comissão Nacional para os ODS aprovou seu Plano de Ação 2017-2019.
	O Brasil sediou, em São Paulo/SP, a I Conferência para o Biofuturo, voltada ao reconhecimento internacional da bioenergia como solução sustentável e economicamente viável para a redução das emissões.
	Também em outubro o Brasil participou, pela primeira vez, da Conferência das Partes da Convenção sobre Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres.
	O Governo brasileiro apresentou e logrou aprovação de plano de ação sobre a conservação e o manejo de baleias no Atlântico Sul, durante a Conferência das Partes da mesma convenção.
	O Brasil assinou, também durante a reunião, memorando de entendimento sobre Conservação de Tubarões Migratórios.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Esses são apenas alguns exemplos da diplomacia brasileira em matéria ambiental e para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Outras negociações importantes têm evoluído e aguardam conclusão. É o caso da atuação da diplomacia brasileira para a adoção, pelo Fundo Verde para o Clima, de programa de pagamentos por resultados no combate ao desmatamento – o que abrirá caminho para recompensar o Brasil pelos esforços de redução de emissões na Amazônia e no Cerrado.

Além disso, o Governo tem trabalho na organização de importantes iniciativas que terão lugar em 2018. No mês de março, Brasília sediará o 8º Fórum Mundial da Água, principal evento internacional sobre recursos hídricos. Prevê-se a participação de dez mil pessoas, entre altas autoridades governamentais, empresários, representantes de ONGs e da academia e organismos internacionais. O encontro terá por tema central a gestão de recursos hídricos.

Diplomacia bilateral

O universalismo da política externa se expressa não apenas por seu engajamento multilateral, mas também pelo aprofundamento de suas relações bilaterais com países de todos os continentes.

Na Europa, foi intensa a atividade diplomática do Brasil. Em junho, o Presidente da República realizou visitas à Rússia e à Noruega, onde debateu temas da agenda global e promoveu a atração de investimentos ao Brasil e a abertura de mercados para produtos brasileiros. O Presidente teve, ainda, dois encontros com o Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa.

O Brasil recebeu visitas dos Reis da Suécia, do Presidente de Governo da Espanha e do Presidente da Macedônia, além de ministros do Reino Unido, da Finlândia, da Bósnia-Herzegovina e de Belarus.

O Ministro das Relações Exteriores esteve em Paris, Londres, Bruxelas e Roma, onde reafirmou tradicionais parcerias do Brasil. Em novembro, realizou a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao Azerbaijão, à Geórgia e à Armênia – abrindo novas frentes de cooperação com os países do Cáucaso.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

O Brasil avançou também nas relações com os países da América do Norte. Na visita do Ministro das Relações Exteriores a Washington, foi apresentada Agenda de Dez Pontos para o relacionamento com os Estados Unidos da América (EUA), com iniciativas nas áreas de comércio, investimentos, aviação civil, espaço exterior, infraestrutura, agricultura, saúde, inovação, defesa e segurança. Com o Canadá, o Brasil, juntamente com os demais países do Mercosul, anunciou o início de negociação de acordo de livre comércio.

A Ásia converteu-se em centro de grande dinamismo da economia global. O Governo executa estratégia ativa de intensificação dos fluxos econômico-comerciais e diversificação de parcerias no continente.

Em 2017, a China manteve-se como principal parceiro comercial do Brasil e importante fonte de investimentos no país. Na visita de Estado do Presidente da República à China, em setembro, foram assinados atos nas áreas de turismo, serviço consular, cinema, comércio eletrônico, saúde e supervisão de produtos de consumo. O Ministro das Relações Exteriores participou, em Pequim, de reunião do Diálogo Estratégico Global com o Chanceler chinês e manteve encontro com o Ministro do Comércio. A cooperação bilateral em capacidade produtiva registrou avanço com o lançamento, em maio, do Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva.

O relacionamento com o Japão seguiu intenso, com base nos sólidos vínculos humanos, políticos e econômicos entre os dois países. O Presidente da República recebeu o Vice-Primeiro-Ministro japonês, Taro Aso, por ocasião da inauguração, em maio, da “*Japan House*” em São Paulo – a primeira cidade a sediar tal iniciativa. Em 2016, realizara visita oficial ao Japão, a primeira em 11 anos. Em setembro, o Ministro das Relações Exteriores avistou-se com seu homólogo japonês, em Nova Iorque.

O Brasil cultivou o relacionamento com países do Sudeste Asiático, um dos polos mais dinâmicos da economia global. Em setembro, o Ministro das Relações Exteriores visitou Malásia, Singapura e Vietnã. Prevê-se para 2018 périplo do Presidente da República na região, com foco na ampliação de laços comerciais, na atração de investimentos e no aprofundamento do diálogo político com esses países.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Parte da estratégia para articular esse relacionamento é a participação no Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal), cujo Plano de Ação prevê a realização de foro de empresários, bem como facilitar o financiamento de projetos em países da América Latina e da Ásia do Leste, estimulando iniciativas de cooperação entre as duas regiões.

O continente africano é uma prioridade permanente da política externa brasileira. Em setembro, o Presidente da República encontrou-se com o presidente do Egito, Abdel Fattah Al-Sissi, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, quando foram debatidas as oportunidades econômicas nos dois países. No mesmo mês, entrou em vigor o acordo de livre comércio Mercosul-Egito. O Egito é o principal destino das exportações brasileiras para a África.

Na presidência *pro tempore* da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – foro que congrega seis países africanos, além do Brasil, de Portugal e do Timor Leste –, o País tem prestigiado o organismo como espaço privilegiado de diálogo e cooperação. Em setembro, o Presidente da República promoveu reunião de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Nova Iorque, para estimular o intercâmbio sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tema da presidência brasileira. O Brasil tem apoiado esforços para a promoção do diálogo e a solução pacífica de crises, incremento dos fluxos econômicos e empresariais, incentivo ao intercâmbio educacional e à pesquisa da lusofonia, intensificação de projetos estruturantes de cooperação técnica e valorização da língua portuguesa em organismos internacionais.

Com uma agenda ativa para a África, o Ministro das Relações Exteriores realizou visitas a Namíbia, Botsuana, Malawi, Moçambique, África do Sul, São Tomé e Príncipe, Gana, Nigéria, Côte d'Ivoire e Benim. Nessas ocasiões, assinou acordos em áreas como facilitação de vistos, previdência social e serviços aéreos, e reiterou o compromisso do Brasil com o desenvolvimento socioeconômico e a consolidação da paz e da democracia na África Ocidental. O Brasil recebeu visitas do Vice-Presidente de Côte d'Ivoire e de Ministros da Tunísia e do Botsuana. Realizaram-se, ainda, reuniões de consultas políticas com Argélia, Botsuana, Marrocos e Sudão.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

O Brics mostrou-se importante mecanismo de diálogo com outras grandes potências emergentes. Com agenda intensa de atividades, foram realizadas cerca de 120 reuniões, com avanços importantes nos setores de finanças, ciência, tecnologia e inovação, saúde e comércio.

Progrediu-se na consolidação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), com a aprovação da Estratégia Geral 2017-2021, que incluiu a segunda leva de empréstimos do Banco. Foi aberto seu primeiro escritório regional, na África do Sul, abrindo perspectivas para o estabelecimento de uma unidade regional no território brasileiro. Destaca-se, ainda, a assinatura de memorandos de entendimento com o Conselho Empresarial do Brics e com os bancos de desenvolvimento dos cinco países.

Esses trabalhos culminaram na Cúpula de Xiamen, em setembro. O Presidente da República e os demais líderes do Brics assinaram plano de ação para incentivar a cooperação em inovação e referendaram a criação da rede de pesquisa em tuberculose. Como forma de aprofundar a cooperação econômica, foram assinados o Plano de Ação do Brics sobre Cooperação Econômica e Comercial e a Estratégia do Brics para Cooperação Aduaneira.

O ano de 2017 marcou a reativação do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), com a realização de duas reuniões em nível de Chanceleres. Com vistas à retomada plena das atividades do mecanismo, suspensas desde 2013, a Comissão Trilateral Mista aprovou plano de trabalho em três vertentes: i) política – retomar concertação em foros plurilaterais e multilaterais; ii) cooperação trilateral – buscar resultados palpáveis e uso mais eficiente de recursos; e iii) cooperação com países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) – instituição de contribuições obrigatórias para o Fundo IBAS.

O Oriente Médio é região de forte interesse para a diplomacia brasileira, em razão das oportunidades econômico-comerciais e dos vínculos humanos e culturais que mantém com o Brasil.

O Brasil segue atento à situação geopolítica naquela região. A diplomacia brasileira reiterou sua defesa da solução de dois Estados (Israel e Palestina), com base no direito internacional, e sua oposição à

EIXO O BRASIL E O MUNDO

construção ilegal de assentamentos israelenses na Palestina. O Presidente da República reuniu-se, separadamente, em Nova Iorque, com o Primeiro-Ministro de Israel e com o Presidente da Palestina.

O País recebeu, em março, a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos, ocasião em que foram assinados acordos para a isenção de vistos e sobre serviços aéreos. Verificaram-se, também, com a Jordânia, abertura de adidâncias de inteligência e avanços na negociação do Acordo sobre Cooperação e Facilitação de Investimentos.

Na vertente comercial, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento visitou, em maio, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos e Kuwait, contribuindo para manter a fluidez da exportação da carne brasileira. Para atrair investimentos, foi realizada missão da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos aos Emirados Árabes Unidos, à Arábia Saudita, ao Bahrein, ao Kuwait e ao Catar. Na dimensão humana, merece destaque a participação do Brasil com delegação de mais de 300 integrantes na IV Conferência “O Potencial da Diáspora Libanesa”, em Beirute, em maio.

2 FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

A consolidação da América Latina e Caribe como espaço de paz, cooperação e desenvolvimento sustentável é objetivo central da política externa brasileira. Em 2017, o Brasil priorizou avanços na frente econômico-comercial e nas áreas de cooperação fronteiriça, integração física e combate a crimes transnacionais.

Ao assumir a presidência *pro tempore* do Mercosul, em julho de 2017, o Brasil deu sequência ao resgate da vocação original do bloco para a democracia, os direitos humanos e o livre mercado.

Na vertente da democracia e dos direitos humanos, os membros fundadores do Mercosul decidiram, em 5 de agosto, suspender a Venezuela, em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre compromisso

democrático. O Governo brasileiro acompanha com preocupação a deterioração do quadro político, econômico, social e humanitário nesse país vizinho. Em articulação com outros 11 países no chamado “Grupo de Lima”, o Brasil busca favorecer o retorno da democracia na Venezuela. No âmbito interno, grupo interministerial concebido para coordenar o acolhimento do fluxo migratório venezuelano na região Norte do País tem-se empenhado para dar respostas aos desafios provocados pelo ingresso de cidadãos e cidadãs venezuelanos que procuram melhores condições de vida em território brasileiro. Resolução do Conselho Nacional de Imigração viabilizou a concessão de residência temporária aos nacionais venezuelanos por dois anos.

Na área econômico-comercial, alguns temas que vinham sendo relegados ao segundo plano nos últimos anos ganharam novo impulso, como a liberalização de serviços, a proteção mútua de indicações geográficas, o comércio eletrônico, a facilitação de comércio, a inserção competitiva das pequenas e médias empresas e o interesse do consumidor. Deu-se continuidade ao processo de revisão da temática regulatória do Mercosul, com o intuito de dinamizar a aprovação e a revisão de normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias.

UM MERCOSUL DE RESULTADOS

- **Investimentos:** em abril, foi assinado o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul. Trata-se de iniciativa brasileira, que garante que os investimentos dos países do bloco terão o mesmo tratamento dispensado aos investidores nacionais.
- **Contratações públicas:** foi assinado, na Cúpula do Mercosul em Brasília, no mês de dezembro de 2017, o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul. Com ele, empresários brasileiros poderão participar de licitações públicas nos demais países do bloco e órgãos públicos brasileiros terão acesso a um universo mais amplo de fornecedores e oferta mais diversificada de produtos e serviços a preços mais baixos.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

- **Redução de barreiras:** foi concluído o exercício de Fortalecimento do Mercosul Econômico e Comercial, que redundou no tratamento satisfatório de barreiras não tarifárias que dificultavam o comércio regional. Destacam-se a superação de dificuldades na importação de cítricos da Argentina pelo Brasil e a abertura do mercado argentino para a carne bovina brasileira.
- **União Europeia:** após anos de negociações, pela primeira vez há perspectiva realista de conclusão de um acordo com a União Europeia. O acordo ampliará o acesso de exportadores brasileiros ao mercado europeu e estimulará investimentos europeus no Brasil.
- **Aproximação com a Aliança do Pacífico:** em abril, foi realizada a primeira reunião de ministros das Relações Exteriores e de Comércio Exterior do Mercosul e da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México e Peru). Em julho, foi assinado Acordo de Complementação Econômica com a Colômbia, que ampliou a liberalização do comércio para a quase totalidade da pauta tarifária. Na presidência brasileira, o Mercosul apresentou proposta de acordo em facilitação do comércio, com o objetivo de desburocratizar e acelerar os trâmites de comércio exterior com os países da Aliança.
- **Novas frentes:** em 2017, o Mercosul iniciou a negociação de acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), formada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. Foram anunciadas novas tratativas com Canadá, Singapura e Coreia do Sul.
- **Universalismo:** em setembro, entrou em vigor o acordo Mercosul-Egito. O Mercosul aprofundou sua inserção no Sudeste Asiático, com a II Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

A visita do Presidente Mauricio Macri a Brasília e a assinatura de Plano de Ação consolidaram a revitalização do relacionamento com a Argentina, parceiro estratégico nos campos político e econômico-comercial. Além da ampliação dos fluxos de comércio e investimento, os Presidentes enfatizaram iniciativas de combate a ilícitos na região fronteiriça. Entre os avanços registrados, destacam-se: i) a adoção de certificado de origem digital para agilizar transações comerciais; ii) a atualização do acordo para evitar a dupla tributação; iii) a assinatura de acordo de cooperação em defesa civil e prestação de serviços de assistência de emergência à população na área de fronteira; e iv) o esforço de coordenação dos marcos regulatórios dos dois países.

As relações com a Bolívia caracterizaram-se pelo diálogo construtivo em nome do bem-estar de brasileiros e bolivianos. O Presidente Evo Morales visitou Brasília em dezembro, oportunidade em que foram firmados instrumentos sobre cooperação no combate a ilícitos transnacionais e integração física. Em outubro, o chanceler da Bolívia manteve reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, em Brasília, com ênfase em comércio e investimentos, energia, integração física e transportes. Registrou-se avanço notável na cooperação para o combate a ilícitos transnacionais, de que é exemplo a primeira reunião do Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia.

O relacionamento com o Chile continua avançando com grande dinamismo. O Brasil segue como principal parceiro comercial do país na América do Sul e o principal destino dos investimentos chilenos no mundo. Em abril, o Ministro das Relações Exteriores realizou visita oficial a Santiago. Os dois países negociam acordo sobre compras governamentais e protocolo sobre investimentos em instituições financeiras.

As relações com a Colômbia mantiveram-se em patamar elevado de entendimento e cooperação. O Brasil tem contribuído para o processo de paz no país vizinho, por meio de apoio político e cooperação técnica em áreas como agricultura familiar e desminagem. A cooperação entre as forças de defesa e de segurança também avança de forma positiva, tendo sido realizadas duas reuniões entre Ministros da Defesa, em Manaus e em Bogotá. O momento é particularmente promissor em relação aos fluxos de comércio e investimentos bilaterais: em Mendoza, foi assinado Acordo de Complementação Econômica com a Colômbia, que liberalizou o comércio de quase todo o universo tarifário.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Brasil e Guiana mantiveram contatos de alto nível. Em junho, o Ministro das Relações Exteriores recebeu em Brasília o Vice-Presidente e o Chanceler guianês. O Presidente da República reuniu-se com o Presidente da Guiana em setembro, em Nova Iorque, e o recebeu em visita oficial em Brasília, em 21 de dezembro. Nessas ocasiões, foram discutidos temas de cooperação, integração física e controle de fronteiras.

As relações com o México mantiveram forte impulso, estimuladas pela negociação para a ampliação e o aprofundamento do acordo bilateral de preferências comerciais (ACE-53). Foram realizadas, em 2017, três rodadas negociadoras. O México é a segunda maior economia da América Latina e o único país da Aliança do Pacífico com o qual o Brasil ainda não dispõe de um acordo abrangente de comércio. A visita do Chanceler mexicano ao Brasil, em novembro, confirmou o interesse dos dois países em manter a fluidez e a regularidade do diálogo de alto nível.

A relação com o Paraguai caracterizou-se por diálogo estreito e de alto nível. Em agosto, o Presidente Horacio Cartes realizou visita de Estado a Brasília, na qual foram discutidos temas como infraestrutura, desenvolvimento fronteiriço, comércio, investimento, defesa e combate a crimes transfronteiriços. O Chanceler brasileiro visitou Assunção, em março, e o Chanceler paraguaio visitou Brasília, em novembro. Em 2018, o Governo brasileiro planeja intensificar a cooperação no combate a ilícitos transnacionais, bem como estimular a integração física e dar seguimento a iniciativas voltadas para o desenvolvimento da região fronteiriça.

Brasil e Peru aprofundaram o diálogo sobre temas da pauta bilateral e regional em reunião de consultas políticas, em setembro, em Brasília. No mesmo mês, em Lima, reuniu-se a Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos, no âmbito da qual se abordaram temas como o combate ao narcotráfico e o tráfico de armas. A integração fronteiriça, por seu impacto concreto na vida das comunidades da região, continua sendo prioridade da pauta bilateral. Há expectativa de que se realize, em 2018, reunião da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça.

Com o Uruguai, avançou-se na facilitação de trâmites para cidadãos que queiram residir no país vizinho, com base no Acordo Bilateral sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas. O diálogo político foi impulsionado por visita do Chanceler Rodolfo Nin Novoa a Brasília, em março e novembro.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Na região da América Central e Caribe, destacam-se as visitas dos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa ao Haiti em junho e agosto, respectivamente. O Ministro das Relações Exteriores de El Salvador realizou visita a Brasília, em outubro, ocasião em que foram assinados atos: i) para o estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas; ii) para emendar o acordo sobre cooperação no domínio da defesa; e iii) para cooperação em formação diplomática.

Em 2017, o Brasil manteve atuação destacada na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em especial no programa de monitoramento do desmatamento ilegal, cujos resultados permitiram construir pela primeira vez mapas regionais do desmatamento na Amazônia; no projeto de gestão de recursos hídricos na bacia amazônica; e no projeto de combate a incêndios florestais.

INTEGRAÇÃO FÍSICA COM PAÍSES VIZINHOS

O Brasil atribui prioridade à modernização da hidrovia Paraguai-Paraná e aos projetos do Corredor Rodoviário Bioceânico Campo Grande-Porto Murtinho - Portos do Norte do Chile e do Corredor Ferroviário Bioceânico.

- **Hidrovia Paraguai-Paraná:** o Brasil atuou para garantir a institucionalização e a segurança jurídica, a fim de atrair investimentos e aproveitar plenamente o potencial desse eixo de integração, comércio e desenvolvimento.
- **Corredor Ferroviário Bioceânico Central:** as negociações entre Brasil e Bolívia encontram-se em estágio de estudos de pré-viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental. Em dezembro, foi assinado Memorando de Entendimento, proposto pelo Brasil, que estabelece grupo de trabalho bilateral voltado para a compatibilização de procedimentos regulatórios, permitindo o pleno aproveitamento da infraestrutura ferroviária existente.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

- **Corredor Rodoviário Bioceânico:** foram realizadas três reuniões técnicas e dois seminários. Em agosto e setembro, a Caravana da Rota de Integração Latino-Americana percorreu todo o trajeto previsto, de forma a identificar os gargalos e as sinergias do projeto junto às comunidades locais.

3 COMÉRCIO EXTERIOR E DIPLOMACIA ECONÔMICA

A maior integração do Brasil aos fluxos de comércio e investimentos é elemento central para o aumento da produtividade e da competitividade de economia nacional. A retomada do crescimento, o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria do bem-estar da população estão intimamente relacionados a uma maior abertura econômica.

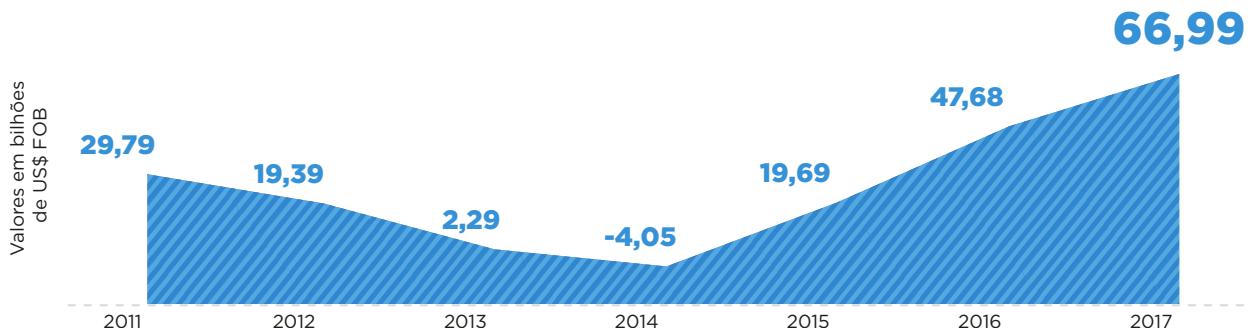
A política externa desempenha papel importante nesse esforço de integração, ainda mais em contexto internacional em que se verificam tendências protecionistas.

Em julho de 2017, o Presidente da República participou da Cúpula do G-20, em Hamburgo, na qual apresentou a posição do Brasil de responsabilidade e abertura ao mundo. Os líderes: i) reiteraram compromissos para estimular o crescimento da economia mundial; ii) indicaram determinação de moldar a globalização de forma a trazer benefícios para todos; e iii) decidiram enfrentar desafios comuns.

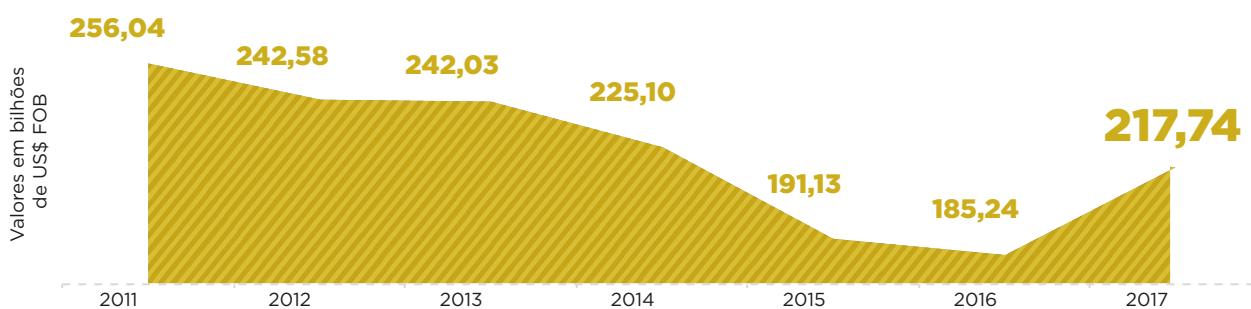
Durante sua participação na Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em dezembro, o Presidente da República reafirmou a defesa do sistema multilateral de comércio diante de tendências protecionistas. Ao longo do ano, o Brasil teve participação ativa na Organização. Pleiteou a reforma dos subsídios agrícolas, com o intuito de garantir a competitividade das exportações brasileiras. Também atuou fortemente na defesa de exportadores brasileiros alvos de investigações de defesa comercial em outros países.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

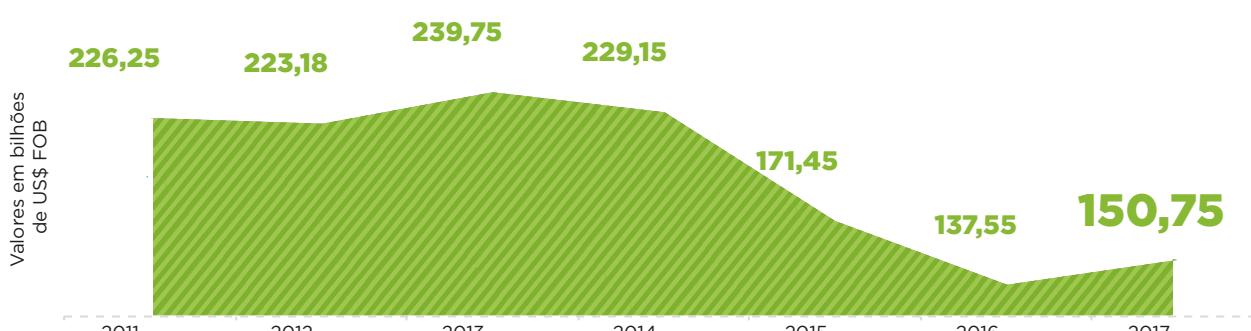
Saldo da balança comercial de bens, 2011/2017



Exportação brasileira de bens, 2011/2017



Importação brasileira de bens, 2011/2017



Fonte: AliceWeb, Secretaria de Comércio Exterior, MDIC.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Os resultados do comércio exterior brasileiro têm contribuído para a retomada do crescimento. O Brasil registrou superávit recorde de US\$ 67 bilhões em 2017, bem acima dos US\$ 47,7 bilhões verificados em 2016. Tanto exportações quanto importações recuperaram parte do dinamismo perdido durante a crise econômica.

A ampliação do comércio exterior figurou como prioridade do Governo no ano de 2017. Para além de revigorar a agenda de negociações do Mercosul com outros parceiros, houve particular empenho para desburocratizar as exportações e as importações, para simplificar procedimentos aduaneiros - importantes fatores para aprimorar o ambiente de negócios no País.

SIMPLIFICANDO O COMÉRCIO EXTERIOR

Certificados de Origem Digitais: em maio de 2017, o Brasil iniciou a implementação de Certificados de Origem Digitais (COD) - o primeiro parceiro contemplado foi a Argentina. Em outubro, foi introduzido projeto-piloto com o Uruguai e, em novembro, assinou-se acordo sobre o assunto com o Chile. Iniciaram-se também negociações com o Paraguai. Os COD representam imenso ganho de tempo e produtividade: o prazo médio de emissão de certificados de origem cai de 24 horas para 30 minutos (ou seja, 98%). Os custos de tramitação são 30% menores com os certificados digitais.

Portal Único do Comércio Exterior: principal iniciativa de desburocratização e facilitação do comércio exterior brasileiro, o Portal Único de Comércio Exterior estabelece um guichê único para centralizar a interação entre Governo e operadores comerciais, além de reformular os processos de exportação e importação. Em março de 2017, passou a funcionar, no âmbito do Portal Único, o Novo Processo de Exportação, que elimina documentos e a prestação de dados redundantes

por parte dos operadores, reduz as etapas processuais e, assim, aumenta a competitividade das vendas externas brasileiras. A implantação completa do Portal Único, prevista para 2018, quando será implementado o Novo Processo de Importações, objetiva reduzir em até 40% o tempo despendido atualmente nas operações de comércio exterior.

Operador Econômico Autorizado: em 2017, deu-se prosseguimento à implantação do programa Operador Econômico Autorizado Integrado (OEA-Integrado). Os OEA são agentes privados que, por cumprirem requisitos que demonstram confiabilidade e capacidade de gerir riscos aduaneiros nas cadeias logísticas em que trabalham, são reconhecidos pela Aduana Brasileira como operadores autorizados. O objetivo do OEA-Integrado é articular, em uma única plataforma, outros entes estatais além da Receita Federal com competência sobre questões atinentes ao comércio exterior. Em setembro de 2017, concluiu-se a primeira fase de sistema informatizado do OEA-Integrado, conectado ao Portal Único. Também deu-se início à incorporação da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura ao OEA-Integrado, processo que deve ser concluído em 2018.

“Despacho sobre Águas”: em novembro de 2017, teve início a nova modalidade de despacho de importação denominado “Despacho sobre Águas”. Enquanto anteriormente o importador tinha que iniciar os procedimentos aduaneiros após a chegada da carga ao território nacional, agora todas as formalidades aduaneiras poderão ser cumpridas antes da atracação. Diminuem-se custos e economiza-se tempo.

Remessas postais e expressas internacionais: em 2017, foram unificadas as normas sobre tratamento tributário e aduaneiro das modalidades de remessas postal e expressa. Implantou-se novo sistema informatizado para processamento de remessas, que incluiu alteração da sistemática de lançamento de tributo, permitindo o chamado lançamento por declaração, mais ágil que o lançamento de ofício. Também foi ampliado o uso de análise informatizada de seleção de remessas

EIXO O BRASIL E O MUNDO

para inspeção e de procedimentos de inspeção não invasiva – com liberação automática daquelas que não foram selecionadas. Também foram simplificados diversos procedimentos aduaneiros.

Para importações:

- ampliaram-se as hipóteses de uso de procedimentos simplificados (para remessas postais, o limite foi ampliado de US\$ 500 para US\$ 3 mil por declaração de importação de remessa);
- permitiu-se o pagamento remoto do imposto de importação, que anteriormente era feito unicamente na unidade postal;
- permitiu-se o registro de declaração de importação pelos correios ou empresa de entrega expressa, para qualquer valor;
- ampliaram-se as hipóteses de importação de bens usados ou em retorno de uma exportação temporária; e
- ampliaram-se as hipóteses de importação de remessas quando sujeitas à imunidade ou isenção.

No caso de exportações:

- passou-se a permitir exportação de até US\$ 10 mil por meio de declaração de remessa de exportação, preenchida pelos Correios ou pela empresa de remessa expressa.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Sempre com o intuito de incentivar as exportações, o Brasil manteve ativo enfrentamento a barreiras não tarifárias ao comércio que prejudicam exportadores brasileiros. Em 2017, foram beneficiados tanto produtos agroindustriais, como suco de laranja, erva-mate e carnes; quanto industrializados, como aeronaves civis, veículos automotores e autopeças, produtos gráficos, têxteis, calçados e equipamentos médicos-odontológicos.

Em 2017, cumpre destacar os resultados positivos obtidos no âmbito do regime brasileiro de Zonas de Processamento de Exportação. Estima-se que o início da produção e das exportações por empresas instaladas na ZPE do Ceará tenha contribuído para alavancar a economia do Estado, impactando na geração de empregos diretos, capacitação e desenvolvimento tecnológico. Outros Estados com ZPEs já em avançado estágio de implantação são Piauí e Mato Grosso. Em dezembro, foi criada a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Açu, localizada no Distrito Industrial de São João da Barra, no Norte Fluminense (RJ), com o objetivo de transformar a região em um dos grandes pontos de desenvolvimento industrial do País.

O Governo brasileiro atuou de forma rápida para dissipar dúvidas quanto ao sistema de segurança sanitária do Brasil, no contexto das investigações levadas adiante pela Polícia Federal, no âmbito da chamada operação Carne Fraca. Com trabalho coordenado entre os órgãos envolvidos e a rede de Embaixadas brasileiras no exterior, foi possível recuperar o acesso a mercados para a carne brasileira.

Para facilitar a comunicação com o setor privado, foi lançado sistema de acesso público para monitoramento das barreiras comerciais enfrentadas pelos exportadores brasileiros.

Em 2017, o Brasil esteve envolvido em seis contenciosos na OMC como parte principal e em cerca de 30 casos como terceira parte. O Brasil obteve importante vitória no painel que moveu contra restrições da Indonésia à importação de frango. Está previsto diálogo com os indonésios para buscar solução aos entraves também existentes para a importação de carne bovina. Também foram iniciadas negociações com a Tailândia para eliminar subsídios ao açúcar. Foi iniciado, ainda, contencioso contra

EIXO O BRASIL E O MUNDO

o Canadá para tratar dos subsídios canadenses ao setor aeronáutico, que têm afetado diretamente os interesses da indústria brasileira.

A diplomacia econômica buscou, também, identificar medidas em prol das pequenas e médias empresas. O Brasil liderou a criação de um grupo de diálogo sobre o assunto na OMC. Em 2018, o Brasil deve manter postura proativa, estimulando resultados concretos que promovam maior participação das pequenas e médias empresas brasileiras no comércio internacional.

O Brasil manteve participação ativa no Foro Global do Aço, iniciativa de ação coletiva do G20 para enfrentar o excesso de capacidade produtiva mundial no setor siderúrgico. Também acompanhou as discussões sobre créditos à exportação no âmbito da OCDE, da OMC e do Grupo de Trabalho Internacional de Créditos à Exportação.

PROMOÇÃO COMERCIAL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A atividade de promoção comercial busca facilitar a inserção de empresas brasileiras no exterior, atrair investimentos e incentivar o turismo.

Em suas visitas ao exterior, o Presidente da República priorizou a abertura de novas oportunidades comerciais e atração de investimentos ao Brasil. Foram realizados eventos nesse sentido em Moscou, Oslo, Pequim, Xiamen e Nova Iorque. No Brasil, o Presidente participou do Encontro Empresarial Brasil-Espanha, do Conselho Empresarial Brasil-Suécia e da quarta edição do Fórum de Investimentos Brasil, em São Paulo.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

No âmbito do Plano Nacional da Cultura Exportadora, cujo objetivo é ampliar o número de empresas exportadoras no Brasil, foram planejadas 300 ações de apoio à exportação. Graças a elas, apenas em 2017, cem novas empresas iniciaram suas exportações.

Também em 2017, foram realizadas mais de duzentas missões de promoção comercial ao exterior, bem como a visita de delegações empresariais compradoras ao Brasil para rodadas de negócios e eventos, como o XIX Encontro Internacional de Negócios do Nordeste (Einne). O Programa de Feiras e Exposições do Itamaraty contemplou 55 feiras no ano, abrangendo diversos setores.

Foram realizadas missões empresariais no contexto de visitas oficiais do Ministro das Relações Exteriores à África do Sul, a Moçambique e a Singapura.

Em 2018, o Brasil deverá incrementar a participação em eventos de divulgação de produtos brasileiros e de atração de investimentos. O Governo deverá valer-se da Copa do Mundo FIFA 2018, na Rússia, para desenvolver atividades de promoção comercial e do produto turístico brasileiro, bem como de difusão cultural e esportiva.

Parte da estratégia para uma inserção mais competitiva do Brasil tem sido o renovado engajamento com instituições ou iniciativas internacionais que auxiliem na modernização do arcabouço normativo brasileiro. É o caso, por exemplo, de propriedade intelectual: depois de uma década de discussões, o Governo brasileiro submeteu à apreciação do Congresso Nacional proposta de adesão ao Protocolo de Madri. O acordo reintegrará o País, após hiato de mais de 80 anos, ao principal sistema internacional de registro de marcas, beneficiando a internacionalização das empresas e a atração de investimentos estrangeiros. Também foram celebrados projetos-piloto para dar maior celeridade ao processamento dos pedidos de patentes (*Patent Prosecution Highway*) com EUA, Europa e Japão. Estão em andamento negociações com a China.

ACESSÃO À OCDE

Em maio de 2017, o Brasil solicitou acesso à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O ingresso na Organização trará diversos benefícios para a economia brasileira, entre os quais se destacam a reiteração do compromisso do Brasil com uma economia aberta, previsível, responsável e transparente e a promoção do intercâmbio de melhores práticas internacionais.

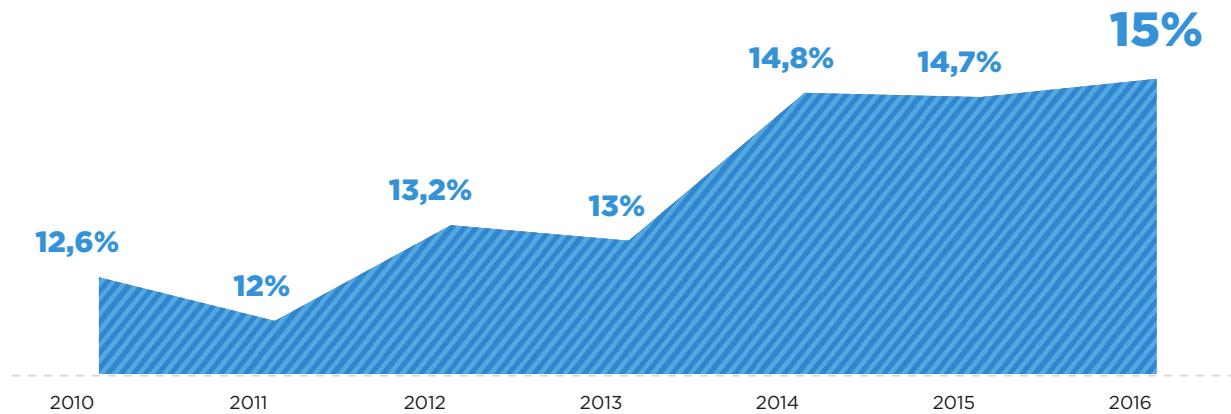
O pedido é um desdobramento da histórica e intensa cooperação entre o Brasil e a OCDE. O Governo realizou avaliação dos 237 instrumentos vigentes da OCDE. Adicionalmente aos 35 instrumentos dos quais o Brasil já era parte, o Governo solicitou adesão a 62 novos instrumentos considerados desde logo compatíveis com interesses, legislação e políticas públicas nacionais.

O Brasil também avançou na implementação do Programa de Trabalho 2016-2017 com a OCDE. Oitenta por cento das 126 atividades previstas no Programa foram concluídas ou estão em andamento. Em junho de 2017, o Brasil firmou Acordo para o Estabelecimento de um Escritório da OCDE no Brasil, que terá como finalidade a promoção e a implementação de atividades conjuntas.

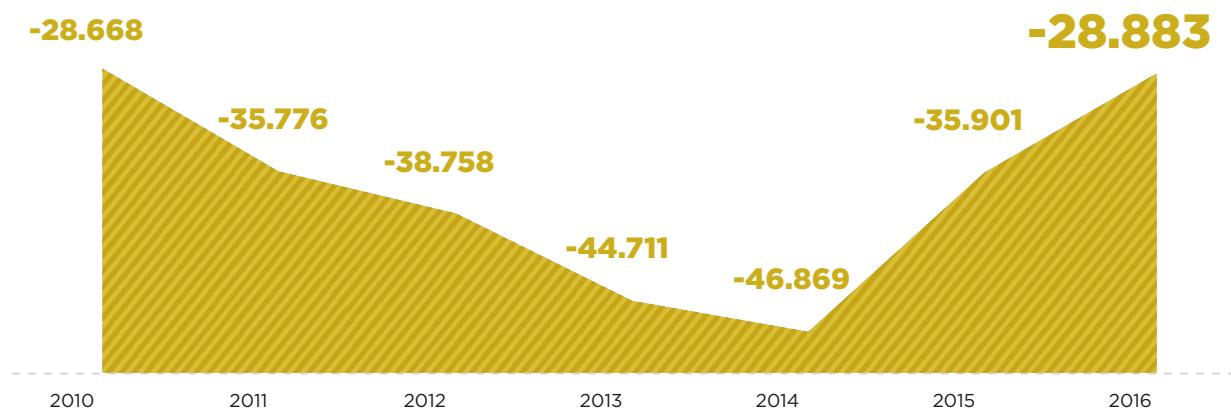
Também o comércio de serviços foi objeto de atenção em 2017. Desde 2011, tem-se observado tendência de expansão na participação dos serviços na composição das exportações brasileiras. Nota-se, igualmente, diminuição recente do histórico déficit do saldo da conta de serviços.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Participação da Receita – Serviços na Receita da Balança Comercial (Bens) e Serviços



Saldo da conta de serviços, exceto serviços governamentais, em milhões de US\$



* Os dados acima referem-se às Receitas e às Despesas da Conta de Serviços do Balanço de Pagamentos, excetuados os Serviços Governamentais.
Fonte: Banco Central do Brasil.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Foram muitas as iniciativas para alavancar o fluxo comercial de serviços. O Governo desenvolveu manual para a exportação de serviços. Além das negociações com México e União Europeia, acordou-se Roteiro para a Cooperação do Brics em Comércio de Serviços. Na OMC, o Brasil está particularmente envolvido nas discussões sobre regulamentação doméstica. Foram assinados dois memorandos de entendimento com a China sobre comércio de serviços e comércio eletrônico. Em 2018, o foco estará posto nas discussões na OMC, no eventual aprofundamento de disciplinas no Mercosul e nas tratativas sobre serviços financeiros, telecomunicações e comércio eletrônico com o Peru.

Em linha com os objetivos da Política Nacional de Aviação Civil, foram celebrados, em 2017, acordos de serviços aéreos com Emirados Árabes Unidos, Guiana, Côte d'Ivoire e Guatemala. No âmbito do Brics, o Brasil apresentou proposta de Memorando de Entendimento para a Parceria em Aviação Regional, cujas negociações deverão ser concluídas em 2018. Outra prioridade para o ano vindouro é a atualização do Acordo sobre Serviços Aéreos com a Argentina.

O setor de transporte marítimo também recebeu detida atenção em 2017. O Brasil assinou Acordo sobre Transporte Marítimo com o Vietnã. Em 2018, negociações na matéria continuarão com a Tunísia, a Malásia e o Irã.

Na área de comércio eletrônico, foi acordada a criação de grupo de trabalho para o tema no Brics e, no âmbito regional, o Brasil iniciou as discussões para adoção de um protocolo de comércio eletrônico do Mercosul. No campo bilateral, prosseguiram as tratativas sobre essa matéria com o México.

Em 2017, o Brasil permaneceu empenhado na promoção de seu modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento. Ao longo do ano, diversos acordos foram ratificados pelo Congresso Nacional – com Angola, Chile, Malaui, México, Moçambique e Peru. Em abril, foi assinado o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul, resultado concreto da retomada da agenda econômico-comercial do bloco. No plano multilateral, o Brasil participouativamente dos debates sobre facilitação de investimentos na OMC. Em 2018, o Governo seguirá comprometido com a aprovação dos ACFIs já celebrados e na negociação de novos instrumentos, com foco na Ásia.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Foram concluídas negociações de acordo com a Suíça para evitar dupla tributação (ADT) e de protocolo de atualização do ADT com a Argentina.

O Brasil empreendeu a renegociação da dívida de países pobres altamente endividados, em linha com as diretrizes do Clube de Paris. Em 2017, foram assinados contratos de reestruturação da dívida da República Democrática do Congo (RDC) e da Tanzânia, com recuperação de cerca de US\$ 35 milhões para o erário. Também foi possível alcançar entendimento para a reestruturação das dívidas de Iraque e São Tomé e Príncipe, envolvendo recuperação de cerca de US\$ 50 milhões.

Ao final de 2017, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), iniciativa do Brics, acumulava cerca de US\$ 3 bilhões em projetos aprovados, desde sua criação em 2015, nas áreas de energia sustentável, infraestrutura de transporte rodoviário, abastecimento de água e saneamento e infraestrutura social. Ainda no que tange aos bancos de desenvolvimento, avançaram os procedimentos internos relativos à adesão do País ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII). Em 2018, o Brasil buscará contribuir para o fortalecimento da posição do Brasil nas carteiras dos bancos multilaterais, regionais e agências bilaterais de desenvolvimento, observados os limites impostos pelo imperativo da responsabilidade fiscal.

4 COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR E TEMAS MIGRATÓRIOS

Em 2017, o Governo brasileiro incrementou suas atividades de proteção aos brasileiros no exterior. Foram muitas as ações voltadas para o aprimoramento dos serviços consulares prestados a brasileiros e estrangeiros, no País e fora dele.

Ao longo do ano, os 195 postos da Rede Consular Brasileira no exterior cuidaram de cerca de 30 mil casos de assistência consular a um público estimado de 11 milhões de brasileiros – 3,3 milhões deles residentes no exterior e oito milhões de viajantes (turistas, homens e mulheres de negócio, estudantes, missionários, entre outras categorias). Em Brasília, o Núcleo de Assistência a Brasileiros no Exterior do Itamaraty atendeu aproximadamente 3,5 mil casos em 2017.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

PROTEÇÃO DA MULHER BRASILEIRA NO EXTERIOR

- Em 2017, desenvolveram-se ou aprofundaram-se iniciativas voltadas à mulher brasileira no exterior. Em abril, por exemplo, foi inaugurado o Espaço da Mulher Brasileira, no Consulado-Geral em Boston (EUA), após consultas a lideranças brasileiras locais.
- Com o objetivo de combater a violência de gênero, foi mantido e divulgado, no exterior, o serviço “Ligue 180 Internacional”. Trata-se da disponibilização de linha telefônica gratuita direcionada para a Central de Atendimento às Mulheres da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres em Brasília.

Foi retomado o ritmo dos consulados itinerantes, cujo objetivo é a prestação de serviços a brasileiros residentes em localidades distantes das sedes dos postos consulares. Do mesmo modo, foram mobilizadas forças-tarefa para prestar assistência emergencial em situações de crise, como a passagem dos furacões Irma e José pelo Caribe, distúrbios e fechamentos de fronteira na Venezuela, terremoto no México, deslizamento de terra no Chile, inundações na Argentina e diversas outras situações. Atenção prioritária foi dada aos cerca de três mil brasileiros detidos em dezenas de países.

APOIO AO EMPREENDEDORISMO DO BRASILEIRO NO EXTERIOR

Em julho, o Governo brasileiro lançou a série “Como Empreender no Exterior”, inicialmente com 16 guias. Seu objetivo é apoiar os brasileiros que queiram criar empresas de pequeno e médio porte, contribuindo tanto para uma boa inserção nas comunidades locais quanto para o incremento do intercâmbio comercial com o Brasil.

Além de edições sobre 11 países (Alemanha, Bélgica, Chile, Holanda, Luxemburgo, Irlanda, Itália, Japão, Reino Unido, Suíça e Suriname), a série traz três guias específicos para as regiões da Nova Inglaterra e da Flórida, nos EUA, e do Québec, no Canadá.

Com esses mesmos objetivos, em setembro, realizou-se a I Conferência sobre Micro e Pequeno Empreendedorismo Brasileiro no Exterior, em Brasília. O encontro reuniu lideranças de comunidades brasileiras de 15 países (Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha, EUA, França, Holanda, Itália, Japão, México, Portugal, Reino Unido e Suíça).

O atendimento consular tem-se beneficiado, igualmente, de inovações tecnológicas. Atualização do sistema consular integrado tem dado maior agilidade ao processamento de documentos consulares. Essa atualização, iniciada em 2016 em 26 Embaixadas e Consulados no exterior, estendeu-se em 2017 a mais 90 postos no exterior. Com isso, agora, toda a Europa Ocidental e a Oceania, grande parte da América Latina e da Ásia, e diversas Embaixadas na África e no Oriente Médio. Para 2018, prevê-se sua implantação em toda a rede. Também foi inaugurado, em 21 de novembro passado, o Programa de Visto por Meio Eletrônico, chamado E-VISA. Inicialmente, serão beneficiados cidadãos da Austrália, do Canadá, dos EUA e do Japão.

5 COOPERAÇÃO

A cooperação técnica é instrumento importante da atuação internacional do Brasil: a um só tempo, contribui para o desenvolvimento de nossos parceiros, auxilia o intercâmbio de experiências úteis ao próprio Governo brasileiro e fortalece a imagem do Brasil no exterior.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Itamaraty, está executando, no momento, 445 ações de cooperação técnica internacional. São atividades em setores como agropecuária, defesa, desenvolvimento social, educação, meio ambiente, saúde, segurança pública, trabalho e emprego.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

A América Latina e o Caribe concentraram a maior parte dessa agenda de cooperação: foram 240 ações em 30 países da região. Além disso, o Brasil levou adiante parcerias de cooperação Sul-Sul trilateral com dez organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Capítulo especial da cooperação técnica prestada pelo Brasil tem-se desenrolado no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cuja presidência rotativa cabe ao Brasil. Em 2017, a ABC desenvolveu, nos países da CPLP, programas em áreas como promoção do ensino superior, direitos humanos, gestão de recursos hídricos, saúde e formação profissional.

EXEMPLOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA NA CPLP

- Construção e instalação do laboratório de diagnóstico de tuberculose em São Tomé e Príncipe, com inauguração prevista para o primeiro trimestre de 2018;
- Início da construção, no Hospital Central de Maputo, do Centro de Lactação de Moçambique, que sediará a primeira unidade de Banco de Leite Humano do País; e
- Assinatura de projeto para instalação de unidade de banco de leite em Luanda, Angola.

Além da cooperação técnica, o Brasil prestou, em 2017, cooperação humanitária a outros países que enfrentem situações extremas. Foi o caso do apoio brasileiro a vítimas de incêndios florestais no Chile, de enchentes no Peru e de terremotos no México.

Também ocorreram avanços importantes em matéria de cooperação cultural e educacional. Foram mais de 200 ações em literatura, artes visuais, música e artes cênicas, em 65 países – é o caso, por exemplo, de participação em feiras do livro em Paris, Bogotá, Guadalajara e Gotemburgo, o apoio a traduções de literatura brasileira em mais de 15 países, espetáculos de música brasileira em mais de 30 países e cerca de 90 eventos de promoção do cinema brasileiro em 60 países. Na seara educacional, além da seleção de centenas de estudantes de dezenas de países para os programas de estudantes-convênio de graduação e pós-graduação, a Rede Brasil Cultural ofereceu, em 2017, cursos de cultura brasileira e língua portuguesa a mais de nove mil alunos.

6 SEGURANÇA, DEFESA E INTELIGÊNCIA

O Governo atribuiu prioridade à segurança nas fronteiras. Fortaleceu-se o diálogo com países fronteiriços, facilitando o combate a ilícitos transnacionais. Realizaram-se, por exemplo, reuniões das comissões mistas sobre drogas e crimes conexos (como tráfico de armas, lavagem de dinheiro e contrabando) com Argentina, Paraguai e Peru. Ocorreram, também, encontros para tratar da segurança fronteiriça com Colômbia, Peru e Bolívia.

Para além do diálogo com países fronteiriços, registraram-se progressos em âmbito nacional para dotar o Governo brasileiro de melhores condições para a promoção da segurança das fronteiras.

O Brasil conta, atualmente, com 165 postos de fronteira aérea, terrestre, marítima e fluvial em pleno funcionamento, para proteger 16.886 quilômetros de fronteiras terrestres e oito mil quilômetros de fronteiras marítimas. Planeja-se, para 2018, acréscimo de recursos humanos e tecnológicos nesses postos, sobretudo na região Norte do País.

No ano de 2017, observou-se incremento de 1,1% em relação a 2016 no número de registros de controle migratório (entradas e saídas do país), totalizando mais de 21 milhões em todas as fronteiras, os portos e os aeroportos. Para maior eficiência desse controle, a Polícia Federal tem adotado novas tecnologias, a exemplo dos portais de autoatendimento (E-Gate) instalados nos aeroportos de Guarulhos, Galeão e Campinas. Em 2018, pretende-se dar continuidade ao processo de modernização.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Foi ultimado, ainda, o Plano de Inteligência para Proteção Integrada de Fronteiras no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (Pifron-Sisbin). Pela primeira vez desde a criação do Sisbin, em 1999, houve o planejamento conjunto visando fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços. O Pifron-Sisbin baseia-se no conceito amplo de “evento de fronteira”, entendido como qualquer atividade ilícita ou que represente ameaça à segurança brasileira que utilize o espaço fronteiriço. O Plano contempla eixos temáticos e diretrizes que balizam as atividades de inteligência de Estado.

Em novembro de 2016, foi estabelecido o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras. No decorrer de 2017, elaborou-se o Planejamento Estratégico do Programa, que busca tanto incrementar o diálogo com os países vizinhos quanto promover a articulação entre as diversas agências que atuam no combate e repressão aos crimes transfronteiriços – órgãos de segurança pública e inteligência, a Secretaria da Receita Federal e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Sob a égide do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e beneficiando-se do novo Plano de Inteligência para Proteção Integrada de Fronteiras, foram levadas adiante diversas ações de reforço de segurança nas fronteiras.

As Operações Ágata foram reformuladas e passaram a realizar-se de forma contínua. Tiveram lugar, ao longo de todo o ano, ações-surpresa em toda a faixa de fronteira. As operações envolvem: i) bloqueios de estradas; ii) patrulhamento naval e terrestre; iii) controle do espaço aéreo; iv) fiscalização aduaneira; e v) ações cívico-sociais em apoio à população fronteiriça. Graças a essas ações, realizadas pelas Forças Armadas em coordenação com os diversos órgãos de segurança pública e de fiscalização federais, estaduais e municipais, fortaleceu-se a presença do Estado na região de fronteira, em particular para combate a ilícitos transfronteiriços e ambientais.

Operação Ágata 2017



Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército.

Ainda no âmbito das Operações Ágata, foram realizadas, em 2017, 201 operações militares na faixa de fronteira, com o objetivo de reduzir a incidência de crimes transfronteiriços e ambientais e combater o crime organizado. Essas operações resultaram na inspeção de 176.742 veículos e três aeronaves; na apreensão de 170 embarcações, 48 armas, 820 munições, 14.178 quilos de drogas; e 2.750 quilos de explosivos.

Sempre no contexto das Operações Ágata, as Operações Ostium concentraram-se no policiamento do espaço aéreo contra alvos desconhecidos ou classificados como suspeitos. O objetivo principal foi dissuadir ilícitos, inclusive transnacionais, relacionados ao narcotráfico e ao contrabando de armas. Em 2017, suas atividades de vigilância aérea contemplaram desde ações de inteligência operacional até, em situações extremas, medidas de destruição. Adicionalmente, foram executadas missões de reconhecimento aéreo, busca e salvamento, transporte logístico, segurança e defesa, ataque e ação direta e guiamento aéreo avançado.



Operações
Cáucaso
e **Égide**
inibem ações
de quadrilhas
especializadas
na fronteira e
contribuem no
combate às
drogas.

A primeira fase da Operação Ostium ocorreu nas cidades de Chapecó (SC), Corumbá (MS), Dourados (MS), Campo Grande (MS), Cascavel (PR) e Foz do Iguaçu (PR). Ao todo foram interceptadas 150 aeronaves suspeitas. Uma delas transportava 500 quilos de cocaína.

As Operações Ágata também contaram com o reforço do patrulhamento naval. Foram empregados navios de patrulha fluviais em inspeções navais nas calhas dos rios Japurá e Içá e na Bacia do Paraguai. Como resultado, embarcações, armas, munições, madeira e drogas foram apreendidas.

A Operação Sentinel teve por objetivo aprimorar o desempenho das diferentes unidades responsáveis pelo combate aos crimes transfronteiriços. Do mesmo modo, as ações de policiais federais da Interpol no Brasil, em 2017, culminaram na prisão de 33 foragidos estrangeiros em território nacional. Também foram presos 90 foragidos da justiça brasileira, nacionais e estrangeiros, em razão da difusão vermelha processada pela Interpol no Brasil.

Diversas operações específicas voltadas para o combate ao contrabando e ao tráfico de drogas e armas nas regiões fronteiriças têm sido realizadas periodicamente.

Em maio de 2017, foi deflagrada a Operação Cáucaso, em Dourados (MS), com foco nas quadrilhas especializadas no contrabando de cigarros. Os resultados foram expressivos: i) 43 pessoas presas; ii) 6,8 toneladas de maconha e 22.650 pacotes de cigarros apreendidos; e iii) 55 veículos recuperados.

Em julho, foi iniciada a Operação Égide, que contempla ações em estados de fronteira, além do Rio de Janeiro. Parte considerável das

EIXO O BRASIL E O MUNDO

drogas, das armas de fogo, das munições e dos produtos de contrabando que abastecem as organizações criminosas nos grandes centros são oriundas das fronteiras terrestres do Brasil com a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. Foram realizadas operações de reforço de policiamento nos estados de RS, SC, PR, MS, GO, SP e MG para coibir o tráfico e o contrabando. Os resultados da Operação Élide são também significativos: i) 9.707 pessoas detidas; ii) 148,8 toneladas de maconha e 3,52 toneladas de cocaína e crack; iii) 646 armas e 108.991 munições de diversos calibres; iv) 646 veículos recuperados; e v) 3.353.586 pacotes de cigarros apreendidos.

Resultado nacional de enfrentamento ao crime

Descrição da atividade	Total
Pessoas detidas	37.732
Toneladas de maconha	382,8
Toneladas de cocaína e crack	10,7
Armas de fogo	2066
Munições de diversos calibres	189.580
Veículos recuperados	6.996
Pacotes de cigarro apreendidos	9.422.561

Fonte: PDI/PRF, em 11 de janeiro de 2017 - Nacional entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017.

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Sempre com o intuito de fortalecer a segurança nas fronteiras, a Operação Foz do Iguaçu desenvolveu atividades de repressão dos crimes de contrabando, de saída irregular de riquezas e de tráfico de drogas e de armas. Desde o início da operação até o presente, foram obtidos os seguintes resultados:

Dados Operação Foz do Iguaçu/PR

Descrição da atividade	Total
Prisões de pessoas e apreensões de menores	51
Apreensões de produtos (und.)	21.445
Apreensão de drogas (kg)	619.115
Apreensão de veículos	19

Fonte: Centro de Gerenciamento e Monitoramento da FNSP.

O Sistema Integrado do Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) também foi aperfeiçoado em 2017. O Sisfron é programa estratégico de sensoriamento, que fortalece a capacidade de monitorar a faixa de fronteira terrestre. Emprega equipamentos de comunicação de alta tecnologia. Em 2017, o projeto-piloto do Sisfron, instalado em área fronteiriça do Mato Grosso do Sul, atingiu o percentual de 74% de implantação. Estima-se que o projeto-piloto seja concluído em 2019.

Ao longo de 2017, o tráfico de pessoas foi objeto de particular atenção do Governo brasileiro. Em colaboração com a sociedade civil e com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), foi realizado, em julho, o curso “Abordagem sobre Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes”, em Cáceres (MT). Em setembro, o I Seminário Internacional de Enfrentamento ao

EIXO O BRASIL E O MUNDO

Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, no Rio de Janeiro, foi exercício útil para instruir a elaboração de políticas de proteção integral ao migrante e do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cujo lançamento está previsto para o primeiro semestre de 2018.

Em matéria de cooperação policial, merece destaque a eleição, em 29 de setembro de 2017, do Diretor-Executivo da Polícia Federal para o cargo de vogal das Américas no Comitê Executivo da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal) e a celebração, em abril, de acordo entre a Polícia Federal e o Serviço Europeu de Polícia (Europol).

Foram muitas as ações desenvolvidas para o combate à corrupção no plano internacional. O Brasil copreside, com a Alemanha, o grupo de trabalho anticorrupção do G20, que se reuniu em Brasília no mês de abril. Aprovou-se, então, por iniciativa brasileira, a criação de guia de cooperação internacional para o combate à corrupção em procedimentos civis e administrativos. O País também atuou no fortalecimento da cooperação técnica no combate à corrupção, por meio da participação na 7ª Conferência dos Estados-Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, em Viena, em novembro.

Fortalecimento da Inteligência

Decreto de 15 de dezembro de 2017 aprovou a Estratégia Nacional de Inteligência (Enint), documento de orientação aos órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), decorrente da Política Nacional de Inteligência (PNI), instituída pelo Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, e referência para a formulação do Plano Nacional de Inteligência (Planint).

A Enint consolida conceitos e identifica os principais desafios para a atividade de inteligência, definindo eixos estruturantes e objetivos estratégicos, de forma a propiciar as melhores condições para que o Brasil possa aproveitar oportunidades e se antecipar às ameaças. A estratégia também traz a transparência necessária para que a sociedade brasileira conheça os elementos norteadores do Sisbin no período até 2021. Para 2018, está prevista a conclusão e a publicação do Planint e a

EIXO O BRASIL E O MUNDO

consolidação de todas as normas que regulam a atuação coordenada e exitosa do Sistema Brasileiro de Inteligência.

O Governo brasileiro vem acompanhando a conjuntura de fluxos migratórios provenientes da Venezuela, o que exige uma sofisticada articulação com as unidades federativas atingidas pelo fenômeno, em especial na implementação de ações de escopo humanitário.

No campo da segurança pública e ordenamento de fronteira permanecerão necessárias as medidas capazes de harmonizar a exigência de maior controle fronteiriço com a política brasileira para as migrações internacionais.

Com relação às atividades de contraterrorismo, foram desenvolvidas ações de prevenção, como o acompanhamento do fenômeno do terrorismo no mundo e a análise de suas repercussões para o Brasil, além do monitoramento de alvos e redes associados a possíveis atos terroristas. A cooperação nacional e internacional no trabalho de prevenção, detecção e monitoramento de ameaças terroristas no Brasil foi fortalecida, com destaque maior para o intercâmbio de dados em fóruns internacionais.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

EIXO GESTÃO PÚBLICA

1 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

O Governo Federal concluiu a Reforma Administrativa, que resultou na extinção de 4.184 cargos em comissão, gratificações e funções de confiança do Poder Executivo Federal, em decorrência do Decreto nº 8.947, de 28 de dezembro de 2016. Foram editados, desde junho de 2016, 76 decretos que atualizaram as estruturas organizacionais do Poder Executivo Federal, resultando na redução de despesas com cargos e funções de confiança, conforme a tabela a seguir:

Reforma administrativa: cargos, funções e gratificações extintos

Cargos, funções e gratificações	Total de cargos, funções e gratificações extintos	Economia orçamentária anual (R\$)
Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS)	2.547	164.294.603,59
Funções Gratificadas (FG)	833	5.115.738,93
Funções Comissionadas Técnicas (FCT)	656	16.596.132,92
Cargos em comissão de Agências Reguladoras	48	3.162.417,06
Gratificações Temporárias de Atividade em Escola de Governo (GAEG)	100	4.336.926,43
Total geral	4.184	193.505.818,93

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O processo de profissionalização do Poder Executivo Federal vem ocorrendo desde a edição da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016. A Lei autorizou a extinção de 10.462 cargos do grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) passíveis de ocupação por pessoas sem vínculo com a administração pública e sua gradual substituição por igual número de Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal (FCPE), privativas de servidores públicos efetivos. Até o final de 2017, 9.127 cargos em comissão DAS já haviam sido substituídos por FCPE. Isso já representa 87% do total de

substituições possíveis. Ainda nesse contexto, foi publicado o Decreto nº 9.021, de 31 de março de 2017, que estabeleceu que 60% dos mais altos cargos comissionados do Governo Federal – DAS 5 e 6 – devem ser ocupados por servidores que ingressaram no setor público por meio de concurso.

NOVAS RESTRIÇÕES AO AUXÍLIO-MORADIA NO EXECUTIVO

Com a edição do Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, foram atualizadas as regras para as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte, incluídas as empresas públicas e as sociedades de economia mista, como cedente ou cessionária, tornando mais objetivas as regras de reembolso às cessões e às requisições.

Com a edição da Medida Provisória nº 805, de 30 de outubro de 2017, houve alteração das regras relacionadas à ajuda de custo e ao auxílio-moradia, verbas indenizatórias das despesas realizadas por servidores com ou sem vínculo, ocupantes de cargos em comissão níveis 4, 5 e 6, de Natureza Especial, de Ministro de Estado ou equivalente, que se transferem para outra cidade e não possuem imóvel próprio.

A modernização normativa disposta no art. 35 da referida MP prevê a redução do gasto, atribuindo limite temporal ao pagamento da indenização do auxílio-moradia, reduzindo em 25% a cada ano, a partir do segundo ano de recebimento do valor, até a sua extinção ao final do quarto ano, podendo ser novamente concedido, desde que sejam atendidos os requisitos do art. 60-B. A MP também inovou ao determinar que não haverá suspensão ou interrupção da contagem do prazo de quatro anos, nas hipóteses de exoneração ou mudança de cargo ou função.

Quanto à sistemática de ajuda de custo, prevista no inciso I do art. 51, e nos arts. 53 a 57, da Lei nº 8.112, de 11 dezembro de 1990, a proposta apresentada no âmbito da MP nº 805, de 2017 altera o art. 54 da referida Lei, de modo a reduzir a indenização atual de até três vezes para apenas uma única remuneração do cargo.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Uma ação de destaque na modernização da gestão pública foi a implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) para o Governo Federal, no âmbito da Central de Compras, unidade que concentra a demanda e a realização do processo licitatório de determinados bens e serviços de uso comum pelos órgãos e pelas entidades do Poder Executivo federal.

Com foco na eficiência do gasto, na melhoria dos serviços prestados aos usuários, no maior controle e na transparência no serviço de transporte, foi desenvolvido o TáxiGov, modelo que substitui os carros alugados e próprios por táxis, com adoção de soluções de tecnologia de informação e comunicação para os usuários e para gestão dos serviços, pagando-se apenas pela efetiva utilização. A Central de Compras conseguiu o menor preço global, R\$ 12,7 milhões em Ata de Registro de Preços, representando um desconto de 14,77% sobre o preço tabelado do serviço de táxi no Distrito Federal.

Foram realizadas, em 2017, aproximadamente 75 mil corridas, atendendo a mais de sete mil servidores, que percorreram cerca de 544 mil quilômetros, com um gasto de R\$ 1,88 milhões. Tal despesa é 60,58% menor do que se toda essa distância fosse atendida pelos modelos anteriores, representando uma redução de gastos da ordem de R\$ 2,89 milhões.

Além da redução de custos, destacaram-se outros ganhos não financeiros, como o acompanhamento em tempo real dos deslocamentos e a existência de diferentes plataformas para solicitação dos serviços: aplicativo para *smartphones*, sítio na Internet e central de atendimento telefônico, disponíveis diariamente. Em 2018, pretende-se aprimorar o modelo do TáxiGov, reavaliando o mercado fornecedor, uma vez que o contexto normativo no Distrito Federal passou por modificações, além de estudar sua expansão para cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, onde há concentração de órgãos federais.

O Governo Federal desenvolveu ações no sentido de simplificar os processos e gerir os riscos inerentes às transferências voluntárias, entre elas, a edição de normativos, como: i) Portaria Interministerial MP/MF/CGU/CC nº 38, de 2017, que trata dos procedimentos e dos cronograma para operacionalização das emendas individuais ao orçamento no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv); ii) Portaria MP nº 66, de 2017, que dispõe sobre critérios de excelência para a governança e gestão de transferências de recursos da União; iii) Portaria MP nº 67, de 2017, que dispõe sobre a gestão de integridade, riscos e controles internos no âmbito das transferências de recursos da União;

e iv) Instrução Normativa MP nº 2, de 2017, que estabelece regras e diretrizes de acessibilidade nas obras e serviços de engenharia custeados com recursos de convênios e contratos de repasse.

Outra atividade executada foi a modernização da plataforma tecnológica das transferências voluntárias, com destaque para implantação do novo módulo de cadastramento *on-line* dos Estados, dos Municípios e as organizações da sociedade civil; implantação do banco de projetos para cadastramento de propostas; agilidade no pagamento de despesas, por meio do aperfeiçoamento da Funcionalidade de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV); restruturação da funcionalidade que permite a verificação de regularidade de Estados e Municípios; lançamento do Painel de Transferências Abertas, promovendo a transparência da aplicação dos recursos públicos; e desenvolvimento de funcionalidade para incorporação de documentos de obras no Siconv, com vistas a dar maior transparência do processo.

2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

Em 2018, visando ao aprimoramento da governança orçamentária, o Governo Federal dará continuidade ao processo de avaliação de políticas públicas com vistas a melhor fundamentar a alocação de recursos no orçamento. Para subsidiar as discussões que envolvem a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2019 (PLOA 2019), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) realizará avaliações de algumas ações e programas selecionados.

Além disso, nas discussões para a elaboração do PLOA 2019, serão considerados os resultados das avaliações realizadas por outros órgãos e entidades governamentais, em especial as ocorridas no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP), instituído por meio da Portaria Interministerial MP/CC/CGU nº 102, de 2016 . Como resultado desse processo, serão priorizadas no orçamento as políticas públicas consideradas mais relevantes para a sociedade, bem como aquelas que apresentem melhor desempenho.

Ao longo de 2018, o Governo Federal continuará desenvolvendo trabalho, realizado desde 2017, para verificar se determinados gastos identificados como despesas obrigatórias no orçamento estão corretamente classificados como tal ou se são despesas discricionárias. O resultado dessa verificação

EIXO GESTÃO PÚBLICA

subsidiará a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019, podendo acarretar a redução da rigidez do orçamento, contribuindo para a melhoria da gestão de recursos e da qualidade do gasto.

Os resultados da avaliação de políticas públicas implementadas pelo Governo Federal são apresentados ao CMAP sob coordenação do Ministro do Planejamento e participação de representantes da Casa Civil, Fazenda e Controladoria-Geral da União.

Como parte das medidas que buscam eficiência no gasto público, o Governo Federal realizou estudos e avaliações de programas e políticas, dentre as quais se destacam as seguintes:

Avaliação	Objetivo	Resultado
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Desenvolver metodologias para possibilitar que informações dos diversos órgãos do Governo Federal possam ser integradas para identificação dos indícios de irregularidade e maior focalização do Programa.	Criado Grupo de Trabalho Interministerial para definir a metodologia de revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). As discussões desse grupo e as ações do MDS permitiram identificar mais de 60 mil pessoas recebendo o BPC de maneira irregular. Havia quase 17 mil benefícios pagos a pessoas já falecidas. Depois dessa descoberta, os pagamentos foram cancelados, gerando economia para o governo no total de R\$ 670 milhões por ano. Nos outros 43 mil casos, as pessoas tinham renda maior que o valor máximo fixado para ter direito ao benefício. Essas pessoas também tiveram o auxílio cortado. De acordo com os dados publicados no sítio do Governo em outubro de 2017, foi possível economizar R\$ 2,2 bilhões.
Programa Bolsa Família	Desenvolver metodologias para possibilitar que informações dos diversos órgãos do Governo Federal possam ser integradas para identificação dos indícios de irregularidade e maior focalização do Programa.	Desenvolvida estratégia de cruzamento de dados que resultou no cancelamento e bloqueio de benefícios irregulares. Com a revisão do Bolsa Família, 654 mil famílias que atualizaram seus cadastros tiveram seus benefícios bloqueados, após atualização cadastral, e 469 mil famílias tiveram seus benefícios cancelados no final de 2016. De acordo com os dados publicados no sítio do Governo em outubro de 2017, foi possível economizar R\$ 1,02 bilhão.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Avaliação	Objetivo	Resultado
Programa Seguro Defeso	Desenvolver ações integradas com os diversos órgãos do Governo Federal para identificação dos indícios de irregularidade e maior focalização do Programa.	Edição do Decreto nº 8.967 de 23 de janeiro de 2017, que promove melhorias na governança do programa. Além disso foram identificados defesos ineficazes e que devem ser cancelados. São necessários estudos para subsidiar o não pagamento do seguro-defeso onde há alternativa de pesca, e o cancelamento de outros defesos. De acordo com os dados publicados no sítio do Governo em outubro de 2017, foi possível economizar com essas medidas R\$ 1,6 bilhão.
Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez	Revisão dos benefícios por incapacidade há mais de dois anos sem passar por perícia médica.	Edição das Medidas Provisórias nº 739/2016 e nº 767/2017 (convertida na Lei nº 13.457, de 26 de junho de 2017), que possibilitou ao longo de 2017, a revisão de aproximadamente 250 mil benefícios de segurados que recebiam o auxílio doença ou aposentadoria por invalidez e há mais de dois anos não passavam por perícia médica. Desse montante 226,2 mil foram cancelados. Essa medida gerou uma economia para os cofres públicos de R\$ 5,7 bilhões até o fim de 2017. Para 2018, há previsão de realização de 1,2 milhão de perícias médicas para revisão desse benefício.
Interoperabilidade dos bancos de dados do Governo Federal	Desenvolver metodologias para viabilizar a troca de informações entre os órgãos públicos, desonerando o cidadão na apresentação de documentação já existente na base de dados do Governo.	Criação de métodos para verificação de condicionalidades de programas sociais, cruzando informações de registros administrativos. Como exemplo, o cruzamento entre a base de dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de beneficiários do Seguro Defeso Pescador Artesanal (SDPA) possibilitou identificar pessoas cadastradas no Siape que eram beneficiárias desses programas sociais, gerando indícios de irregularidade no recebimento desses benefícios.
Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex-Ante	Fortalecer a disseminação das melhores práticas de avaliação de políticas públicas no Poder Executivo Federal, de forma a orientar a decisão política sobre a ação pública mais efetiva, eficaz e eficiente.	O Guia é destinado a aprimorar o desenho das políticas públicas e potencializar os impactos da ação pública, reduzindo seus custos e elevando seus benefícios para a sociedade. Foi resultado de discussões técnicas coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República e em parceria com o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Transparéncia e Controladoria-Geral da União e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O Guia será submetido ao Comitê Interministerial de Governança (Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017), para publicação.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Avaliação	Objetivo	Resultado
Lei Rouanet	Analisar os impactos dos incentivos fiscais na mobilização de recursos e proponentes nas atividades culturais.	O primeiro estudo realizado pelo IPEA indica a necessidade de tratamento diferenciado para os diferentes proponentes. O segundo aponta para a criação de um cadastro dinâmico dos proponentes, que facilite o processo decisório, monitoramento e prestação de contas. O último estudo mostra a relevância dos impactos da lei de incentivos para um número significativo de empresas do setor cultural na geração de empregos. Com base nos resultados e nas discussões sobre os projetos incentivados com recursos de renúncia fiscal decorrentes da Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), foi sugerida a reestruturação do fluxo interno de aprovação de projetos no âmbito do Ministério da Cultura e da análise das prestações de contas, para se mitigar riscos de desvios e sobreposições com outras linhas de financiamento de cultura, inclusive de outros entes federativos.
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	Oferecer subsídios para o redesenho do FIES, a partir dos seguintes eixos de análise: i) subsídios implícitos e encargos de reembolso do Programa; e ii) evolução de sua apropriação em termos territoriais, institucionais, e pelos indivíduos.	O estudo apontou redução da proporção de subsídios implícitos a partir de 2015. Com relação ao reembolso dos empréstimos, e como forma de reduzir a inadimplência, o estudo propôs a adoção do modelo implantado em alguns países, denominado Encargos Contingentes à Renda (ECR), que leva em conta a renda futura para definir valores das parcelas e prazos de amortização. O estudo foi subsídio para revisão da política pública por meio da aprovação da Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017.
Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB)	Realizar avaliação econômica do Programa, com os objetivos de avaliar o impacto sobre indicadores de internações e mortalidade em decorrência da hipertensão arterial e diabetes e de calcular a sua razão de custo-efetividade.	O Programa contribuiu para a redução das internações e óbitos no Brasil relacionados a essas duas doenças, em 27,6% e 8%, respectivamente, no período de 2004 a 2016. Destaca-se que, a partir de 2010, o Programa conseguiu reduzir mais de cem mil casos de internações hospitalares, representando reduções superiores a 30% ao ano, o que comprova a sua efetividade.

3 GOVERNANÇA PÚBLICA

Com foco na melhoria da gestão pública, foi publicado o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional. O decreto estabelece princípios e diretrizes de governança, desenvolvidos a partir da necessidade de se construir uma política focada em fazer com que as instituições públicas direcionem suas ações para o cidadão.

Com essa abordagem, buscou-se garantir e facilitar a implementação de políticas públicas focadas em resultados para a sociedade, evitando-se fragmentações (silos) e sobreposições e fortalecendo o desenvolvimento de uma abordagem integrada de governo (*whole-of-government approach*).

Pretendeu-se igualmente criar um elemento de conexão entre os princípios constitucionais que orientam a atividade administrativa - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência - e a atuação do agente público.

Para garantir que as boas práticas de governança sejam disseminadas em toda a administração pública federal, foi criado o Comitê Interministerial de Governança (CIG), que tem a tarefa de coordenar a política de governança pública e assegurar que as ações voltadas à melhoria da gestão pública sejam orientadas por diretrizes e objetivos comuns.

Em 2017, também foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9.163, de 2017, que ampliará o alcance da política de governança para os demais poderes e demais entes federativos e organizará o planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, a partir de três instrumentos: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; planos nacionais, setoriais e regionais; e Plano Plurianual da União.

A estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social consolida a retomada do planejamento de longo prazo no País e está fundamentada na competência da União de elaborar e executar planos de desenvolvimento econômico e social, prevista no art. 21, inciso IX, da Constituição Federal de 1988.

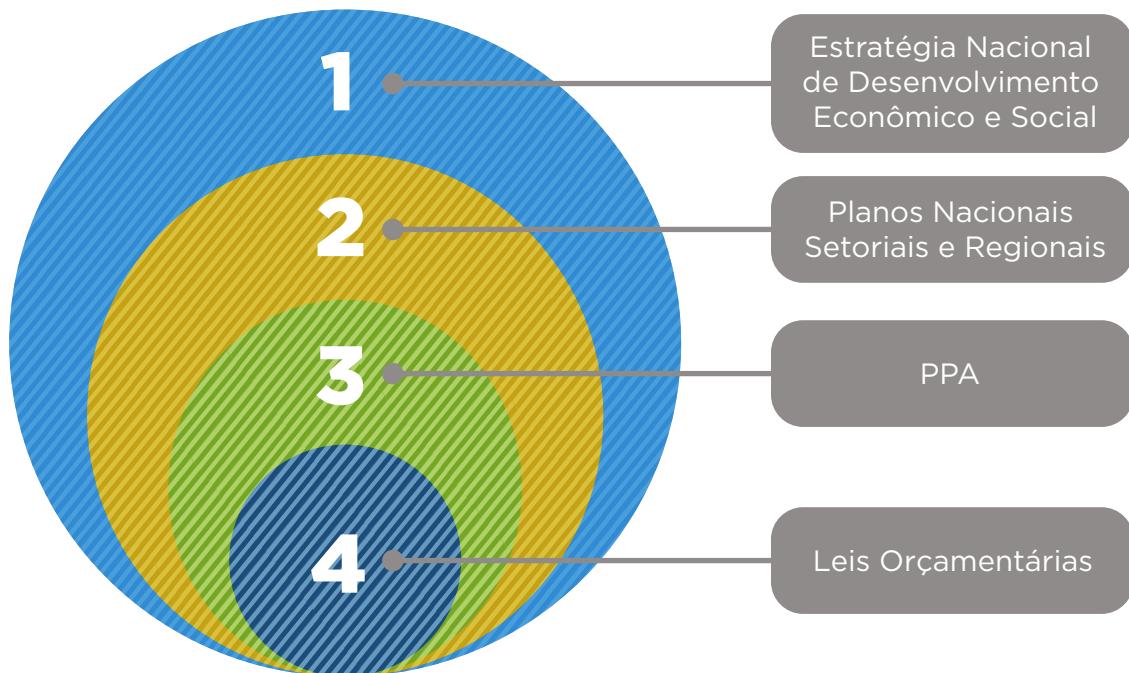
Embora iniciativas passadas tenham buscado construir planos com esse horizonte, o Projeto de Lei nº 9.163, de 2017 inova ao institucionalizar a sua edição e ao inserir o plano dentro de um conjunto

EIXO GESTÃO PÚBLICA

de instrumentos estratégicos de planejamento, criando uma relação sinérgica e integrada entre planos com diferentes vigências e alcances. O referido PL também prevê normas gerais para os planos nacionais, setoriais e regionais. Diante da existência de planos ancorados em diagnósticos e previsões distintos – e, em alguns casos, até mesmo conflitantes –, a inclusão dessas regras representa um avanço para o planejamento governamental.

Foi estabelecida uma importante relação de coordenação entre esses planos e a Estratégia Nacional de Longo Prazo, o PPA (Plano Plurianual) e as orientações das políticas nacionais afins. A integração e a harmonização das diretrizes nesses instrumentos é essencial para dar maior coerência e estabilidade ao planejamento do desenvolvimento nacional.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Pelo diagrama, nota-se que a integração entre a Estratégia Nacional, os planos nacionais, setoriais e regionais, o Plano Plurianual da União e as Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamentária Anual foi concebida para garantir a consonância textual e a compatibilidade plena de atributos, de modo a sanar as contradições e as lacunas hoje verificadas na leitura desse conjunto de instrumentos.

A despeito da aprovação do referido projeto de lei, diversas inovações vêm sendo implementadas no PPA 2016-2019, dando mais transparência às ações do Governo. Uma delas foi a elaboração do Sumário Executivo do Relatório de Avaliação do PPA, incluindo a elaboração de estatísticas com classificação padronizada do desempenho das metas e dos indicadores.

Ressalta-se também o Monitoramento Participativo Tempestivo do PPA 2016-2019, apresentado no Fórum Interconselhos 2017, possibilitando o controle social e a aproximação da sociedade civil na elaboração e na implementação de políticas públicas constantes no Plano.

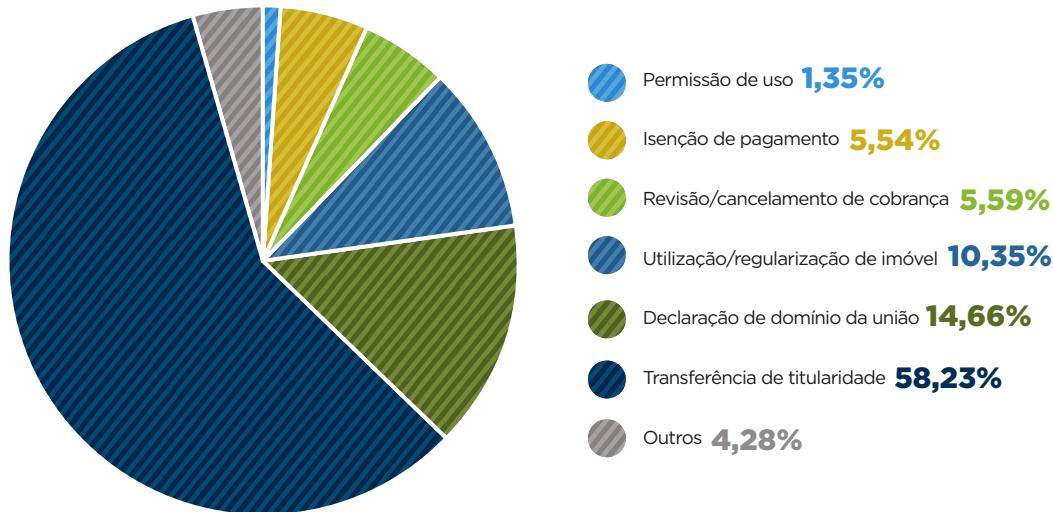
4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Para ampliar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e a desburocratização dos processos, foi dada continuidade à implantação do Portal de Atendimento ao Cidadão <patrimoniodetodos.gov.br>, priorizando o tratamento digital das demandas externas, em razão da existência de volume significativo de solicitações com exigência de atendimentos presenciais nas Superintendências do Patrimônio da União.

O Portal, que permite ao interessado solicitar e acompanhar pela Internet as fases de tramitação de sua demanda, oferece 31 serviços eletrônicos. Os serviços contabilizaram mais de 33 mil solicitações protocoladas pelos usuários do patrimônio da União, em 2017.

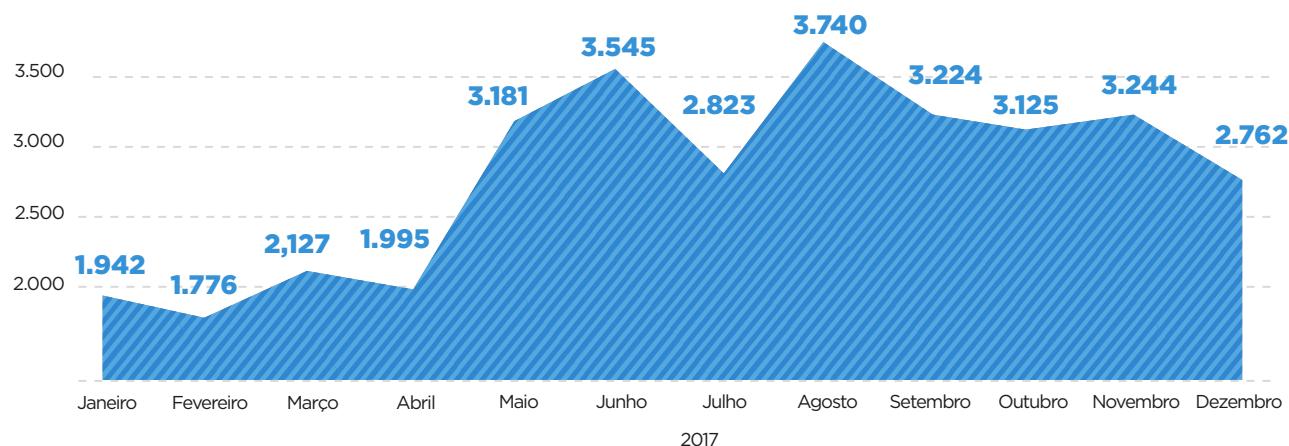
EIXO GESTÃO PÚBLICA

Demandas no portal por tipo de serviço



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Requerimentos efetuados no portal por mês



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

O Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet) prevê a unificação das quatro bases cadastrais de imóveis existentes, com a implantação de novo sistema computacional fundamentado em um Banco de Dados Geoespaciais, permitindo uma gestão mais eficiente e eficaz do patrimônio, com utilização de inteligência geográfica.

Foi implantado o módulo do Sistema que permite o parcelamento de dívidas patrimoniais, resultando na renegociação de cerca de R\$ 22,7 milhões em 2017. A expectativa é que até o fim de 2018 seja renegociado o montante de aproximadamente R\$ 40 milhões em dívidas.

Em relação às receitas patrimoniais, foram emitidos 1.058.022 Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARFs), relativos a cobranças de aluguel, arrendamento, cessão de uso, alienação, parcelamento, permissão de uso, laudêmio, taxa de ocupação, entre outras taxas patrimoniais, correspondendo a uma arrecadação de cerca R\$ 650 milhões para 2017.

Foram implementadas, ainda, ações no sentido de melhorar a arrecadação, tais como o desenvolvimento de sistemática de parcelamento de débitos e cobrança administrativa de créditos patrimoniais.

Em estratégia de racionalização e alienação dos imóveis sem interesse para a administração pública, o Governo Federal adotou novo mecanismo para alienação, assumindo, por meio do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a responsabilidade de promover as vendas, sem a necessidade de interveniência de outros agentes.

A alienação sem intervenientes resultou em um incremento de 164,71% em relação ao modelo anterior de alienação. As novas diretrizes de alienação imobiliária representaram incremento de R\$ 47,16 milhões aos cofres públicos em 2017.

Com a regulamentação do processo de permuta e a implementação da Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico (Reurb-E), as oportunidades de alocação de recursos para investimentos em políticas governamentais devem crescer em 2018.

Em busca de alternativas para ampliar a rentabilidade dos ativos imobiliários da União, foram firmados acordos de cooperação técnica com as principais instituições bancárias do setor público para a

EIXO GESTÃO PÚBLICA

modelagem de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), composto de imóveis da União. Pretende-se que seja integralizado o Fundo com imóveis, que será administrado pelas instituições bancárias, sendo estas responsáveis pela captação de recursos junto a investidores interessados.

Ainda como forma de racionalizar os usos e promover a redução com despesas de aluguéis, o Governo Federal busca alternativas para prover as áreas necessárias à administração pública, dentre elas, operações de permuta de prédios prontos por bens da União inservíveis ao uso público. Entre as iniciativas de racionalização do uso dos imóveis, destacou-se a cessão, em 2017, de 142 imóveis funcionais, em Brasília para o Ministério da Defesa, que deverá proporcionar uma economia de R\$ 1,68 milhão por ano com condomínio e Taxa de Limpeza Pública (TLP).

5 DESESTATIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E DESINVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

Dentro do processo de reestruturação, das 154 empresas estatais existentes no início do exercício de 2017, permanecem sob a coordenação e a governança do Governo Federal 149 empresas. A variação no número decorre da incorporação da BB Cor pela BB Corretora; da incorporação da Telebras Copa pela Telebras; da Privatização da CELG D – CELG Distribuição S.A.; da realização de desinvestimento, por parte do Grupo Petrobras, na empresa Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS); e da liquidação da Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC), do Grupo Petrobras .

ESTATAIS: LUCRO E GOVERNANÇA

Comparando-se o ano de 2015 com 2016, o resultado líquido do consolidado das estatais evoluiu de um prejuízo de R\$ 32 bilhões para um lucro de R\$ 4,6 bilhões – uma variação positiva de R\$ 36,6 bilhões.

Comparando-se o primeiro semestre de 2017 com o de 2016, o lucro passou de R\$ 14,5 bilhões para R\$ 17,3 bilhões (aumento de 19,6%). Entre os grupos analisados, o maior crescimento verificado foi do Grupo Petrobras, que saiu do lucro de R\$ 518 milhões, no primeiro semestre de 2016, para R\$ 5,1 bilhões, no mesmo período de 2017.

Destaca-se, ainda, a consolidação do processo de implementação da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas estatais, e, ainda, a regulamentação prevista no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que estabeleceu regras específicas para empresas de menor porte, detalhamento de mecanismos e estruturas de transparência e governança.

Como um instrumento de acompanhamento contínuo da governança das empresas estatais federais de controle direto da União, foi criado, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Indicador de Governança das Estatais (IG-SEST), que tem por objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelas diretrizes estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), criada pelo Decreto nº 6.021, de 22 de janeiro de 2007. O IG-Sest é apurado em três dimensões, compostas por blocos, que contêm itens de avaliação: gestão, controle e auditoria; transparência das informações; e conselhos, comitês e diretoria.

O primeiro ciclo de avaliação de 48 estatais federais, com base no IG-SEST, teve o seguinte resultado: 17% ficaram no Nível 1; o de melhor qualificação; 8% no Nível 2; 42% no Nível 3; e 33% no Nível 4. Esse acompanhamento contribui para eliminar a assimetria atualmente existente na gestão das empresas estatais, buscando a convergência para um alto padrão de gestão, como um parâmetro a ser seguido, servindo, ainda, como um balizador para as decisões de governo no processo de reestruturação de ativos.

Planos de saúde e fundos de pensão – Com relação à oferta do benefício de assistência à saúde das empresas estatais federais, o Governo empreendeu esforços para induzir a sustentabilidade financeira

EIXO GESTÃO PÚBLICA

e atuarial do benefício. Para tanto, desenvolveu ações no sentido de estabelecer parâmetros de governança e custeio da assistência à saúde, entre elas, a manifestação acerca das propostas para alteração do custeio do benefício em oito empresas, que totalizam mais de 400 mil beneficiários. Considerando a Nova Lei Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de junho de 2017), as empresas foram orientadas a adotar providências referentes às necessárias adequações administrativas, encaminhando aos respectivos Conselhos de Administração propostas de adequação de suas políticas de pessoal.

Quatro processos de equacionamento de déficit dos fundos de pensão das estatais foram analisados e aprovados em 2017, representando R\$ 1,28 bilhão de déficit a equacionar. Ainda estão sob análise planos de equacionamento cujo montante ultrapassa R\$ 30 bilhões.

Foi extinta em 2017 a BNDES PLC – subsidiária do BNDES, sediada em Londres. Está em discussão a liquidação da Alcântara Cyclone Space (ACS) e a Companhia Docas do Maranhão (Codomar) está em processo de extinção. Tais procedimentos atendem a objetivos não meramente fiscais, mas de realizar uma reforma administrativa que promova uma efetiva racionalização do Estado brasileiro.

De modo a possibilitar maior agilidade nas decisões de desinvestimentos das empresas estatais, foi publicado o Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, com o objetivo de trazer segurança jurídica, regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para os desinvestimentos de ativos pelas sociedades de economia mista federais, por meio do Regime Especial de Desinvestimento de Ativos, de adoção facultativa.

Em relação à política de pessoal, alinhado ao processo de reestruturação e sustentabilidade econômico-financeira das empresas, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes e parâmetros de análise das propostas de Programas de Demissão Voluntária (PDV).

Desde 2016, o Governo Federal, por meio de PDVs, reduziu a força de trabalho das empresas estatais em aproximadamente 26.300 empregados, o que representa uma redução de 4,94% do pessoal dessas entidades. Trata-se de uma política que busca aumentar a eficiência e a produtividade das empresas estatais federais, adequando-as ao novo cenário fiscal e melhorando seu desempenho empresarial.

PETROBRAS ARRECADADA BILHÕES COM PARCERIAS E VENDA DE ATIVOS

Em seu programa de parcerias e desinvestimentos, a Petrobras arrecadou US\$ 13,6 bilhões entre 2015 e 2016 e trabalha para arrecadar US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018. Entre as ações em curso, destacam-se a oferta pública de ações da BR Distribuidora e as participações de refinarias que serão colocadas à venda, podendo incluir ativos da área logística, como dutos e terminais.

Na área de gás e energia, em 2017, a empresa concluiu a venda de 90% das suas ações da Companhia na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para fundo de investimentos gerido pela canadense *Brookfield Asset Management*, no valor de US\$ 4,23 bilhões. Também iniciou os processos de alienação de 90% de sua participação acionária na Transportadora Associada de Gás S.A. (“TAG”) e de alienação integral de sua participação acionária na Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa) e de sua Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III).

Na área de exploração e produção (E&P), a Petrobras, nos projetos de desinvestimento denominados Topázio e Ártico, pretende colocar em oferta pública 19 polos, que correspondem a 136 ativos, sendo 30 ativos *offshore* (em águas rasas) e 106 ativos em terra. Sob o ponto de vista da União, estes projetos de desinvestimento vão ao encontro dos objetivos da E&P para maximizar a recuperação dos recursos *in situ* dos reservatórios petrolíferos e promover adequada monetização das reservas existentes. Isso visa a garantir o adequado descomissionamento das instalações ao final da vida útil dos campos, bem como a evitar a devolução prematura de campos maduros, terrestres ou marítimos, que ocorreria com a consequente interrupção de atividades de pesquisa, privando a sociedade das respectivas participações governamentais e demais tributos incidentes sobre a atividade petrolífera.

6 BRASIL EFICIENTE

Os projetos do Programa Brasil Eficiente inserem-se num contexto de medidas do Governo visando à desburocratização, à simplificação administrativa, à modernização da gestão pública e à melhoria da prestação dos serviços públicos às empresas, aos cidadãos e à sociedade civil, no âmbito de suas respectivas competências.

Nessa linha, os principais marcos normativos são: i) Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016, que trata do compartilhamento da base de dados na administração pública federal; ii) Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, que instituiu a Plataforma de Cidadania Digital e tratou da oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; iii) Decreto de 7 de março de 2017, que criou o Conselho Nacional para a Desburocratização – Brasil Eficiente; iv) Lei n.º 13.444, de 11 de maio de 2017, que criou a Identificação Civil Nacional; e v) Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos com relação à Carta de Serviços ao Usuário, e ainda ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País.

A Plataforma de Cidadania Digital instituída pelo Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, apresenta-se como canal para o cidadão ter acesso aos serviços públicos digitais.

Ferramentas relevantes foram implementadas ao longo de 2017 na Plataforma Digital, tais como: nova versão do Portal de Serviços do Governo Federal; mecanismo de acesso digital único do usuário aos serviços públicos (Brasil Cidadão); mecanismos de solicitação, acompanhamento e avaliação dos serviços públicos; 1ª versão do Painel de Monitoramento; e digitalização dos primeiros serviços utilizando as ferramentas da Plataforma.

O Portal de Serviços é a iniciativa integrada para a disponibilização de informações, solicitação eletrônica e acompanhamento de serviços públicos. Além de proporcionar praticidade e agilidade para cidadãos e empresários, estima-se que os serviços digitais poderão reduzir em até 97% o custo para o Governo e eliminarão dificuldades enfrentadas no atendimento presencial.

Foi iniciada a preparação de 41 serviços públicos de atendimento para a transformação digital, envolvendo 14 órgãos e entidades da administração pública federal. Desses serviços, 35 foram entregues em 2017 e outros seis encontram-se em processo de transformação, com previsão de disponibilização para os cidadãos e as empresas até o 1º trimestre de 2018.

Serviços mais demandados pelos cidadãos entregues em 2017:

Serviço	Órgão/ entidade
Emissão de passaporte para brasileiros	DPF/MJ
Emissão de certificado veterinário para viagens internacionais com animais de companhia	MAPA
Passe-livre interestadual para pessoas carentes e com deficiência	MTPA
Alistamento militar	MD
Requerer isenção de pagamento relativo à imóvel da União	SPU/MP
Obter declaração de domínio de imóvel da União	
Transferir titular de imóvel da União	

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Como iniciativa que compõe a Plataforma de Cidadania Digital, o Brasil Cidadão é uma ferramenta de autenticação que padroniza o acesso a vários serviços e sistemas, garantindo a identificação única de cada indivíduo que acessa os serviços digitais do Governo Federal, eliminando a necessidade de cada órgão criar seu próprio mecanismo de acesso.

O Brasil Cidadão é composto de seis módulos: Autenticador Brasil Cidadão; Portal do Usuário Brasil Cidadão; Portal de Gestão Brasil Cidadão; Barramento de Informações Brasil Cidadão; Brasil Cidadão Mobile; e Auditoria de Eventos e Log Brasil Cidadão.

Em 2017, foram disponibilizados cinco níveis de autenticação no Brasil Cidadão (Nível 1 – Autocadastro; Nível 2 – Dados cadastrais convalidados em bases de dados governamentais; Nível 3 – Dados cadastrais

EIXO GESTÃO PÚBLICA

certificados; Nível 4 - Biometria; e Nível 5 - Cadastro Assinado Digitalmente), possibilitando também o uso da base biométrica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a identificação do cidadão na utilização de serviços públicos digitais.

Para acelerar a transformação digital dos serviços públicos, foi disponibilizado Kit de Transformação de Serviços Públicos <<http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital/transformacao>>. O serviço é um conjunto de ferramentas, guias e métodos que dão suporte para que os órgãos possam identificar, digitalizar e implantar serviços com maior qualidade e transparência, orientados pela perspectiva dos usuários.

Governo integrado e conectado

A plataforma de interoperabilidade do Governo Federal visa a resolver a logística para a prestação de serviços, viabilizando a troca de informações diretamente entre os órgãos públicos, desonerando o cidadão da apresentação de documentação já existente na base do Governo.

A edição do Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016, e da Portaria MP nº 58, de 23 de dezembro de 2016, simplificou o processo, eliminando a necessidade de realização de acordos de cooperação técnica, que levavam em média três anos para a troca de informações.

A ferramenta gira em torno de três iniciativas que visam à integração de dados e sistemas de diferentes órgãos da administração pública: Plataforma de Análise de Dados do Governo Federal (GovData); Plataforma de Reconhecimento Digital do Cidadão (Predic); e Serviço Centralizado de Processo Eletrônico (ConectaGov).

O lançamento da GovData, em 2017, possibilitou a pesquisa e o cruzamento de informações, favorecendo o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes, detecção e eliminação de fraudes e redução dos custos logísticos com maior celeridade. Para 2018, serão incorporadas novas bases de dados ao GovData e serão entregues os primeiros resultados das análises e dos cruzamentos de dados proporcionados pela solução.

No contexto da Predic, que tem como objetivo permitir a identificação digital do cidadão, facilitando o compartilhamento de dados cadastrais entre os órgãos de governo, as atividades da plataforma serão executadas a partir de 2018, em consonância com o Decreto nº 9.094, de 11 de julho de 2017, e o Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016.

O desenvolvimento do ConectaGov otimizou a prestação de serviços à sociedade. A solicitação do passaporte é um dos serviços públicos que foi simplificado por meio da utilização do Serviço, desobrigando o cidadão de apresentar a quitação eleitoral e o comprovante de alistamento militar para obtenção do documento.

O Processo Eletrônico Nacional (PEN) é mais uma iniciativa conjunta da administração pública na construção de uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos, visando à melhoria do desempenho do setor público.

O PEN é composto por três ações: o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), plataforma que permite transferir a gestão de documentos e processos eletrônicos administrativos para um mesmo ambiente virtual; o Protocolo Integrado e; a solução para tramitação eletrônica.

Em 2017, foram realizadas diversas ações para ampliar o número de órgãos e instituições que utilizam o SEI. Atualmente, seis Estados utilizam o Sistema como solução de processo eletrônico e outras cinco instituições estão em fase de implantação, sendo três Estados e duas Defensorias Públicas. Setenta instituições públicas são usuárias do SEI e demais soluções, enquanto 93 estão em fase de implantação.

O Sistema passou por evoluções, entre as quais se destaca a entrega do Módulo de Peticionamento Eletrônico. O Protocolo Eletrônico foi lançado como piloto no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), possibilitando aos cidadãos, às empresas, aos órgãos e às entidades públicas protocolarem documentos sem a necessidade de se deslocar fisicamente ou gastar com o envio de postagens por correio.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

O aplicativo do SEI facilitou ainda o uso do Sistema pelos usuários em dispositivos móveis, garantindo maior eficiência na tramitação e na assinatura de documentos eletrônicos. A funcionalidade denominada multiórgãos foi atualizada para aperfeiçoar a utilização do sistema por mais de um órgão, trazendo economia de infraestrutura de tecnologia da informação e garantindo maior celeridade na tramitação de processos administrativos.

Outras evoluções e melhorias podem ser destacadas, tais como a retomada dos esforços para integração do SEI com o Diário Oficial da União (DOU) e o aprimoramento da solução de certificado digital utilizada pelo Sistema.

Para 2018, uma das principais metas é o início da operação da solução eletrônica do PEN, que irá possibilitar a tramitação de processos administrativos exclusivamente em meio eletrônico entre órgãos e entidades das diversas esferas e poderes da União. Está prevista a implementação da Plataforma de Governança do PEN, que possibilitará, em tempo real, o monitoramento e a extração de dados relacionados ao desempenho dos processos administrativos, bem como os índices de economicidade dos órgãos e das entidades que utilizam o SEI.

O Painel de Preços disponibiliza, de forma clara e de fácil leitura, dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet), proporcionando transparência aos preços praticados pela administração pública e estimulando o controle social.

Já o Painel de Acesso a Dados Orçamentários foi concluído e disponibilizado no sítio <<http://www.planejamento.gov.br>>, na área Orçamento Público. A ferramenta amplia a comunicação com os agentes públicos e a sociedade, aperfeiçoa os canais de informação sobre os dados orçamentários e aumenta a transparência orçamentária, utilizando linguagem clara e acessível.

Foram também disponibilizadas novas funcionalidades no Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), que contribuíram para a modernização da gestão do Governo Federal, como:

- Requerimento eletrônico, pelo qual o servidor efetua solicitações de algum benefício, sem o uso de papel, com redução estimada de 30% no tempo de atendimento;

- Registro de ações judiciais, que viabiliza o recadastramento de antigos atos, com uma redução mensal estimada de R\$ 14 milhões em pagamentos;
- Avaliação de desempenho, que possibilita a gestão de todo ciclo de avaliação dos servidores, desde a definição até a apuração de metas. Há estimativa de economia anual de R\$ 3 milhões, uma vez que diversos sistemas para o mesmo fim serão desligados nos órgãos, que passarão a utilizar o sistema central;
- Auxílio-moradia, que valida automaticamente se o servidor tem direito ao benefício e se já é ocupante de imóvel funcional;
- Posto de trabalho e aprendizagem, que gerencia as tabelas de cargos e carreiras, suas estruturas remuneratórias e vagas, substituindo 70 funcionalidades do antigo sistema;
- Anistiado político, que automatiza os cálculos e reajustes dos cerca de cinco mil servidores; e
- Novas funções no Sigepe Mobile referentes à consignação, sendo possível consultar o extrato, fazer simulações e autorizar consignação pelo celular.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, comemorou dez anos em janeiro de 2017, e tem se tornado um caminho de racionalização e de simplificação, não apenas na Receita Federal, mas na sociedade. No conjunto dos produtos do SPED, destacam-se:

- A Escrituração Contábil Digital (ECD) superou a marca do 1,2 milhão de escriturações entregues em 2017;
- A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) receberá, em 2018, a Declaração sobre a Utilização dos Recursos em Moeda Estrangeira Decorrentes do Recebimento de Exportações (Derex), como forma de simplificação das obrigações tributárias; e

EIXO GESTÃO PÚBLICA

- A Escrituração Contábil Digital (ECD) terá informações das notas explicativas relacionadas aos valores informados nas demonstrações contábeis apresentadas pelas pessoas jurídicas.

As tratativas para a criação de modelo nacional de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica avançaram em 2017. Em outubro foi entregue a primeira versão (beta) do Emissor Público de NFS-e. O compromisso é o aumento da competitividade das empresas brasileiras pela racionalização das obrigações acessórias (redução do custo-Brasil), atraindo inclusive novos investimentos. Além disso, o Projeto também visa o benefício das administrações tributárias, padronizando e melhorando a qualidade das informações, racionalizando os custos governamentais e gerando maior eficácia na seleção de contribuintes para fiscalização.

Para 2018, será entregue o emissor de nota em versão mobile, o serviço de integração entre os ambientes de dados federal e municipal (*webservices*) e a guia de recolhimento única da NFS-e.

eSOCIAL

O eSocial é a nova forma de prestação de informações pelo empregador e integrará a rotina de mais de oito milhões de empresas e 40 milhões de trabalhadores. O eSocial é um projeto conjunto que integra Ministério do Trabalho, Caixa Econômica Federal, Secretaria de Previdência, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Receita Federal. A iniciativa permitirá que todas as empresas brasileiras possam realizar o cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de forma unificada, o que reduzirá custos, processos e o tempo gasto hoje pelas empresas nessas ações.

O Programa já é uma realidade para os empregadores domésticos que cumprem com suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias de forma unificada em um portal web simplificado e intuitivo. O recolhimento dos tributos e do FGTS também é feito de forma simples, com a geração de guia de recolhimento unificada.

Para as empresas, o acesso ao ambiente de testes da plataforma está disponível desde 1º de agosto de 2017, e a obrigatoriedade do sistema para grandes empresas teve início em 8 de janeiro de 2018 . A utilização do ambiente de testes é uma importante ferramenta colocada à disposição dos contribuintes, permitindo o aperfeiçoamento dos sistemas internos das empresas.

O eSocial deverá trazer grande simplificação para os contribuintes possibilitando amplas melhorias no ambiente de negócios do País. São previstas pelo menos 15 obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - Dirf, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged, etc.) que poderão ser extintas a partir da plena entrada em vigor do eSocial.

A extinção dessas obrigações deverá ocorrer já a partir de 2018, com conclusão em 2019. Com o eSocial, os serviços públicos prestados pela Previdência Social também deverão ter um grande salto na qualidade, já que haverá informações de qualidade sendo prestadas pelos empregadores, possibilitando dados atualizados, quase em tempo real, com os vínculos trabalhistas e com as informações da massa salarial e das contribuições previdenciárias.

FACILIDADES PARA O TRABALHADOR

Em 2017, foram emitidas mais de 4,7 milhões de unidades da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Visando facilitar o acesso do trabalhador aos serviços de requisição e emissão da CTPS impressa, além de proporcionar maior segurança e integração das informações trabalhistas de diversos bancos de dados, o Governo lançou, em novembro de 2017, o aplicativo Carteira de Trabalho Digital, uma versão eletrônica da atual, disponível para ser acessada em *smartphones* e *tablets*.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

A carteira impressa ainda continuará a ser o documento oficial, muito embora o Governo tenha como meta permitir que a versão digital seja uma alternativa válida e possa substituir o documento físico para todos os fins a que se destina a CTPS atualmente. Contudo, desde final de 2017, sempre que o trabalhador precisar acessar qualquer informação sobre o contrato de trabalho vigente ou os anteriores, terá como fazê-lo consultando seu banco de dados pelo *smartphone*. Por esse mesmo canal, também será possível solicitar a 1^a ou 2^a vias da carteira de trabalho impressa.

O Governo lançou, em maio de 2017, o aplicativo móvel SINE Fácil, possibilitando ao trabalhador acesso rápido e fácil às vagas de emprego cadastradas no SINE por meio de *smartphone* ou *tablet*. Em 2017, o aplicativo foi baixado mais de 866 mil vezes, alcançando cerca de 50 mil consultas diárias. Mais de 200 mil trabalhadores foram encaminhados para uma vaga de emprego. O Governo também disponibilizou o Portal Emprega Brasil <<http://empregabrasil.mte.gov.br>>, uma nova plataforma que substitui o Portal Mais Emprego, com o objetivo de melhorar a comunicação com o cidadão e ampliar o atendimento virtual, reduzindo a necessidade de o trabalhador ir a um posto de atendimento para requerer os serviços. No portal, o usuário poderá encontrar informações variadas, como oferta de vagas, cursos de qualificação profissional, concessão de seguro-desemprego, entre outras.

Outra ferramenta aprimorada em 2017 é o Seguro-Desemprego Web, sistema pelo qual o trabalhador pode requisitar o benefício em caso de demissão. O Seguro-Desemprego Web foi pensado para facilitar a vida dos trabalhadores, que poderão enviar via Internet o requerimento para receber o benefício. Para usar o novo sistema, o cidadão precisa acessar o Portal Emprega Brasil e fazer um cadastro. O procedimento ainda não elimina a necessidade de o profissional ir até um posto após preencher seu cadastro na Internet, mas funciona como papa-filas, agilizando o atendimento nas agências. O sistema já estava disponível para empregadores, desde 2015, com o nome de Empregador Web. As empresas utilizam o sistema para inserir as informações necessárias para que o trabalhador receba o seguro-desemprego. Agora, os trabalhadores também terão acesso a essa comodidade.

- **Simples Nacional**

Em 2017, foram implementadas novas sistemáticas para o pagamento de tributos federais para os optantes do Simples Nacional. Os sistemas geradores de Documentos de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) foram integrados ao sistema e-Arrecada, para viabilizar o pagamento *online* por meio de débito em conta corrente do contribuinte.

Dessa forma, com este pagamento *online*, o contribuinte pode em questão de minutos sanar eventuais pendências junto à Receita Federal e possibilitar a emissão de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa na Internet em questão de minutos.

Além disso, agora há a possibilidade de “pagamento por meio de débito agendado” em conta corrente para os Microempreendedores Individuais (MEI).

A restituição automatizada do Simples Nacional foi implantada no mês de junho de 2017 e beneficiará oito milhões de pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional e os Microempreendedores Individuais.

Trata-se de um aplicativo de restituição de crédito de pagamento indevido ou efetuado a maior do Simples Nacional, referente aos tributos federais, que permite o tratamento automatizado dos pedidos transmitidos pelo contribuinte.

Até 31 de dezembro de 2017, foram transmitidos 59,9 mil pedidos de restituição do Simples Nacional, num total de aproximadamente R\$ 66,1 milhões. Cerca de 26,3 mil pedidos, correspondendo ao valor de R\$ 25,6 milhões já foram pagos aos contribuintes, enquanto mais de 4,1 mil pedidos, com valor total de R\$ 4,2 milhões, não foram pagos por terem sido encontrados débitos passíveis de compensação de ofício.

Todos os pedidos foram transmitidos remotamente, sem a necessidade de comparecimento dos contribuintes nas unidades da Receita Federal do Brasil (RFB) e a auditoria foi realizada integralmente pelo sistema informatizado sem a intervenção de pessoas.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

O pedido eletrônico facilita o acompanhamento dos pedidos de restituição, simplifica o pedido de restituição de tributos federais do Simples Nacional e agiliza a conclusão dos pedidos, com o pagamento da restituição no prazo de até 60 dias, contados da transmissão do pedido. Esse projeto substituiu a necessidade de formalização de processo administrativo e de auditoria manual de créditos por auditor fiscal da RFB.

O sistema Sisen (Sistema de Controle de Isenções de IPI e IOF) trata da automatização das atividades de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), instituída pela Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), instituída pelo art. 72 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, na aquisição de veículos destinados ao serviço de transporte individual de passageiros (táxi) e às pessoas com deficiência física, visual, mental ou autistas.

A entrada em produção do Sisen foi realizada em duas etapas. A primeira, em junho de 2017, contou apenas com os requerimentos destinados aos taxistas, tendo sido transmitidos eletronicamente 21.990 requerimentos até o final de dezembro. A segunda etapa do projeto, destinado às pessoas com deficiência, entrou em produção no dia 19 de dezembro de 2017, tendo sido transmitidos 7.669 requerimentos até o final do ano. Os requerimentos dos contribuintes são atendidos em um prazo de até 72 horas.

CAI PARA CINCO DIAS E MEIO O PRAZO PARA ABERTURA DE EMPRESAS EM SÃO PAULO

O projeto da Rede Nacional de Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) atingiu 75% de integração nacional, com integração de 100% das Juntas Comerciais e das Secretarias Estaduais de Fazenda com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) administrado pela Receita Federal. São mais de 2,3 mil Municípios integrados na etapa de pesquisa prévia de viabilidade locacional e 93% das Secretarias Municipais de Fazenda das capitais integradas à Redesim. Na maioria dos Estados, o tempo médio de abertura de empresas de baixo risco com alvará automático é de três dias.

No final do 1º semestre de 2017 foi implantada a integração com a cidade de São Paulo. A medida fez o tempo médio de abertura de empresas de baixo risco cair para cinco dias e meio. Em 2018, está prevista a evolução dos serviços, contemplando a padronização nacional do cadastro tributário e do registro empresarial; a regularização de estabelecimentos que já estão em funcionamento sem licenças; a abertura de filiais de uma mesma empresa; e a alteração de atividade econômica e endereço e integração com alvará de funcionamento de empresas de alto risco.

Lançada ainda no Distrito Federal e no Estado de Goiás, a CNH Digital tem o mesmo valor jurídico da versão impressa, com as mesmas informações, incluindo foto e QR code.

Ela é acessada a partir de um aplicativo desenvolvido para o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), que já pode ser baixado gratuitamente nas lojas App Store e Play Store. A CNH digital proporciona segurança e praticidade, já que o documento eletrônico armazena dados em QR code, que pode ser lido por policiais ou agentes de trânsito usando um *smartphone* ou *tablet*. O porte da CNH é obrigatório para o condutor, que pode evitar multas apresentando o documento eletrônico.

e-SAÚDE

Atualmente, 17.431 Unidades Básicas de Saúde (UBS) utilizam o prontuário eletrônico, sendo que 8.153 utilizam versões oferecidas gratuitamente pelo Ministério da Saúde e 9.278 fazem uso de softwares próprios e privados. Para 2018, a plataforma de e-Saúde ofertará outros serviços públicos digitais, dentre eles:

- Para o cidadão: autenticação digital segura; agendamento eletrônico de consulta na UBS de referência; acesso ao registro eletrônico de saúde; visualização do histórico de atendimentos realizados no SUS; inclusão de informações de saúde, tais como: medicamentos, alergias,

EIXO GESTÃO PÚBLICA

peso, altura, tipo sanguíneo etc.; auditoria dos atendimentos realizados (Carta SUS Digital); e avaliação dos serviços de saúde;

- Para o profissional de saúde: acesso ao registro eletrônico de saúde (RES) dos pacientes; gestão de agendamentos de consultas; e gestão do cuidado aos pacientes; e
- Para o gestor de saúde: acesso a informações anonimizadas; e painéis estatísticos segmentados para as esferas federal, estadual e municipal, com informações da rede assistencial em tempo real.

A Receita Federal também vem consolidando a disponibilização de seus serviços de orientação e atendimento em plataformas digitais. Em 2017, houve um incremento dos serviços de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). A parceria entre a Receita Federal e os cartórios permitiu que 2,8 milhões CPFs fossem emitidos gratuitamente na certidão de nascimento. Sessenta e quatro por cento dos cartórios do País prestaram o serviço de inscrição de CPF no momento da lavratura do registro de nascimento, sem burocracia e sem ônus para o solicitante.

A partir de outubro de 2017, os CPFs passaram a ser vinculados ao atestado de óbito, diretamente no cartório, possibilitando o registro da situação cadastral do titular falecido na base de dados cadastrais de pessoas físicas no CPF da Receita Federal, condição necessária e suficiente para o cumprimento de todas as obrigações do espólio perante órgãos públicos e entidades privadas. Será implantada em 2018 uma nova sistemática de integração do cadastro da RFB com os cartórios a qual prevê que qualquer atualização de dados no Registro Civil se reflita de imediato no CPF, como alteração de nome da pessoa física em função do casamento, por exemplo.

Em 2017, a Receita Federal implementou novas funcionalidades no serviço digital “Pedido de Regularização de CPF”, possibilitando que o cidadão atualize os seus dados cadastrais de CPF, tais como nome e endereço, acessando apenas o sítio da RFB. Além disso, houve o incremento do QR code nos novos modelos de comprovantes de inscrição e situação cadastral do CPF, gerando mais segurança e simplificação.

A Identificação Civil Nacional foi criada pela Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, com o objetivo de identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e as entidades governamentais e privados. Em 6 de novembro de 2017, foi publicada a Resolução nº 2 do Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional, que recomenda que o número de inscrição no CPF seja o número de uso público da Identificação Civil Nacional, a ser referenciado nos documentos de identidade de todo Brasil. Para a implementação da medida estão sendo formalizados convênios com os Estados, sendo que já prestam os serviços de inscrição e de alteração de CPF de forma gratuita.

Outras iniciativas de desburocratização para os cidadãos e para as empresas estão se desenvolvendo no âmbito do Governo Federal e em articulação com Estados e Municípios. Alguns destaques são:

- Maior celeridade ao processo decisório sobre assuntos relacionados à soberania nacional com a adoção da plataforma eletrônica para fluxo de dados e informações no âmbito do Conselho de Defesa Nacional;
- Desenvolvimento do Portal Único (Incra-GSI) para remessa de dados cartoriais sobre aquisição de terras por estrangeiros;
- Adoção de medidas para desburocratizar o processo de concessão de crédito com recursos dos Fundos de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), do Nordeste (FDNE) e da Amazônia (FDA), bem como com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO);
- Expansão das iniciativas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, à exemplo do Programa Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo (Profal), do Projeto Eficiência Operacional em Aeroportos; Porto sem Papel; outorga eletrônica para portos privados e empresas de navegação; Canal Verde Brasil; Sistema de Registro Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (RNTRC); Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros (Monitriip); e Passe Livre Interestadual;

EIXO GESTÃO PÚBLICA

- Simplificação, no âmbito do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, com a redução de etapas nos processos de alteração e fixação dos Processos Produtivos Básico (PPBs) e a redução de 30 para 15 dias, na tramitação dos processos de habilitação provisória à Lei de Informática;
- Início de construção da 1ª Agenda Regulatória do Comércio Exterior, para os anos de 2018 e 2019, desenvolvida pela Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex) com o objetivo de ampliar a troca de experiências sobre boas práticas regulatórias. Foi feita consulta aos 27 órgãos reguladores para identificação de áreas em que possam ser detectadas necessidades de atualização de regulamentos, reformas ou aperfeiçoamento da regulação do comércio exterior de bens e serviços;
- Modernização, no Ministério de Minas e Energia, dos procedimentos de outorga mineral e os sistemas de gerenciamento eletrônicos de documentos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), bem como a redução do prazo de emissão de outorgas de projetos de geração não estruturantes, de responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e
- Desburocratização de procedimentos para o acesso ao cadastro por parte dos prestadores turísticos, estimados em 500 mil, no Cadastur, por meio de um serviço eletrônico a ser oferecido ao usuário em 2018.

PORTAL CONSUMIDOR.GOV

A fim de fortalecer as políticas de prevenção e redução de conflitos por meio do aprimoramento da transparência e incentivo à excelência no atendimento aos consumidores, o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem disponibilizado para todo o Brasil, por meio do portal Consumidor.gov.br, um serviço público de resolução alternativa de conflitos de consumo pela Internet.

A ferramenta fornece ao Estado informações essenciais à elaboração e à implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores e incentiva a competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor.

O portal possui: um milhão de reclamações de consumidores registradas; mais de 770 mil usuários cadastrados; e 414 empresas participantes, que voluntariamente aderiram ao serviço. O índice médio de solução das reclamações dos consumidores corresponde a 81% e o prazo médio de resposta das empresas é de 6,2 dias.

Para o seu funcionamento, o Consumidor.gov.br conta com a colaboração de 18 Tribunais de Justiça, nove Defensorias Públicas, 11 Ministérios Públicos, 15 Institutos de Defesa do Consumidor (Procons), além da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Em 2017, foram 31 parcerias firmadas.

A plataforma oferece indicadores sobre a quantidade de reclamações por empresa, o índice de solução, a satisfação do consumidor com o atendimento dado e o prazo médio de resposta.

Outra ferramenta de grande relevância ao cidadão é o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), que permite o registro das demandas individuais dos consumidores que recorrem aos Procons, formando um banco nacional de informações sobre problemas enfrentados pelos consumidores. Trata-se do sistema utilizado por Procons de todo o País, os quais registram uma média de mais de 200 mil atendimentos a consumidores por mês.

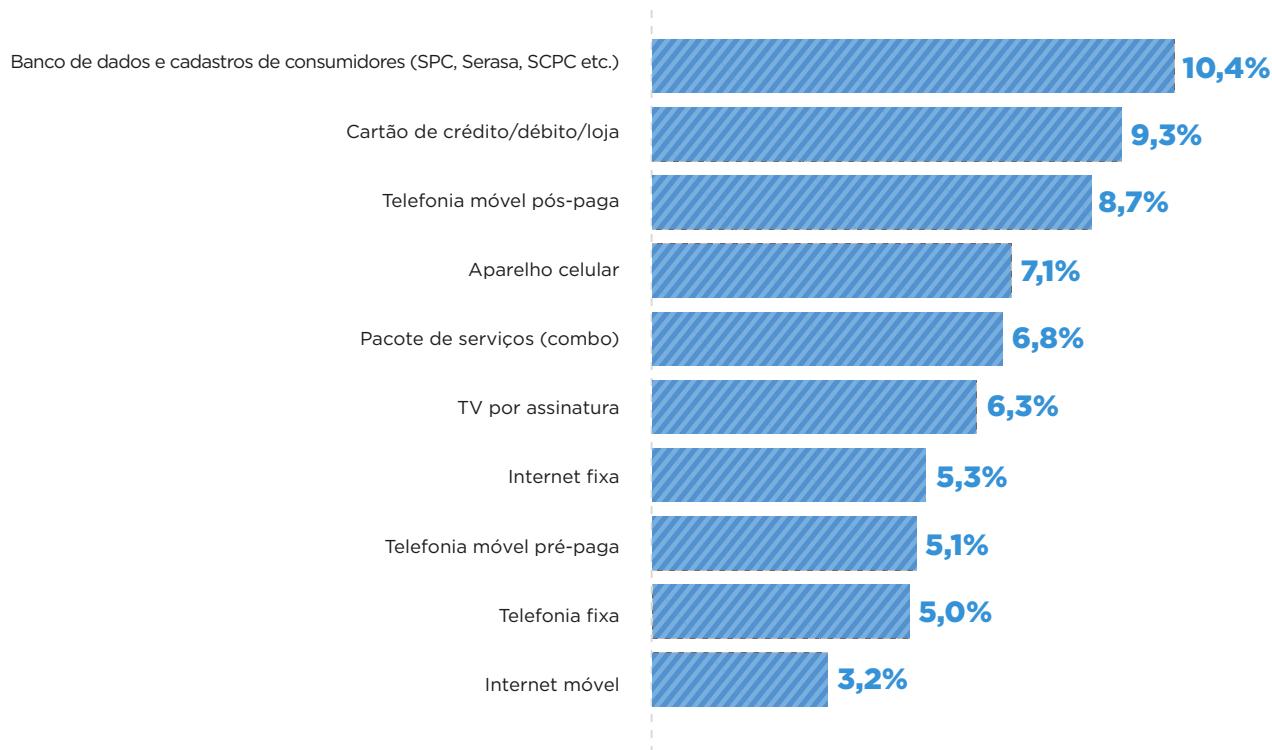
No ano de 2017, a partir da integração de 47 novos Procons, o Sindec ampliou ainda mais sua base de dados, consolidando hoje mais de 19 milhões de registros sobre as demandas de consumidores levadas a Procons das 27 unidades da Federação.

Outro acontecimento importante foi a disponibilização dos dados em portal eletrônico, ou seja, o *Bussiness Intelligence (BI)* do Sindec. Atualmente já estão disponíveis dados de quantidade de atendimentos por Estado e por Procon. A perspectiva é que em 2018 estarão disponíveis as informações estatísticas de atendimento e por fornecedor.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Portal Consumidor.Gov

Assuntos mais demandados



Fonte: <consumidor.gov.br>.

Houve ainda ampliação, em 2017, dos instrumentos disponíveis ao cidadão no tema da segurança de produtos. A principal entrega nesse campo foi o novo portal “Alertas de Recall”, acessível em <justica.gov.br/recall>. A ferramenta disponibiliza publicamente as campanhas de chamamento de produtos inseguros realizadas no País. Também foram inauguradas, em 2017, as Redes de Consumo Seguro e Saúde dos Estados do PR, MT, SE, GO, PA e DF, esforço de mobilização de diversos órgãos públicos, por meio de iniciativas estruturadas.

7 COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA E DE DIFUSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SOCIEDADE

No âmbito do Poder Executivo Federal, as ferramentas e canais de comunicação social – tais como imprensa, rádio, TV, Internet, publicidade, patrocínios e eventos – foram demandados para divulgar informações sobre políticas públicas, de forma clara e transparente, buscando o diálogo com o cidadão, como determina o § 1º, do art. 37 da Constituição Federal. As questões relevantes para a sociedade são alvo de trabalho diário de se propor – e também responder – pautas aos meios de comunicação. Essa gama enorme de informações gerada pelo poder público, que interessa aos cidadãos, é disseminada diariamente, de forma espontânea, no noticiário nacional, a partir do trabalho das assessorias de imprensa governamentais.

Por sua importância, as propostas de reforma da Previdência e modernização trabalhista, que impactam a vida de todos os brasileiros, foram objeto de campanhas de publicidade e comunicação digital. Foram criados os sítios <www.reformadaprevidencia.gov.br> e <www.brasil.gov.br/trabalhista> para serem fontes primárias de informação sobre as propostas de mudanças. Em 2017, 70 ações de publicidade institucional e publicidade de utilidade pública foram realizadas com objetivo de dar visibilidade a atos e decisões do Governo Federal; prestar contas à sociedade; e divulgar temas de interesse social, em observância ao princípio da publicidade dos atos públicos.

Outros temas de interesse social, direcionados para segmentos específicos, como identidade de gênero, direito das mulheres, criança e adolescente, também foram alvo de ações de divulgação. O combate à violência no Rio de Janeiro e as obras de transposição do rio São Francisco igualmente mereceram atenção especial.

Destacam-se ainda ações de divulgação como a do Programa Avançar, iniciativa que retoma o planejamento e a execução de obras paralisadas no País, e o Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Em sua terceira fase, com uma carteira de projetos inéditos, o PPI remodelou o formato das concessões no Brasil, trazendo novos investimentos para o País.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Para simplificar o acesso do cidadão a informações oficiais do Governo Federal e à prestação de serviços de utilidade pública, os portais de governo <brasil.gov.br>; <planalto.gov.br>; <secom.gov.br> e as redes sociais <www.twitter.com/portalbrasil>; <www.youtube.com/canalportalbrasil>; e <www.facebook.com/portalbrasil> tiveram inovações na linguagem, no formato e no visual. Além disso, uma nova comunicação entre Governo e servidores públicos foi criada pelo Whatsapp: o Canal do Servidor.

Para 2018, a expectativa é ampliar a participação social, mediante novos canais de comunicação com a sociedade, dando ênfase nas escutas e conversas públicas, plataformas que incentivam a participação social. Deverá ser lançada também a Central Digital de Informação de Governo, que abrangerá informações de interesse do cidadão e temas governamentais prioritários. Está prevista ainda a criação da nova Identidade Digital de Governo, que estabelece as premissas para os portais de governo, inovações sempre alinhadas aos pilares de transparência e participação social.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2017, adotou medidas de gestão que resultaram em importantes premiações, aumentou a audiência nas várias plataformas e foi reconhecida ao receber prêmios jornalísticos de relevância nacional, mesmo com redução de gastos. É da EBC a maior audiência do rádio brasileiro: A Voz do Brasil, acompanhada por 70 milhões de ouvintes e, agora, também transmitida pela web e pela TV NBR, a TV do Governo Federal.

Para 2018, a EBC atuará em duas frentes: i) na consolidação do aumento da audiência da TV Brasil e do sistema de rádios; e ii) no fortalecimento da comunicação governamental com foco na prestação de serviços, que tem na TV NBR e na Voz do Brasil suas grandes vitrines.

8 TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Portal da Transparéncia disponibiliza informações sobre receitas, despesas, benefícios pagos a cidadãos, gastos com cartões de pagamento, convênios, punições administrativas e servidores públicos. O Portal apresentou, em 2016 e 2017, o mesmo patamar de acessos com média mensal de 1,8 milhão de visitas. Outra ferramenta de transparéncia em funcionamento, o Painel de Monitoramento da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal <<http://www.cgu.gov.br/dados-abertos>> também permite o controle social das ações governamentais.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Em 2018 , será lançado o novo Portal da Transparência, remodelado para ser mais interativo e acessível aos cidadãos, permitir o compartilhamento de informações em redes sociais e adequar-se plenamente aos princípios de dados abertos. Isso facilitará o acesso aos dados até por quem não conhece aspectos técnicos da execução da receita e despesa pública. O novo Portal integrará mais bases de dados, a exemplo do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal (SCDP), possibilitando uma visão unificada sobre a execução de receitas e despesas públicas.

O compromisso com a transparência nas despesas públicas evidenciou-se em 2017 com a publicação da distribuição dos honorários advocatícios pagos aos servidores das carreiras jurídicas do Governo Federal, conforme disposto na Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.

Importante ação de âmbito internacional, a Parceria para Governo Aberto (OGP) contou, em 2017, com a participação, pela primeira vez, dos Poderes Legislativo e Judiciário no processo de construção e execução do 3º Plano de Ação Nacional, que conta com 16 compromissos. O processo de elaboração do 4º Plano de Ação Nacional se inicia no primeiro semestre de 2018.

O Programa de Fortalecimento das Ouvidorias experimentou crescimento significativo, alcançando 18 Estados, o Distrito Federal, 203 Municípios, além de 63 órgãos do Judiciário e do Legislativo municipal e estadual, totalizando 285 adesões (seis vezes mais do que verificado no exercício anterior).

Em 2017, o Sistema Informatizado de Ouvidorias Federais (e-OUV) passou a ser oferecido a todos os entes federados e Poderes. O denominado e-Ouv Municípios foi lançado em 4 de setembro e alcançou, até o final do ano, 238 órgãos e entidades. Com o sistema, os órgãos municipais, estaduais e federais podem receber e tratar em ambiente web as manifestações de usuários de serviços públicos. Um exemplo foi a ampliação em 2017 da rede de Ouvidorias do SUS em 87 unidades, alcançando 1.791 ouvidorias no País.

No âmbito federal, o Sistema já conta com 157 órgãos usuários – um crescimento de 52% em relação ao ano anterior –, consolidando-se como o maior sistema de ouvidorias em uso no Brasil, tendo registrado 80,6 mil manifestações em 2017.

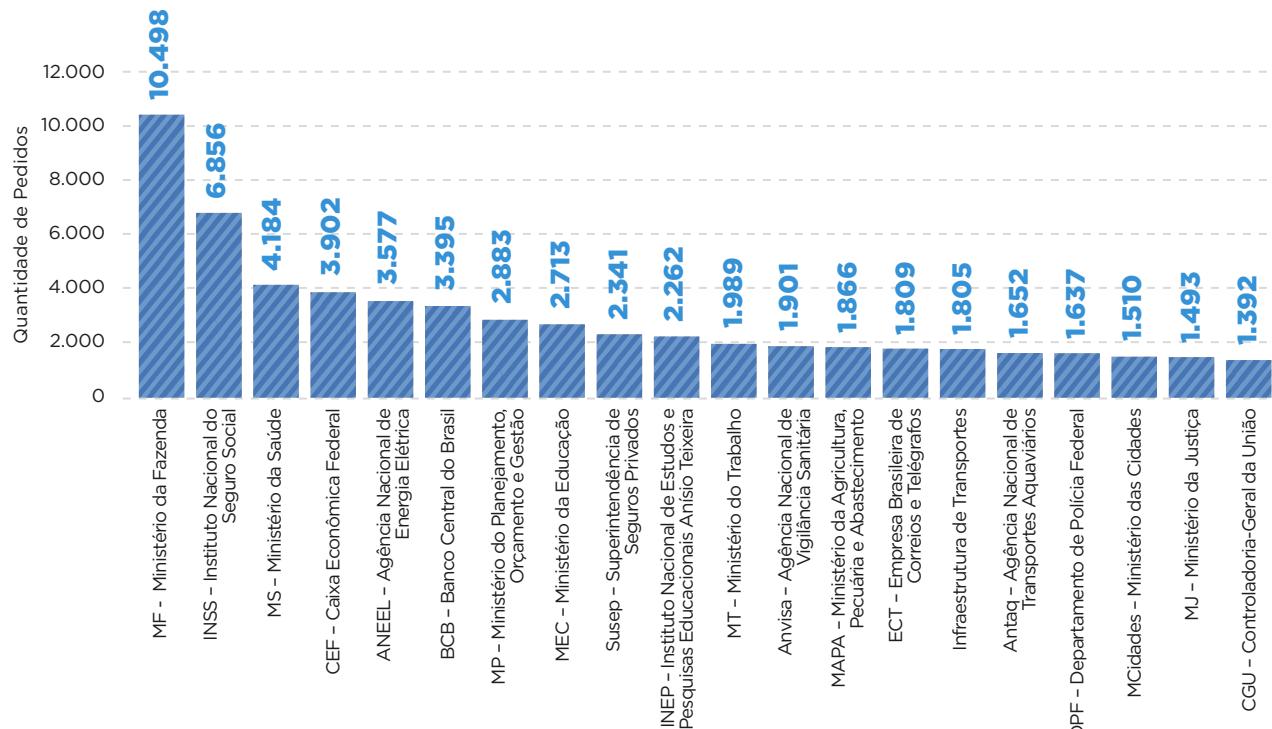
O e-Ouv evoluiu para incorporar duas novas ferramentas: “Simplifique!” e “Me-Ouv”. O primeiro, de uso obrigatório para a administração pública federal, visa a coletar informações junto aos usuários

EIXO GESTÃO PÚBLICA

que possibilitem o desenvolvimento de ferramentas para simplificação dos serviços oferecidos e democratização de seu acesso. O segundo abre a Interface de Programação de Aplicativos (conhecida como APIs) para que a sociedade civil possa desenvolver os seus próprios aplicativos de avaliação de serviços e enviá-los para a plataforma do e-Ouv.

De maio de 2012, quando a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – entrou em vigor, até dezembro de 2017, o Poder Executivo Federal recebeu mais de 560 mil pedidos de acesso à informação por meio do sistema e-SIC. Desse total, apenas 1.098 (0,19%) estavam fora do prazo e não haviam sido respondidos até o final de 2017. Abaixo, seguem alguns dados do acompanhamento da Lei de Acesso à Informação no Governo Federal:

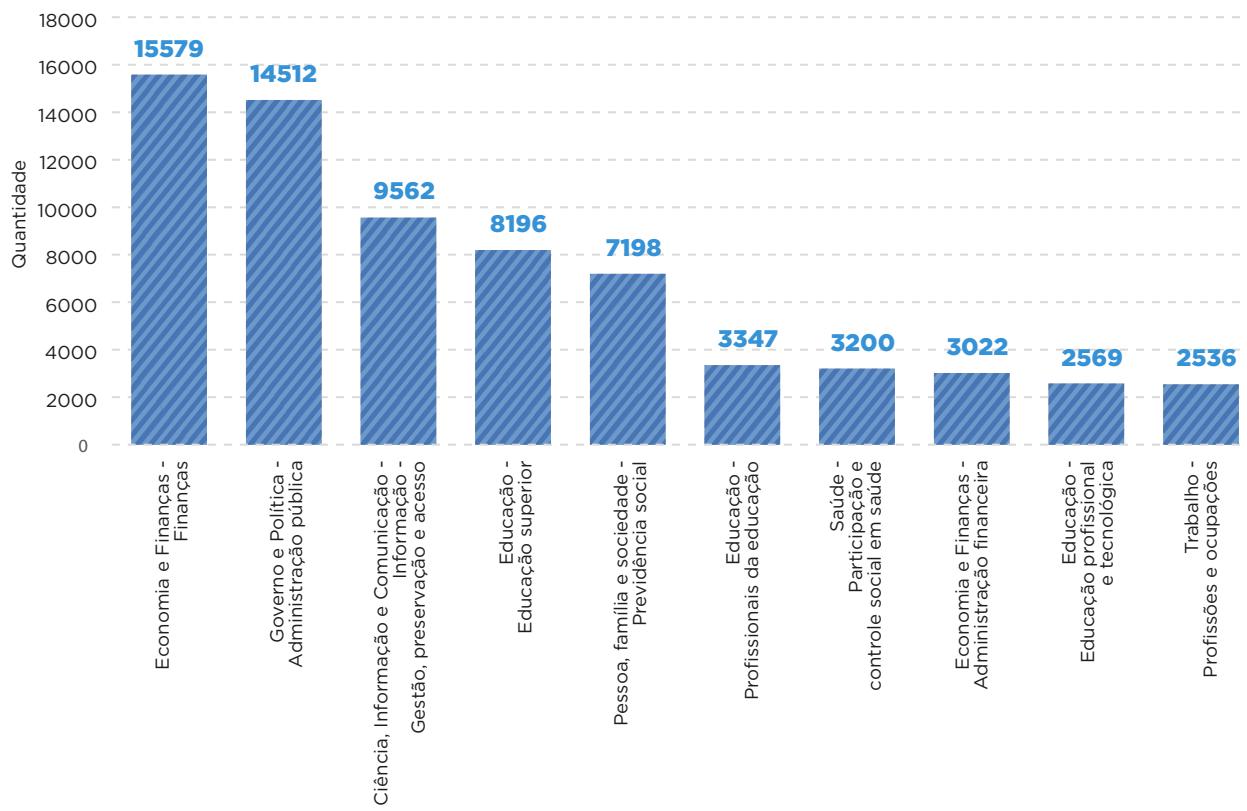
Órgãos mais demandados em 2017 - LAI



Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Temas das solicitações mais demandadas – LAI



Fonte: Ministério da Transparéncia e Controladoria-Geral da União.

Implementou-se com sucesso a avaliação do cumprimento dos seguintes requisitos da LAI:
i) Transparência Ativa – verificação do cumprimento pelos órgãos e pelas entidades do Poder Executivo federal das obrigações de transparência ativa; e ii) Dados Abertos – avaliação da política de Dados Abertos, estabelecida pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Essa avaliação faz parte do 3º Plano de Ação para Governo Aberto e terá continuidade em 2018.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Foram realizados, ainda, eventos para promoção da LAI, dentre os quais se destacam: i) a comemoração aos cinco anos de vigência da LAI, com a participação de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Estados, Municípios e sociedade civil; e ii) a realização do 6º Encontro da RedeSIC, no qual cerca de 170 servidores discutiram temas como fluxos e tramitação de pedidos de acesso à informação; qualidade na aplicação da LAI; políticas de dados abertos; aprimoramento da transparéncia em âmbito local; e exceções da LAI.

Para melhor obtenção de dados de transparéncia e melhor acesso a informações públicas, foi realizada oficina, durante o 12º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, sobre o uso de ferramentas de transparéncia que podem ser utilizadas tanto por jornalistas quanto pelo cidadão comum.

Em 2018, será lançado o Painel da Lei de Acesso à Informação, apresentando um panorama de implementação da mesma no Poder Executivo federal.

O Programa Brasil Transparente, que objetiva auxiliar Estados e Municípios na implementação das medidas de governo transparente previstas na LAI, contou, em 2017, com a adesão de 156 novos parceiros, totalizando 1.797 adesões em todo o Brasil.

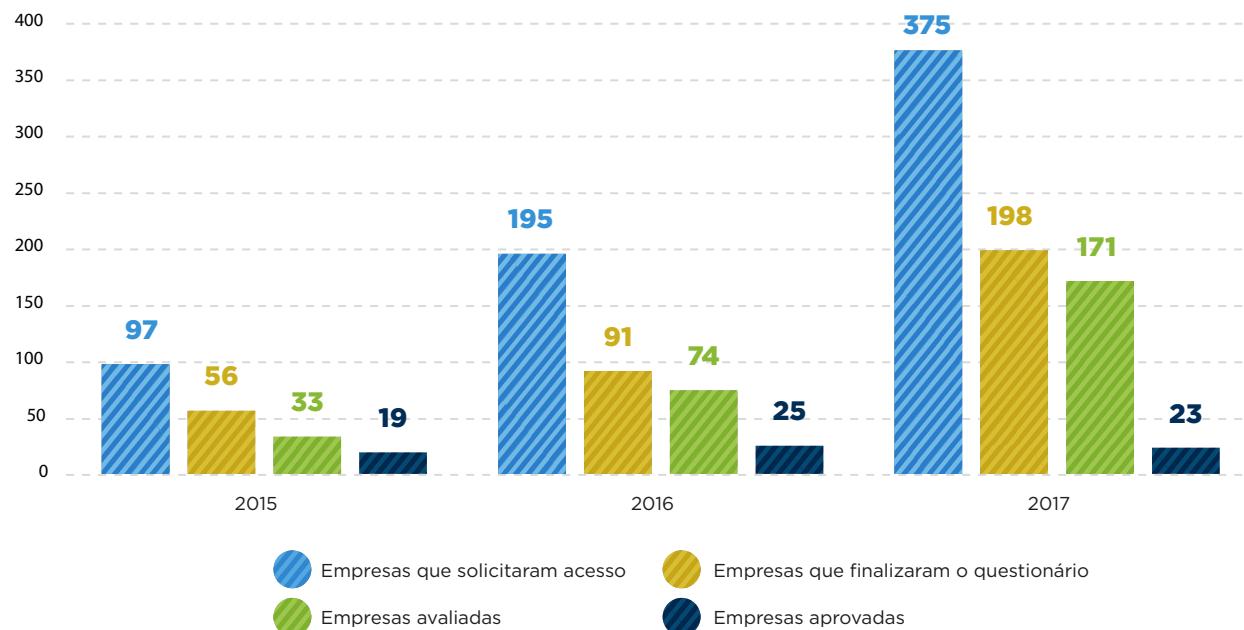
Com a adesão, Estados e Municípios recebem gratuitamente do Governo Federal o sistema e-SIC que, além de facilitar a vida do cidadão – permitindo que ele faça pedido de informação pela Internet –, tem funcionalidades que auxiliam o gestor no monitoramento de prazos. Nessa área, em 2017, foram realizados treinamentos presenciais que alcançaram agentes públicos estaduais e municipais. Além disso, foi realizada capacitação na modalidade de ensino a distância (EAD), alcançando 1.879 participantes.

Lançado em fevereiro de 2017, o Painel Municípios <<http://paineis.cgu.gov.br/index.htm>> reúne informações sobre fiscalização, transparéncia pública, ouvidoria, punições a empresas e demografia de todos os Municípios do País. A ideia é possibilitar uma visão geral da situação dos entes federados aos prefeitos, aos gestores municipais e à sociedade.

9 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

No ano de 2017, houve clara expansão na disseminação dos temas *compliance* e integridade no País, indicando que o setor empresarial nacional está cada vez mais preocupado com a melhoria do ambiente de negócios e com a atração do investidor privado. O programa empresa Pró-Ética, nesse cenário, vem conquistando ainda mais credibilidade. Houve incremento no número de interessadas em 2017: 375 empresas solicitaram acesso ao sistema e 198 enviaram o questionário de avaliação devidamente preenchido no prazo estipulado. Desses, 171 cumpriram os requisitos de admissibilidade e foram avaliadas. Após o processo de avaliação, 23 empresas foram aprovadas e reconhecidas para compor a lista Empresa Pró-Ética 2017.

Evolução ano a ano dos números do Pró-Ética



Fonte: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/empresa-pro-etica/pro-etica-em-numeros>>.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

No que diz respeito à modernização da gestão pública, cumpre destacar o esforço do Governo para dar continuidade ao combate à corrupção por meio da adoção de medidas de *compliance* alinhadas às melhores práticas internacionais.

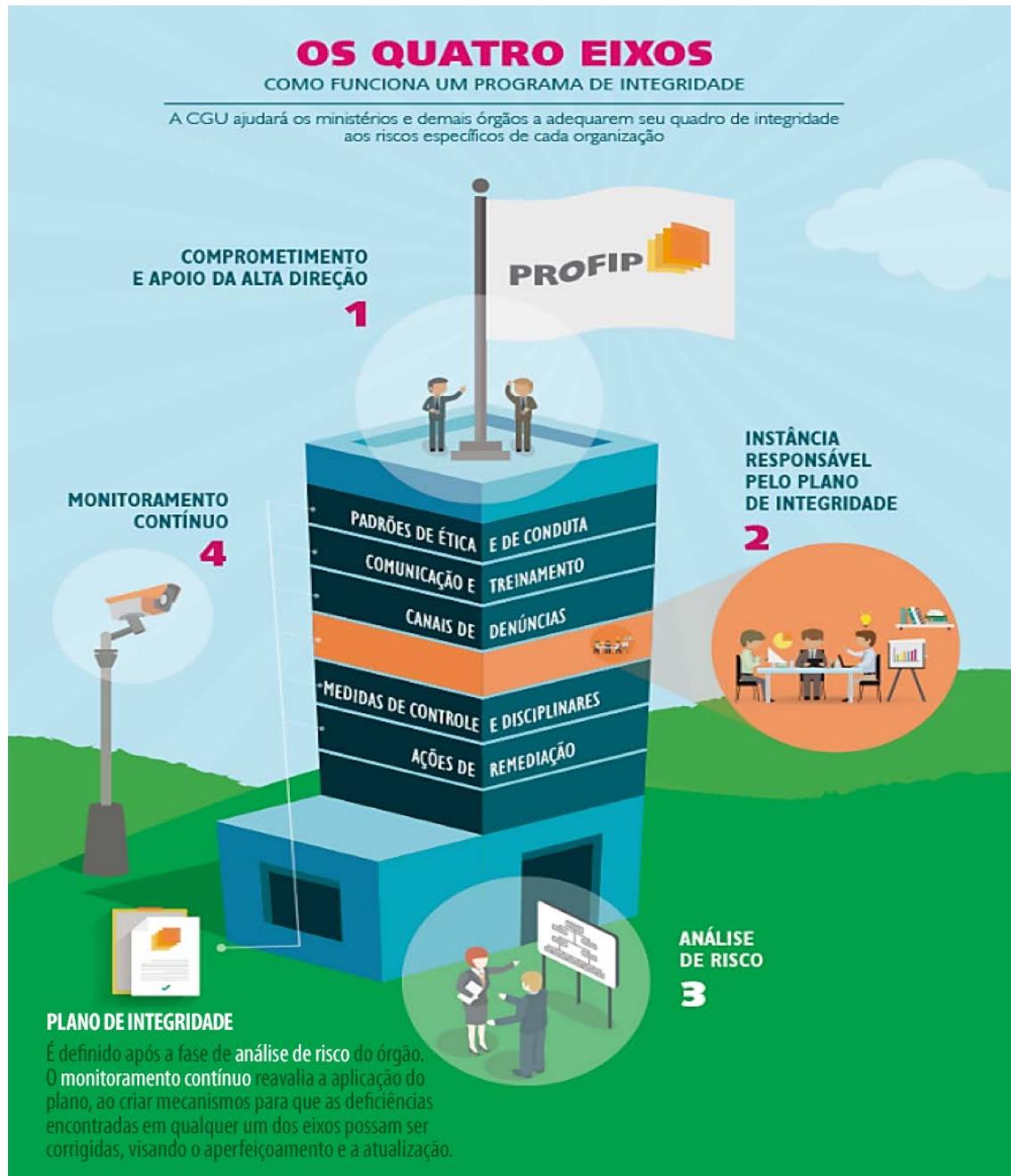
Nesse contexto, destaca-se a atuação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) no desenvolvimento de um programa de acreditação de organismos de certificação de Sistemas de *Compliance* voltado não somente às empresas que possuam interesse em estabelecer algum tipo de relação comercial com o setor público, mas também àquelas que desejam fazer uso de mecanismos associados ao *compliance*.

Em 2017, o Instituto desenvolveu um programa de acreditação de sistemas de gestão antissuborno, que constitui parte importante dos sistemas de *compliance*. Esse programa já está disponível desde setembro, com organismos já em processo de acreditação.

Na mesma linha, ressalta-se o trabalho de elaboração e edição da Resolução Camex nº 58/2017, da Câmara de Comércio Exterior, sobre adoção de medidas de combate à corrupção, em conformidade com os compromissos assumidos pelo Brasil como parte da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.

O Programa de Fomento à Integridade Pública (Profip) é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) para incentivar e capacitar os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal a implementar programas de integridade. A adesão ao Profip é voluntária e atualmente 28 órgãos e entidades federais já formalizaram sua participação. O Programa oferece orientações para prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e de desvios éticos e de conduta. Até 2017, aproximadamente 200 servidores e empregados públicos já foram capacitados em oficinas do Profip.

Com a publicação do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, criando a obrigatoriedade de implementação de programa de integridade, o Profip auxiliará os órgãos e as entidades na implementação nesse processo. O infográfico a seguir resume os principais eixos e os conteúdos de um programa de integridade:



EIXO GESTÃO PÚBLICA

Em relação ao conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal, em 2017, o Sistema de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI) passou por diversos ajustes e correções no intuito de melhorar sua usabilidade e confiabilidade. Ao todo, o Sistema recebeu 442 consultas e 767 pedidos de autorização, totalizando 1.209 solicitações. O prazo médio de resposta foi de 20 dias e 70% delas foram respondidas dentro do prazo legal.

10 PROGRAMA NACIONAL ANTICORRUPÇÃO

A CGU declarou, em 2017, a inidoneidade de quatro empresas, três delas citadas na Operação Lava Jato. Tais declarações compõem o rol de 45 punições aplicadas a entidades privadas pelo Ministério.

Foram iniciadas três investigações preliminares para apurar atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira. São as primeiras investigações administrativas relacionadas a subornos transnacionais iniciadas no País.

Foi criado ainda o Sistema CGU-PJ, ferramenta que consolida informações sobre as apurações administrativas conduzidas com fundamento na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito do Poder Executivo federal. A utilização do Sistema permitirá a supervisão das apurações pela CGU, proporcionando uniformidade de entendimentos, planejamento das ações correcionais e mitigação de eventuais impropriedades na condução de processos. Já consta do CGU-PJ o registro de 183 processos.

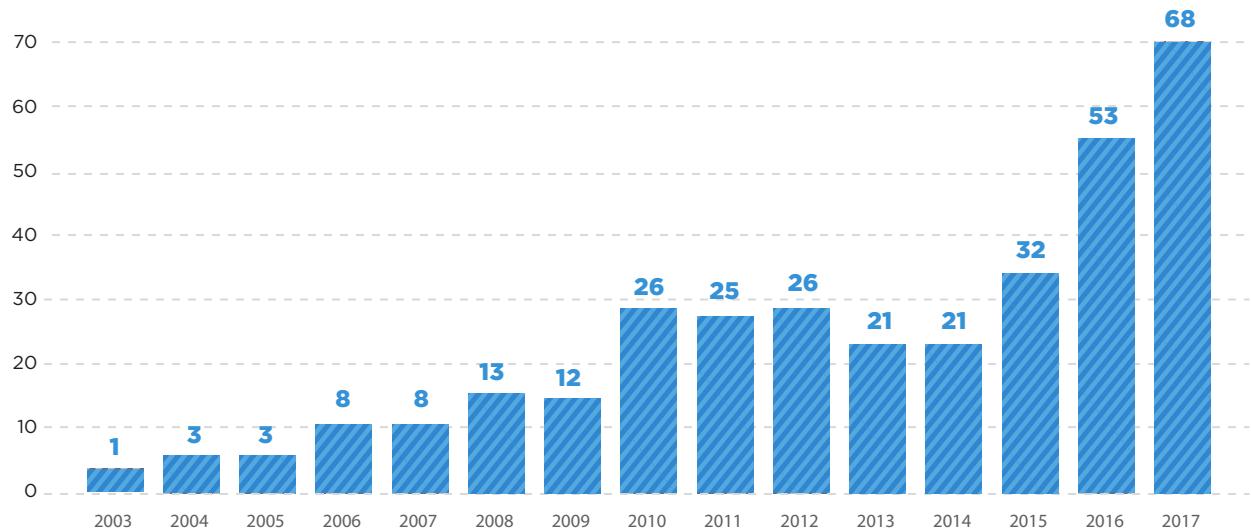
Segundo a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, os órgãos e as entidades devem registrar as sanções por eles aplicadas a licitantes e contratantes no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP) e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS). O CNEP recebeu o registro de 15 novas sanções em 2017. O CEIS conta, atualmente, com mais de 12,5 mil sanções vigentes, num total de 6.913 empresas e 5.666 pessoas físicas distintas apenadas. Apenas em 2017 foram realizados mais de 6.400 novos registros.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Ressalte-se que o CEIS abrange todo o Poder Executivo federal e conta atualmente com a participação de 259 entes de outros poderes e esferas de governo, dos quais 117 iniciaram sua participação em 2017.

Em auditorias e fiscalizações realizadas pela CGU, há situações em que a integridade das organizações públicas necessita de atuação investigativa mais ostensiva para atacar a prática de atos de corrupção. Nesse sentido, destacam-se as operações especiais, conduzidas em parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público, que visam a recuperar recursos aplicados irregularmente e desarticular organizações criminosas. Essa linha de atuação apresenta crescimento, conforme gráfico a seguir:

Operações especiais realizadas entre 2003 e 2017



Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Em 2017, foram realizadas 68 operações especiais, envolvendo recursos no montante de R\$ 421 milhões.

RECUPERANDO BILHÕES PARA OS COFRES PÚBLICOS

A atuação da Advocacia-Geral da União (AGU), em parceria com a CGU, nas negociações dos acordos de leniência, previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, prevê recuperar em apenas uma empresa R\$ 574 milhões e, em outra empresa, R\$ 9,8 milhões.

A AGU viabilizou o ressarcimento aos cofres públicos de R\$ 6,2 milhões desviados de programa de inclusão digital do Ministério das Comunicações por meio do bloqueio de bens das empresas e das pessoas envolvidas. Também ingressou com ações de improbidade no valor de R\$ 11 bilhões, postulando o ressarcimento ao erário pelos danos decorrentes das irregularidades investigadas na operação Lava Jato.

O Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) viabilizou o parcelamento em condições mais adequadas para a quitação pelo contribuinte de débitos junto às autarquias e fundações públicas federais. A estimativa total de recebimento, que inclui os créditos no âmbito da Procuradoria-Geral Federal e das autarquias, é de R\$ 2 bilhões, o que representa incentivo à regularização fiscal por parte dos devedores.

Equipe Nacional de Cobrança

A Equipe Nacional de Cobrança (Enac) da Procuradoria-Geral Federal foi criada para aumentar a produtividade da recuperação dos créditos, baseando-se em resultados objetivamente mensuráveis, com o início de suas atividades em 1º de agosto de 2016. De janeiro a dezembro de 2017, ajuizou 59.261 execuções fiscais, em comparação com as 27.645 ajuizadas em todo o ano de 2015, representando o equivalente a 214% do resultado anterior. Em valores, a Enac ajuizou o equivalente a 634% quando comparado a 2015. Em números absolutos, isso representou R\$10,8 bilhões.

Quantidade de inscrições, protestos e ajuizamentos antes e depois da criação da ENAC

	2015		1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017	
	Quant.	Valores (R\$)	Quant.	Valores (R\$)
Inscrições em dívida ativa	43.614	1.358.355.599,87	130.800	2.516.075.642,02
Protestos extrajudiciais	19.001	55.189.701,00	133.019	338.859.090,07
Execuções fiscais	27.645	1.706.186.894,60	59.261	10.822.593.107,62

Fonte: Advocacia-Geral da União.

No âmbito da informatização, a AGU implantou o Sistema de Auxílio à Identificação e Localização de Pessoas e Patrimônio do Laboratório de Recuperação de Ativos (sisLabra), ferramenta tecnológica para aperfeiçoar a cobrança e recuperação de créditos a partir do cruzamento de bases de dados capaz de identificar as pessoas que participaram de práticas ilícitas e seu respectivo patrimônio.

O ano de 2017 ficou marcado pelo adensamento da rede de articulação institucional que compõe a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), articulação do Estado brasileiro para o enfrentamento desses crimes, composta por mais de 70 órgãos vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público, dando continuidade e aprofundamento da parceria junto às organizações da sociedade civil e aos movimentos estuduais de combate à corrupção.

Dentre diversas ações desenvolvidas ao longo do exercício de 2017, destacam-se: consolidação das propostas de prevenção à prática da corrupção, fomentando a integridade social e a educação para a cidadania; elaboração de diagnóstico sobre a atual conjuntura da utilização de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico; e criação de instrumentos que façam avançar a cooperação jurídica internacional, permitindo a formação de equipes conjuntas de investigação transnacional nas áreas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Outro avanço da Enccla está consubstanciado no crescimento da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab) que, em 2017, atingiu a marca de 56 laboratórios, dos quais 41 já foram inaugurados. Em 12 de dezembro de 2017, foi inaugurada mais uma unidade, em parceria com o Ministério Público do Maranhão. Cabe destacar ainda que se encontram em andamento os processos para criação de duas novas unidades com participação do Ministério Público Militar e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo.

11 COMBATE À IMPUNIDADE

Dando continuidade à otimização do processo de investigação criminal e ao aumento de operações contra desvios de recursos públicos e corrupção, tem-se mantido o Sistema ATLAS, ferramenta tecnológica apta a identificar e analisar licitações, contratos, pagamentos e transferências de recursos públicos federais, com indícios de fraudes ou desvios envolvendo pessoas físicas, jurídicas ou entidades do terceiro setor, quer sejam executadas diretamente pela União por intermédio dos Estados ou dos Municípios.

A ferramenta, por meio do cruzamento de diversas bases de dados, permite a atuação proativa no combate à corrupção e aos desvios de recursos. Mediante consulta simples a um único sistema, é possível a descoberta das maiores e mais vultosas fraudes envolvendo recursos públicos no Brasil, o acompanhamento das movimentações financeiras das contas vinculadas a repasses da União e o rastreio da sua efetiva aplicação em saúde, educação e assistência social, pelos Estados, pelo DF, pelos Municípios e pelas entidades privadas sem fins lucrativos.

Destaca-se que até 31 de dezembro de 2017 a taxa de resolução dos inquéritos foi de 72,74%, um resultado considerado excelente. Para o próximo ano, pretende-se continuar aprimorando o trabalho investigativo por meio de novas tecnologias que se encontram em fase de prospecção.

Quanto à Rede Integrada de Banco de Dados de Perfis Genéticos (RIBPG), coordenada por peritos criminais federais, esta tem por objetivo propiciar o intercâmbio de perfis genéticos de interesse

da Justiça, obtidos em laboratórios de perícia oficial, para subsidiar a apuração criminal e a identificação de pessoas desaparecidas. Os resultados obtidos pelo uso da RIBPG já auxiliaram diversas investigações criminais relacionando vestígios biológicos coletados pela perícia em locais de crime, no corpo ou vestes de vítimas de agressão. A simples informação de que dois ou mais crimes foram cometidos pela mesma pessoa já permite que esforços investigativos independentes sejam unificados, lançando luz sobre o *modus operandi* utilizado pelo criminoso serial ou organização criminosa. Até maio de 2017, a RIPBG apresentou ao poder público 279 coincidências confirmadas, auxiliando 372 investigações.

Em 2018, pretende-se aumentar a capacidade laboral e a disponibilização dos eventos de capacitação às perícias dos Estados da Federação, com a conclusão da obra de ampliação do Instituto Nacional de Criminalística e a implantação de novos laboratórios que possibilitarão a realização de exames atualmente feitos em parceria com outras instituições.

12 COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Ao longo do exercício de 2017, ações da Polícia Judiciária da União foram realizadas, com destaque para várias investigações que, conduzidas por meio de inquéritos policiais, resultaram na deflagração de 538 operações especiais. Destacam-se as 144 operações envolvendo crimes de desvio de recursos públicos, evitando-se prejuízos superiores a R\$ 19,1 bilhões.

No ano de 2017, registraram-se 26 operações especiais referentes a crimes financeiros e de lavagem de dinheiro, resultando em mais de R\$ 4,2 bilhões em bens apreendidos. Para melhorar a atuação frente a esses crimes, vêm sendo desenvolvidas ações com vistas à constituição da Escola Nacional dos Laboratórios de Prevenção e Repressão à Lavagem de Dinheiro, a ser implantada na Academia Nacional de Polícia.

Em 2017, foram deflagradas 85 operações especiais no combate a crimes fazendários, com prejuízos evitados superiores a R\$ 3,4 bilhões. Está em desenvolvimento a ferramenta de *Business Intelligence* para auxiliar nas investigações de falsificação de moedas e de fraudes mediante o uso de cheques. Já

EIXO GESTÃO PÚBLICA

na repressão aos crimes contra o tráfico de entorpecentes, foram realizadas 109 operações especiais. Destacam-se os investimentos para a ampliação e desenvolvimento das ações do Grupo Especial de Investigações Sensíveis (GISE), resultando em altos índices de apreensão de entorpecentes. Além disso, foram empreendidas ações de erradicação da maconha no Brasil e no Paraguai, que reduzem no nascedouro uma importante fonte de produção, bem como ações conjuntas com outros países que permitiram excelentes resultados.

- **Operação Lava Jato**

- Do total de crédito tributário constituído mediante lançamentos de ofício, aproximadamente 70% se deu em contribuintes de grande porte, com patrimônio relevante e elevada capacidade contributiva.
- Existem mais mil procedimentos em andamento (entre fiscalizações e diligências) e foram comunicadas 287 representações fiscais para fins penais à força-tarefa do Ministério Público Federal/Polícia Federal.
- O valor total do crédito tributário constituído na Operação Lava Jato, até o final do ano de 2017, é de cerca de R\$ 17 bilhões (inclusos R\$ 4,7 bilhões da fase zero da Operação).

- **Operação Zelotes**

- Estão em andamento 230 procedimentos fiscais (entre diligências e fiscalizações), envolvendo contribuintes pessoas físicas e jurídicas, sendo que já foram encerrados 264 procedimentos. Na operação, foram constituídos em torno de R\$ 260 milhões em créditos tributários, até o mês de dezembro de 2017.

- Já foram produzidas, pela Equipe Especial de Fiscalização na Zelotes, representações para anulação de julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) cuja soma se aproxima de R\$ 1,9 bilhão.

- **Operação Ararath**

- A Operação Ararath, deflagrada no Estado do Mato Grosso, investiga crimes de lavagem de dinheiro contra o Sistema Financeiro Nacional, corrupção, entre outros. Nas várias fases da operação, foram presos políticos e empresários do Estado. Foram investigados servidores e autoridades de diversos níveis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Mato Grosso.
- No curso da operação especial de fiscalização, foram abertas 253 ações fiscais. Atualmente, há 76 procedimentos fiscais em andamento, entre pessoas físicas e jurídicas como contribuintes com indícios de envolvimento nos ilícitos investigados. Já foram constituídos mais de R\$ 868 milhões em créditos tributários (dados de dezembro de 2017).

Cabe ressaltar que, em 2017, foram entregues os seguintes sistemas para apoiar às atividades de combate ao crime organizado pela Polícia Federal: Sistema de Interceptação de Sinais (SIS); Sistema de Afastamento de Sigilo (SAS); e Sistema de Rastreamento Veicular (Ravel). Além disso, houve a integração de novas bases de dados e a disponibilização de consultas por meio das seguintes ferramentas: “Análise de vínculos” não quantificáveis, e “Análise de massa de dados” - *Business Intelligence*.

Destaca-se a implementação da ferramenta Sinapse Busca para todos os policiais federais, atualmente com 9.684 usuários, registrando mais de 2,9 milhões de pesquisas no ano, bem como a disponibilização da plataforma Sinapse Mobile em dispositivos móveis para os usuários do Centro Integrado de Inteligência Policial (Cintepol). Prevê-se disponibilizar em breve a plataforma a todos os usuários da Polícia Federal.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

A inteligência policial atuou fortemente, em 2017, em análises de risco na área de inteligência estratégica e em operações de enfrentamento ao terrorismo, com a realização de operações de inteligência e de constrainteligência que subsidiaram diversas atividades de segurança.

Destacam-se as seguintes ações: i) auxílio ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para a segurança do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2017; ii) operações de constrainteligência para a proteção do conhecimento com a execução de operações sensíveis; iii) ações de prevenção, repressão e dissuassão voltadas a inibir a prática de atos terroristas em território nacional; iv) aperfeiçoamento dos sistemas de inteligência com o intuito de agilizar o trato da informação e seu compartilhamento com um maior número de policiais; e v) análise de inteligência com suporte tecnológico entre diversos órgãos (Polícia Federal, Departamento Penitenciário Nacional, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral da União, dentre outros).

- **Ações de combate a organizações criminosas do setor de cigarros**

Desde 2015, vêm sendo realizadas operações especiais para desmantelar organizações criminosas, que controlam grande fatia do mercado nacional de cigarros. Essas organizações se utilizam de fraudes tributárias para evitar o pagamento de impostos. Também falsificam marcas de outras empresas e selos de controle, além de atuarem na corrupção de agentes públicos para postergar o julgamento de processos administrativos penais. No período de 2015 a 2017, foram deflagradas várias operações no setor, das quais a Huno, a Ex-Fumo e a Sem Filtro foram as de maior repercussão e impacto positivo para a fiscalização. Foram desmanteladas várias fábricas de cigarros e gráficas que funcionavam de forma clandestina.

A Equipe de Trabalho Remoto de Ações de Improbidade Administrativa no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, projeto voltado para o combate à corrupção e para o ressarcimento ao erário pelos atos ímparobos cometidos por agentes públicos e particulares, consolidou-se em 2017. O projeto possui pouco mais de um ano e já foram encaminhadas 269 ações de improbidade administrativa para ajuizamento, além de 24 ações cautelares de arresto bens provenientes de acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), totalizando uma expectativa de ressarcimento de cerca de R\$ 1 bilhão ao erário.

- **Medidas anticorrupção – Conselho de Controle de Atividades Financeiras**

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) produziu, em 2017, 6.610 Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), os quais relacionaram aproximadamente 254.685 mil pessoas físicas ou jurídicas, e consolidaram mais de 265.756 mil comunicações de operações financeiras. Tais relatórios foram elaborados com base em cerca de 13,9 milhões de comunicações de operações financeiras disponibilizadas em banco de dados. Desse total, cerca de 1,5 milhão de novas comunicações foram recebidas em 2017, em cumprimento à determinação da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

O COAF também realizou vários trabalhos de inteligência financeira para subsidiar as ações de combate à corrupção e tráfico de drogas em operações como Lava Jato, Zelotes, *Greenfield*, Hashtag, Ponto Final, Cui Bono, dentre outras, elaborando mais de 1,3 mil RIFs sobre esses temas.

Até 31 de dezembro de 2017, no âmbito da supervisão dos setores regulados e fiscalizados pelo COAF, foram concluídas 1.053 ações de fiscalização de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, sendo 170 Averiguações Eletrônicas de Conformidades e 883 Averiguações Preliminares. Destas, 143 culminaram em Processo Administrativo Punitivo (PAP). Desde o início de suas atividades até o final 2017, a atuação do COAF resultou na aplicação de R\$ 7,6 milhões em multas pecuniárias.

13 SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Instituído pela Lei nº 12.681/2012 e implementado em parceria com os Poderes Executivos da União, dos Estados e do Distrito Federal, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) tem por finalidade o armazenamento, tratamento e integração de dados e informações, visando apoiar a formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação de ações e políticas relacionadas à segurança pública, sistema prisional e áreas afins, estando alicerçado em soluções de Tecnologia da Informação que auxiliam, dentre outros, os processos investigativos e de inteligência policial.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Dentre as diversas soluções Sinesp destacam-se:

- Sinesp Infoseg: solução que permite a consulta detalhada de indivíduos, veículos e armas, possuindo mais de 55 mil usuários ativos, podendo alcançar cerca de 800 mil usuários das Polícias Civis, Militares, Guardas Municipais e Organismos de Inteligência (mais de 600 órgãos e 300 prefeituras já foram contempladas);
- Sinesp PPe: Procedimentos Policiais Eletrônicos que permitem o registro de ocorrências policiais (Boletins Eletrônicos), além da lavratura de procedimentos de Polícia Judiciária (Boletim de Ocorrência Circunstaciado - BOC); Inquérito Policial (IP); Auto de Prisão em Flagrante (APF); Auto de Investigação de Ato Infracional (AIAI); Auto de Apreensão em Flagrante de Ato de Infracional (AAFAI), atualmente em funcionamento em oito Estados: AM, AC, TO, RN, RR, SE, MA e PI;
- Sinesp CAD: Central de Atendimento e Despacho que tem por objetivo a automação dos serviços públicos emergenciais, permitindo a atuação integrada das forças de Segurança Pública tais como Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, SAMU, PRF. Solução implementada em 14 UFs (AL, BA, CE, DF, GO, MG, MS, MT, PB, PE, RN, RS, SP e TO) junto à Polícia Rodoviária Federal e cinco UFs (RJ, AP, RN, AC e MA), utilizado pelas forças de segurança locais (PMs, PCs, CBMs, etc), três UFs (MS, SE e GO);
- Sinesp Integração: Solução destinada à integração de sistemas e bases de dados de segurança pública e áreas afins. Atualmente conta com a integração de três sistemas estaduais de Boletins Eletrônicos de Ocorrência e 16 UFs em processo de integração;
- Sinesp Cidadão: Aplicativo que permite a qualquer pessoa consultar dados de veículos furtados/roubados, mandados de prisão, desaparecidos etc., possibilitando que o cidadão se torne um potencial colaborador das instituições policiais no que se refere à recuperação de veículos e captura de foragidos; e

- Sinesp DW: Solução avançada de *Business Intelligence* (BI) para extração de relatórios e construção de painéis e mapas com informações do Sinesp Integração, Sinesp PPe, dentre outras.

Para 2018 está prevista a continuidade das tratativas com os entes federados para a implantação/expansão das soluções Sinesp.

14 GESTÃO INTEGRADA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dentre as ações realizadas com vistas à Gestão Integrada dos Órgãos de Segurança Pública, destacam-se: i) coordenação das operações integradas de segurança nos Estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul e de Sergipe e elaboração dos Planos Táticos Integrados nos referidos Estados para as operações relacionadas ao Plano Nacional de Segurança Pública e o acompanhamento de suas ações; ii) ações conjuntas com os Institutos Técnicos Científicos de Perícia para a realização de perícias em atraso, no Rio Grande do Norte e em Sergipe; iii) ações conjuntas de Polícia Judiciária com as Polícias Civis no Rio Grande do Norte, em Sergipe e no Rio Grande do Sul, para a investigação de crimes de violência letal e intencional; e iv) coordenação do planejamento das ações de segurança e preparação para operação de desintrusão da Terra Indígena Apyterewa, no Pará.

No que diz respeito às ações de prevenção, destacam-se as atividades dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI), espaços de interlocução permanente entre as instituições do sistema de justiça criminal e os órgãos de segurança pública para debater e propor ações de redução à violência e à criminalidade. Em 2017, foi realizado suporte técnico aos Estados e aos Municípios na institucionalização e na operacionalização dos GGI (estaduais, municipais, de fronteira e intermunicipais), inclusive com a disponibilização de solução tecnológica informatizada denominada InfoGGI.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Outra atuação conjunta de órgãos de segurança pública e de inteligência consiste nas atividades em curso no âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), criado pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, para o fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão aos delitos transfronteiriços. As ações planejadas deverão ser iniciadas a partir de março de 2018.

Visando a integração, a coordenação e a cooperação entre Governo Federal, Estados e sociedade, destaca-se o Plano Nacional de Segurança Pública, que apresenta, dentre seus pontos principais, a modernização do sistema penitenciário e o combate integrado às organizações criminosas. Também figuram como prioridades a redução do feminicídio e da violência contra a mulher, a diminuição de homicídios dolosos e o combate integrado ao tráfico de drogas e armas.

Como reforço às atividades de inteligência em Segurança Pública, no exercício de 2017 algumas ações foram desenvolvidas, quais sejam: i) capacitação de cerca de 2.152 profissionais de segurança pública em cursos e treinamentos relacionados à atividade de inteligência, com previsão de serem capacitados quatro mil profissionais no ano de 2018; ii) reestruturação da plataforma de pesquisas de segurança pública, com a inclusão de cerca de 47 mil usuários; iii) estabelecimento de rede de atuação e cooperação, por meio das polícias investigativas das unidades da Federação, com vistas à padronização de procedimentos; e iv) implementação de célula integrada de inteligência de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, a fim de auxiliar nas ações da “Operação Rio quer mais segurança e paz”.

Para o ano de 2018, estão previstos o desenvolvimento e a implementação de uma base nacional de inteligência de segurança pública, solução tecnológica voltada à integração interagências e aprimoramento da atividade de inteligência. Além disso, a implantação do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Nacional (CIISP-N) e a definição de modelo para implantação de cinco centros regionais. Pretende-se, também, dar continuidade às análises estratégicas para subsidiar as investigações de interesse da União e a repressão ao terrorismo e às ações de proteção do conhecimento.

15 AÇÕES DE SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO

No intuito de apoiar o governo do Estado do Rio de Janeiro na recuperação da ordem pública, desde maio de 2017, diversos órgãos de segurança pública federal e estadual vêm realizando diversas ações direcionadas para a redução da criminalidade na região, norteadas por informações de inteligência, com ênfase no combate ao tráfico de entorpecentes e de armas, ao furto e roubo de cargas. Essa atuação conjunta tem demonstrado que a verdadeira integração das forças pode surtir os efeitos desejados frente ao combate à criminalidade.

Desde seu início, foram enviados aproximadamente 620 policiais da Força Nacional de Segurança Pública para apoiar a Polícia Militar e a Polícia Civil do Rio de Janeiro em operações integradas.

As ações de segurança no Rio contam ainda, no âmbito da Operação Égide, com a convocação mensal de 380 policiais rodoviários federais para atuarem em um modelo de cercos, nos Estados fronteiriços, principais corredores e rodovias de acesso ao Rio de Janeiro, de modo a evitar a chegada de produtos do tráfico (armas e drogas), além de realizar prisões de criminosos e assim enfraquecer o poderio das organizações criminosas.

Os reforços em questão auxiliaram na identificação dos locais mais afetados pelas organizações criminosas e na elaboração de diagnósticos que indiquem os métodos mais apropriados para o enfrentamento dessas organizações. Foram também implementadas ações com o objetivo de restringir o uso de recursos financeiros por estes grupos. Todas as atividades sofreram monitoramento contínuo e avaliações periódicas para acompanhar o êxito dos objetivos propostos.

Um dos resultados mais relevantes da operação no Rio de Janeiro foi a redução de ocorrências de roubo de carga em rodovias federais que cortam o Estado. Houve queda de aproximadamente 54% na ocorrência deste crime, em relação ao período que antecedeu o início da operação. Também chamaram atenção os números de apreensões de armas e drogas (219 armas; 30.389 munições; 2,6

EIXO GESTÃO PÚBLICA

toneladas de maconha; 286,3 kg de cocaína e crack). Além disso, a quantidade de pessoas detidas chegou ao número de 1.352 presos, que inclui, além dos registrados no Estado do Rio de Janeiro, aqueles computados em outros Estados mas que se dirigiam ao Rio.

Houve ainda o apoio na realização de operações de Polícia Judiciária com o envio de 42 homens da Força Nacional de Segurança Pública no Rio de Janeiro. Atualmente, 36 homens permanecem no Estado atuando na investigação de Polícia Judiciária, destinada a subsidiar as ações, inclusive de orientação de policiamento, determinadas pelo Grupo de Inteligência Operacional da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Por fim, cabe destacar a elaboração do Plano Tático Integrado no Rio para o planejamento, a coordenação e a execução de ações integradas dos órgãos de segurança pública e defesa das três esferas de governo.

O Plano de Inteligência para Ação Federal de Segurança Pública – Rio de Janeiro, estabelecido pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), possibilita o assessoramento tático e estratégico de inteligência ao comando das ações e às forças de segurança que atuam no enfrentamento à criminalidade no Rio de Janeiro. Trata-se de esforço de Estado para prevenção e combate ao crime organizado, que se conecta às ações da União em apoio à segurança no Rio de Janeiro. O Plano estabeleceu diretrizes de atuação do Eixo Inteligência da ação interministerial, com duração prevista de 18 meses, e criou as bases do arranjo institucional para a execução das ações de planejamento de inteligência e a atuação integrada dos órgãos integrantes do Sisbin.

16 SISTEMA PRISIONAL E EXECUÇÃO PENAL

As políticas e as ações para apoiar as unidades federativas na aplicação da lei nas sentenças condenatórias e na promoção de condições harmônicas que viabilizem a reintegração social das pessoas privadas de liberdade estão sistematizadas em quatro eixos de trabalho: i) alternativas ao encarceramento; ii) modernização do Sistema Penitenciário Nacional; iii) promoção à cidadania; e iv) gestão do sistema prisional.

No que se refere às alternativas ao encarceramento, destaca-se a implantação de Centrais de Alternativas Penais, com previsão de que, até 2018, cerca de 39,6 mil pessoas possam ser acompanhadas pelos serviços. Da mesma forma, merecem registro as Centrais de Monitoração Eletrônica, com previsão de que 35,7 mil pessoas sejam monitoradas por ano por estas centrais. A fim de se evitar o encarceramento indevido, foi promovida a utilização das audiências de custódia, que visam à apresentação de presos em flagrante à autoridade judicial em até 24 horas após a prisão.

Em relação à modernização do sistema penitenciário nacional, vale mencionar as seguintes ações: i) doação aos 27 entes federados de 292 furgões com capacidade para transporte de oito presos, além de 21 veículos 4x4 para nove Estados (está prevista a entrega de mais 59 destes veículos aos demais em 2018); ii) alocação de recursos pelos entes federativos para a construção de 29 unidades prisionais, ampliação de 37 unidades prisionais e conclusão de quatro unidades prisionais; iii) repasse de recursos no valor de R\$ 862,5 milhões para todas as unidades da Federação e o Distrito Federal para a construção, a reforma, a ampliação e o aprimoramento de estabelecimentos penais; iv) construção da Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Brasília; e v) elaboração de anteprojeto arquitetônico para construção de futuros presídios federais. Cabe ainda ressaltar que cada unidade federativa recebeu recursos fundo a fundo para aparelhamento do Sistema Prisional, somando-se investimentos da ordem de R\$ 340 milhões.

No que tange à promoção da cidadania e humanização das condições carcerárias, realizaram-se, em 2017, ações do Programa Defensoria Sem Fronteiras nos Estados do Amazonas e do Rio Grande do Norte, com atuação de Defensores Públicos dos Estados e da União, contando com 332 atendimentos na região metropolitana de Manaus.

Em Natal, foi promovido um mutirão multidisciplinar para atendimento de 1.306 pessoas privadas de liberdade no complexo de Alcaçuz. A ação contemplou serviços de assistência à saúde (imunizações, testagens de agravos e orientações básicas sobre higiene e alimentação), jurídicos e ainda regularização da documentação pessoal básica, com a coleta de dados para a emissão da segunda via da certidão de nascimento ou de casamento.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Ressalta-se também o “Projeto Mutirão de Mulheres Livres”, que consiste em ação de levantamento de dados de mulheres privadas de liberdade com filhos nas unidades prisionais; com filhos na primeira infância; e presas provisórias. Por fim, o quarto e último eixo, Gestão do Sistema Prisional, voltado à governança, desenvolveu o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), em diversos módulos, e realizou o lançamento do *software*, com a capacitação de servidores em todas as unidades da Federação.

Dentre diversas ações de capacitação, merecem registro: formação de 550 servidores de penitenciárias federal; 1.832 servidores federais e estaduais do sistemas penitenciários, segurança pública e instituições do Poder Judiciário vinculadas à execução penal, em 20 unidades federativas, em três especialidades de inteligência penitenciária; e 794 servidores da execução penal federal e dos Estados capacitados nos seguintes temas: inteligência penitenciária, procedimentos aplicáveis ao sistema prisional e modelo de gestão da política prisional.

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSELHO E
A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS**

(ART. 130-A, § 2º, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)



Nossa missão:

Fortalecer e aprimorar o Ministério Pùblico brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade, para uma atuação responsável e socialmente efetiva.

(Composição: Biênio 2015/2017)

PRESIDENTE

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

CORREGEDOR NACIONAL

Cláudio Henrique Portela do Rego

CONSELHEIROS

Antônio Pereira Duarte
Esdras Dantas de Souza
Fábio Bastos Stica
Fábio George Cruz da Nóbrega
Gustavo do Vale Rocha
Leonardo Henrique de C. Carvalho
Marcelo Ferra de Carvalho
Orlando Rochadel Moreira
Otavio Brito Lopes
Sérgio Ricardo de Souza
Valter Shuenquener de Araújo
Walter de Agra Júnior

SECRETÁRIO-GERAL

Silvio Roberto O. de Amorim Junior

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Guilherme Guedes Raposo

(Composição: Biênio 2017/2019)

PRESIDENTE

Raquel Elias Ferreira Dodge

CORREGEDOR NACIONAL

Orlando Rochadel Moreira

CONSELHEIROS

Gustavo do Vale Rocha
Valter Shuenquener de Araújo
Fábio Bastos Stica
Luciano Nunes Maia Freire
Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Sebastião Vieira Caixeta
Silvio Roberto O. de Amorim Junior
Dermeval Farias Gomes Filho
Lauro Machado Nogueira
Leonardo Accyoli da Silva
Erick Venâncio Lima do Nascimento
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

SECRETÁRIA-GERAL

Adriana Zawada Melo

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Roberto Fuina Versiani

ANEXO

APRESENTAÇÃO

A elaboração do relatório anual do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) está prevista no artigo 130-A, § 2º, inciso V, da Constituição Federal (CF) e no art. 160 do Regimento Interno do CNMP (RICNMP)¹. O relatório abrange as principais atividades do Conselho do ano de 2017 e a situação do Ministério Público no País, o qual integra, como anexo, a mensagem presidencial prevista no art. 84, XI, da CF/88.

O conteúdo foi produzido com base em informações prestadas pelos órgãos do CNMP e em informações constantes de relatórios e bancos de dados públicos disponibilizados pelo Conselho, utilizando-se o quadriênio (2014-2017) como limite temporal para a exposição de dados estatísticos. Para apresentar a situação do Ministério Público, além das fontes já mencionadas, foram utilizadas as informações prestadas pelas unidades do Ministério Público dos Estados (MPE) e dos ramos do Ministério Público da União (MPU), previstas no art. 1º, § 3º, da Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011.

Assim, o presente relatório apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo CNMP durante o ano de 2017 – na linha do seu Planejamento Estratégico Institucional (2010-2019)² –, abordando tanto as atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa, financeira e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e serviços auxiliares do Ministério Público, quanto aquelas relacionadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.

Por meio de dados e informações aqui disponibilizados, é possível ao Congresso Nacional e ao cidadão o acompanhamento e a fiscalização da atuação do Conselho, com o intuito de promover a integração e o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro, sempre respeitando a autonomia da Instituição, em atenção aos princípios da publicidade e da transparência da administração pública.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

¹ Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Regimento_Interno/Regimento_Interno1.pdf>.

² O Planejamento Estratégico Institucional teve seu prazo de vigência prorrogado pelo Plenário, por unanimidade, durante a 9ª Sessão Ordinária de 2016, realizada em 10 de maio de 2016 (cf. ata publicada no Diário Eletrônico do CNMP, do dia 6 de junho de 2016, p. 1/15).

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Composição

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi criado em 30 de dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45 e instalado no dia 21 de junho de 2005, com sede em Brasília/DF e atuação em todo o território nacional.

O CNMP é composto por 14 Conselheiros, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Além de representantes do Ministério Público da União e dos Estados, o Conselho conta, em sua composição, com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de cidadãos indicados pelas Casas do Poder Legislativo. Oficia ainda, perante o Conselho, o Presidente do Conselho Federal da OAB.

A composição atual do CNMP é formada pelos seguintes Conselheiros: Gustavo do Vale Rocha (vaga da Câmara dos Deputados), Valter Shuenquener de Araújo (vaga do Supremo Tribunal Federal - STF), Orlando Rochadel Moreira (vaga dos Ministérios Públicos dos Estados), Fábio Bastos Stica (vaga dos Ministérios Públicos dos Estados), Luciano Nunes Maia Freire (vaga do Superior Tribunal de Justiça - STJ), Marcelo Weitzel Rabello de Souza (vaga do Ministério Público Militar - MPM), Sebastião Vieira Caixeta (vaga do Ministério Público do Trabalho - MPT), Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior (vaga do Ministério Público Federal - MPF), Dermeval Farias Gomes Filho (vaga do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT), Lauro Machado Nogueira (vaga dos Ministérios Públicos dos Estados), Leonardo Accyoli da Silva (vaga da OAB), Erick Venâncio Lima do Nascimento (vaga da OAB) e Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho (vaga do Senado Federal). Completa a sua composição a presidente, Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República.

ANEXO

Planejamento estratégico

O atual planejamento estratégico do CNMP foi iniciado em 2010, sendo que, após revisão ocorrida em 2015, foram definidos 22 objetivos estratégicos e 46 indicadores. Os novos indicadores constam da Portaria CNMP-PRESI nº 36, de 5 de abril de 2016³, que dispõe sobre o planejamento estratégico do Conselho, sendo que o seu monitoramento se encontra disponível no sítio do CNMP na Internet⁴. Em 2017, o Conselho iniciou os trabalhos para a elaboração de um novo planejamento estratégico (2018-2023), haja vista a proximidade do transcurso do prazo de validade do atual.

Objetivos estratégicos

	Perspectiva	Objetivo
	Fortalecimento Institucional do Ministério Público	Autonomia funcional, administrativa, orçamentária e financeira. Controle administrativo, financeiro e disciplinar. Unidade nacional. Transparência e credibilidade.
	Resultado	Consolidar a representatividade do Conselho junto ao MP e à Sociedade.
Processos	Subprocesso	Estabelecer práticas de gestão e de condutas uniformes. Induzir e integrar políticas institucionais. Intensificar a atividade de inspeção. Aperfeiçoar sistemas de admissão e capacitação. Zelar pela efetividade do controle disciplinar.
	Transparência	Facilitar o acesso da sociedade às informações do MP.
	Eficiência operacional	Aprimorar as atividades. Desenvolver processos de planejamento e de gestão. Promover a informatização de processos.
		Fortalecer a comunicação e harmonia interinstitucionais. Aprimorar intercâmbio de informações com Ministérios Públicos.
		Estreitar parcerias e cooperação com poderes e órgãos de Estado.

continua...

3 Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Portarias_Presidencia_nova_versao/2016/2016.Portaria-CNMP-PRESI-036.pdf>.

4 Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/index.php/planejamento-estrategico>>.

...continuação

	Perspectiva	Objetivo
Recursos	Área	
	Gestão de pessoas	Desenvolver competências técnicas e gerenciais.
	Infraestrutura	Modernizar a infraestrutura física e tecnológica.
	Governança corporativa	Adequar o quadro de pessoas às necessidades.
	Orçamento	Mobilizar o Conselho para a gestão de resultados.
		Assegurar recursos orçamentários.

Estrutura organizacional

A estrutura do CNMP está organizada de modo a permitir o cumprimento da sua missão constitucional. As áreas e as unidades componentes da estrutura do Conselho encontram-se disciplinadas na Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, no Regimento Interno (Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013) e, entre outras, na Portaria CNMP-PRESI nº 95, de 14 de setembro de 2017⁵; Portaria CNMP-PRESI nº 101, de 26 de setembro de 2017; e na Portaria CNMP-PRESI nº 136, de 24 de outubro de 2017.

ATIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Plenário

Como instância máxima deliberativa do CNMP, o Plenário tem suas atribuições previstas no art. 130-A, § 2º, I a V, da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e regulamentadas no art. 5º do Regimento Interno do CNMP. Dentre elas, destacam-se o julgamento de processos administrativos disciplinares, de procedimentos de controle administrativo e financeiro, além da expedição de resoluções e recomendações aos membros, às unidades e aos serviços auxiliares do Ministério Público do País.

As sessões ordinárias de julgamentos são quinzenais, podendo ser convocada sessão extraordinária para deliberação específica.

⁵ Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas busca/norma/5290>>.

ANEXO

Plenário em números (2017)

Sessões ordinárias	22	Recomendações	13
Sessões extraordinárias	04	Notas técnicas	02
Processos julgados	579	Enunciados	03
Resoluções	26	Emendas regimentais	08

Movimentação processual (2017)

As classes processuais previstas no art. 37 do RICNMP:

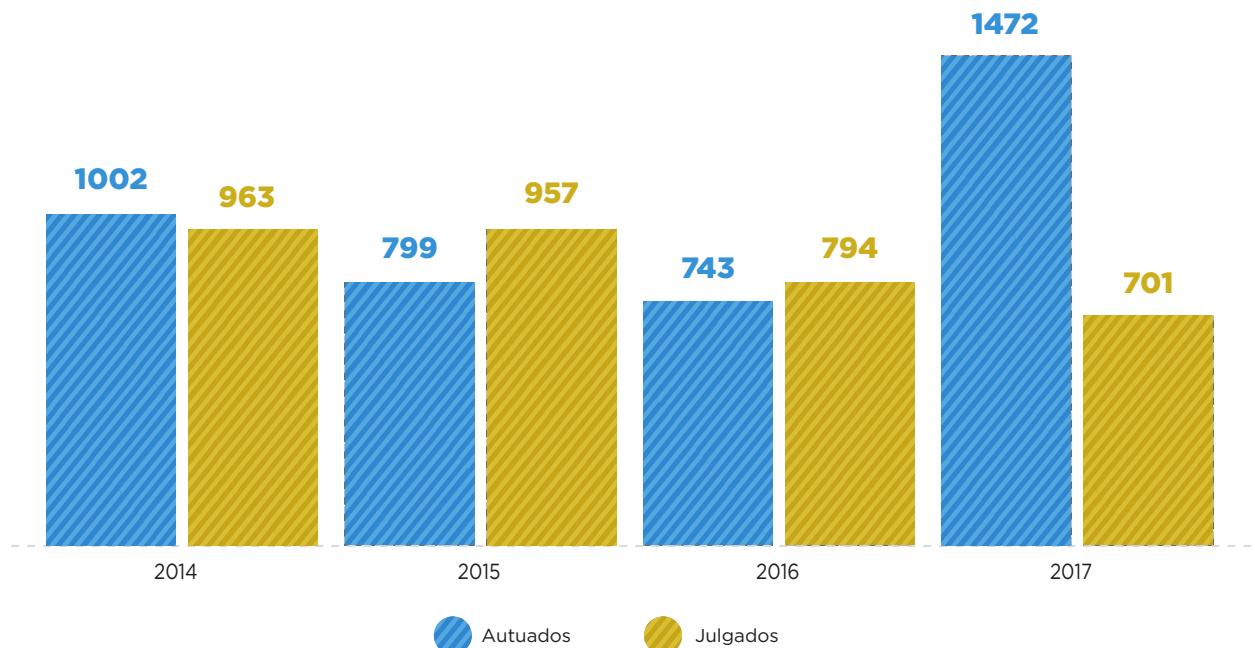
Classe Processual	Autuados 2017	Julgados ⁶ 2017	Tramitando ⁷
Anteprojeto de Lei	04	04	-
Arguição de Impedimento ou Suspeição	01	01	-
Avocação	13	05	08
Consulta	12	08	04
Nota Técnica	01	-	01
Pedido de Providências	196	141	55
Procedimento Avocado	09	01	08
Procedimento de Controle Administrativo	207	125	82
Processo Administrativo Disciplinar	43	10	33
Proposição	114	27	87
Procedimento Interno de Comissão	175	45	130
Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público	06	02	04
Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho	07	05	02
Remoção por Interesse Público	02	02	-
Representação por Inérgia ou por Excesso de Prazo	83	63	20
Restauração de Autos	-	-	-

continua...

...continuação

Classe Processual	Autuados 2017	Julgados⁶ 2017	Tramitando⁷
Revisão de Decisão do Conselho	08	05	03
Revisão de Processo Disciplinar	32	20	12
Reclamação Disciplinar	528	235	293
Sindicância	10	02	08
Correição	19	-	19
Inspeção	02	-	02
Total	1.472	701	771

Processos autuados e julgados por ano



⁶ Processos arquivados por decisões monocráticas e colegiadas.

⁷ Incluídos processos físicos e eletrônicos de todos os anos.

ANEXO

Em 2017, com o encerramento dos mandatos da composição anterior em agosto e a posse da nova composição em 25 de setembro de 2017, foram canceladas a 16^a e a 17^a sessões ordinárias, afetando a quantidade de processos julgados.

Expedição de atos normativos, recomendatórios e orientadores⁸

- Resoluções (destaques)**

Resolução	Assunto
Resolução CNMP nº 157, de 31 de janeiro de 2017	Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.
Resolução CNMP nº 158, de 31 de janeiro de 2017	Institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (Planame) e seus instrumentos.
Resolução CNMP nº 160, de 14 de fevereiro de 2017	Dispõe sobre a nomeação para cargos em comissão ou função de confiança e a designação para auxílio e colaboração nos órgãos auxiliares, da administração e da Administração Superior do Ministério Público.
Resolução CNMP nº 164, de 28 de março de 2017	Disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Resolução CNMP nº 168, de 23 de maio de 2017	Dispõe sobre a uniformização da numeração dos procedimentos administrativos da área-meio nas unidades e nos ramos do Ministério Público e no Conselho Nacional do Ministério Público.
Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017	Dispõe sobre a reserva aos negros do mínimo de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, bem como de ingresso na carreira de membros dos órgãos enumerados no art. 128, incisos I e II, da Constituição Federal.
Resolução CNMP nº 171, de 27 de junho de 2017	Institui a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP).
Resolução CNMP nº 173, de 4 de julho de 2017	Dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos órgãos colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Resolução CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017	Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.
Resolução CNMP nº 176, de 5 de julho de 2017	Revoga a Resolução CNMP nº 53, de 11 de maio de 2010, que disciplina a revisão geral anual da remuneração dos membros e servidores do Ministério Público, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

continua...

⁸ A íntegra de todos os atos normativos e orientadores está disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-resultados>>.

...continuação

Resolução	Assunto
Resolução CNMP nº 177, de 5 de julho de 2017	Proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no quadro dos serviços auxiliares do Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.
Resolução CNMP nº 179, de 26 de julho de 2017	Regulamenta o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.
Resolução CNMP nº 181, de 7 de agosto de 2017	Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.

• Enunciados

Enunciado	Assunto
Enunciado nº 13, de 21 de fevereiro de 2017	Dispõe sobre a aplicação subsidiária do art. 60 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, na hipótese de a lei orgânica local não ter previsão de suspensão, até o julgamento definitivo, do exercício funcional de membros do Ministério Público da União ou dos Estados, quando houver impugnação ao seu vitaliciamento.
Enunciado nº 14, de 13 de junho de 2017	Dispõe sobre a impossibilidade de revisão de atos praticados pelo Procurador-Geral na função de ordenador de despesas ou de gestão, por parte de qualquer outro órgão interno do respectivo Ministério Público.

• Recomendações

Recomendação	Assunto
Recomendação CNMP nº 50, de 31 de janeiro de 2017	Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro no que concerne ao controle e à fiscalização do pagamento de pensões, recebidas por filhas solteiras e cônjuges de servidores públicos falecidos.
Recomendação CNMP nº 51, de 21 de fevereiro de 2017	Dispõe sobre a necessidade de garantir a fiel observância e a concretização do princípio constitucional do Estado laico no exercício das funções executiva, legislativa e judiciária do Estado brasileiro, inclusive com a adoção de políticas públicas que reforcem a neutralidade estatal em sua atuação frente às questões religiosas.
Recomendação CNMP nº 52, de 28 de março de 2017	Recomenda aos órgãos que compõem o Ministério Público brasileiro que implementem a Política Nacional de Gestão de Pessoas, mediante a edição do correspondente ato administrativo.
Recomendação CNMP nº 53, de 28 de março de 2017	Recomenda a garantia do acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Ministério Público brasileiro.

continua...

ANEXO

...continuação

Recomendação	Assunto
Recomendação CNMP nº 54, de 28 de março de 2017	Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro.
Recomendação CNMP nº 55, de 28 de março de 2017	Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público, quando for conveniente para a Administração, sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Recomendação CNMP nº 56, de 13 de junho de 2017	Altera o art. 1º da Recomendação CNMP nº 47, de 21 de novembro de 2016, que dispõe sobre a notificação consular, resultante da aplicação do artigo 36 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963, que impõe que as autoridades brasileiras cientifiquem o cônsul do País a que pertence o estrangeiro, sempre que este for preso.
Recomendação CNMP nº 57, de 5 de julho de 2017	Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público nos Tribunais.
Recomendação CNMP nº 58, de 5 de julho de 2017	Estabelece a Política Nacional de Comunicação Social do Ministério Público brasileiro.
Recomendação CNMP nº 59, de 5 de julho de 2017	Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e a atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), do Conselho Nacional de Justiça.
Recomendação CNMP nº 60, de 5 de julho de 2017	Dispõe sobre a obrigatoriedade e a uniformização das inspeções em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua pelos membros do Ministério Público.
Recomendação CNMP nº 61, de 25 de julho de 2017	Recomenda às unidades e aos ramos do Ministério Público brasileiro a realização de encontros com os movimentos sociais.
Recomendação CNMP nº 62, de 7 de agosto de 2017	Dispõe sobre a necessidade do membro do Ministério Público com atribuições afetas às execuções criminais, ao controle externo da atividade policial e à execução de medidas socioeducativas comparecer, quando da ocorrência de rebeliões, aos estabelecimentos de custódia de pessoas privadas de liberdade, ressalvada a presença de risco a sua segurança pessoal.

• Notas Técnicas

Nota Técnica	Assunto
Nota Técnica nº 12, de 23 de maio de 2017	Nota técnica referente ao Projeto de Lei nº 233/2015, em trâmite no Senado Federal, que versa sobre o regramento do inquérito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.
Nota Técnica nº 13, de 8 de agosto de 2017	Dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre o exercício das prerrogativas de membros do Ministério Público, previstas no art. 42 da Lei Federal nº 8.625/93, diante da limitação imposta pela edição do Ato nº 24/2013-P e do Ato nº 045/2014-P, ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Quantidade de atos normativos por ano



- Controle administrativo e financeiro (destaques)**

O controle administrativo e financeiro dos atos administrativos do Ministério Público pelo Plenário é realizado, principalmente, por meio da classe processual Procedimento de Controle Administrativo (PCA). Na 22ª sessão ordinária de 2016, o Plenário do CNMP deliberou instaurar PCA para cada unidade ministerial, com o fim de acompanhar o cumprimento do art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006, no período de 2011 a 2016 (Teto Remuneratório). A maioria dos procedimentos foi julgada no ano de 2017. O quadro abaixo resume a situação desse acompanhamento:

Unidade/Ramo	Processo/Nº	Fase Atual	Resultado ⁹
Ministério Públíco Federal (MPF)	PCA nº 1.00929/2016-86	Arquivado	Improcedente/ Sem providências
Ministério Públíco do Trabalho (MPT)	PCA nº 1.00954/2016-41	Arquivado	Improcedente/ Sem providências

continua...

ANEXO

...continuação

Unidade/Ramo	Processo/Nº	Fase Atual	Resultado⁹
Ministério Público Militar (MPM)	PCA nº 1.00932/2016-45	Arquivado	Improcedente/ Sem providências
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)	PCA nº 1.00933/2016-07	Arquivado	Parcial procedência/ Com providências
Ministério Público do Estado do Acre (MP/AC)	PCA nº 1.00936/2016-60	Em cumprimento de decisão	Parcial procedência/ Sem providências
Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL)	PCA nº 1.00941/2016-36	Arquivado	Improcedente/ Sem providências
Ministério Público do Estado do Amapá (MP/AP)	PCA nº 1.00937/2016-13	Arquivado	Parcial procedência/ Com providências
Ministério Público do Estado do Amazonas (MP/AM)	PCA nº 1.00934/2016-52	Arquivado	Parcial procedência/ Com providências
Ministério Público do Estado da Bahia (MP/BA)	PCA nº 1.00935/2016-06	Aguardando trânsito em julgado	Parcial procedência/ Sem providências
Ministério Público do Estado do Ceará (MP/CE)	PCA nº 1.00940/2016-82	Arquivado	Improcedente/ Com providências
Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES)	PCA nº 1.00942/2016-90	Arquivado	Improcedente/ Com providências
Ministério Público do Estado de Goiás (MP/GO)	PCA nº 1.00945/2016-50	Arquivado	Improcedente/ Sem providências
Ministério Público do Estado do Maranhão (MP/MA)	PCA nº 1.00943/2016-43	Arquivado	Improcedente/ Sem providências
Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT)	PCA nº 1.00949/2016-75.	Arquivado	Parcial procedência/ Com providências
Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MP/MS)	PCA nº 1.00952/2016-34	Acompanhamento de decisão	Parcial procedência/ Com providências
Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP/MG)	PCA nº 1.00955/2016-03	Arquivado	Parcial procedência/ Com providências
Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA)	PCA nº 1.00946/2016-04	Arquivado	Parcial procedência/ Com providências
Ministério Público do Estado da Paraíba (MP/PB)	PCA nº 1.00939/2016-20	Em cumprimento de decisão	Parcial procedência/ Com providências
Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR)	PCA nº 1.00944/2016-05	Arquivado	Improcedente/ Sem providências
Ministério Público do Estado de Pernambuco (MP/PE)	PCA nº 1.00956/2016-59	Em tramitação	-
Ministério Público do Estado do Piauí (MP/PI)	PCA nº 1.00947/2016-68	Arquivado	Parcial procedência/ Com providências
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ)	PCA nº 1.00953/2016-98	Arquivado	Procedente/ Com providências

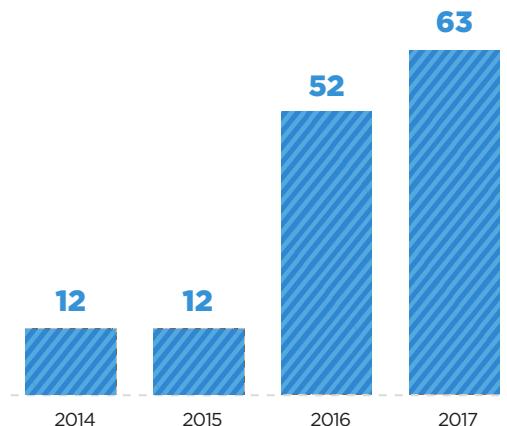
continua...

...continuação

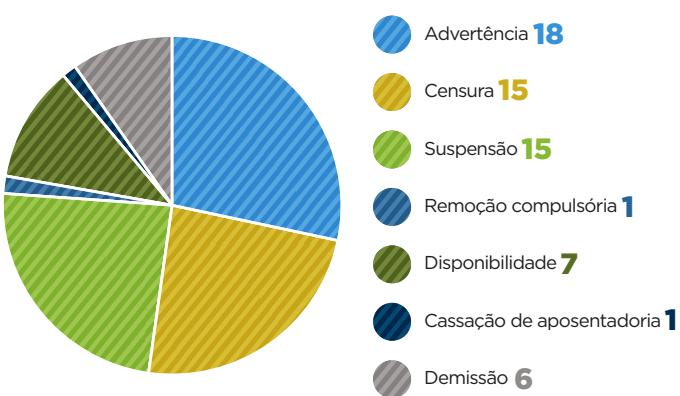
Unidade/Ramo	Processo/Nº	Fase Atual	Resultado ⁹
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MP/RN)	PCA nº 1.00950/2016-27	Arquivado	Improcedente/ Sem providências
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MP/RS)	PCA nº 1.00951/2016-80	Arquivado	Improcedente/ Sem providências
Ministério Público do Estado de Rondônia (MP/RO)	PCA nº 1.00958/2016-66	Arquivado	Parcial procedência/ Com providências
Ministério Público do Estado de Roraima (MP/RR)	PCA nº 1.00959/2016-10	Arquivado	Improcedente/ Sem providências
Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC)	PCA nº 1.00961/2016-25	Arquivado	Improcedente/ Com providências
Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP)	PCA nº 1.00931/2016-91	Aguardando trânsito em julgado	Procedente/ Com providências
Ministério Público do Estado de Sergipe (MP/SE)	PCA nº 1.00962/2016-89	Arquivado	Improcedente/ Com providências
Ministério Público do Estado de Tocantins (MP/TO)	PCA nº 1.00934/2016-52	Arquivado	Parcial procedência/ Com providências

- Controle do cumprimento dos deveres funcionais (destaques)**

Total de sanções aplicadas por ano



Sanções aplicadas (2017)¹⁰



⁹ O inteiro teor das decisões dos processos julgados está disponível para consulta em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/>>.

¹⁰ Das 63 sanções aplicadas pelo Plenário no ano de 2017, 11 aguardam trânsito em julgado.

ANEXO

Julgamento de inspeções e correições (2017)

A realização de inspeções e correições (ordinárias e extraordinárias) compete à Corregedoria Nacional, que, após elaboração dos relatórios, submete-os ao Plenário para apreciação das proposições¹¹.

- **Quantitativo de processos executivos julgados por classe/tipo**

Classe/Tipo	Quantidade	Unidade / Ramo Ministerial
Correição Ordinária	23	MPU: MPF/PR-AL; MPF/PR-MT; MPF/PR-PI; MPT/PRT-22; MPT/PRT-19; e MPT/PRT-23. MPE: MP/AC; MP/AL; MP/AM; MP/ES; MP/GO; MP/MT; MP/MG; MP/PB; MP/PR; MP/PI (2); MP/RJ (2); MP/RS; MP/RO; MP/RR; e MP/SC.
Correição Extraordinária	29	MPU: MPM/ES; MPM/PJM-PE; MPF/PR-RN; MPT/PRT (6); MPF/PR-RO; e MPT/PRT(7); MPE: MP/BA (3); MP/CE; MP/ES; MP/MA; MP/MT; MP/MS; MP/MG (2); MP/PB; MP/PE (2); MP/PI; MP/RJ (2); MP/RN; MP/RS; MP/SP; MP/PE; MP/SP; MP/TO (2).
Inspeção Ordinária	04	MPF (PGR); MPF/PR-PR; MPT/PRT-3; e ESMPU.
Inspeção Extraordinária	02	MP/AM e MP/PI.

2 Presidência

A Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é exercida pelo Procurador-Geral da República. As suas competências estão estabelecidas, principalmente, nos arts. 12 e 13 do RICNMP, dentre elas, destacam-se as seguintes: i) representar o Conselho; ii) presidir as sessões plenárias; iii) ordenar as despesas, podendo delegar atos específicos ao Secretário-Geral; iv) executar e fazer executar as deliberações do Conselho; v) decidir as matérias relacionadas com os direitos e os deveres dos servidores; vi) prover, na forma da lei, os cargos do quadro de pessoal; vii) definir a organização dos órgãos internos; e viii) celebrar contratos e convênios.

¹¹ Os relatórios conclusivos de inspeções e correições estão disponíveis em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/relatorio-de-inspecoes-e-correicoes>>.

Nesse contexto, o direcionamento da estratégia de gestão, a fixação de metas e objetivos organizacionais, o controle de recursos e a gestão dos resultados, bem como a indução de políticas institucionais para o fortalecimento e o aprimoramento do Ministério Público, também integram as atribuições da Presidência. Nesse sentido, em setembro de 2017, foram criadas, vinculadas diretamente à Presidência, a Secretaria de Relações Institucionais e a Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva.

Desde 18 de setembro de 2017, a Presidência do CNMP é exercida pela Procuradora-Geral da República, Raquel Elias Ferreira Dodge, que tem como atual Vice-Presidente o Subprocurador-Geral da República, Luciano Mariz Maia.

- **Atividades (destaques)**

Edição de Portarias no exercício da governança e da gestão do Conselho¹²:

Portaria	Assunto
Portaria CNMP-PRESI nº 3, de 17 de janeiro de 2017	Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e o respectivo Cronograma de Execução, referentes ao exercício de 2017.
Portaria CNMP-PRESI nº 12, de 8 de fevereiro de 2017	Regulamenta a utilização da versão digital das publicações do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 23, de 9 de março de 2017	Divulga o calendário de monitoramento da estratégia no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício de 2017.
Portaria CNMP-PRESI nº 36, de 18 de abril de 2017	Aprova a Metodologia de Gestão por Processos no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 37, de 18 de abril de 2017	Dispõe sobre a instituição da Cadeia de Valor do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 45, de 27 de abril de 2017	Institui a Política de Gestão de Riscos do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 84, de 4 de setembro de 2017	Aprova o Regimento Interno da Auditoria Interna do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 95, de 14 de setembro de 2017	Estabelece a organização interna e as atribuições das unidades administrativas do Conselho Nacional do Ministério Público.

continua...

12 A íntegra de todos os atos normativos está disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-resultados>>.

ANEXO

...continuação

Portaria	Assunto
Portaria CNMP-PRESI nº 101, de 26 de setembro de 2017	Cria a Secretaria de Relações Institucionais e a Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva no âmbito da Presidência do CNMP.
Portaria CNMP-PRESI nº 109, de 6 de outubro de 2017	Dispõe sobre a elaboração, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, do Plano de Gestão 2018.
Portaria CNMP-PRESI nº 153, de 7 de dezembro de 2017	Regulamenta a Política de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria CNMP-PRESI nº 156, de 20 de dezembro de 2017	Divulga o calendário de monitoramento da estratégia no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício de 2018.
Portaria CNMP-PRESI nº 157, de 20 de dezembro de 2017	Divulga o Plano de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício de 2018.

Acordos de cooperação

Os Acordos de Cooperação, constantes na planilha a seguir, foram firmados pela Presidência do CNMP no exercício de 2017, com fulcro no artigo 12, inciso XXIV, do RICNMP, representando o esforço da Instituição em fortalecer parcerias que possam contribuir com o aprimoramento do Sistema de Justiça e disponibilizar ferramentas para a atuação de membros do Ministério Público:

Convenentes	Assunto
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb)	Termo de parceria com o objetivo de promover a responsabilidade socioambiental junto aos servidores e colaboradores do CNMP e estimular a preservação do meio ambiente de forma sustentável, por meio da coleta de óleo de fritura para fins de reaproveitamento.
Ministério Público Federal (MPF) e Banco do Brasil S. A.	Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de regulamentar a disponibilização, pelo Banco do Brasil, ao CNMP, do módulo “Repasso de Recursos de Projeto de Governo (RPG)”, por meio do aplicativo Autoatendimento Setor Público (ASP), para possibilitar o acesso das unidades e ramos do Ministério Público aos saldos e aos extratos das contas específicas de Estados, Municípios, Distrito Federal e outras entidades, abertas automaticamente junto ao banco e vinculadas às transferências legais e voluntárias de recursos federais, bem como a disponibilização mensal de arquivos, em meio eletrônico, contendo os extratos integrais das referidas contas.
MP/MS; MP/PA; MP/RJ; MPT; e MPDFT	Termos de adesão ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e o CNMP, celebrado em 10 de maio de 2016, visando acesso aos dados constantes em cadastros geridos pelo MTPS e pelo INSS.
MP/AM; MP/AP; MP/BA; MP/CE; ESMPU; MP/MG; MP/PE; MP/PR; MP/TO; MP/RR; MPM e MPDFT	Termos de Adesão ao Acordo de Cooperação nº 15/2016, celebrado entre o CNMP e o Tribunal Regional Federal - 4ª Região (TRF/4), com a finalidade de autorizar a cessão do direito de uso do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), criado pelo TRF/4, para o Ministério Público brasileiro.

continua...

ANEXO

...continuação

Convenentes	Assunto
MP/AM; MP/MS; MP/PB; MP/RJ; MP/SC e MP/TO	Termos de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica entre o CNMP e o Ministério do Planejamento, por meio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que tem por objeto estabelecer cooperação técnica de adesão à Rede Siconv para o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de interesse comum para a melhoria da gestão, da capacitação e do fortalecimento da comunicação e da transparência, relativas às transferências voluntárias.
MP/SC	Termo de Adesão do MP/SC ao Acordo de Cooperação firmado entre o CNMP e o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (Confea), visando o aperfeiçoamento da atividade de profissionais de engenharia, membros e servidores do CNMP e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira.
MP/PA	Termo de Adesão do MP/PA ao Acordo de Cooperação firmado entre o CNMP e o Banco Central do Brasil, que tem por objeto permitir ao CNMP e aos Ministérios Públicos (União e Estados) que lhe aderirem, no exercício das suas atribuições, a utilização do mecanismo de consulta às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, doravante denominado CCS, para fins de instrução de processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações possivelmente estiver envolvido.
MP/AC	Termo de Adesão do MP/AC ao Acordo de Cooperação firmado entre o CNMP e a Secretaria de Receita Federal do Brasil, que tem por objeto o intercâmbio de informações de interesse recíproco.
CNMP e AGU	Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para o compartilhamento de dados do Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNVD).
MP/AC; MP/AL; MP/AP; MP/AM; MP/BA; MP/CE; MPDFT; MP/MA; MP/MG; MP/MT; MP/MS; MP/PA; MP/PB; MP/PR; MP/PE; MP/PI; MP/RS; MP/RO; MP/SC; MP/SP; MP/SE; MP/TO; MPM; MPT; e MPF	Termo de Adesão do Ministério Pùblico Federal ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Pùblico e o Ministério Pùblico do Estado do Rio de Janeiro para a criação e expansão do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid).
MP/BA; MP/CE; e MP/MT	Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Pùblico e o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
MP/PI	Termo de Adesão do Ministério Pùblico do Estado do Piauí ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Pùblico (CNMP) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).
MP/CE	Termo de Adesão do Ministério Pùblico do Estado do Ceará ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre CNMP e CAU/BR, visando o aperfeiçoamento e a atualização das atividades dos profissionais de arquitetura e urbanismo, membros e servidores do Ministério Pùblico do Estado do Ceará e a execução de ações complementares de interesse comum, com objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira.

ANEXO

Em 2017 a Presidência prestou informações em 34 ações judiciais (Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF; Ação Ordinária - AO; Mandado de Segurança - MS; e Reclamação - RCL) decorrentes das atividades do CNMP, principalmente perante ao STF, a saber:

ADI 5125	ADI 5645	ADI 5788	ADI 5790	ADI 5793
ADPF 482	AO 0815367-88.2017.4.05.8300	AO 0815379-05.2017.4.05.8300	AO 0815391-19.2017.4.05.8300	MS 34.493
MS 34.543	MS 34.564	MS 34.587	MS 34.634	MS 34.645
MS 34.672	MS 34.674	MS 34.675	MS 34.717	MS 34.718
MS 34.730	MS 34.765	MS 34.772	MS 34.788	MS 34.987
MS 35.104	MS 35.147	MS 35.175	MS 35.188	MS 35.221
MS 35.299	MS 35.378	RCL 27.474	RCL 28.626	

Impugnações judiciais de decisões do CNMP por ano:

2014	2015	2016	2017
25	14	21	34

Pesquisas de satisfação e diagnóstico de imagem

O CNMP realizou, em 2014 e 2017, pesquisa de satisfação e diagnóstico de imagem do Conselho e do Ministério Público a fim de avaliar a percepção e a satisfação da população brasileira em relação à atuação do CNMP e do Ministério Público. A partir da comparação dos resultados das citadas pesquisas, evidencia-se que a importância do Conselho para a sociedade saltou de 75,5% para 82,7%. A íntegra da pesquisa está disponível no sítio do CNMP na Internet.¹³

13 Disponível em:<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Apresentação_da_pesquisa_CNMP_V7.pdf>.

Outras ações

- Promoção do seminário internacional “Soluções Alternativas no Processo Penal”. O evento, que ocorreu nos dias 19 e 20 de junho de 2017, foi realizado em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em Brasília/DF, com o objetivo de fomentar, a partir dos resultados alcançados em diversos países, o debate em torno das soluções alternativas no processo penal no Brasil. O seminário recebeu mais de 300 inscrições, entre membros do Ministério Público, juízes, advogados, defensores, sociedade civil organizada, órgãos de controle, entidades internacionais, servidores públicos e estudantes. Além de autoridades brasileiras, o evento contou com a participação de especialistas do Chile, do Peru e da França;
- Realização do “8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público”, nos dias 2, 3 e 4 de agosto de 2017, em Brasília/DF. O tema da oitava edição foi “Ministério Público e Sustentabilidade: o direito das presentes e futuras gerações”. A proposta dessa edição foi instigar o Ministério Público a adotar ainda mais ações sustentáveis, consolidando o conceito de que a sustentabilidade vai além da questão do meio ambiente: diz respeito também a pessoas, a recursos sociais, econômicos e financeiros. O evento reuniu cerca de 500 participantes entre membros e servidores do Ministério Público. Toda a organização foi conduzida pela Secretaria Geral do CNMP;
- Realização, em 13 de novembro de 2017, de reunião entre a Presidente, os Conselheiros do CNMP e os integrantes do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPG). Durante a reunião, ocorreu a adesão, por parte de 18 Procuradores-Gerais de Justiça, ao acordo de cooperação entre CNMP e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ), para a implementação do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid), no âmbito do Ministério Público brasileiro;
- Realização, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e com o Ministério Público Federal (MPF), nos dias 11 e 12 de dezembro de 2017, em Brasília/DF, do IV Seminário Internacional Água, Vida e Direitos Humanos. Durante o evento, membros do Ministério Público, magistrados, especialistas nacionais e internacionais, representantes de instituições públicas e privadas, integrantes de movimentos sociais, além da sociedade civil organizada, debateram, por meio de diversos painéis, temas relacionados ao uso da água e aos direitos humanos;

ANEXO

- No encerramento do evento, a Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) anunciou a criação do Instituto Global do Ministério Público para o Meio Ambiente, que deverá ser estruturado até o fim do primeiro semestre de 2018, e que possui o objetivo de congregar membros do Ministério Público brasileiro e do mundo em torno de temas ligados à proteção dos recursos naturais; e
- Acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei nº 5707/2016, que dispõe sobre a estrutura organizacional e de pessoal do CNMP.

2. 1 Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público

A Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP) foi criada por meio da Resolução CNMP nº 146, de 21 de junho de 2016, que dispõe acerca das diretrizes administrativas e financeiras para a formação de membros e servidores do Ministério Público. Estruturalmente, a UNCP é vinculada à Presidência do CNMP, mas possui presidência própria, eleita entre os Conselheiros do CNMP. Compete-lhe: i) coordenar, induzir e promover ações de capacitação e aperfeiçoamento de membros e servidores do MP e do Conselho; ii) fomentar e disseminar a produção e a gestão de conhecimento de interesse institucional; iii) regulamentar os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento dos membros e dos servidores do Ministério Público; e iv) organizar cursos, seminários, pesquisas e similares, diretamente ou em parceria e convênio com instituições e órgãos da mesma natureza.

- **Atividades (destaques)**

- Montagem e execução do curso “Técnicas de Mediação aplicadas ao MP”, no MP/BA, MP/MT, MP/RN, MP/RO, MP/PA, MP/ES e MP/RS. O curso foi direcionado a membros e servidores, visando desenvolver as competências e as habilidades sobre o uso de técnicas autocompositivas no Ministério Público;

- Participação, no MP/GO, da “Jornada Mediação e Negociação no Ministério Público”;
- Realização, nos dias 29 e 30 de junho de 2017, do “I Encontro Nacional do MP do Tribunal do Júri” e do “I Seminário Nacional de Incentivo à Autocomposição no Ministério Público”, nos dias 22 e 23 de junho de 2017. Ambos na sede do CNMP, em Brasília/DF;
- Participação no seminário “Prisões Cautelares”, realizado em 9 de junho de 2017, em Natal/RN, em parceria com o MP/RN. O evento teve como objetivo a capacitação de membros e servidores sobre prisões cautelares; e
- Promoção, nos dias 9 e 10 de agosto de 2017, na sede do CNMP, em Brasília/DF, do seminário “Combate à Corrupção nos Municípios”.

2. 2 Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público

A Resolução CNMP nº 158, de 31 de janeiro 2017, instituiu o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (Planame), visando à preservação da memória institucional e à salvaguarda do acervo documental, por seu valor de prova e informação, e como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico. Para operacionalizá-lo, foi criado o Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (Coplaname), órgão colegiado vinculado à Presidência do CNMP, que tem por finalidade definir o Planame, bem como exercer orientação normativa, com vistas à gestão documental e à implementação de memoriais nas unidades e ramos do Ministério Público.

- **Atividades (destaques)**

- Realização de visitas às instalações dos memoriais do MP/AP, MP/MT e MP/SP;

ANEXO

- Lançamento da publicação “Memória do CNMP – Relatos de 12 Anos de História”¹⁴. O compêndio relata a memória dos 12 anos de história da Instituição;
- Participação no “VIII Encontro Nacional dos Memoriais do MP”, realizado na sede MP/SP, nos dias 27 e 28 de julho de 2017, ocasião em que se fez a divulgação das Resoluções CNMP nº 138/2016 e nº 158/2017; e
- Realização da primeira reunião do Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (Coplaname), para o início da implementação do Planame.

2. 3 Secretaria Geral

A gestão do CNMP compete à Presidência, que a executa por meio de sua Secretaria Geral. Anualmente, o CNMP divulga seu plano de gestão, contendo a previsão de suas ações (projetos, iniciativas e contratações). O Plano de Gestão de 2017 foi divulgado por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 167, de 29 de dezembro de 2016¹⁵, podendo sua execução e avaliação ser acompanhadas no sítio do Conselho na Internet.

As atribuições da Secretaria Geral, embora estejam previstas de modo difuso no Regimento Interno do Conselho, foram regulamentadas, especificamente, por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 95, de 14 de setembro de 2017. Compete-lhe também a prática de atos cuja competência tenha sido delegada pela Presidência do CNMP, como os previstos, atualmente, na Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016.

Como órgão de apoio à Presidência, é ainda atribuição da Secretaria Geral participar e auxiliar nas reuniões administrativas do Colegiado, prestando assistência ao Presidente e aos Conselheiros em matérias de sua esfera de competência.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/10606-memoria-do-cnmp-relatos-de-12-anos-de-historia>>.

¹⁵ Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/visao_360/governanca_e_gestao/gestao/nivel_operacional/plano_de_gestao/2016_Portaria-CNMP-PRESI-1671.pdf>

- **Atividades (destaques)**

- Realização da gestão processual do CNMP (protocolo, autuação, distribuição, atendimento a partes e advogados, publicações e acompanhamento de decisões e atos normativos) e a gestão dos sistemas processuais eletrônicos (Sistema Eletrônico – ELO e Sistema Eletrônico de Informações – SEI);
- Condução da gestão estratégica do CNMP, com um modelo de gestão integrada. Em 2017, encontra-se em elaboração – sem contratação externa – o novo planejamento estratégico do CNMP, que terá vigência de 2018 a 2023;
- Aperfeiçoamento do “Portal Visão 360°”, que, aberto a toda sociedade, visa a dar transparéncia às ações e às iniciativas do CNMP em relação ao planejamento estratégico, gestão e metodologia de processo, governança, bem como fomentar as boas práticas em gestão para toda a Administração Pública¹⁶;
- Condução da gestão administrativa com o planejamento, a coordenação, a orientação e o supervisionamento das atividades relacionadas à administração de serviços gerais, compras, contratos, material, patrimônio, segurança, transporte, serviços de engenharia, manutenção predial e execução orçamentária e financeira. As informações relativas a licitações, contratos e convênios estão disponíveis no Portal da Transparéncia do CNMP¹⁷;
- Planejamento e coordenação da execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal, orientando as unidades gestoras na execução das atividades de orçamento e finanças. O detalhamento do orçamento do CNMP e o acompanhamento de sua execução estão disponíveis no Portal da Transparéncia do CNMP;
- Aprovação do Plano Diretor de Gestão de Pessoas do CNMP para o biênio 2017/2018 e do Plano Anual de Capacitação do ano de 2017. Ainda desenvolveu diversos programas correlatos ao desenvolvimento profissional e à qualidade de vida dos servidores e colaboradores do CNMP; e

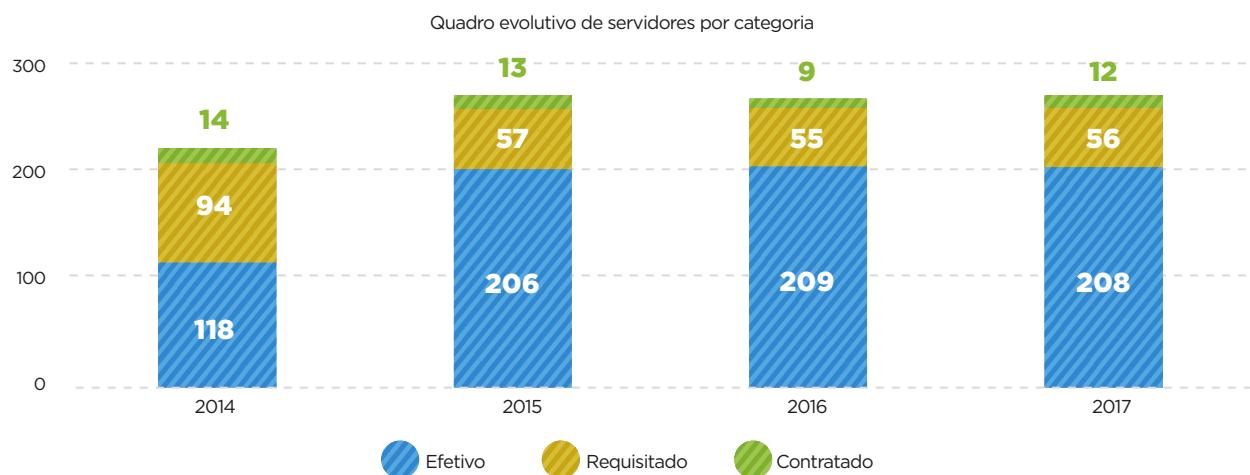
16 Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/visao-360/inicio>>.

17 Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/index.php/licitacoes-contratos-e-convenios>>.

ANEXO

- Promoção da modernização tecnológica do CNMP, com avanços no processo de autonomia para o desenvolvimento e o gerenciamento de sistemas informatizados, a partir da implantação das seguintes ferramentas tecnológicas: i) perfil para a Ouvidoria Nacional no Sistema ELO; ii) módulo de sindicância no Sistema ELO; iii) nova versão do Sistema de Controle de Acesso (SCA); e iv) disponibilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no ambiente virtual do CNMP.

Evolução anual do quadro de servidores



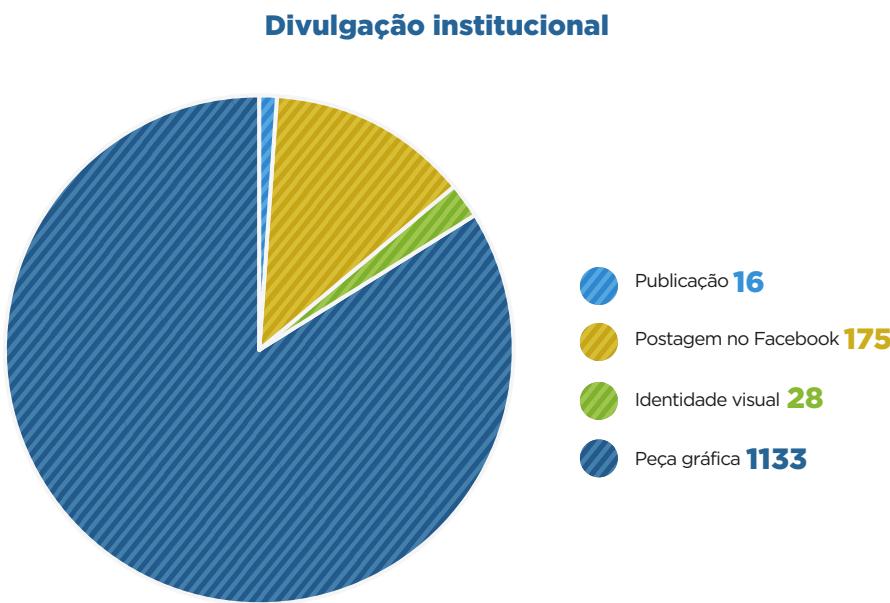
Apoiam, ainda, as atividades do CNMP membros do Ministério Público requisitados para desempenhar a função de membro auxiliar (com ou sem dedicação exclusiva) e membros colaboradores¹⁸.

- **Gestão da Comunicação Social do CNMP, com os seguintes resultados**

Na gestão do portal do CNMP <www.cnmp.mp.br>, foram registrados 432.592 usuários, com 2.004.811 acessos. No perfil oficial do CNMP nas redes sociais <www.facebook.com/cnmpoficial>;

¹⁸ O quadro de membros auxiliares e colaboradores do CNMP encontra-se disponível em: <[http://www.cnmp.mp.br/portaldatransparecia/gestao-de-pessoas/quadro-de-membros](http://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/gestao-de-pessoas/quadro-de-membros)>.

<www.youtube.com/conselhodomp>; <https://twitter.com/cnmp_oficial>, foram identificados 183.397 seguidores no *Facebook*, 39.511 seguidores no *Twitter* e 446 vídeos no *YouTube*.



Na área de imprensa e jornalismo foram publicadas 744 notícias; realizadas 83 coberturas jornalísticas; 269 coberturas fotográficas; e produzidas 22 edições do Informativo “Direto do CNMP”. Ainda, foram feitos 396 atendimentos a jornalistas e realizado levantamento de 14.515 matérias veiculadas relativas ao CNMP.

3 Corregedoria Nacional do Ministério Público

A Corregedoria Nacional do Ministério Público é o órgão do CNMP com atribuições constitucionais previstas no § 3º do art. 130-A da CF/88, e regulamentadas pelo artigo 18 do RICNMP, cabendo-lhe o exercício da atividade investigativa e preparatória do poder disciplinar do CNMP e a atividade executiva de inspeção e correição geral.

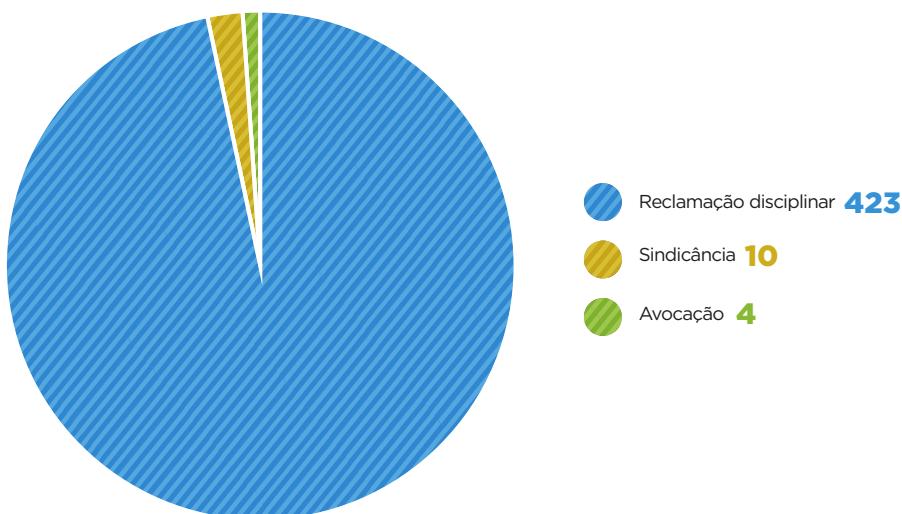
ANEXO

Em 2017, com a transição de composição, em 3 de outubro de 2017, na 18ª sessão ordinária, o Conselheiro Orlando Rochadel Moreira foi eleito para o cargo de Corregedor Nacional do Ministério Público (biênio 2017/2019).

- **Atuação Disciplinar (destaques)**

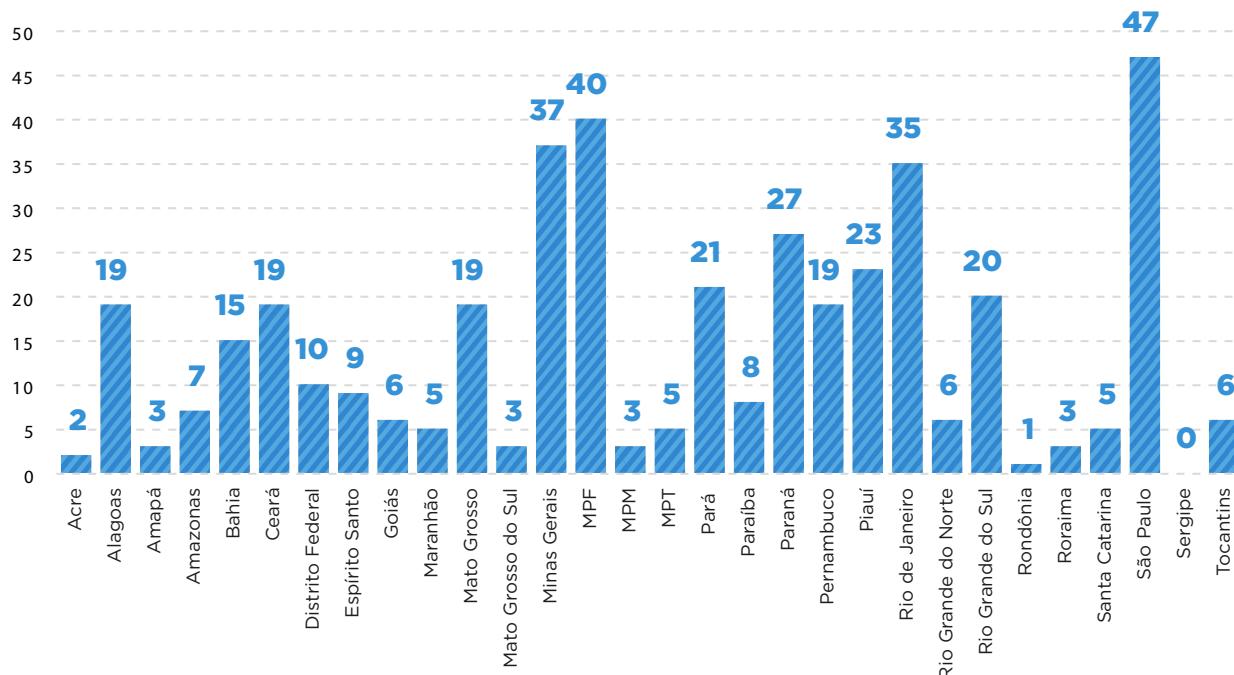
A atividade disciplinar da Corregedoria Nacional consiste no processamento de feitos para conclusão a respeito de faltas funcionais noticiadas ou verificadas. Membros e servidores do Ministério Público estão sujeitos ao foro do CNMP (CF/88, artigo 130-A, § 3º, I), e o filtro da maior parte das reclamações e denúncias é a Corregedoria Nacional, que realiza um trabalho de investigação preliminar, determinando, ao final, o arquivamento ou a abertura de procedimento disciplinar.

Autuações por tipo processual



Em 2017 foram realizadas 423 autuações concentradas na classe processual das Reclamações Disciplinares, das quais 289 estão ativas e 134 já foram arquivadas. Dez sindicâncias foram instauradas, das quais duas foram arquivadas, e quatro procedimentos foram avocados pela Corregedoria Nacional. Assim, foram arquivados (processados) 136 procedimentos no total, encontrando-se, atualmente, 301 em tramitação.

Número de Reclamações Disciplinares por Unidade Ministerial



ANEXO

- **Atuações executivas de Correição e Inspeção (destaques)**

A atividade executiva da Corregedoria Nacional consiste na idealização, na organização e na execução de correições e inspeções, bem como no acompanhamento das determinações e recomendações prolatadas nos respectivos relatórios. É, por excelência, o exercício proativo das competências fiscalizatórias do CNMP.

De cada correição/inspeção é elaborado um relatório propositivo, determinando ou recomendando ações corretivas a serem implementadas pela unidade, em vários campos (transparência, velocidade de tramitação de procedimentos, melhorias estruturais, qualificação da atividade finalística, etc.).

Correições

No ano de 2017 foram realizadas quatro correições gerais. A primeira, no período de 19 a 24 de fevereiro, no Mato Grosso; a segunda em Alagoas, entre 14 e 19 de maio; a terceira no Amazonas, entre 4 e 7 de dezembro; e a última na Paraíba, no período entre 11 e 14 de dezembro de 2017.

Após aprovação pelo Plenário do CNMP, as determinações e recomendações constantes dos relatórios conclusivos das correições e inspeções são acompanhadas pelo Núcleo de Acompanhamento da Coordenadoria de Inspeções e Correições. Assim, quanto às unidades do MPU, considerando que apenas o procedimento de correição extraordinária no MPM/PE foi arquivado, todas as demais apresentam-se no estágio do acompanhamento das proposições. Quanto ao acompanhamento das correições gerais nos Ministérios Públicos estaduais, foram prolatadas 149 recomendações e 170 determinações, com uma taxa de 23,88% de cumprimento e 77,12% ainda em acompanhamento.

Foram ainda realizadas as correições em órgão de controle disciplinar, que abrangem aqueles órgãos das unidades ministeriais por onde tramitam ou possam tramitar procedimentos disciplinares (Corregedoria-Geral, Colégio de Procuradores, Procuradoria-Geral de Justiça). Em 2017 foram realizadas oito correições, quais sejam: MP/RN; MP/MT; MP/RJ; MP/ES; MP/RS; MP/PR; MP/SC; e MP/GO. E de forma extraordinária foram correicionadas as unidades: MPM/PE; MP/TO; MP/BA; MPF/RN; MP/ES; MP/PI; MP/SP; MP/AM; MPF/RO; MP/RJ; MP/PB; e MPT/PR.

Inspeções

Nenhuma inspeção foi realizada no período.

Acompanhamento de Resoluções

Cabe à Corregedoria Nacional acompanhar e gerir os respectivos bancos de dados das seguintes Resoluções:

Resolução	Assunto	Situação
Resolução CNMP nº 36/2009	Dispõe sobre o pedido e a utilização de interceptações telefônicas e telemáticas no âmbito do Ministério Público.	Realizado acompanhamento mensal por meio do sistema CNMP-Ind.
Resolução CNMP nº 63/2010 e Resolução CNMP nº 123/2015	Dispõem sobre as Tabelas Unificadas do Ministério Público, objetivando a padronização e a uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processual judicial/extrajudicial nos Ministérios Públicos estaduais e da União.	Em 2017 foram organizadas quatro reuniões do Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas (CGNTU), após as quais foram criadas novas classes, assuntos e movimentos além da tabela de Ouvidoria e atualização do Glossário. A última versão das Tabelas Unificadas foi publicada em 31 de agosto de 2017. A implantação das tabelas administrativas (área-meio) nas 30 unidades e ramos do Ministério Público foi acompanhada pela Corregedoria Nacional, tendo sido concluída pela maioria das unidades (19 concluídas, 7 iniciadas e 4 não implementadas). Ainda, entre abril e agosto, foram ministrados cursos no MPDFT, MP/AL e MP/CE, objetivando capacitar membros e servidores para a utilização das Tabelas Unificadas.
Resolução CNMP nº 73/2011	Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício de magistério por membros dos Ministérios Públicos estaduais e da União.	Atualmente, o acompanhamento pode ser realizado também via Sistema Nacional de Cadastro de Membros do Ministério Público (SCMMP) e também quando da realização de inspeções e correições.

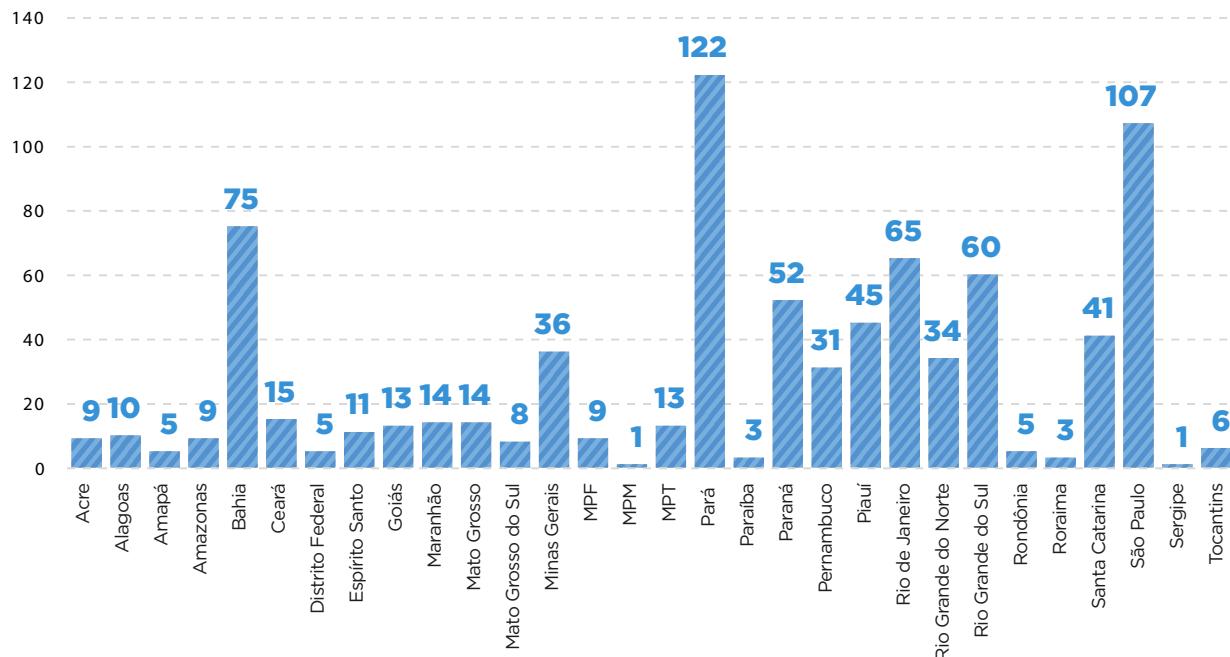
continua...

ANEXO

...continuação

Resolução	Assunto	Situação
Resolução CNMP nº 74/2011	Dispõe sobre o controle da gestão de pessoas, tecnologia da informação, gestão estrutural, gestão orçamentária do Ministério Público, bem como da atuação funcional de seus membros.	Os dados da atuação funcional dos membros são enviados mensalmente por todas as unidades do MP e os dados da gestão de pessoas, tecnologia da informação, gestão estrutural e gestão orçamentária até o último dia do mês de fevereiro do ano subsequente. A partir deles, anualmente, essas informações são utilizadas para a publicação “MP – um retrato”.
Resolução CNMP nº 78/2011	Instituiu o Cadastro de Membros do Ministério Público.	Em fevereiro de 2017, todas as unidades do MP finalizaram o cadastramento de seus membros com os dados pessoais e funcionais, bem como das unidades do MP local, quais sejam: promotorias, procuradorias, colégios, conselhos, centros de apoios operacionais e também o cadastramento dos membros ligados a cada unidade. A finalização do cadastro foi essencial para viabilizar a criação do Sistema de Correções e Inspeções, que utiliza a base de dados para funcionar.
Resolução CNMP nº 136/2016	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações de Natureza Disciplinar (SNIND).	O Sistema permite o controle disciplinar exercido pela Corregedoria Nacional, auxiliando também no desempenho das atividades administrativas por meio do controle automático de prazos, o que impede que os procedimentos tramitem por tempo superior ao necessário. Em 15 de dezembro de 2017, 822 procedimentos estavam ativos no Sistema (não transitados em julgado) e outros 2.484 ainda cadastrados já foram finalizados. Entre os que ainda estão em andamento, apenas 28 procedimentos prescreverão em até 90 dias. Para alertar desse prazo, as unidades do MP responsáveis por cada um deles recebem e-mails automáticos de aviso para atualização do andamento.
Resolução CNMP nº 149/2016	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Correções e Inspeções (SCI).	Permite o acompanhamento em tempo real do calendário de correções e inspeções das corregedorias locais. Todas as unidades no Ministério Público devem preencher o calendário de eventos que serão realizados no ano seguinte, bem como dos que já aconteceram no ano em curso. O Sistema foi implementado em junho de 2017 e até 15 de dezembro apenas cinco unidades do MP não tinham lançado seus dados de eventos realizados em 2017 ou agendados para 2018.

Número de procedimentos ativos por unidade ministerial (Sistema Nacional de Informações de Natureza Disciplinar – SNIND)



Orientações de caráter geral

Em 2017, foram expedidas quatro orientações de caráter geral, quais sejam:

Recomendação de Caráter Geral CN-CNMP nº 01, de 26 de maio de 2017	Dispõe sobre orientações para a resposta tempestiva às manifestações dos cidadãos encaminhadas pelas Ouvidorias do Ministério Público, a participação das Ouvidorias nos cursos de formação de membros do Ministério Público e a interlocução entre as Ouvidorias e as Corregedorias do Ministério Público.
Recomendação de Caráter Geral CN-CNMP nº 02, de 4 de julho de 2017	Estabelece diretrizes para a estruturação e a atuação das Escolas Institucionais do Ministério Público brasileiro e fixa orientações para a interação entre as Escolas, os Centros de Apoio, Câmaras de Coordenação e Revisão, o Conselho Superior, notadamente quanto ao alinhamento ao planejamento estratégico institucional.

continua...

ANEXO

...continuação

Recomendação de Caráter Geral CN-CNMP nº 03, de 4 de julho de 2017	Dispõe sobre a atuação do Ministério Público brasileiro na área eleitoral.
Recomendação de Caráter Geral CN-CNMP nº 04, de 7 de agosto de 2017	Estabelece diretrizes para o tratamento, o fluxo procedural e a metodologia de utilização, no âmbito do Ministério Público brasileiro, dos dados oriundos de Relatórios de Inteligência Financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Carta de Brasília

A Carta de Brasília¹⁹ é um acordo de resultados firmado entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias-Gerais das unidades e ramos do Ministério Público. O documento explicita premissas para a concretização do compromisso institucional de gestão e atuação voltadas à atuação resolutiva, em busca de resultados de transformação social, prevendo diretrizes estruturantes do MP, de atuação funcional de membros e relativas às atividades de avaliação, orientação e fiscalização dos órgãos correicionais.

Alguns mecanismos estão sendo desenvolvidos pela Corregedoria Nacional e pelas unidades e ramos do Ministério Público para a implementação dos parâmetros de avaliação, orientação e fiscalização da atuação funcional previstos no referido acordo. Além desses mecanismos, foi publicada a Portaria CNMP-CN nº 67, de 30 de março de 2017, que dispõe sobre a sistemática de mapeamento, avaliação e difusão, no âmbito da Corregedoria Nacional do Ministério Público, sobre as boas práticas institucionais decorrentes da efetivação da Carta de Brasília.

Outras atividades

- Publicação de três edições da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional²⁰ e de sete edições do Boletim Informativo da Corregedoria Nacional. As publicações digitais encontram-se disponíveis no sítio do CNMP na Internet²¹.

19 Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/corregedoria/carta-de-brasilia>>.

20 Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/corregedoria/publicacoes/revista-da-corregedoria-nacional>>.

21 Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/corregedoria/publicacoes/boletins-da-corregedoria-nacional>>.

4 Ouvidoria Nacional

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público foi criada pela Resolução CNMP nº 64, de 1º de dezembro de 2010, e instituída pela Portaria CNMP-PRESI nº 82, de 19 de julho de 2011, sendo um canal direto de comunicação à disposição da sociedade, para o encaminhamento de sugestões, críticas, reclamações, elogios, denúncias e pedidos de informação acerca do funcionamento e dos serviços do Ministério Público brasileiro, sendo, dentro do CNMP, a unidade responsável pelo Serviço de Informação do Cidadão (SIC), para os efeitos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Possui, ainda, a missão de integrar as ouvidorias do Ministério Público de todo o País, buscando a troca de informações necessárias ao atendimento das demandas dos usuários e o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Ministério Público brasileiro.

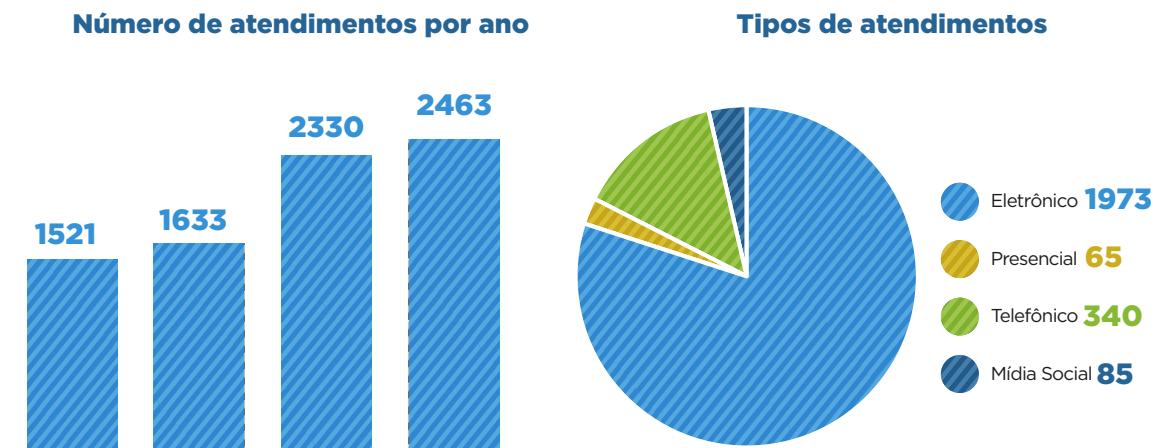
- **Atividades (destaques)**

- Realização de 14 visitas às Ouvidorias das unidades e ramos do Ministério Público (MP/PR, MP/MA, MP/AM, MP/AP, MP/MS, MP/AC, MP/RO, MP/PA, MP/RS, MP/SC (2), MP/ES, MPDFT, MPT);
- Reestruturação da página da Ouvidoria Nacional, disponível no sítio do CNMP na Internet, com o fim de melhorar a parte visual e a organização do seu conteúdo;
- Participação de três reuniões do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP);
- Reestruturação física para disponibilização de sala própria para atendimento aos cidadãos;
- Início dos atendimentos aos usuários por mídia social digital (*Facebook*);
- Instauração de 53 procedimentos no CNMP, decorrentes da não resposta às demandas dos cidadãos; e
- Realização, nos dias 23 e 24 de novembro de 2017, na sede do CNMP, em Brasília/DF, da capacitação de servidores do Ministério Público para atendimentos de excelência ao cidadão.

ANEXO

Essa iniciativa teve a parceria da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP) e a Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Dados estatísticos (2017)



Cabe registrar que em 2017 foram realizados 481 pedidos de informação baseados na Lei de Acesso à Informação – LAI, com um tempo médio de 1,85 dias para resposta. Não houve registro de manifestações que extrapolaram a prorrogação legal de 30 dias.

5 Áreas Temáticas

As Comissões Permanentes e Temporárias são órgãos do CNMP criados com o fim de permitir o aprofundamento de temas de relevância para o Ministério Público e o desenvolvimento de atividades específicas consideradas de interesse do Conselho. As Comissões são espaços institucionais voltados à discussão, ao estudo e a ações direcionadas aos temas afetos ao aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público junto à sociedade. Tratam-se de órgãos especializados em áreas temáticas, que buscam promover a integração do Conselho com outras instâncias administrativas e finalísticas do Ministério Público, e com a sociedade em geral.

As Comissões Permanentes estão previstas no art. 31 do RICNMP, sendo elas: i) Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF); ii) Comissão da Infância e Juventude (CIJ); iii) Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP); iv) Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSPCEAPSP); v) Comissão de Planejamento Estratégico (CPE); vi) Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ); e vii) Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF).

As Comissões Temporárias são instituídas conforme previsão constante do art. 30, § 2º, do RICNMP. Atualmente, está constituída a Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na Área de defesa do Meio Ambiente e de fiscalização das Políticas Públicas Ambientais.

Além das Comissões, funcionam ainda outras áreas temáticas (Fóruns, Comitês e Núcleos) vinculadas ou não a outros órgãos, com temas específicos de atuação.

5.1 Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

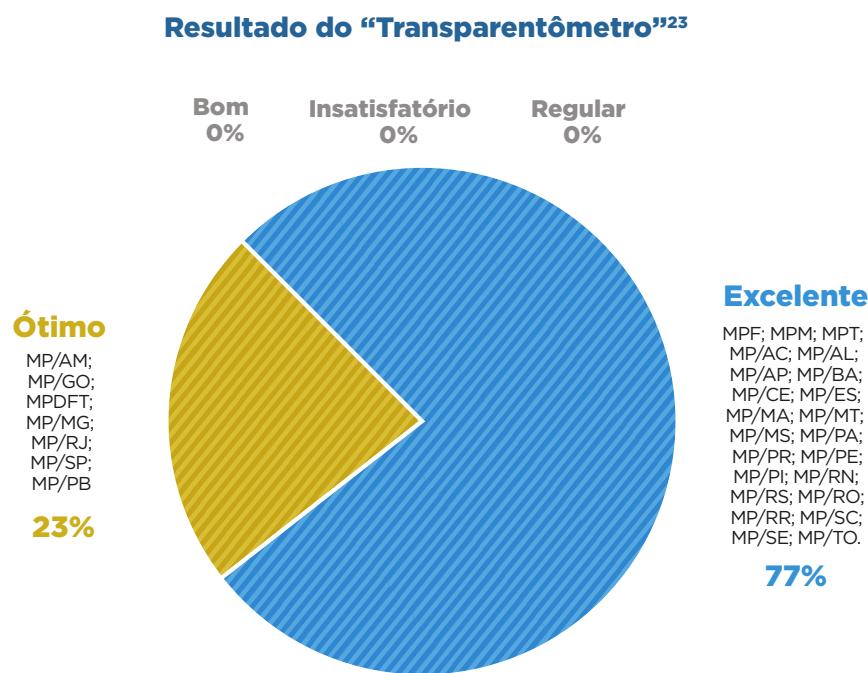
A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) está prevista no artigo 31, inciso I, do RICNMP. Possui como principal atribuição providenciar estudos de temas e atividades relacionadas ao papel constitucional do CNMP como órgão nacional de controle, nas atuações administrativa e financeira de todos os órgãos integrantes do Ministério Público. Do mesmo modo, devido à pertinência temática, a CCAF tem atuado como instância preliminar de apuração de fatos que possam ensejar a instauração de procedimentos de controle de competência do Plenário, agregando aos seus predicados regimentais de esfera de estudos voltados às normatizações de caráter genérico características de órgão fracionário que aprecia e relata processos a serem julgados pelo Plenário.

A CCAF tem por linha de atuação o estudo e a implementação de ações voltadas à correção e à prevenção de deficiências de gerenciamento dos recursos materiais, financeiros e humanos, propiciando condições necessárias a uma gestão pública de excelência no âmbito do Ministério Público. Atua também na divulgação e na orientação das decisões administrativas e judiciais em matéria administrativa financeira e, ainda, monitora o cumprimento da Lei de Acesso à Informação - LAI, por meio da avaliação do Portal da Transparência de todas as unidades e ramos do MP, e o cumprimento das Resoluções CNMP nº 86/2012, nº 89/2012 e nº 115/2014.

ANEXO

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Comissão, destaca-se o lançamento da 2^a edição do Manual do Ordenador de Despesas, reunindo informações diversas sobre a legislação vigente e as melhores técnicas administrativas, com o fim de orientar e auxiliar na gestão das unidades e ramos do Ministério Público.

- **Acompanhamento da transparência das unidades e ramos do Ministério Público (Transparentômetro)²²**



A Resolução CNMP nº 86, de 21 de março de 2012, instituiu o “Portal da Transparéncia do Ministério Público” como instrumento de controle social da execução orçamentária, financeira e administrativa

²² Classificação das unidades do Ministério Público brasileiro quanto à avaliação dos critérios de transparéncia previstos na Resolução CNMP nº 86/2013 – Transparentômetro – 1º Trimestre de 2017. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/transparentometro>>.

²³ Posição do 1º trimestre de 2017.

dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, com a finalidade veicular dados e informações detalhadas sobre a gestão administrativa e execução orçamentária e financeira, cabendo à CCAF verificar, periodicamente, o cumprimento da referida Resolução. O “Transparentômetro” consiste, portanto, na avaliação do cumprimento do referido ato normativo.

Outras atividades

Realização de inspeção no Ministério Público do Estado de Goiás e encerramento da inspeção do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Autuação e resposta a 58 consultas em matérias de sua competência.

5. 2 Comissão da Infância e Juventude

A Comissão da Infância e Juventude (CIJ) tem por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento constante da atuação do MP na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que, conforme previsão constitucional (art. 227, CF/88), têm prioridade absoluta. Para realizar esse intento, a CIJ tem procurado priorizar ações em cinco grandes áreas, quais sejam: i) sistema socioeducativo; ii) convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes; iii) erradicação do trabalho infantil; iv) enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; e v) saúde mental de crianças e adolescentes.

- **Atividades (destaques)**

- Acompanhamento do preenchimento e do envio dos relatórios referentes à Resolução CNMP nº 67/2011 e à Resolução CNMP nº 71/2011, que dispõem, respectivamente, sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento;

ANEXO

- Realização de visitas técnicas nas unidades de atendimento socioeducativo nos Estados de Pernambuco, Rondônia, Rio Grande do Sul, Alagoas e Minas Gerais para avaliação da forma de execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade;
- Criação de grupo de trabalho com o objetivo de formatar e implementar estratégias de efetivação das medidas socioeducativas em meio aberto em todo o território nacional, bem como o desenho de legislação para o acompanhamento de execução das referidas no âmbito do CNMP, à simetria da que trata as medidas privativas de liberdade;
- Participação em reuniões com o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) para firmar termo de cooperação com o objetivo de conjugar esforços e o intercâmbio de informações entre os participes, visando o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo (Sinase), conforme prevê o art. 3º, IV, da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012;
- Acompanhamento do cumprimento das disposições da Recomendação CNMP nº 33/2016, que trata da implantação e estruturação das promotorias de justiça da infância e juventude no âmbito do Ministério Público dos Estados;
- Instauração de 30 Procedimentos Internos de Comissão (PIC) para apuração de violações de direitos das crianças e dos adolescentes;
- Acompanhamento dos Procedimentos Internos de Comissão (PIC) instaurados com o fim de realizar levantamento acerca da implantação da segunda fase do Sistema Socioeducativo e sistematização de dados relativos ao processo de elaboração e implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo nos Estados, conforme Ação Estratégica Nacional nº 02, do CNMP;
- Participação na “I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)”, ocorrida entre os dias 15 e 17 de março de 2017, em João Pessoa/PB; e
- Seminário “Sob a Perspectiva de Segurança na Socioeducação”, realizado, em 23 de agosto de 2017, em Brasília/DF, com o apoio da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP). A capacitação foi destinada a membros do Ministério Público e gestores do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

5. 3 Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP) está prevista no artigo 31, inciso III, do RICNMP e tem por finalidade a elaboração de estudos, a apresentação de manifestações ou o desenvolvimento de atividades específicas que visem a subsidiar a atuação do Plenário em questões relacionadas ao tema.

A autonomia do Ministério Público da União e dos Estados, sob os aspectos administrativo, funcional e financeiro, está consagrada no artigo 127, §§ 2º e 3º, da CF/88 e representa o substrato de independência da Instituição, predicado necessário para o desempenho, com êxito, de suas relevantes atribuições constitucionais.

Nessa perspectiva, a atuação da CPAMP decorre do comando constitucional que atribuiu ao CNMP, paralelamente às atividades de controle, o dever de intervir sempre que haja investidas, internas ou externas à Instituição, capazes de comprometer a autonomia do MP brasileiro (art. 130-A, § 2º, inciso I, CF/88).

Em 2017, com a aprovação da Resolução CNMP nº 156, de 13 de dezembro de 2016, que instituiu a Política de Segurança Institucional do Ministério Público (PSI/MP) e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público (SNS/MP), conduziu o desenvolvimento e o alcance das diretrizes estabelecidas no referido ato normativo.

- **Atividades (destaques)**

- Registro e acompanhamento de casos de riscos ou ameaça à integridade física dos membros e as respectivas medidas protetivas adotadas, em cumprimento ao art. 7º da Resolução CNMP nº 116, de 6 de outubro de 2014, assim como registro e acompanhamento da tramitação de projetos de leis que podem afetar a autonomia administrativa, financeira e funcional do Ministério Público;
- Participação no “8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público”, onde debateu o uso de novas tecnologias no âmbito jurídico, inclusive, acompanhando eventuais dificuldades do Ministério Público em relação aos sistemas de processo judicial eletrônico existentes ou falhas que possam afetar as prerrogativas funcionais dos membros;

ANEXO

- Instrução de 42 Procedimentos Internos de Comissão (PIC), sendo que 35,71% deles versam sobre situações de risco envolvendo representantes do MP; 23,8% destinam-se ao exame de possível violação à autonomia do MP, resultante da edição de atos emanados de outros Poderes; e 40,49% abrangem matérias diversas, tais como o acompanhamento de relatório conclusivo de inspeção da Corregedoria Nacional ou supostas invasões de autonomia por parte de um ramo ou agente ministerial; e
- Levantamento de casos de atentados à integridade física de membros do MP, ocorridos de 1988 até a presente data. Foram registradas 37 ocorrências, das quais 11 resultaram em morte e sete em lesões corporais. Ainda estão pendentes as informações do MP/BA, MP/ES, MP/MS, MP/MG e MP/PI.

5. 4 Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSPCEAPSP) é destinada a estudos e trabalhos voltados à busca por soluções para os problemas do sistema prisional brasileiro e à fiscalização das condições de encarceramento de presos. A Comissão tem por atribuições, ainda, promover estudos e ações e adotar medidas destinadas a regular o desempenho e o aperfeiçoamento das funções institucionais para o Controle Externo da Atividade Policial e para a Segurança Pública.

Além disso, a Comissão gerencia os seguintes sistemas: i) o Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, alimentado pelas unidades e ramos do Ministério Público, dando concretude ao objetivo específico nº 7 do Projeto “O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial”, e Resolução CNMP nº 128, de 22 de setembro de 2015; ii) o Sistema de Resoluções no monitoramento do cumprimento das inspeções determinadas pela Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio 2007 (Delegacias de Polícia Civil, Institutos de Perícia Criminal Estaduais, Institutos de Medicina Legal Estaduais, Estabelecimentos Militares Estaduais, Delegacias de Polícia Federal, Delegacias de Polícia Rodoviária Federal, Superintendências da Polícia Rodoviária Federal e Institutos de Perícia Criminal e Medicina Legal Federais); e iii) o Sistema de Inspeção Prisional do

Ministério Público (SIP/MP) no monitoramento do cumprimento das inspeções determinadas pela Resolução CNMP nº 56, de 22 de junho de 2010 (estabelecimentos prisionais).

- **Atividades (destaques)**

- Publicação do relatório “O Ministério Público e o controle externo da atividade policial – Dados 2016”²⁴, que constitui uma compilação de informações e estatísticas importantes sobre a realidade da atividade policial, obtidas a partir das inspeções anuais a unidades de polícia federal e civil, realizadas em 2016 e lastreadas na Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007, e dos respectivos dados fornecidos pelos membros do Ministério Público de todo o País enviados ao Sistema de Resoluções;
- Reunião entre os Conselheiros integrantes da Comissão e os membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES), representantes do Comitê de Gestão de Crise na Segurança Pública Estadual (CGCS), em 7 de março de 2017, na sede do CNMP, em Brasília/DF, para tratar da crise na segurança pública deflagrada naquele Estado da Federação;
- Promoção, em 6 de abril de 2017, em São Paulo/SP, do “II Encontro Nacional do Ministério Público para a Tutela Penal da Administração Municipal – Crimes Praticados por Prefeitos”, em parceria com a Escola Superior do MP/SP;
- Realização, nos dias 1º e 2 de agosto de 2017, do “VIII Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional” e do “VII Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial”, para promover o debate sobre os temas propostos entre membros do Ministério Público brasileiro;
- Realização, nos dias 28 e 29 de junho de 2017, do “III Encontro Nacional do Ministério Público com atuação na Justiça Militar”;

²⁴ O relatório “O Ministério Público e o controle externo da atividade policial – Dados 2016” está disponível em: <http://www.cnmp.mp/portal/images/Livro_controle_externo_da_atividade_policial_internet.pdf>.

ANEXO

- Promoção, nos dias 3 e 4 de agosto de 2017, durante a realização do “8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público”, do curso “Gestão da Produção em Promotorias de Justiça – Transformando o Planejamento Estratégico dos Ministérios Públicos em Realidade para as Presentes e Futuras Gerações” e da palestra “Eficiência e Atuação Resolutiva”;
- Apresentação da proposta de recomendação sobre a necessidade de o membro do Ministério Público com atribuições afetas às execuções criminais, ao controle externo da atividade policial e à execução de medidas socioeducativas comparecer, quando da ocorrência de rebeliões, aos estabelecimentos de custódia de pessoas privativas de liberdade, ressalvada a presença de risco à sua segurança pessoal, o que resultou na aprovação da Recomendação CNMP nº 62, de 7 de agosto de 2017;
- Visita ao sistema penitenciário do Estado de Roraima, nos dias 29 e 30 de novembro de 2017, com o desiderato de acompanhar *in loco* as medidas judiciais e extrajudiciais adotadas pelo MP/RR em relação à crise deflagrada, em janeiro de 2017, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, localizada em Boa Vista/RR; e
- Ação Nacional do Ministério Público em Defesa do Sistema Prisional, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2017, em Belo Horizonte/MG, promovida em parceria com a Comissão de Planejamento Estratégico, com a finalidade de apresentar um viés prático sobre a implantação de uma unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

5. 5 Comissão de Planejamento Estratégico

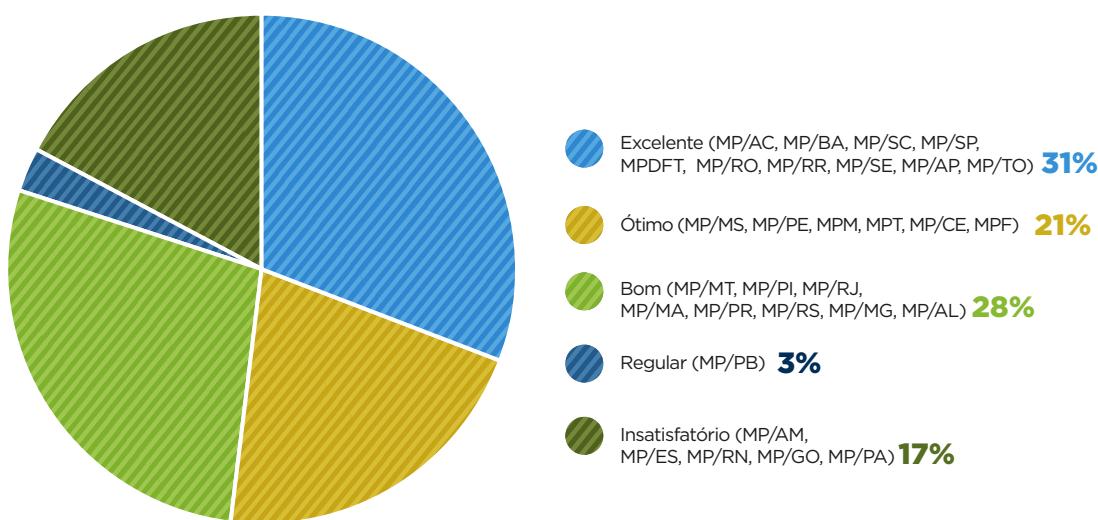
A Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) é responsável pela gestão do Planejamento Estratégico Nacional do MP (PEN-MP). Inclui também, em seu escopo de atuação, a condução dos trabalhos de formulação de indicadores de desempenho, a troca de experiências em gestão com as unidades e ramos do Ministério Público e a análise de indicadores e estatísticas institucionais. Como unidade gestora compete à CPE realizar ações nacionais, buscando dar concretude aos objetivos estratégicos contidos no mapa estratégico nacional²⁵.

²⁵ O Mapa Estratégico Nacional está disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CPE/PEN-MP_Mapa_Estratégico_Nacional.jpg>.

No aperfeiçoamento do PEN-MP, deu continuidade à elaboração da construção dos indicadores estratégicos nacionais capazes de mensurar e avaliar o desempenho do MP brasileiro. Com esse escopo, realizou mais duas etapas do trabalho, a primeira em Cuiabá/MT e a segunda em Brasília/DF, com a realização de reunião técnica com as áreas intervenientes. Em novembro, a versão final foi levada à apreciação do Plenário do CNMP. Ainda, dentro dos objetivos do PEN-MP, a Comissão apoiou os workshops “Construindo Indicadores Estratégicos”, ocorrido no Ministério Público do Estado do Piauí (MP/PI) e “Captação de Recursos Extraorçamentários”, no Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL).

- Atividades (destaques)**

Monitoramento do PEN-MP (Radar Estratégico)



De acordo com o artigo 4º c/c o artigo 8º, § 3º, da Resolução CNMP nº 147, de 21 de junho de 2016, compete à CPE a gestão do PEN-MP, inclusive com a publicação de *ranking* das unidades e ramos do Ministério Público, quanto à sua implementação e ao seu cumprimento. Nesse sentido,

ANEXO

a CPE publicou Portaria CPE nº 03, de 28 de março de 2017, instituindo o “Radar Estratégico”, como instrumento de mensuração e monitoramento.

5. 5. 1 Banco Nacional de Projetos/Prêmio CNMP

O Banco Nacional de Projetos (BNP)²⁶ é um produto do PEN-MP, constituindo ferramenta responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Em 2017 foram incluídos 361 novos projetos, atingindo a marca de 1.506 projetos cadastrados. Os projetos cadastrados puderam concorrer ao “Prêmio CNMP” (implantado pela Resolução CNMP nº 94/2013). Nesse diapasão, a CPE realizou, em 2 de agosto de 2017, em Brasília/DF, durante o “8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público”, o “Prêmio CNMP 2017”. Todas as informações sobre o certame e os projetos selecionados estão disponíveis no sítio do CNMP na Internet²⁷.

5. 5. 2 Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público

O Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP)²⁸ tem por objetivo promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade-fim do MP brasileiro. O FNG é instância superior de deliberação coletiva dos Comitês de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI-MP); de Políticas de Comunicação Social do Ministério Público (CPCom-MP); de Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público (CPGA-MP); de Políticas de Gestão Orçamentária do Ministério Público (CPGO-MP); e de Políticas de Gestão de Pessoas do Ministério Público (CPGP-MP).

²⁶ Disponível em: <<https://bancoodeprojetos.cnmp.mp.br/consulta.seam>>.

²⁷ Os projetos premiados do ano de 2017 estão disponíveis em: <<http://www.cnmp.mp.br/premio/>>.

²⁸ Instituído pela Portaria CNMP-PRESI nº 25, de 23 de março de 2012.

- **Atividades (destaques)**

- Realização de duas reuniões ordinárias em Brasília/DF, com os comitês temáticos, e duas Ações Nacionais Estruturantes (área-meio): i) desdobramento da Resolução CNMP nº 147/2016, por meio do CPGA-MP, com o fim de implementar o referido ato normativo; e ii) elaboração de manuais para o aprimoramento da comunicação no Ministério Público brasileiro, por meio do CPCom-MP;
- Execução das segunda e terceira fases do Programa de Capacitação e Governança de Tecnologia da Informação, por meio do CPTI-MP, com o fim de desenvolver as competências mínimas necessárias para que as unidades do MP brasileiro possam implementar as ações e os projetos previstos no Programa Nacional de Governança de Tecnologia da Informação; e
- Continuação das proposições de “Políticas Nacionais” com o fim de regulamentar as áreas temáticas do FNG-MP. Foram propostas a Política Nacional Gestão Orçamentária e Financeira do MP (ainda em tramitação); foi aprovada, pelo Plenário, a Política Nacional de Tecnologia da Informação (Resolução CNMP nº 171, de 27 de junho de 2017; a Política Nacional de Gestão de Pessoas (Recomendação CNMP nº 52, de 28 de março de 2017) e a Política Nacional de Comunicação Social (Recomendação CNMP nº 58, de 5 de julho de 2017).

5. 6 Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência

A Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ) tem por objetivo acompanhar os projetos legislativos de interesse do Ministério Público em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados. Compete-lhe, ainda, racionalizar as normas internas do CNMP, tornando-as mais transparentes, conferindo-lhe maior visibilidade às ações do órgão perante a sociedade. Para tanto, a Comissão tem se voltado para a implementação do desenvolvimento de um sistema de jurisprudência e para a criação, confecção e distribuição da Revista de Jurisprudência e Doutrina do CNMP.

ANEXO

- **Atividades (destaques):**

- Lançamento, em março de 2017, da Agenda Legislativa do CNMP 2017²⁹;
- Realização de visitas institucionais ao Congresso Nacional;
- Levantamento dos projetos de lei, de interesse do Ministério Público, para produção da Agenda Legislativa 2018;
- Conclusão das pesquisas do grupo de trabalho de jurisprudência e apresentação ao Plenário de 57 propostas de Enunciados; e
- Lançamento da primeira edição do Informativo de Jurisprudência, contendo seleção de jurisprudência do Plenário com respectivos precedentes³⁰.

Propostas de Emenda Constitucional (PEC) e Projetos de Lei (PL) em acompanhamento (Senado Federal e Câmara dos Deputados)

PEC 244/2008	PEC 505/2010	PEC 236/2012	PEC 42/2013	PEC 63/2013
PEC 62/2015	PEC 287/2016	PL 1258/1995	PL 3771/2008	PL 8045/2010
PL 4471/2012	PL 5069/2013	PL 7921/2014	PL 3123/2015	PL 27/2016
PL 28/2016	PL 80/2016	PL 280/2016	PL 5707/2016	-

5. 7 Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) é comissão permanente do CNMP direcionada ao desenvolvimento de estudos, iniciativas e estratégias nacionais afetos ao aprimoramento

29 Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/CALJ/Agenda_Legislativa_2017_WEB.pdf>.

30 Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/jurisprudencia.pdf>>.

e à unidade da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais, em coerência com as diversas previsões constitucionais e legais que conferem ao órgão o poder-dever de atuar como agente de transformação positiva da realidade social.

Vinculado à CDDF funcionam o Fórum Nacional de Saúde e os seguintes Grupos de Trabalho (GTs): i) Enfrentamento ao Racismo e Respeito à Diversidade Étnica e Cultural; ii) Igualdade de Gênero, direitos das pessoas LGBT e defesa do Estado Laico; iii) Direitos da Pessoa com Deficiência; iv) Defesa da Educação; e v) Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

- **Atividades (destaques)**

Além da realização de reuniões presenciais dos grupos de trabalho (GTs), Fóruns e Núcleos vinculados à Comissão, destacam-se as seguintes atividades:

- Participação no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), no Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) e do grupo de trabalho para propor medidas que garantam os direitos humanos em conflitos coletivos possessórios rurais e urbanos do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH);
- Apresentação da proposta de recomendação que dispõe sobre a garantia do acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Ministério Público brasileiro, resultando na aprovação pelo Plenário da Recomendação CNMP nº 53, de 28 de março de 2017;
- Apresentação da proposta de recomendação que dispõe sobre a realização de encontros entre o Ministério Público e os movimentos sociais, resultando na aprovação pelo Plenário da Recomendação CNMP nº 61, de 25 de julho de 2017;
- Realização, no período de 5 a 9 de junho de 2017, do “4º Encontro MP e Movimentos Sociais³¹;

³¹ A íntegra do relatório do 4º Encontro do MP com os movimentos sociais está disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Relatório_4º_Encontro.pdf>.

ANEXO

- Realização, nos dias 29 a 30 de junho de 2017, em Brasília/DF, da “Ação Nacional em Defesa do Direito à Saúde”, com o objetivo de discutir a atuação do Ministério Público na defesa da saúde, em especial o controle do dever de gasto mínimo em saúde e a fiscalização da Política de Atenção Básica, com a elaboração de um plano de ação;
- Apresentação de duas propostas de recomendação: uma sobre a necessidade de especialização de órgãos do Ministério Público para a atuação nos conflitos coletivos agrários e fundiários e a outra sobre a atuação do Ministério Público no dever constitucional de defesa do acesso e da qualidade da atenção básica de saúde;
- Realização do “Seminário Internacional Brasil – União Europeia no Enfrentamento da Violência Doméstica”. Na oportunidade, foi firmado Acordo de Cooperação entre o CNMP e a Advocacia-Geral da União (AGU) para o compartilhamento de dados do Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNVD); e
- Publicação do Guia “Direito à informação: o papel do Ministério Público e a importância do controle social”, em comemoração aos cinco anos da Lei de Acesso à Informação – LAI; e a 2^a edição da revista “Tendências em Direitos Fundamentais: Possibilidades de Atuação do Ministério Público”³².

5. 7. 1 Fórum Nacional de Combate à Corrupção

O Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC), criado pela Portaria CNMP-PRESI nº 101, de 9 de setembro de 2015, consiste em um grupo de discussão com a finalidade de fomentar a construção de iniciativas, no âmbito do Ministério Público brasileiro, de prevenção e repressão da corrupção. Possui representantes de todas as unidades do Ministério Público brasileiro, indicados pela reconhecida atuação na área da defesa do patrimônio público, e é aberto a toda a sociedade para discussões.

No ano de 2017, o FNCC colaborou com dez das 11 ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). A “Ação 6”, que possui o escopo de “Consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção fomentando a integridade social e a educação para a cidadania”, é coordenada pelo CNMP e foi considerada destaque do ano pela ENCCLA.

³² Disponíveis em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes>>.

- **Atividades (destaques)**

- Participação nas reuniões da “Ação 6”, da ENCCLA e nas reuniões do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) de planejamento das Ações da ENCCLA, para o ano de 2018;
- Participação na “XV Reunião Plenária Anual da ENCCLA”, realizada no período de 20 a 24/11/2017, em Campina Grande/PB;
- Lançamento da Campanha “#TodosJuntosContraCorrupção”, que pretende suscitar reflexão qualificada e abrangente sobre o tema, auxiliando no enfrentamento efetivo da corrupção;
- Gestão do Acordo de Cooperação Técnica nº 10/2016, que tem como objeto o estabelecimento de cooperação técnica de adesão à rede SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse) para o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de interesse comum para a melhoria da gestão, da capacitação e do fortalecimento da comunicação e da transparência, relativas às transferências voluntárias;
- Criação da página do FNCC, no sítio do CNMP na Internet³³, com o objetivo de coletar, organizar e divulgar boas práticas de prevenção e de combate à corrupção. A página disponibiliza conteúdo sobre redes, estratégias, programas, projetos, campanhas, normas, atividades e ferramentas; e
- Publicação do guia “Direito à informação: o papel do Ministério Público e a importância do controle social”, com o objetivo de esclarecer eventuais dúvidas sobre o exercício do direito fundamental à informação pública e em comemoração aos cinco anos da Lei de Acesso à Informação – LAI.

5. 7. 2 Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade

O Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade (Neace) é vinculado à CDDF e tem por objetivo acompanhar o cumprimento pelo Ministério Público brasileiro do disposto na Resolução CNMP nº 81, de 31 de janeiro de 2012, adotando as providências necessárias para tanto. Essa Resolução

³³ Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/forum-nacional-de-combate-a-corrupcao-fncc/inicio>>.

ANEXO

orienta e determina a implementação da acessibilidade em todas as unidades do Ministério Público brasileiro de acordo com as normas constitucionais e legais (Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; Decretos nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004), além da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, internalizados com equivalência de emenda constitucional pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

- **Atividades (destaques)**

- Realização de quatro *workshops* “Todos Juntos por um Brasil mais Acessível”. Os eventos foram realizados nos Estados de Sergipe, do Piauí, de Minas Gerais e do Maranhão, respectivamente, nos meses de março, junho, agosto e dezembro de 2017; e
- Revisão das publicações “Guia de Atuação nas Áreas da Educação, Acessibilidade e Atendimento Prioritário, Concurso Público e Saúde”; “Cartilha Tomada de Decisão Apoiada e Curatela”; “Cartilha Tomada de Decisão Apoiada e Curatela em Linguagem Fácil para Pessoas com Deficiência Intelectual” e “Cartilha de Bolso Acessibilidade”.

5. 8 Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na Área de Defesa do Meio Ambiente e de Fiscalização das Políticas Públicas Ambientais

A Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na Área de Defesa do Meio Ambiente e de Fiscalização das Políticas Públicas Ambientais (CTMA) foi instituída por meio da Resolução CNMP nº 145, de 14 de junho de 2016, e tem por objetivo o fortalecimento e o aprimoramento da atuação dos órgãos do Ministério Público na tutela do meio ambiente, repressiva ou preventivamente, com a finalidade de facilitar a integração e o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro.

A CTMA é formada por cinco grupos de trabalho, de acordo com seus eixos temáticos de atuação. Além do seu Presidente e de um membro auxiliar, 29 membros-colaboradores dela fazem parte, conforme Portaria CNMP-PRESI nº 140, de 5 de novembro de 2015.

- **Atividades (destaques)**

- Acompanhamento de 18 Procedimentos Internos de Comissão (PIC) que tramitam na CTMA com o fim de acompanhar projetos, atuação do MP, estudos etc., na área ambiental;
- Reunião com representantes da força-tarefa formada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP/MG) para tratar sobre o desastre ecológico ocorrido em Mariana/MG, em que foram apresentadas as recentes iniciativas adotadas pelo grupo. Na oportunidade, foram indicados os desdobramentos do caso e reafirmado o compromisso da Instituição frente a esse desastre ambiental;
- Promoção, no dia 6 de julho de 2017, de audiência pública sobre a regulamentação da unificação das atribuições cíveis e criminais nos órgãos de execução do Ministério Público brasileiro responsáveis pela tutela do meio ambiente e do patrimônio cultural. Da atividade resultou a elaboração de proposta de recomendação sobre o tema, apresentada ao Plenário do CNMP; e
- Realização do “II Encontro da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público”, nos dias 1º e 2 de agosto de 2017, em Brasília/DF, com o objetivo de debater a atuação do MP brasileiro na tutela do meio ambiente e orientar suas ações. Após reflexões, discussões e deliberações, elaborou-se uma carta de conclusões sobre a atuação do MP.

5. 9 Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) foi lançada em fevereiro de 2010 por iniciativa conjunta entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho

ANEXO

Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ). O objetivo é promover articulação dos órgãos que compõem o sistema de Justiça e de segurança pública, reunindo-os para: i) planejar e coordenar ações de combate à violência; ii) traçar políticas nacionais por meio de ação conjunta e articulada dos órgãos, primando pelo planejamento e adoção comum de atividades e metas; e iii) compartilhar estratégias e boas práticas, de modo a implementar organização, agilidade e eficiência ao sistema.

- **Atividades (destaques)**

- Apresentação em Nova Iorque (EUA) do painel “*Femicide in Brazil: a national strategy to avoid impunity*” (Feminicídio no Brasil: uma estratégia nacional de enfrentamento à impunidade);
- Divulgação, em Fortaleza/CE, do diagnóstico referente a crimes de feminicídio no Brasil (março/2016 a março/2017)³⁴, com números de inquéritos, denúncias e arquivamentos. Também foram publicados dados relativos à atuação do Ministério Público;
- Difusão entre os gestores das unidades do MP brasileiro das boas práticas previstas no modelo de protocolo latino-americano para investigação de mortes violentas de mulheres, elaborado pelo Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (OACNUDH). Dentre outras medidas, esta iniciativa aprimorou os instrumentos de persecução penal, promoveu o selo de identificação utilizado como marcador a ser adesivado nos inquéritos do MP em que mulheres foram vítimas de morte violenta. Essa prática fomentou o aumento do índice de denúncia e de conclusão de inquéritos sobre o feminicídio, chegando a 59,42% em 2016 e de 56,85% em 2017;
- Aprovação pelo Plenário da Resolução CNMP nº 167, de 23 de maio de 2017, no intuito de efetivar a tendência mundial de transparência ativa de dados públicos. Após alteração, a divulgação dos dados passou a ser feita de forma ativa e periódica, independente de requerimento;

³⁴ Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/enasp>>.

- Participação no projeto “Diálogos Setoriais da União Europeia”, com visitas à Lituânia, à Itália e a Portugal, para tratar do enfrentamento à violência contra a mulher. Do desdobramento desse projeto, em novembro de 2017, foi realizado o “Seminário Brasil-União Europeia no enfrentamento à violência doméstica”, com representantes dos países participantes, Instituto Maria da Penha, organizações da sociedade civil e representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário brasileiro; e
- Realização da 2ª reunião dos gestores das metas da Enasp, em que foram discutidas e reavaliadas as metas para a melhoria da persecução penal dos crimes de feminicídio para o ano de 2018 e a inclusão dos crimes de homicídios em geral e contra o patrimônio.

SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS

O Ministério Público (contexto constitucional)

O Ministério Público, segundo a Constituição Federal, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF/88). Abrange o Ministério Público da União, por meio de seus ramos (Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) e os Ministérios Públicos dos Estados. As suas funções institucionais estão previstas no art. 129, incisos I a IX, da CF/88.

Informações do Ministério Público

De acordo com o art. 130-A, § 2º, inciso V, da CF/88, cabe ao CNMP elaborar relatório anual que, além de constar as suas atividades, deve contemplar a situação do Ministério Público no País, podendo propor providências que julgar necessárias.

ANEXO

O CNMP, por meio de suas áreas temáticas, possui diversos bancos de dados, com informações já expostas neste relatório, coletadas das unidades e ramos do Ministério Público, que possibilitam expor diversos cenários sobre as unidades ministeriais.

Além disso, anualmente, o CNMP publica o compêndio “Ministério Público: um retrato”. A publicação traduz em números um diagnóstico da situação administrativa (gestão de pessoas, estrutural, tecnologia da informação e comunicação) e da atuação funcional (judicial e extrajudicial), de todas as unidades ministeriais, tornando-se importante instrumento de consolidação de dados, indicadores e planejamento institucional. As informações sistematizadas possibilitam conhecimento amplo do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público e, principalmente, atendem ao princípio da transparência e do acesso à informação, essenciais ao controle social sobre a Instituição. A edição 2017 está disponível no sítio do CNMP na internet³⁵.

Destaque: Indicadores de gestão de pessoas do Ministério Público

Unidade	População (2010)	N.º de Cargos de Membros Providos	N.º de Cargos de Servidores de Carreira Providos	Índice de Servidores por Membro	Índice de Membros por População, em 100 Mil Habitantes
MPF	190.755.799	1.149	9.030	7,90	0,60
MPM		76	435	5,70	0,04
MPT		782	3.043	3,90	0,41
MPDFT	2.570.160	378	1.792	4,70	14,71
MP/AC	733.559	73	150	2,10	9,95
MP/AL	3.120.494	160	130	0,80	5,13
MP/AP	669.526	78	208	2,70	11,65
MP/AM	3.483.985	163	426	2,60	4,68

continua...

³⁵ Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/245-cartilhas-e-manuais/10521-ministerio-publico-um-retrato-2017>>.

ANEXO

...continuação

Unidade	População (2010)	N.º de Cargos de Membros Providos	N.º de Cargos de Servidores de Carreira Providos	Índice de Servidores por Membro	Índice de Membros por População, em 100 Mil Habitantes
MP/BA	14.016.906	584	1.033	1,80	4,17
MP/CE	8.452.381	454	578	1,30	5,37
MP/ES	3.514.952	297	459	1,50	8,45
MP/GO	6.003.788	390	1.084	2,80	6,50
MP/MA	6.574.789	336	587	1,70	5,11
MP/MT	3.035.122	247	441	1,80	8,14
MP/MS	2.449.024	207	442	2,10	8,45
MP/MG	19.597.330	1.022	2.875	2,80	5,21
MP/PA	7.581.051	451	994	2,20	5,95
MP/PB	3.766.528	216	288	1,30	5,73
MP/PR	10.444.526	731	843	1,20	7,00
MP/PE	8.796.448	391	696	1,80	4,44
MP/PI	3.118.360	169	218	1,30	5,42
MP/RJ	15.989.929	910	1.641	1,80	5,69
MP/RN	3.168.027	211	431	2,00	6,66
MP/RS	10.693.929	705	1.748	2,50	6,59
MP/RO	1.562.409	135	662	4,90	8,64
MP/RR	450.479	45	141	3,10	9,99
MP/SC	6.248.436	452	504	1,10	7,23
MP/SP	41.262.199	2.013	4.719	2,30	4,88
MP/SE	2.068.017	141	383	2,70	6,82
MP/TO	1.383.445	121	476	3,90	8,75

ANEXO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Conselho Nacional do Ministério Público encerra o ano de 2017 com importantes atividades e resultados a serem apontados. O relatório compila seus julgados, ações, iniciativas e projetos, que, alinhados com o planejamento estratégico, cumprem suas atribuições constitucionais de controle externo do Ministério Público e de indutor de políticas institucionais nacionais.

A sua gestão interna evidencia uma cultura de planejamento, amadurecimento e profissionalização da gestão, com a consolidação de seu quadro de servidores, o uso crescente de ferramentas de tecnologia para o desempenho de suas rotinas e, especialmente, a ampliação de sua governança. A implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para a gestão e o processamento de documentos e processos internos, a elaboração de planos diretores das áreas internas, a instituição da gestão de risco e monitoramento da estratégia, dentre outras iniciativas, são exemplos de tais assertivas.

Espera-se, ainda, a aprovação do Projeto de Lei nº 5707/2016, que dispõe sobre a estrutura organizacional do CNMP. Com a mudança legislativa, busca-se uma gestão mais eficiente e mais adequada com as atribuições do Órgão. Vale ressaltar que o referido projeto não cria despesas adicionais, ou seja, não será necessária nova dotação orçamentária.

Nas suas regras de funcionamento, importante mudança regimental foi implementada para adequá-lo às disposições do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). Tal medida, entre outras alterações, incentiva a autocomposição e inclui regras que prestigiam a razoável duração do processo, tornando o Regimento Interno atual com a nova legislação pátria.

Quanto à sua atuação finalística, o desempenho foi direcionado ao cumprimento de seus objetivos estratégicos. Com esse propósito, entre outras medidas, destaca-se o acompanhamento do cumprimento do teto remuneratório dos vencimentos dos ramos do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados. Esses processos analisaram a natureza de cada valor recebido, no período de 2011 a 2016, em cotejo com a Resolução CNMP nº 09/2006. No viés de zelar pela autonomia do MP, acompanhou projetos de lei que afetem a autonomia ou regrem matérias que

tratem das atribuições do MP, emitindo notas técnicas e tratando diretamente dos temas nas casas legislativas. No esteio do controle disciplinar, houve uma intensificação das atividades correacionais, refletindo em aumento no número de sanções disciplinares aplicadas, que, embora não seja meta, demonstra efetividade na atuação, por meio da Corregedoria Nacional e do Plenário.

Outro aspecto a ressaltar é o nível de transparência atingido pelas unidades e ramos do Ministério Público. De acordo com o acompanhamento periódico, todas estão no conceito “excelente” ou “ótimo”, demonstrando o compromisso da Instituição com a transparência, o que possibilita maior controle social. Esse processo de abertura é corroborado com posicionamentos do Conselho que recomendaram o acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Ministério Público e a realização de encontros com os movimentos sociais. Certamente, esses esforços foram preponderantes no resultado da pesquisa de imagem divulgada, reconhecendo o CNMP como órgão de controle do Ministério Público e de excelência de sua gestão.

Nas suas prerrogativas regulamentares, importantes matérias de atuação precípua foram pautadas, a exemplo da expedição de recomendações pelo Ministério Público, instauração e tramitação de notícia de fato e do processo administrativo, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta e a alteração da resolução que dispõe sobre a instauração e a tramitação do procedimento investigatório criminal. Tais normativos padronizam, esclarecem e garantem maior segurança jurídica na atuação do Ministério Público.

Da mesma forma, temas de gestão administrativa foram contemplados, como a regulamentação do teletrabalho, a reserva aos negros do mínimo de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos, a instituição da Política Nacional de Tecnologia da Informação e do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público. E, como proposta de providências ao Ministério Público, evidenciam-se as recomendações que instituíram a Política Nacional de Gestão de Pessoas e a Política Nacional Comunicação Social, importantes marcos que balizam a gestão dos recursos humanos e o estabelecimento de orientações sobre a comunicação social do Ministério Público.

Como órgão de unidade nacional do Ministério Público: i) deu-se continuidade à implementação das Tabelas Unificadas na área administrativa, o que facilitará o levantamento de indicadores;

ANEXO

ii) fomentou as boas práticas institucionais por meio do Banco Nacional de Projetos, constituindo-se como repositório da gestão do conhecimento; e iii) realizou o Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, palco de debates e de aprimoramento da atuação do *Parquet*. Com esse mesmo desígnio, firmou termos de cooperação com órgãos e instituições, com o fim de dotar o Conselho, ramos e unidades ministeriais de informações e ferramentas que possibilitem o aperfeiçoamento de suas atividades.

Além disso, outras iniciativas foram essenciais na busca pela eficiência dos serviços prestados pelo Ministério Público e no direcionamento de sua atuação. Nesse sentido, salienta-se o monitoramento das visitas pelos membros do Ministério Público aos estabelecimentos prisionais e às unidades de atendimento socioeducativo de internação de adolescentes, o estabelecimento de metas para a melhoria da persecução penal dos crimes de feminicídio e no direcionamento de estratégicas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Para 2018, com um cenário de maior restrição orçamentária, o planejamento será fundamental para melhor aproveitamento dos recursos públicos, e o Conselho já está considerando essa premissa na elaboração de seu plano de gestão. Outro desafio será a construção do novo Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, pois o atual encontra-se no fim de seu marco temporal de validade. Esse projeto envolverá todos os ramos e unidades ministeriais, e a oportunidade será valiosa para redirecionar, se necessário, os rumos da Instituição como um todo.

Finalmente, os resultados aqui expostos legitimam o CNMP como órgão de controle e indutor da boa gestão, inserido na sua missão de fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade para uma atuação responsável e socialmente efetiva.

